

Cristiano Luís Lenzi

DO PROGRESSO AO "MODELO CATARINENSE" :  
RUPTURAS E CONTINUIDADES NA VISÃO DO DESENVOLVIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, para obtenção do grau de mestre sob a orientação do Prof. Dr. Hector Ricardo Leis.

Santa Catarina

Novembro de 1997.

**DO PROGRESSO AO 'MODELO CATARINENSE':  
Rupturas e continuidades na visão do desenvolvimento**

Cristiano Luís Lenzi

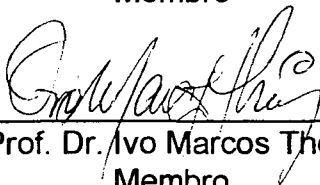
Esta Dissertação foi julgada e aprovada  
em sua forma final pelo Orientador e  
Membros da Banca Examinadora,  
composta pelos Professores:



Prof. Dr. Hector Ricardo Leis  
Orientador



Prof. Dr. Sérgio Costa  
Membro



Prof. Dr. Ivo Marcos Theis  
Membro

Florianópolis, novembro de 1997.

**À minha mãe e amigos.**

## SUMÁRIO

RESUMO .....	- vi -
ABSTRACT .....	- vii -
INTRODUÇÃO .....	- 08 -
HIPÓTESES E METODOLOGIA DO TRABALHO .....	- 16 -

## CAPÍTULO 1

PERIGOS E INCERTEZAS DO DESENVOLVIMENTO .....	- 27 -
01 - Características e limitações do pensamento evolucionista.....	- 38 -
02 - A invenção do progresso e do desenvolvimento.....	- 46 -
03 - Nacional-desenvolvimentismo e endogenismo.....	- 49 -
04 - O enfoque da dependência e o exogenismo.....	- 56 -
05 - Consequências do "milagre brasileiro".....	- 62 -
06 - Os dilemas do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento".....	- 65 -
07 - A fase pré-industrial do "modelo" .....	- 67 -
08 - Exogenismo na análise do desenvolvimento catarinense.....	- 73 -
09 - Endogenismo na análise do desenvolvimento catarinense .....	- 77 -
10 - O fracasso do "modelo catarinense".....	- 85 -

## CAPÍTULO 2

O MEDO ECOLÓGICO: A DISCUSSÃO SOBRE OS PERIGOS AMBIENTAIS GLOBAIS .....	- 97 -
--	--------



01 - O Itinerário da Idéia de Desenvolvimento Sustentável .....	- 104-
02 - As Controvérsias de uma Idéia Sem Limites .....	- 109 -
03 - A Incógnita da Sustentabilidade: Os Limites Globais .....	- 118 -
04 - A Confusão entre Fins e Meios: A Trindade do DS .....	- 124 -
05 - Uma Idéia em Mutação ? .....	- 133 -
06 - Um Modelo Intocável .....	- 139 -
07 - A Neo-modernização do "Modelo" .....	- 143 -
08 - A Ruptura Democrático-Participativa .....	- 158 -
09 - A Representação do Desenvolvimento Sustentável.....	- 168 -
 CONCLUSÕES .....	 - 183 -
 BIBLIOGRAFIA .....	 - 195 -
 ANEXOS .....	 - 204 -
 GRÁFICOS .....	 - 213 -

## RESUMO

O presente trabalho procura analisar algumas das implicações existentes na ruptura e reformulação da noção de "desenvolvimento" que vem ocorrendo na contemporaneidade. Num primeiro momento, procura-se examinar o impacto da discussão que ocorre sob o slogan do Desenvolvimento Sustentável em relação aos enfoques que antecederam o tema, e num segundo momento, o trabalho procura analisar as controvérsias que surgem na região sobre o tema do "esgotamento do Modelo Catarinense". Com o trabalho é possível verificar tanto as virtualidades como as ambiguidades que surgem no debate relacionado com a sustentabilidade ambiental e, em segundo lugar, analisar em detalhe as duas rupturas básicas que vem ocorrendo com a noção de "Modelo Catarinense" atualmente, as quais denominamos de visão neo-modernizadora e democrático-participativa. Não obstante, mesmo considerando a relevância de alguns pontos surgidos nessas discussões, é possível perceber a permanência de significativas divergências que podem colocar em xeque o surgimento de um consenso amplo com relação às alternativas possíveis para o padrão atual de desenvolvimento (*insustentável*), tanto local como global.

## ABSTRACT

This work is meant to explore the existing implicates in the rupture and rewording of the view of "development" that is happening in the present time. In a foreground, it examines the impact that happens under the slogan of *sustainable development* towards the views that anteceded the theme, and in second, the work aims to examine the controversy that arises in the region about the theme "Catarinense Model Breakdown". With this analysis it is possible to verify as the prominense as the ambigiousness that arises on the discussion towards the environmental sustainability, and secondly, to analise the two ruptures that are happening with the notion of "Catarinense Model" nowadays, which we entitle of neo-modernisation and democratic-participative views. Nevertheless, even considering the weightiness of some questions of this discussions, it is possible to perceive the persistence of expressives divergences that can keep in check the emersion of a basic consensus towards possible alternatives to the (*insustainable*) development actual pattern , as much as local and global.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho aparecerá num primeiro momento como que envolvendo duas análises aparentemente distintas de pesquisa. A primeira, envolvendo uma discussão teórica sobre a ruptura e reformulação da noção de desenvolvimento que se faz sob o slogan do conceito de desenvolvimento sustentável, e a segunda, envolvendo uma análise de ruptura/reformulação da noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" entre alguns atores sociais da região do Estado. Acreditamos que dessa dupla análise pode resultar um diálogo frutífero entre as questões e objetivos que envolvem uma alternativa atualmente desejável de desenvolvimento (o Desenvolvimento Sustentável), e de outro lado, a visão que surge na ruptura com relação à noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" em alguns atores sociais do cenário político catarinense. Desse modo, esse trabalho se apresenta, antes de mais nada, como uma tentativa de possibilitar um diálogo entre duas visões que se constroem na contemporaneidade em relação à noção de desenvolvimento de forma geral. Feito este diálogo, acreditamos que será possível, ao final, traçar um paralelo entre elas, analisando as potencialidades e incoerências que podem surgir desse encontro.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é uma idéia cujo significado ainda não podemos avaliar de forma ampla e precisa, o que, muitas vezes, só a história pode fazer, mas que de qualquer maneira, tem a ambição de remodelar as

tendências perversas do padrão de desenvolvimento atual. Podemos dizer que a inclusão do adjetivo "sustentável" surge como uma tentativa de dar uma nova coloração e significado a um termo cujo tempo não parece ter desgastado, o "desenvolvimento". "Sustentável" surge deste modo como um adjetivo que tem o caráter de diferenciar o desenvolvimento que agora se coloca como desejável e que se contrapõe com aquelas outras denominações que se pode ter em mente.

Se formos verificar em qualquer dicionário básico, iremos verificar que sustentável e sustentabilidade derivam da palavra sustentar, que significa suportar, manter, apoiar, impedir que algo se extinga ou desapareça. O que ocorre quando utilizamos esses termos em consonância ao termo desenvolvimento? Quando fazemos tal associação aludimos para determinados aspectos que apontam para a necessidade de sustentar/manter aquilo que possibilita a sobrevivência do planeta e do meio ambiente, e conseqüentemente, a sobrevivência e o desenvolvimento da espécie humana. Em resumo, se alude desta forma ao caráter interdependente existente entre meio ambiente e sociedade. Visto deste modo, o termo sustentável chama a atenção para o caráter desconcertante da época atual, pois como poderíamos nos desenvolver se a própria sobrevivência do planeta, pré-requisito para o desenvolvimento do gênero humano, pode estar comprometida? Para que possamos falar das nossas possibilidades de desenvolvimento precisamos, antes de mais nada, existir biológica e culturalmente. A existência do ser humano enquanto ser genérico não se dá pela sua existência biológica; se fosse o caso, não seríamos seres caracteristicamente "humanos", mas sim, pela existência do que pressupomos que constitui a sua "humanidade" e que só pode surgir com a criação de uma cultura humana.

Assim, parece que vivemos hoje numa dupla crise existencial. A incompatibilidade do padrão atual de desenvolvimento dos países industrializados demonstra como a vida do planeta pode estar em risco pelas próprias ações humanas, tornando explícita a incompatibilidade existente entre a atual "cultura tecno-industrial"

e a vida do planeta. Por mais "apocalíptico" que possa parecer, há fortes indícios hoje de que a sobrevivência humana pode ficar comprometida na medida que se fizer uma defesa cega daquilo que se acreditava ser a sua condição *sine qua non* de existência - o crescimento econômico (ilimitado).

Nada explicita melhor esse dilema "existencial" atual, nos dois sentidos que este termo suscita, do que o advento da era atômica no século XX. Com ela, alcançamos o potencial de destruir o planeta, como se não bastasse uma, várias vezes. Mas esse risco não se reduz somente na existência de artefatos nucleares, há também aqueles associados com a nossa intervenção no meio ambiente. Há quem acredite, por exemplo, que se continuarmos a intensificar nossa ação deletéria sobre grandes ecossistemas do planeta como a biosfera, os efeitos desencadeados serão de tão grande escala, que seu impacto pode vir a comprometer a própria existência humana no planeta. Para ambientalistas mais radicais, talvez, tal "catástrofe" poderia vir em boa hora, uma vez que o desaparecimento da espécie *homo sapiens* seria compensada pela manutenção da diversidade ecológica do planeta. Poder-se-ia chegar, assim, a um quadro semelhante ao esboçado pelo diretor Terry Gilliam no filme *Os 12 Macacos*, onde o homem, privado de sobreviver sobre a superfície terrestre, daria lugar ao domínio de animais menos ameaçadores à existência do planeta, e nem mesmo com a máquina do tempo, invenção que para muitos colocaria a história aos nossos pés, conseguiria ele reverter a punição imposta - a expulsão do paraíso terrestre.

Se considerarmos os riscos que envolvem algumas das invenções tecnológicas atuais, como é o caso da bomba atômica, talvez essas visões e cenários que se montam em relação ao futuro não façam parte apenas de um "pessimismo ficcional" como pensamos, pois apesar de tal quadro ser aparentemente irreal no presente, existem as condições e possibilidades de tornar a ficção em realidade. O nosso drama hoje é exatamente este, não sabemos até que ponto as visões apocalípticas que se criam em

relação ao nosso futuro são ou não realmente "apocalípticas", pois, para muitos, já perdemos, faz tempo, o controle e a possibilidade de guiar o nosso destino.

Frente a este quadro de incerteza quanto ao futuro, desmistificando assim qualquer tentativa de se procurar numa "lei da história" a chave para o nosso progresso, o desenvolvimento sustentável se coloca como uma tentativa de reformular e repensar o que convencionalmente conhecemos como "desenvolvimento". Mas de que forma o desenvolvimento foi entendido, e qual o seu significado? O seu significado, como de outros conceitos paridos na era moderna, só podem muitas vezes serem desvendados quando deciframos a experiência histórica que neles se cristalizou. Podemos dizer que não existe um "desenvolvimento", mas várias formas de tentar compreendê-lo em diferentes épocas e lugares. Assim, podemos verificar que enquanto para os gregos o progresso, pai confesso do desenvolvimento, era o símbolo de um crescimento filosófico e artístico, ao final do século XIX e no decorrer do século XX ele passou a ser visto enquanto um crescimento econômico, tendo nas chaminés de grandes indústrias a sua condensação simbólica. Com isso, podemos entender porque no início do século, para diferentes países de base econômica agrícola, "modernizar" significava de forma simplificada se "industrializar", embora se acreditasse por parte de outros, como foi o caso dos liberais heterodoxos do começo do século, na possibilidade de vir a existir "vantagens comparativas" entre os diferentes países de base econômica agrícola e industrial, mediante uma especialização mundial da produção, o que significava, por sinal, manter e intensificar as características "vocacionais" entre os diferentes países.

Hoje, no entanto, as benesses da sociedade capitalista industrial, na sua forma do *american way of life*, deixou de ser o símbolo do desenvolvimento para significar um obstáculo e mesmo a impossibilidade de sua concretização material para países mais pobres. Pois, como veremos, o consumo dos países mais ricos parece tornar ilusória e ficcional a possibilidade dos países mais pobres atingirem a "etapa de

decolagem" rowstoniana, tornando as propostas de desenvolvimento no passado essencialmente irracionais. Pois, os "limites do desenvolvimento", concepção que por sinal incorre em sérios dilemas e inconsistências, conforme veremos ao final deste trabalho, não está nos países pobres e não-industrializados, mas sim nos países mais ricos e industriais. Se damos por certo o fato de que a afluência das sociedades altamente industrializadas se torna impossível de ser generalizável para o resto do mundo, isto incorrerá numa série de inconveniências para aqueles que acreditam que está nos países mais ricos do globo o melhor caminho para o desenvolvimento. Pois como considerar tal estilo de vida o símbolo de um "desenvolvimento" se este não pode ser generalizável para países mais pobres, tendo em vista os limites ambientais globais implicados? Assim, a afluência industrial de alguns só pode ocorrer na medida que se mantenha o caminho fechado da industrialização para outros, desmitificando a possível existência de etapas gerais para o desenvolvimento econômico em cada país.

Porém, a industrialização desenfreada nos países mais ricos não parece ser o único obstáculo ao desenvolvimento para os países pobres, mesmo porque existem sérios riscos para os "mais desenvolvidos". O desenvolvimento, de forma genérica, se apresenta com uma variedade de "limites". Da estrutura econômica agrícola nas décadas de 30, 40, hoje se apresentam os problemas de crescimento populacional, crescimento industrial, saturação de ecossistemas naturais, colapso do fluxo energético com a finitude de recursos naturais, os perigos existentes com os artefatos nucleares no planeta, etc. O entendimento dos nossos problemas pelo prisma do que se convencionou chamar de "limites do desenvolvimento" parece hoje, com a multiplicidade de dilemas com que nos defrontamos atualmente, um termo equivocado e ambíguo. Isso porque na história das teorias do desenvolvimento os "limites" se circunscreviam a obstáculos que poderiam ser superados, em sua maior parte, por uma ação eficiente do Estado ou do mercado, pois se presumia que suas "causas" estavam bem delineadas e que estas se circunscreviam, quase que geralmente, às fronteiras do



Estado-Nação. No entanto, a interdependência dos fenômenos sociais, econômicos e ambientais coloca esses problemas num nível de complexidade tal, que impossibilita que as abordagens tradicionais tenham uma visão realista do quadro geral. Não há nenhum tipo de pensamento especializado, seja das ciências "exatas" ou humanas, que consiga esboçar compartimentalmente com precisão os nossos "limites", o que já compromete as pretensões de certeza e exatidão das "ciências exatas" e, o Estado-Nação parece ter se tornado hoje, considerando as dimensões globais de alguns problemas atuais, um agente, no mínimo, impotente.

Tendo em vista muitas das mudanças que vêm ocorrendo atualmente, este trabalho tem como idéia central o pressuposto de que vem ocorrendo atualmente uma reformulação da noção de desenvolvimento, que acaba por implicar numa ruptura com noções e pressupostos de concepções anteriores. As questões que esse estudo se insere se relacionam, assim, com os dilemas implicados nessa ruptura e nas distintas visões que possam surgir a partir dela, e dos possíveis atores implicados. No entanto, esta tentativa, hoje, de repensar o desenvolvimento, cuja discussão sobre o desenvolvimento sustentável é um dos melhores exemplos, se depara com aquelas noções já estabelecidas e que impregnaram em grande medida o imaginário social, seja brasileiro ou do território catarinense. Mas temos que considerar que uma ruptura com a noção de desenvolvimento não se reduz somente às fronteiras das teorizações no campo acadêmico, muito pelo contrário, cada vez mais, termos como "sustentável" e "sustentabilidade" vêm impregnando o senso-comum do desenvolvimento. Assim, nós podemos observar que expressões como "sustentável" e "sustentabilidade" penetram cada vez mais do discurso e na agenda daqueles grupos que se deparam diariamente com a necessidade de propor projetos de "desenvolvimento", seja de ordem nacional ou regional. Assim, partidos políticos e empresários, aqueles que comumente mais são chamados a falar sobre o tema, endossam muitos de seus projetos e ações sob a denominação de um projeto ou uma ação "sustentável". E a sociedade

civil, um ator geralmente passivo no processo, visualiza nestes termos o que pode ser um milagre para a resolução dos problemas locais, ficando a espera que esta desconhecida "sustentabilidade" apareça dentro dos parâmetros atuais da estrutura política e social das cidades. Se o desenvolvimento sustentável se coloca como um projeto a ser implementado, é de importância fundamental ver o que pensam aqueles atores mencionados. Pois desde que a realização de um projeto de sociedade não esteja a mercê de uma lei histórica, qual o potencial e utilidade deste projeto quando desligado das utopias e ações daqueles atores responsáveis pelas mudanças na sociedade?

Deste modo, aliamos à discussão teórica uma análise da ruptura da noção de desenvolvimento na representação social de diferentes atores sociais, aí incluídos os agentes ligados ao mercado, Estado e sociedade civil. Os motivos desta escolha ligam-se diretamente ao próprio tema do desenvolvimento sustentável e que será explicitado mais a seguir. Não obstante, ao adicionarmos este segundo objetivo, nos deparamos com um problema básico. Se a discussão se reduzisse à análise dos enfoques do nacional-desenvolvimentismo e da teoria da dependência, que foram na América Latina as grandes correntes de pensamento que intentaram dar respostas para as razões do nosso subdesenvolvimento, não se poderia aliar, ao final do trabalho, uma análise da ruptura da representação social do desenvolvimento na região do Estado e de sua possível aproximação com as teses do desenvolvimento sustentável, pois a visão regional sobre o desenvolvimento não teve como fonte as teses daqueles dois enfoques, apesar que seja possível encontrar um número reduzido de apreciadores daquelas visões, mas sim, as teses do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento". Como veremos, é notória a visão de um "Modelo Catarinense do Desenvolvimento" e que se expressa na visão de jornais, de revistas e de personalidades públicas da região. A visão de que o empresário empreendedor, associado geralmente aos imigrantes de ascendência alemã, se tornou o "germe" do "desenvolvimento catarinense", é, até hoje,

defendido e popularizado, o que pode vir a se tornar um discurso extremamente enganador quando se ver as contradições existentes entre um desenvolvimento desejável (o desenvolvimento sustentável) e a realidade do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento". A visão de um "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" é duplamente equivocada. Primeiro, pelo fato de ver o processo de industrialização no Estado enquanto um "modelo", e, segundo, de ver na afluência industrial da região o símbolo do desenvolvimento, fazendo com que os indicadores industriais e de crescimento econômico sejam o sinônimo da qualidade de vida da região, possibilitando com que alguns afirmem que o "primeiro mundo é aqui mesmo". Afirmação que, por sinal, condensa toda a contradição da época atual, uma vez considerado o caráter insustentável dos países do "primeiro mundo". Mas talvez possamos, por outro lado, também mostrar que o "terceiro mundo é aqui mesmo" quando nos debruçarmos a outros indicadores de desenvolvimento, para além daqueles estritamente econômicos, e vermos como o "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" fica atrás de regiões tipicamente conhecidas, até então, como subdesenvolvidas e localizadas no "terceiro mundo", e como em outras questões, a região se distancia dos países conhecidos como "desenvolvidos", o que torna ainda mais desconcertante a idéia de "Modelo Catarinense", fazendo-a aproximar antes de um "Modelo Catarinense de Subdesenvolvimento".

Desta forma, perpassa neste trabalho dois objetivos básicos. Num primeiro momento, ele procura analisar o caráter de ruptura/reformulação que a noção de DS implica para os enfoques que o antecederam. Dentre eles está a ideologia nacional-desenvolvimentista, o enfoque da dependência, e as teses que se debruçaram sobre o desenvolvimento catarinense, entre elas estando a tese de Maria L. Hering sobre o "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" e do CEAG/SC (Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina) sobre o caráter dependente deste desenvolvimento. Estas foram, em grande medida, as correntes que intentaram dar algumas respostas em

relação ao desenvolvimento nacional (nacional-desenvolvimentismo e teoria da dependência) ou em relação ao desenvolvimento catarinense (Hering e CEAG). Num segundo momento, o trabalho tem como objetivo a análise da ruptura/reformulação da noção de desenvolvimento na representação nos atores do mercado, Estado e sociedade civil e de verificar a forma como o DS pode vir a ser incorporado. Os motivos deste segundo objetivo podem ser esboçados pela própria problemática ao qual o DS enquanto nova concepção de desenvolvimento se insere. Primeiro, porque o DS se coloca antes de mais nada como um projeto político de desenvolvimento que implica numa reinversão da ação degradadora da sociedade sobre o meio ambiente. Segundo, uma vez que este trabalho permite confrontar tanto as visões que podem surgir dele, há uma possibilidade de um processo de reflexão e de duplo diálogo entre o debate científico sobre o tema e de seu confronto com a noção de desenvolvimento na representação dos atores do mercado, Estado e sociedade civil. Acreditamos que esse diálogo se colocará de forma instrutiva, uma vez que consideramos as palavras de Boaventura Souza Santos (1996) de que a ciência, incluindo-se aí o DS, procura sempre, em última instância, constituir-se em senso-comum. Assim, procura-se fazer um diálogo entre o que se esboça na discussão científica sobre o tema e das representações que vêm surgindo em torno do tema do desenvolvimento. Se este diálogo pode trazer alguns esclarecimentos, apenas o leitor poderá avaliar.

### *HIPÓTESES E METODOLOGIA DO TRABALHO*

Frente às questões que iremos abordar em relação ao tema do desenvolvimento e da popularização do conceito de desenvolvimento sustentável atualmente, incorporou-se a este trabalho a hipótese geral de Ribeiro (1991), segundo o qual i) as diversas mudanças nas formas de reprodução da vida política,

econômica, social e cultural, na contemporaneidade, tem levado a uma reformulação/reforma da noção de desenvolvimento".

A partir dessa hipótese geral, podemos lançar mão de duas hipóteses específicas as quais iremos trabalhar mais detalhadamente. A primeira se relaciona com a ruptura/reformulação da noção de desenvolvimento que ocorre na discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável e que recoloca o tema dos limites da sustentabilidade global. A esse respeito, nossa hipótese, de forma resumida, seria que: ii) ao recolocar o tema dos "limites do desenvolvimento" pelo prisma dos limites da sustentabilidade global, a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável aparece com um perfil essencialmente distinto, dissipando a bipolarização existente entre endogenismo e exogenismo existente sobre os "limites do desenvolvimento" impregnados nos enfoques que o antecederam, estando aí incluídos os enfoques como o nacional-desenvolvimentismo, a teoria da dependência e as visões que se construíram em relação ao "Modelo Catarinense de Desenvolvimento".

Tendo esta hipótese como ponto de partida, o intuito do trabalho era o de verificar como algumas das transformações enfocadas pela discussão sobre o DS colocavam em xeque as teses sobre o "desenvolvimento nacional". No entanto, como já foi observado, se a discussão permanecesse tendo como foco somente os enfoques do nacional-desenvolvimentismo e a teoria da dependência, não se poderia aliar na parte final deste trabalho uma análise empírica da ruptura e das possibilidades de surgimento de uma nova representação social do desenvolvimento em determinados atores sociais na região do Estado. Isto porque a imagem que se criou aqui no Estado de Santa Catarina não teve como fonte as teses do nacional-desenvolvimentismo, mas como veremos, as teses do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento".

Frente a estes fatos, podemos tornar a hipótese de Lins acima mais específica para os objetivos deste trabalho, considerando que; ii) as transformações da vida

política, econômica, social e cultural na contemporaneidade que atingem a região de Santa Catarina estariam por provocar uma ruptura/reformulação não estritamente da noção de desenvolvimento, mas da noção de "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" em específico. Estaria ocorrendo na visão de diferentes atores sociais uma ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento", e que esta "ruptura/reformulação" sofreria o efeito das linhas de demarcação dos diferentes atores que se situam em universos de ação diferenciados, tal como o mercado, o Estado e a sociedade Civil.

Temos, assim, duas hipóteses específicas e que se referem ao fenômeno de ruptura/reformulação da noção de desenvolvimento. No primeiro caso, temos como foco as implicações desencadeadas pela discussão sobre o DS com relação aos enfoques sobre o desenvolvimento que o antecederam. No segundo, temos a análise de ruptura/reformulação de uma noção já estabelecida no imaginário social, a noção de "Modelo Catarinense de Desenvolvimento". Tendo essas duas hipóteses como referência, podemos lançar os seguintes objetivos para este trabalho. O objetivo geral que perpassa esta pesquisa pode ser visto enquanto o intuito de:

a) averiguar como e de que forma vem ocorrendo na contemporaneidade uma ruptura/reformulação da noção de desenvolvimento, tanto de sua representação no discurso científico atual como de sua representação no senso-comum dos atores do mercado, Estado e Sociedade Civil.

Em relação sua representação nas correntes do pensamento social, tem-se os seguintes objetivos secundários;

a.1) verificar as visões que se construíram sobre os "limites do desenvolvimento" e da forma como deram origem ao endogenismo e exogenismo das teorias do desenvolvimento;

a.2) averiguar como as análises endogenista e exogenista sobre o "desenvolvimento nacional" se reproduziram para a análise do desenvolvimento catarinense;

a.3) demonstrar como a discussão sobre a sustentabilidade global que se faz sob o slogan do conceito de desenvolvimento sustentável rompe com a bipolarização existente entre endogenismo e exogenismo, translocando o tema dos "limites do desenvolvimento" para sua dimensão global, e rompendo, assim, com enfoques que o antecederam.

Quanto à análise da ruptura/reformulação da representação do desenvolvimento no senso-comum:

a.4) verificar as diferentes formas pela qual vêm ocorrendo a ruptura com a noção de "Modelo Catarinense de Desenvolvimento";

a.5) analisar os possíveis discursos que se constroem a partir dessa ruptura;

a.6) analisar a aproximação existente entre a ruptura/reformulação da noção de "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" com a representação social do DS nos atores de mercado, Estado e Sociedade Civil.

Para concretizarmos os objetivos propostos, o trabalho se subdividiu em dois capítulos principais, nos quais aplicamos o uso de diferentes estratégias metodológicas como se pode ver a seguir.

O primeiro capítulo dedicamos aos objetivos a.1 e a.2, concernentes à exposição das teorias que impregnaram o ideário desenvolvimentista na América Latina e da forma como se reproduziram nas análises do país e de Santa Catarina. Neste capítulo, poder-se-á ver como a discussão sobre o desenvolvimento desembocou no que denominamos de endogenismo e exogenismo do desenvolvimento. Ambos podem ser vistos como duas grandes tendências que impregnaram as correntes de pensamento e que intentaram impor uma forma de compreender o "desenvolvimento nacional", e cujas análises se reproduziram para a análise de regiões menores como

Santa Catarina. A pesquisa nesta parte se reduziu assim, em grande parte, na coleta de dados bibliográficos, onde se buscou analisar a influência do evolucionismo social para as teorias do desenvolvimento, os pressupostos do nacional-desenvolvimentismo, da teoria da dependência, e das visões que se construíram com respeito ao desenvolvimento Catarinense, especificamente do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento". Também incluímos aí alguns dados que podem mostrar algumas contradições do desenvolvimento nacional e do "Modelo Catarinense", e que se relacionam com a diferença de poluição existente entre países pobres e ricos, a intensificação da concentração da renda existente na região de Santa Catarina, uma análise comparativa do IDS (Índice de Desenvolvimento Social) que agrega num único índice o coeficiente de GINI, esperança de vida e a taxa de alfabetização. Também fizemos uma análise da situação ambiental no Estado, do perfil de violência que vem se refletindo nas cidades mais urbanizadas, tendo como alvo muitas vezes as crianças e a mulher. Isso englobou uma análise de alguns dados estatísticos e da análise de material hemerográfico incluindo-se, aí, jornais e revistas da região.

O segundo capítulo pode ser visto como o capítulo do "rompimento", onde trabalhamos especificamente a forma como vem ocorrendo a ruptura e reformulação da noção de desenvolvimento, tanto no debate político e acadêmico, como na representação social dos atores do mercado, Estado e Sociedade Civil. Deste modo, este capítulo se subdivide em duas partes. A primeira, se relaciona com as implicações da discussão sobre o DS, sobre os enfoques que vimos no primeiro capítulo. Aí se poderá ver como a discussão na atualidade sobre os limites da sustentabilidade global colocam em xeque, tornando até mesmo obsoletos os enfoques anteriores que se debruçaram da mesma forma sobre os "limites do desenvolvimento". Essa parte reduziu-se exclusivamente a uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, onde procurou-se fazer um resgate histórico da discussão, fazendo um itinerário sobre o surgimento da noção de Desenvolvimento Sustentável, tendo início desde os prognósticos feitos



pelo Clube de Roma com respeito aos limites do crescimento até as discussões mais contemporâneas na RIO-92. Ao final da primeira parte do segundo capítulo, também procura-se fazer uma análise quanto à ambigüidade e incoerências existentes na discussão sobre os "limites da sustentabilidade global" e ainda em relação a temas como participação democrática, crescimento econômico, degradação ambiental, etc.

Porém, na segunda parte do capítulo tivemos que optar por outras abordagens metodológicas, utilizando-se em grande parte de uma pesquisa mais exaustiva em jornais e revistas e do emprego de entrevistas com os atores do mercado, do Estado e da Sociedade Civil. Para essa mudança, deve-se levar em conta que a metodologia sempre se apresenta como a melhor maneira para coletarmos as informações que desejamos e que estão relacionadas aos nossos objetivos de pesquisa. Como uma das nossas hipóteses relacionava-se com a ruptura da noção de desenvolvimento na representação social de alguns atores sociais da região, tivemos que redirecionar o nosso campo de análise para que tal ruptura/reformulação pudesse ser observada.

Deste modo, para podermos verificar a ocorrência dessa ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento", tivemos que partir para uma coleta de dados quanto à percepção de alguns atores sociais sobre o tema. Essa coleta foi feita através da observação em revistas e jornais de grande circulação na região (revista Expressão, Jornal de Santa Catarina, Gazeta Mercantil, A Notícia), e por meio de entrevistas com algumas organizações do mercado, Estado e da Sociedade Civil em Blumenau. Aqui nos deparamos com dois obstáculos metodológicos. Num primeiro momento, com aqueles que se relacionam com os critérios utilizados para a definição dos tipos de organizações a serem entrevistadas, e, em segundo lugar, a amostragem a ser utilizada.

De modo a não tornar a discussão por demais exaustiva, faremos uma breve discussão procurando enfatizar rapidamente as diferenças entre os tipos de

organizações<sup>1</sup>. Primeiro, tratemos das organizações que fazem parte da esfera do mercado. Nela, incluímos todas aquelas organizações formadas por agentes privados e que possuem fins também privados. Essas organizações seguem em geral a lógica da "eficiência econômica", onde os investimentos aplicados nunca poderão comprometer os retornos financeiros almejados, pois, de outro modo, haveria um comprometimento da organização enquanto tal. Nesse caso, o lucro é o princípio que norteia a ação destas organizações, cujo processo envolve tanto capitalistas quanto trabalhadores. Desse modo, para o setor do mercado (setor produtivo-lucrativo) podemos incluir tanto empresas, sindicatos e associações representativas da classe empresarial e da classe trabalhadora. De acordo com Fernandes (1994), sindicatos e associações patronais cumprem funções de mercado, embora efetivamente envolvam-se em múltiplas atividades sem fins lucrativos.

Quanto às organizações que fazem parte da esfera do Estado, podemos incluir todas aquelas organizações formadas por agentes públicos e que possuem como fim a produção e fornecimento de bens e serviços coletivos. Neste caso é necessário fazer uma pequena ressalva, dada a proximidade e semelhança com as organizações do terceiro setor, que veremos a seguir, e que também envolvem-se na produção e fornecimento de bens coletivos.

As organizações do Estado valem-se, em regra, de uma taxa de impostos ao qual o beneficiário é obrigado a contribuir. Em segundo lugar, para realizar algumas de suas iniciativas, estas organizações podem valer-se do poder legítimo de violência do Estado para obter o consentimento dos envolvidos. Deste modo, pode-se incluir no setor do Estado (sistema burocrático-administrativo e governamental) órgãos e secretarias do poder público, incluindo-se, aí, os três poderes

---

<sup>1</sup>Para uma aproximação mais profunda sobre o tema ver os trabalhos *ONG's na América Latina* (1995) e *Organizações Voluntárias de Florianópolis* (1996) de Scherer-Warren, e a discussão feita por Fernandes em *Privado porém Público : o Terceiro Setor na América Latina* (1994) e *Elos de uma Cidadania Planetária* (1995).

(executivo, legislativo e judiciário) e os partidos políticos. No entanto, com relação a estes últimos, é necessário fazer algumas ressalvas. Alguns podem argumentar que os partidos políticos formam-se no atendimento dos interesses de agentes privados. Ao nosso ver, seria equivocado enquadrar organizações como os partidos políticos enquanto organizações do setor privado, e muito menos enquanto organizações do terceiro setor, pois, a inclusão dos partidos políticos entre as "não-governamentais" é questionável, já que pela sua natureza os partidos são organizados em função da lógica do Estado, alterando-se inclusive o seu controle (FERNANDES, 1994, p. 26).

Haveria, por último, o que podemos denominar de terceiro setor. Este setor denota "um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos" (FERNANDES, 1994, p. 21). Há uma série de razões para diferenciá-las, tanto do setor do mercado como do Estado. Ao contrário das organizações do mercado, estas organizações não seguem a lógica do lucro e nem representam as classes e grupos envolvidos no sistema produtivo, embora possam eventualmente se envolver em questões correlatas. Quando caracterizamos estas enquanto organizações "sem fins lucrativos", aludimos para uma natureza diversa de sua ação em relação àquelas que envolvem "fins lucrativos". Para as do terceiro setor, muitas vezes os investimentos envolvidos em determinadas ações podem ser maiores que os eventuais retornos financeiros. De modo a não depender dos requisitos da "eficiência econômica", elas dependem de alguns elementos surpresas como a doação e a solidariedade. Conforme Fernandes:

"... elas só podem subsistir se contarem com doações feitas por terceiros. Recoloca-se, assim, a distinção já aludida: enquanto os serviços oferecidos pelo Estado são financiados por impostos compulsórios, os serviços oferecidos pelo terceiro setor dependem, em grande medida de doações voluntárias. O setor sobrevive porque, em algum momento, a busca do lucro dá lugar a uma doação. Sua existência envolve uma troca triangular pela qual alguns dão para que outros possam receber. Incluir despesas alheias na minha contabilidade é expressão econômica da tese moral que alimenta a dinâmica do terceiro setor: importar-se com o outro ..." (1994, pg. 24)

Este elemento diferenciador, a preocupação e interesse gratuito com relação a terceiros, acaba por diferenciá-las também das organizações que fazem parte da esfera do Estado, como pode-se ver na citação acima. Embora se assemelhem quanto às organizações do Estado no que tange à produção e fornecimento de serviços e bens públicos, não fazem isto a partir da taxação compulsória dos envolvidos, mas pela doação voluntária de pessoas e grupos que nem sempre tem um retorno material dessa iniciativa. Tem que se considerar também, que estas organizações não contam e não dispõem do uso legítimo da violência para obter consentimento com respeito aos seus objetivos e iniciativas, e nem mesmo concorrem ao governo, como fazem os partidos políticos, para obtê-la. Por estes motivos, nós podemos incluir nesta categoria as seguintes organizações que possuem de forma geral as características citadas acima: ONG's (organizações não-governamentais), grupos de mútua ajuda e associações de bairro.

Estabelecida a diferença de cada setor e visto as organizações que se enquadram em cada uma destas categorias, deparamo-nos com o problema da amostragem. Se procurássemos estudar a totalidade da população ou tão somente uma amostra das organizações representativas daqueles setores, a pesquisa se tornaria, já em seu início, inviável. Para que isso fosse possível, teríamos que optar entre um dos três setores citados, mas assim poder-se-ia perder a riqueza das diferentes visões que surgem na ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento". Desse modo, procuramos enfatizar tão somente alguns elementos característicos de cada setor, optando por uma amostragem intencional. Nesse caso, talvez seja relevante considerar as seguintes palavras;

"As idéias de uma minoria podem se tornar expressivamente mais relevantes do que a aparente 'ausência' de idéias, ou opiniões, da maioria. Seu peso significativo não se limita a uma questão de frequência observacional. Por isso as pesquisas baseadas em amostras estatisticamente representativas têm tendência a dar uma visão bastante "conformista" da realidade; seus critérios são falsamente igualitários quando postulam que cada indivíduo vale por um e que cada opinião é equivalente a qualquer outra. Os critérios numéricos

podem fazer desaparecer as minorias. A nosso ver, a representatividade expressa (ou qualitativa) é dada por uma avaliação da relevância política dos grupos e das idéias que veiculam dentro de uma certa conjuntura ou movimento. Trata-se de chegar a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e politicamente fundamentada, com possível controle ou retificação de suas distorções no decorrer da investigação" (THIOLLENT, 1994).

Tendo como alternativa uma amostragem intensional, a pesquisa resultou num total de 24 entrevistas, sendo 8 realizadas com organizações da sociedade civil, 7 em organizações do mercado e 9 em organizações do Estado. O número desigual de entrevistas deveu-se, em grande parte, pelas dificuldades e imprevistos encontrados durante o trabalho de campo, mas que de qualquer maneira acabou não comprometendo o resultado final. Quanto a que tipo de organizações e "quem" nestas seria entrevistado, seguimos o seguinte caminho: Quanto às organizações do mercado, decidiu-se por sindicatos e associações do vestuário e têxtil, já que a região é amplamente reconhecida pelo potencial deste setor. Feito isto, fizemos uma escolha aleatória por outros setores econômicos da região de modo a diversificar a gama de entrevistados. Quanto às organizações do Estado, optamos em sua maioria por partidos políticos, entrevistando quase a totalidade deles existentes no município. Entre elas, realizou-se, também, uma entrevista com um técnico de planejamento urbano da cidade. Quanto às organizações do terceiro setor, dividimos as organizações entre ONG's, associações de bairro e grupos de mútua ajuda. Deve-se deixar claro que se procurou entrevistar, sempre que possível, os presidentes das organizações, e quando isso não se tornou possível, escolheu-se um membro da diretoria (para uma descrição do total dos entrevistados ver Anexo I).

Por final, deve-se esclarecer que a necessidade das entrevistas para além da pesquisa em jornais e revistas se dá por dois motivos básicos. Primeiro, porque a restrição da coleta de dados naqueles meios de comunicação de massa iriam possibilitar uma visão circunscrita quase que exclusivamente a empresários e

partidos políticos. Seria de grande dificuldade extrair desses meios a percepção de representantes da sociedade civil, isto porque é o próprio "empreendedor catarinense" na figura do empresário, que é o primeiro, e muitas vezes o único, a ser convidado a expressar a sua opinião sobre o "modelo catarinense de desenvolvimento". E a escolha de se fazer essas entrevistas exclusivamente na cidade de Blumenau se dá, em primeiro lugar, pela minha proximidade em relação à cidade. Em segundo lugar, a busca de uma amostragem de alguns representantes do Estado, do mercado e da Sociedade Civil de toda a região do Estado, comprometeria a realização da pesquisa tanto em relação ao tempo, quanto dos recursos que lhe foram destinados. E além do mais, deve-se considerar que a cidade de Blumenau, como se poderá ver, foi utilizada no estudo de Hering para defender a tese do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento", sendo ela considerada por alguns a "capital do Vale do Itajaí", ou ainda, sendo na história desta cidade que se poderia encontrar para outros "(...) a mais perfeita síntese da forma de ocupação econômica de Santa Catarina"(FABRIS, 1994a).

## CAPÍTULO 1

### PERIGOS E INCERTEZAS DO DESENVOLVIMENTO

"De qualquer modo, o progresso não está assegurado automaticamente por nenhuma lei da história. O devir não é necessariamente desenvolvimento. O futuro chama-se doravante incerteza"

(EDGAR MORIN)

Ao final do século XVIII, a Europa deparava-se com uma série de comoções sociais que se assemelham em muito aos problemas atuais de grandes cidades do continente africano, como também de países da América Latina. Subemprego, fome, falta de oportunidade e de perspectiva de vida para um grande número de pessoas, eram fenômenos comuns nas ruas de Paris em 1789. Para muitos observadores, aquele quadro social de miséria que se refletia em muitas das cidades européias, era uma das principais molas impulsionadoras da onda revolucionária que estava emergindo. Não se demorou a ver na explosão demográfica a origem daquela tragédia social. Se por um lado as inovações da medicina (vacinas) impediam a mortalidade infantil, por outro lado não impediam, e mesmo incentivavam, o aumento da taxa de natalidade, sem falar na migração dos agricultores que eram expulsos da região agrícola e invadiam os centros das cidades. Deste modo, não seria de estranhar, que um observador como Thomas Robert Malthus, que escreveu seu artigo *Essay on Population* em 1798, visse na explosão demográfica o maior perigo para a

humanidade. Para este clérigo, economista, historiador e demógrafo, o futuro de fome e miséria, que previa para grande parte das massas populares, tinha como origem principal a diferença entre o crescimento populacional (crescimento exponencial) e o aumento da produtividade (crescimento aritmético) (KENNEDY, 1993, p. 3)

Das discussões que se travam na atualidade sobre desenvolvimento e meio ambiente, esse tema neomalthusiano vem recebendo grande popularidade, sendo colocado, geralmente, como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento. A rápida simpatia por este diagnóstico pode antes esconder os interesses políticos e econômicos dos atores no cenário mundial do que simplesmente explicitar uma simples preocupação com a problemática ambiental entre países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos". Ela é sedutora para ambos os lados, primeiro porque propicia que se coloque em segundo plano ou que torne até mesmo irrelevante a discussão sobre as consequências e a inviabilidade do padrão de consumo dos países industrializados. A partir desta perspectiva, a transição para um desenvolvimento mais sustentável no planeta se poderia dar por uma simples transição demográfica nos países mais pobres do globo, através da redução do seu crescimento populacional. Para as elites políticas e econômicas dos países mais pobres, torna-se sedutora na medida em que torna obsoleta a discussão a respeito de reformas e mudanças estruturais mais profundas<sup>2</sup> (ex: reforma agrária e distribuição de renda). Além dessas abordagens não mencionarem a própria tendência de queda da fecundidade mundial atualmente<sup>3</sup>, fazem esquecer que muitos riscos ecológicos de abrangência global se localizam nos próprios países industrializados.

---

<sup>2</sup>Para uma análise dos equívocos e dilemas que subjazem a respeito do tema do crescimento populacional, ver Martine (1993, pp. 9-19).

<sup>3</sup>O que não implica que se diminuirá desde já o crescimento populacional, dado o caráter de inércia do próprio processo demográfico, onde é resultado não somente da taxa de fecundidade, mas também da estrutura etária da população feminina em idade reprodutiva, assim as políticas de controle populacional "(...) reduzem o ritmo de crescimento mas não eliminam a inércia dos padrões anteriores. Embora de forma desigual e com algumas lacunas importantes, o mundo já caminha para uma redução do seu crescimento; que isto não seja vistível a olho nu não altera o fato central" (MARTINE, 1993, p. 12).



Dos perigos da densidade demográfica pareceria assim ressuscitar o principal prognóstico malthusiano que coloca o crescimento populacional como principal limite do desenvolvimento. O que faz pensar que uma vez superado esse limite o desenvolvimento estaria livre para seguir livre indefinidamente. O crescimento demográfico é entendido geralmente como um "perigo natural", haveria uma lógica do crescimento populacional que seria o crescimento exponencial, a população entendida como uma grandeza que se reproduz e aumenta gradativamente por si mesma. A própria idéia da existência de limites do desenvolvimento é uma idéia que provém de uma visão determinante dos processos de mudança na sociedade, que tenta reduzir o processo de desenvolvimento à uma única dimensão. Assim, o crescimento demográfico ou crescimento econômico são, em grande parte, vistos como os principais limites do desenvolvimento, fazendo crer que a superação destes entraves, possibilitará um progresso indefinido e mais amplo da sociedade.

No entanto, a ligação entre a densidade demográfica e degradação do meio ambiente nem sempre é tão direta e pode ocorrer, muitas vezes, de modo inverso. Isso porque a possibilidade de um crescimento indefinido que se pauta num crescente uso de recursos fósseis (não-renováveis como petróleo e derivados, carvão vegetal etc) não pode ser sustentado a longo prazo pelos países centrais e nem pode ser generalizado para os países não-industrializados e semi-industrializados do planeta. O primeiro fato se liga com a contradição que se gera entre a idéia e consecução de um crescimento ilimitado (mais produtividade, mais consumo, mais mercadorias ...) e a existência de um planeta finito com recursos naturais limitados e capacidade limitada de reabsorção de rejeitos poluentes pelos ecossistemas naturais. O segundo fato que decorre em grande parte do primeiro, torna a própria industrialização e progresso tecnológico dos países centrais como Europa e EUA no que podemos denominar de um "bem oligárquico" (ALTVATER, 1995). Isso significa que as sociedades mais industrializadas do globo só podem reivindicar para si as maravilhas da afluência

industrial e propugnar esta como a via para o "melhor desenvolvimento" na medida que o mundo não industrializado assim permanecer.

O primeiro aspecto mostra que o problema do desenvolvimento não se encontra apenas na diminuição ou estagnação do coeficiente de crescimento como o fizeram pensar os defensores do "crescimento zero"<sup>4</sup>, mas na regulação do metabolismo existente entre sociedade e meio ambiente. A medida que o modelo capitalista industrial se expande em escala internacional, ele necessita de quantidades crescentes de recursos naturais como de lugares para que os despejos dos rejeitos gasosos, líquidos e sólidos possam ser reabsorvidos pelos ecossistemas naturais. Na medida que o uso de recursos fósseis se dá, de forma contínua conjuntamente com a emissão de uma quantidade crescente de poluentes, ela se defronta com uma capacidade de reabsorção tendencialmente decrescente dos ecossistemas, na medida que os encargos do passado como escreve Altvater, atuam como restrições no presente. Isso acontece com todos os ecossistemas naturais que são invadidos de maneira crescente pelo sistema capitalista industrial e cuja instabilidade só pode ser avaliada em condições de incerteza:

"Os efeitos dos processos econômicos de transformação material e energética (inclusive os efeitos externos assim produzidos) tendem a possuir um alcance crescente com o desenvolvimento técnico. Ao mesmo tempo, a natureza externa tem como fonte de matérias-primas e depósito de emissão uma capacidade de absorção e de transformação também tendencialmente decrescente, já que os encargos do passado atuam como restrições no presente (...) Por exemplo, se as florestas tropicais ocupam apenas dois terços da área que ocupavam há duas décadas, então a queima anual média (nos anos 80) de cerca de 168 mil quilômetros quadrados de floresta tropical (...) tem consequências proporcionalmente maiores no ano de 1992 do que no começo dos anos 70, por causa da área entrementes

---

<sup>4</sup>A idéia de um crescimento zero foi proposta por um grupo de industriais e cientistas em 1972, denominado Clube de Roma num estudo intitulado *The Limits to Growth*. (Meadows et al. 1972). Com o uso de um programa computacional eles fizeram uma análise das tendências globais do crescimento econômico e populacional e de possíveis consequências ambientais que esse crescimento poderia implicar. Resumidamente a conclusão do estudo foi a necessidade de estagnar esse crescimento de modo a evitar um possível colapso do sistema capitalista mundial em algum ponto do próximo século. As repercussões desse prognóstico será melhor analisado quando abordarmos o tema do desenvolvimento sustentável no segundo capítulo.

reduzida. (...) As consequências disso para a reprodução de ecossistemas inteiros e, portanto, para a sua produtividade ecológica só podem ser avaliadas em condições de incerteza. Os efeitos podem assumir traços catastróficos, colocando em questão o suprimento alimentar dos homens (...)" (ALTVATER, 1995, p. 34-5).

Isso nos faz concluir que a capacidade de regeneração de muitos ecossistemas (ex: biosfera, oceanos, etc) não podem ser reutilizadas pelos países não-industrializados em suas estratégias de desenvolvimento quando a expansão industrial de base fossilista é colocada como objetivo principal. Neste caso, a desigualdade industrial e tecnológica implicará também numa utilização desigual dos "direitos de poluição", pois as cotas de poluição já gastas no ar ou nas águas pelos países centrais, não podem ser reutilizadas pelos países em via de industrialização. Isso mostra que qualquer estratégia de desenvolvimento a partir do padrão capitalista industrial fossilista atual tem sua repercussão em todas as outras regiões do planeta. Vê-se que apenas 11,6% da população mundial (América do Norte e Europa) consomem 42,5% de toda energia do globo, contribuindo, segundo alguns estudos, com cerca de 3/4 do efeito estufa. O efeito cumulativo e de longo prazo que isso representa pode ser visto na duração variável de gases que são emitidos para a atmosfera: CO<sub>2</sub> (até 120 anos), CH<sub>4</sub> (10 anos), N<sub>2</sub>O (150 anos), ozônio (0,1 ano), FCKW (60 anos), FCKW<sub>12</sub> (130 anos) (ALTVATER, 1995, p. 198). Se pegarmos somente a emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera para alguns países industrializados e não-industrializados veremos que neste caso a associação entre densidade demográfica e depredação de recursos pode ocorrer de modo inverso onde países centrais com índices populacionais menores são os mais poluentes (ex: EUA) do que países "pobres e populosos do terceiro mundo" (ver Anexo 2).

A partir destas colocações deveríamos nos perguntar até que ponto o *american way of life* é condizente com um *worldwide way of life* (estilo de vida mundial)? É justo que um estilo de vida que apenas pode ser mantido em regiões

restritas do globo seja propagado como a melhor opção a ser adotada por países economicamente pobres ou que se diga ser este o melhor dos mundos possíveis? Se for, a legitimidade das teorias do desenvolvimento se encontram comprometidas na medida que esta "evolução" não pode ser generalizada, concentrando-se em apenas 11,6 % da população mundial.

Por outro lado, poder-se-ia argumentar que a partir da exportação de bens duráveis dos países centrais para os países da África e da América Latina, estes últimos também seriam contemplados pelo ônus das emissões tóxicas devidos ao consumo de energia. No entanto, esse argumento não levaria em consideração o fato de que a concentração da indústria e tecnologia nos primeiros representa a monopolização de sistemas de transformação energética que é protegida pelo sistema de formação de preços das matérias primas e de relações monetárias<sup>5</sup> o que faz com que populações de regiões fornecedoras de matérias primas padeçam muitas vezes por falta de energia.

Muitas das incertezas e riscos que circundam a expansão crescente do sistema capitalista industrial não podem, deste modo, ser vistos como "limites" que possam ser superados por remédios antiquados, como inserção de mais tecnologia ou na crença da resolução destes problemas pelo interesse egoísta e individual pelo qual agem os agentes no mercado. Isso porque em um cenário de livre comércio, as empresas e os países que internalizam os custos ambientais ficam em desvantagem em relação àqueles que não fazem o mesmo, transformando o mercado, desse modo, num mecanismo que 'premia' os mais poluidores (LEIS, 1995, p. 27). Além disso, deve-se ressaltar que grande parte destes fenômenos (efeito estufa, poluições generalizadas, elevação do nível do mar, etc) não podem ser avaliadas a partir da metodologia científica contemporânea, como assinalam outros dois autores:

---

<sup>5</sup>Ver capítulo sete do livro de Altvater (1995).

"Os novos problemas ambientais globais tem traços comuns que os distingue dos problemas científicos tradicionais. São globais em escala e de longa duração em seu impacto. Os dados com respeito a seus efeitos, e inclusive os dados para as orientações básicas dos sistemas 'sem distúrbio', são radicalmente inadequados. Ao serem complexos, recentes e variáveis, estes fenômenos não são bem compreendidos. A ciência nem sempre pode proporcionar teorias baseadas em experimentos para explicá-los e predizê-los e frequentemente no melhor dos casos só logrará modelos matemáticos e simulações computacionais, que, como já temos assinalado, são essencialmente não testáveis. Sobre a base de tais *inputs* incertos, devem tomar-se decisões sob condições de urgência. Em consequência, como a ciência não pode proceder sobre a base de predições fáticas, apelará tão só a *prognósticos políticos*" (tradução minha) (FUNTOWICZ & RAVETZ, 1994, pg. 18-9)

Grande parte destes riscos (efeito estufa, explosão demográfica, etc) podem ser entendidos no que Giddens (1996) chama de riscos artificiais. A partir desse entendimento, podemos nos afastar dos equívocos que podem ocorrer caso entendêssemos os "limites" atuais como "perigos externos" ou "perigos naturais". Enquanto esses surgem das vicissitudes da própria natureza, os riscos artificiais surgem da própria intervenção humana nos ambientes natural e social. Eles são resultado de uma mudança do ambiente de risco das sociedades pré-modernas para as sociedades modernas e que diferem em grande parte pela sua origem, mas também em intensidade e expansão em escala global. A possibilidade de uma guerra nuclear<sup>6</sup> ou de um acidente nuclear tipo Chernobyl, transcendem as fronteiras das sociedades entendidas como Estado Nação, e suas consequências podem perdurar por um período desconhecido. Mesmo fenômenos menos visíveis como a divisão do trabalho ou crescimento populacional em escala internacional, tem efeitos que só podem ser avaliados *post facto*. Implicam em riscos que não respeitam diferenças entre ricos e pobres, nem entre nações e classes. Isso no entanto não impede que riscos diferenciais continuem a existir.

---

<sup>6</sup>Mesmo que houvesse um processo de desarmamento nuclear, com o conhecimento técnico e científico existente a possibilidade de reconstrução dessas armas permaneceria juntamente com o risco de sua utilização.

Esse novo ambiente de risco tem a sua origem no surgimento da indústria moderna impulsionada pela ciência e tecnologia, que transformaram de forma substancial a nossa relação com o meio-ambiente natural. Hoje, não são apenas pequenas áreas em cidades que estão suscetíveis de sofrerem alterações pelas próprias ações humanas, mas todo o planeta. A possibilidade de grandes tragédias não surgem de uma mão divina, mas das ações que são levadas a cabo pelo homem. Hoje, além dos perigos naturais, nos deparamos com incertezas relacionadas com as conseqüências da intervenção humana nos ambientes natural e social. Enquanto que nas sociedades pré-modernas o risco tinha pouco ou nada a ver com esta intervenção, as sociedades na condição de modernidade enfrentam vários tipos de riscos que surgem justamente da intermediação entre homem/natureza pelo industrialismo e tecnologia. Veja, por exemplo, os acidentes graves em usinas nucleares provenientes da radiação ou do contato com o lixo atômico, a poluição química em mares e rios, a possibilidade de existir um "efeito estufa" cujas conseqüências se desconhecem de forma precisa, dos poluentes atmosféricos que atacam a camada de ozônio, etc.

Apesar de podermos falar do potencial destrutivo de sociedades pré-modernas, esses casos podem ser considerados isolados e esporádicos, e diferem muito com a dimensão e intensidade e principalmente com a origem dos riscos ambientais em escala global. Devido ao pouco poder de impacto ambiental das tecnologias pré-modernas, estas viviam a mercê das vicissitudes do mundo físico, entre a sorte e o azar ou entre o castigo e a bênção divina. Ao contrário de muitas técnicas do mundo moderno, que podem aumentar a segurança dos seres humanos frente aos imprevistos da natureza, nas sociedades pré-modernas esses riscos tinham pouco haver com a utilização do conhecimento científico e tecnológico no meio ambiente natural. O "ambiente de risco" destas sociedades eram constituídos em grande parte por fenômenos como inundações, secas, tormentas, epidemias, e o homem detinha pouco conhecimento sobre esses fenômenos para se defender.

A crise do desenvolvimento se manifesta em grande parte pela generalização das incertezas como do descontrole humano sobre o meio ambiente natural e social que é intensificado pelo uso irrestrito do conhecimento científico e tecnológico como também da impossibilidade de generalizar o padrão capitalista industrial do modo como o encontramos nos países centrais.

Os testes nucleares e as análises sobre a destruição da camada de ozônio é um bom exemplo para ver de que forma esses fenômenos perpassam por várias incertezas. Após a Segunda Guerra Mundial, a fabricação de artefatos nucleares entrou numa fase competitiva que tinha nos EUA, URSS, Grã-Bretanha e França os seus principais competidores. A partir daí uma série de testes foram realizados seguidos de um crescente debate sobre o potencial destrutivo dos armamentos nucleares sobre os ecossistemas naturais. O teste nuclear na Argélia, iniciado pela França, acabou resultando numa nuvem radioativa que acabou cruzando o mar e penetrando na península ibérica. Em abril de 1953, surge uma chuva radiotiva em Nova Iorque, que aparentemente teria sido contaminada por testes nucleares em Nevada. Em 1954, é testada uma bomba de hidrogênio pelos EUA, no atol de Bikini, no Pacífico Ocidental. A mudança de ventos fez com que as partículas espalhadas pela explosão, e que resultaram numa quantidade duas vezes maior que o esperado, caíssem em direção às ilhas Marshall. Depois de duas semanas, um barco japonês retornava ao porto com 23 de seus membros sofrendo de doenças da radiação. Os peixes que provinham das regiões próximas do teste chegavam também contaminados. Para alguns, a radiação era um problema menor em detrimento de questões atinentes à segurança nacional. Outros argumentavam que a radiação, em quantidades moderadas, poderia na verdade ser benéfica à saúde. Para outros, os testes mostravam o quão pouco se conhecia sobre o meio ambiente e das consequências inesperadas que poderiam ocorrer com a manutenção dos testes nucleares (McCORMICK, 1992, pp. 66-68).

O mesmo pode se ver em relação à destruição da camada de ozônio. Em 1974, Mario Molina e F. S. Rowland advertiam sobre os efeitos dos CFCs (cloro-flúor-carbonos) na camada estratosférica do planeta. Para eles, a reação do ozônio estratosférico com os compostos do CFC provocavam a destruição da camada de ozônio, aumentando o nível de radiação ultravioleta na terra. Os dois cientistas procuraram demonstrar que as concentrações de ozônio poderiam ser reduzidas em 20% se mantivessem as tendências de emissão de CFCs. Para a Academia Nacional de Ciências do UNEP, esse número caía para 16,5% e 10%, e de 3% a 5% para o Conselho Nacional de Pesquisas nos EUA. Para outros cientistas esse fenômeno poderia intensificar ainda mais o fenômeno do "efeito estufa", que levaria a um aumento de temperatura de 3,5°C a 4,2°C na metade do século XXI em todo o planeta. Se por um lado há discordâncias tanto com os índices possíveis de redução do ozônio estratosférico ou de sua influência para o efeito estufa, por outro lado existem aqueles que questionam até mesmo se tais fenômenos seriam resultado da intervenção humana na natureza. A possibilidade de existência desses eventos podem resultar em consequências tão amplas no conjunto dos ecossistemas globais que torna difícil a possibilidade de um prognóstico exato ou ainda aproximado. Essas são algumas das incertezas artificiais que envolvem os riscos com fenômenos como os testes nucleares, destruição da camada de ozônio, da precipitação de um efeito estufa e de suas consequências para a mudança do clima no planeta.

É por sua origem artificial, da utilização do conhecimento científico e tecnológico, que os riscos no mundo contemporâneo, na sua maioria, devem ser encarados e provocar um repensar das estratégias como da idéia de desenvolvimento. A crise do desenvolvimento que surge com o aumento e generalização das incertezas e perigos (MORIN, 1995), colocam em xeque a possibilidade de um desenvolvimento indefinido pautado por uma crescente industrialização. Ela se defronta com riscos e



perigos que ela própria cria, e que não podem ser superados com mais do mesmo, isto é, com mais tecnologia.

Embora a idéia de risco implique no próprio reconhecimento dos limites de controle, entendido como risco externo "ela só faz isso ao encarar esses limites como 'controláveis' e situando-se fora do campo de ação da própria modernidade" (GIDDENS, 1996, pg. 174). Para esta perspectiva os "limites do desenvolvimento" sempre se apresentariam como "perigos naturais" ou "perigos externos" que se localizariam fora do próprio conhecimento científico e tecnológico. Estes, por sua vez, podem se apresentar convencionalmente como isentos de responsabilidade dos próprios problemas que criam. Mas não foi o crescimento populacional entendido muitas vezes como uma mola impulsadora para aumentar o consumo e de ampliação do mercado interno, uma simples variável para o planejamento econômico. De que as conglomerações nas grandes cidades foram resultado de uma política de crescimento econômico acelerado, ou de que grande parte da situação de indigência dessas pessoas provém da falta de uma política de distribuição de renda e de terra, etc. É como que se houvesse, no caso da possibilidade uma explosão demográfica, uma tendência imanente na população seguindo um lógica férrea para que aumente indefinidamente. Mas isso seria um equívoco proveniente de uma visão determinista, pois a própria densidade demográfica é resultado muitas vezes das estratégias de desenvolvimento, da intervenção do conhecimento especializado (o uso de métodos contraceptivos para mulheres por exemplo) na população.

Essas colocações mostram que a interdependência existente entre as regiões mais longínquas do globo se encontram, de certa forma, hoje, mais próximas do que nunca. Mostra também que as teorias que procuraram analisar o desenvolvimento ou mesmo a evolução das sociedades entendendo por estas o mesmo que um Estado Nação se tornaram insuficientes para compreendermos a própria condição da sociedade global atual. Compromete a própria crença de que a história segue à um

rumo pré-determinado e irreversível para o progresso e bem-estar de todos a partir da tentativa de controle crescente frente aos seus ambientes social e natural. Essa tentativa se encontra comprometida pela própria dimensão e origem dos riscos e perigos pelos quais nos defrontamos atualmente e do potencial de descontrole que eles representam. Nas palavras de Giddens,

"O mundo em que vivemos hoje não está sujeito ao rígido controle humano - a essência das ambições da esquerda e, poder-se-ia dizer, o pesadelo da direita. Quase ao contrário, é um mundo de perturbação e incerteza, um 'mundo descontrolado'. E, o que é perturbador, aquilo que deveria criar uma certeza cada vez maior - o avanço do conhecimento humano e a 'intervenção controlada' na sociedade e na natureza - está na verdade profundamente envolvido com essa imprevisibilidade" (1996, p. 11).

## 1 - CARACTERÍSTICAS E LIMITAÇÕES DO PENSAMENTO EVOLUCIONISTA

Ao longo dos séculos XVIII E XIX a corrente dominante do pensamento filosófico e científico se pautou sobre uma crença cuja credibilidade caiu em decadência, e que a aparição durante o século XX se faz ainda de forma não muito bem esclarecida - a pressuposição da existência de uma tendência linear e irreversível de mudança nos processos socio-culturais da sociedade. Tanto na filosofia (Hegel, Kant, etc), na sociologia (Comte, Durkheim, Spencer, Marx, Parsons, etc), na economia (Hildebrand, Rostow, etc) na antropologia (Engels, Morgan, etc) e mesmo nas ciências biológicas e físicas o problema central da dinâmica foi o de descobrir e descrever as tendências lineares que se desenvolveriam num tempo histórico contínuo e irreversível<sup>7</sup>. Esse pressuposto se torna muito mais frágil quando considerado em relação às sociedades humanas, pois a linearidade desses processos nos grupos

---

<sup>7</sup> Para uma análise da predominância desse objetivo tanto na filosofia como nas ciências em geral, ver Sorokin (1960, pp. 344-58).

humanos pressupõe que exista um mecanismo dominante de transformação que se mantenha em estado contínuo de equilíbrio (SOROKIN, 1960, p. 354).

Deste modo, fazer uma analogia entre as idéias de ontem e de hoje pode se tornar um bom exercício para verificar até que ponto passado e presente se encontram entrelaçados. Isso pode ser visto entre os pressupostos do evolucionismo social e as teorias de desenvolvimento, que embora possam ser vistas como perspectivas similares, estas últimas são menos explícitas quanto ao pressuposto básico colocado no parágrafo anterior. É necessário ver, então, de que modo estes dois termos, desenvolvimento e evolução, se namoram, se complementam e se reforçam; no entanto, essa cumplicidade poderá ser feita apenas de forma ampla, uma vez que a história e o respectivo campo semântico de cada um destes termos é bastante abrangente. São vários os significados e conceitos que fizeram parte da história tanto do evolucionismo como do desenvolvimento e que desencadearam um novo modo de pensar a realidade e agir sobre ela<sup>8</sup>.

Mas se desenvolvimento em toda a sua história passou por variações conceituais e semânticas, deve existir, no entanto, e isso pressupõe a continuidade deste pensamento, um denominador comum que possibilite enquadrar esta ou aquela teoria como caracteristicamente evolucionista, incluindo-se aí as teorias do desenvolvimento. Isso não implica em dizer que exista uma corrente geral e que não existam diferenças conceituais incompatíveis entre elas, mas implica em tentar explicitar o que há de *comum*. Essa tentativa e sua crítica não nega a possibilidade de realização de um "outro desenvolvimento", porém, para adquirir originalidade e legitimidade ela

---

<sup>8</sup> Enquanto que para muitos pensadores a crítica ao progresso versou sobre a negação de sua realidade, para Nietzsche o que parece ter acontecido foi o seu contrário. Como argumenta Marramao, nele o "(...) progresso é criticado não porque seja irreal ou ilusório, mas (...) porque é *terrivelmente verdadeiro* e opera efetivamente: (...) o mundano secularizar-se dos valores originalmente contidos na idéia de progresso são reais, efetivos - porém a ponto de restabelecer um gigantesco e hipetrófico coágulo patológico (...)" (1995, p. 311).

deve salvaguardar a ruptura com o caráter determinista das teorias do desenvolvimento dominantes desde o século XVIII<sup>9</sup>.

As teorias do desenvolvimento implicam em algo mais do que simplesmente entender de como a sociedade se transforma. Elas implicam, em primeiro lugar, em sua maioria, procurar entender em que direção se dá esta transformação em relação ao tempo histórico da humanidade, e, em segundo lugar, tentar descobrir os "mecanismos" que possibilitem levar a estágios superiores do processo evolucionista. Nesse caso, a sociedade desenvolvida consiste na capacidade de crescer indefinidamente para estágios cada vez mais avançados. Esta tentativa, à medida que é levada a cabo pelas ações humanas, implicará em valorizar determinadas dimensões da sociedade e do indivíduo, ou apenas os mecanismos que se pressupõem que levarão "automaticamente" à sociedade desenvolvida. Mas tal objetivo, no entanto, pode se encontrar implícita ou explicitamente, como de forma otimista ou pessimista nas teorias de ontem e de hoje. Tendo em vista o ideal de um estágio mais avançado da sociedade (a sociedade desenvolvida), grande parte das discussões travadas entre otimistas e pessimistas, em relação ao desenvolvimento, percorreu e avançou nos campos dos seus obstáculos e possibilidades, isto é, dos seus limites. Veja, por exemplo, o caso de Malthus e Spencer. Enquanto que para o primeiro o crescimento demográfico era a principal causa para a lacuna entre as necessidades alimentares da população e a capacidade da terra de satisfazê-la, preconfigurando um pessimismo quanto à possibilidade de um futuro aperfeiçoamento humano (KENNEDY, 1993), para Spencer a causa primeira do progresso residia justamente na pressão populacional, virando assim a tese de Malthus de cabeça para baixo (HIRST, 1977).

---

<sup>9</sup>Podemos citar aqui dois autores que pelo menos vêm travando uma luta contra essa perspectiva. Tanto Anthony Giddens como Jürgen Habermas têm seus trabalhos marcados pela crítica ao evolucionismo da forma como foi concebido ao longo do pensamento moderno. Um trabalho que procurasse fazer essa analogia a partir da análise das diferentes perspectivas teóricas que cada um acabou tomando seria, creio eu, de inestimável valor. Contribuiria para elucidar muitas das questões ligadas com o próprio conhecimento científico que está intrinsecamente envolvido com grande parte dos problemas da sociedade global atual.

Portanto, se para um a pressão demográfica era o obstáculo, para o outro era a força motriz.

Isso coloca as teorias do desenvolvimento numa problemática mais complexa do que especificamente aquela atinente ao que se convencionou chamar de "limites do desenvolvimento". Essa problemática maior diz respeito à influência do evolucionismo social nas teorias do desenvolvimento, e que alimenta com certeza grande parte do imaginário coletivo moderno<sup>10</sup>. A própria inexistência de discussões éticas em torno da idéia de desenvolvimento já demonstra muito do pressuposto básico pelo qual percorreu grande parte da literatura a respeito do desenvolvimento - a crença num movimento evolutivo direcional e irreversível da civilização. A certeza de uma lei do progresso tornou obsoleta e insignificante a discussão em torno de questões éticas nas estratégias desenvolvimentistas. Como escrevem Fribert e Hettne, "enquanto acreditarmos na evolução e no progresso, não há necessidade de um elaborado conceito normativo de desenvolvimento", a "corrente da evolução nos levará automaticamente à terra prometida" (1984, p. 90-1).

Para vermos de que forma a teoria evolucionista impregnou os pressupostos das teorias do desenvolvimento, é necessário analisar as características do evolucionismo social, para possibilitar uma tipificação ampla e abrangente das teorias de desenvolvimento na América Latina, especificamente no Brasil, sem no entanto comprometer suas diferenças.

Na sua acepção moderna, evolução passou a significar um processo ordenado de mudança, passando por estágios tendencialmente superiores passíveis de serem percebidos pela ciência moderna. Embora seja difícil argumentar a favor da existência de uma perspectiva evolucionista geral, pode-se, por outro lado, delinear alguns de

---

<sup>10</sup>Deste modo, a luta existente dentro do pensamento desenvolvimentista brasileiro para tentar estabelecer os "verdadeiros limites" do desenvolvimento nacional, fez com que teorias aparentemente sólidas e indestrutíveis caíssem na obsolescência, e também pode-se argumentar que muitas destas teorias que surgiram para explicar a causa do subdesenvolvimento em alguns países pobres (ex: teoria da dependência) tiveram antes de mais nada o papel de manter e sustentar a crença de um progresso e crescimento infinito, irreversível e determinado.

seus pontos comuns, que fazem com que uma teoria social possa ser caracterizada como tal. Giddens (1989) percebe quatro características básicas nas teorias evolucionistas e que podem ser descritas como: *a*) continuidade conceitual entre evolucionismo biológico e social; *b*) a especificação de mecanismos de mudança; *c*) a especificação seqüencial de estágios do evolucionismo social e; *d*) a identificação de um mecanismo dominante que possibilite explicar a mudança de todo espectro da história humana (GIDDENS, 1989, pp. 188-9)<sup>11</sup>.

Em muitas teorias evolucionistas tais características estão interligadas e se reforçam mutuamente, mas, no entanto, uma delas nos parece fundamental para que se mantenham irrefutáveis seus pressupostos teóricos. Esse pressuposto está ligado à possibilidade de identificar um mecanismo dominante, e não exclusivo, para a explicação dos processos de mudança social (característica *d*). Sem se descobrir tal mecanismo não seria possível para a teoria evolucionista especificar os mecanismos de segunda ordem (característica *b*) e nem a descrição dos diferentes estágios (característica *c*), devido ao fato de que não se teria critérios para especificar a progressão das mudanças nas formações sociais. Mas que mecanismo de mudança social seria esse com possibilidades explicativas tão amplas? Esse pressuposto básico das teorias evolucionistas parece residir no conceito de adaptação e que uma vez desmitificado compromete a própria força teórica do evolucionismo:

"(...) a noção de adaptação é tão importante nas teorias evolucionistas que sem ela, todas perdem a maior parte de sua força lógica e de sua irrefutabilidade. Portanto, faz sentido sustentar que, se na explicação da mudança social o conceito de adaptação resulta ser destituído de valor (...) o evolucionismo é privado de boa parte de seus interesses" (GIDDENS, 1989, pg. 190).

Estando intimamente ligado à influência dos perigos do pensamento evolucionista às teorias do desenvolvimento, me deterei apenas ao vazio explicativo

---

<sup>11</sup>Uma descrição similar pode ser encontrada em Hirst (1977) e Friberg & Hettne (1984).

pelo qual recai o conceito de adaptação quando não for devidamente reconstruído para sua utilização quanto aos grupos humanos<sup>12</sup>. Esse vazio explicativo decorre em grande parte pelas próprias pretensões explicativas do conceito de adaptação, tornando o seu uso por vezes muito estrito quando conceituado com demasiado rigor, o que resulta, por sinal, numa restrição da possibilidade de tornar-se um candidato a "mecanismo geral explicativo"; ou, por outro lado, um conceito muito amplo quando não especificado um dos aspectos do seu significado (ambiente/adaptação):

"Quando a adaptação é especificada com um certo grau de precisão (...) e quando aquilo a que se é adaptado também está claramente delimitado, a noção é manifestamente inadequada como mecanismo geral de mudança social. Se ambiente significa "ambiente natural" e se 'adaptar-se' a ele significa responder a mudanças distinguíveis nesse ambiente, de maneiras que tenham esse efeito de modificar traços orgânicos ou sociais existentes, nesse caso a 'adaptação' é uma noção simplesmente restrita demais para construir um candidato fidedigno a tal mecanismo" (GIDDENS, 1989, pg. 191)

As próprias noções de "adaptação" e "ambiente" expressas nesse comentário dão origem aos obstáculos pelo qual o conceito se defronta. Quando utilizado em sistemas naturais (sistemas vivos não-humanos) o conceito não se torna tão vago quando utilizado em relação aos sistemas sociais<sup>13</sup>, neste último caso seu uso sofre de graves inconsistências. Quando "adaptação" é introduzida para se analisar a dinâmica de mudanças nos grupos humanos, tal conceito não pode se restringir a questões de sobrevivência ou de interação com o ambiente material, mas deveria, segundo Giddens, incluir "(...) outras sociedades (isto é, o 'ambiente social') no termo 'ambiente' e/ou incluindo-se como 'adaptação' quaisquer processos sociais que

<sup>12</sup>Giddens também analisa mais dois aspectos relacionados com o conceito. Um que diz respeito a sua implicação em explicações funcionalistas, que segundo ele, são logicamente deficientes, e outro relacionado com as falsas premissas quanto às tendências dinâmicas da sociedade. Para a breve discussão teórica a que nos propomos fazer em torno do evolucionismo social, acreditamos que os aspectos abordados em seguida sejam o suficiente para dar uma visão sucinta dos problemas pelo qual se insere tal perspectiva teórica, isso possibilita ao trabalho não incorrer em dilemas muito amplos e que necessitariam um maior esforço teórico.

<sup>13</sup>Embora algumas críticas também sejam feitas até mesmo no campo das ciências biológicas. Ver Giddens (1989).

pareçam favorecer as probabilidades de manter uma sociedade numa certa forma estável" (1989, p. 191). Como resultado, em conformidade às conclusões do autor, o conceito se torna tão vago que o impossibilita de explicar qualquer coisa.

Isso significa que a adaptação nos sistemas sociais não se limita em uma adaptação a ambientes materiais, mas também a um "ambiente social", de maneira que a questão da *sobrevivência* na sociedade humana se torna muito mais complexa na medida que essa não se reduz a fatores simplesmente biológicos. A sobrevivência de um sistema social, neste caso, não pode se reduzir a questões de *inputs* de recursos ambientais, mas envolve em saber o que é efetivamente esta sociedade. Como poderíamos entender a situação de uma sociedade num contexto de rivalidades, onde grupos são subjugados a novas normas e valores? As palavras de Giddens podem talvez ser mais esclarecedoras neste aspecto;

"Se a capacidade adaptativa é definida tão amplamente de modo a incluir a mobilização para a guerra, as unidades sociais, com frequência não logram 'adaptar-se', na medida em que são subjugadas ou destruídas por outras. Mas tipos inteiros de sociedades não se extinguem usualmente desse modo. Além disso, se colonizadas ou subordinadas a outros grupos, em vez de serem extintas, formas preexistentes de organização social continuam a existir sob uma aparência reconhecidamente similar, num contexto social alterado. A questão de saber se conseguiram ou não 'sobreviver' gravita então bastante em torno do que se decide que é uma 'sociedade' ou a unidade apropriada de análise para o estudo evolucionista" (1989, p. 221).

A restrição da capacidade adaptativa dos sistemas sociais a questões de sobrevivência e interação com o ambiente material implica em demonstrar a existência, através de algum critério, de um potencial maior ou menor de adaptação, e conseqüentemente um estágio maior ou menor de desenvolvimento. Algo que sinalize esse processo para além da própria sobrevivência física e biológica da sociedade. O fato de que grupos humanos sobrevivem ou não em relação ao seu ambiente externo não nos diz nada a respeito do seu processo evolutivo geral.



Isso faz com que a adaptação no evolucionismo, como assinala Giddens, engendre também uma crescente capacidade adaptativa da sociedade humana, avaliada a partir de um progressivo controle e diminuição de incertezas, frente aos seus ambientes (natural e social). Um processo pelo qual esses ambientes se mostrem tendencialmente menos perigosos e arriscados. Mas poderíamos argumentar a existência de uma evolução geral a partir desse critério? Segundo Giddens:

"O controle crescente sobre o meio ambiente material, produzido pelo desenvolvimento tecnológico ou a manipulação de recursos autoritários, não é sinônimo, em absoluto, de incerteza reduzida dos resultados. Um agricultor tecnologicamente mais 'eficiente', por exemplo, pode ser mais vulnerável a variações climáticas do que um caçador e coletor. Quanto à redução de futuras imprevisibilidades, quem poderá supor que o mundo no qual vivemos hoje, com suas taxas maciças, embora flutuantes, de mudança tecnológica e econômica, com suas incertezas políticas e a presença de um arsenal nuclear, é menos incerto do que o mundo da humanidade paleolítica?" (1989, p. 220)

O esforço de descobrir as tendências lineares de todo o tempo histórico que acreditavam que deveriam se desenvolver nas sociedades humanas não pode ser mais sustentado, dada as deficiências teóricas por qual passa esse tipo de pensamento. Além disso, o seu uso pode incorrer em falsas premissas em relação as teorias do desenvolvimento.

Isso pressupõe, ao nosso ver, uma virada paradigmática nas teorias do desenvolvimento, uma vez que não podem reduzir as questões de superação dos limites a questões de uma crescente redução de incerteza e de riscos nas estratégias de desenvolvimento<sup>14</sup>. Desse ponto de vista poderemos ver que o evolucionismo está no âmago do otimismo em relação às teorias do desenvolvimento, o que não implica em dizer que não se possa construir teorias evolucionistas caracteristicamente

---

<sup>14</sup> A existência do que Giddens chama de *risco artificial* parece fazer parte das sociedades modernas. Daí a implausibilidade de se argumentar de uma progressiva diminuição das incertezas através da utilização crescente de inovações tecnológicas. O risco artificial não se encontra fora, não é externo ao conhecimento científico e tecnológico, mas ele é intrínseco a este tipo de conhecimento.

pessimistas, aliás o pessimismo pode ser visto como uma outra face da análise determinista dos processos de mudança na sociedade. Esse otimismo fazia crer que, uma vez superados determinados "limites", a sociedade estaria livre para seguir seu livre curso do progresso, que seria em um dos seus significados, uma progressiva capacidade adaptativa da sociedade humana frente ao ambiente natural e social. A própria idéia de um desenvolvimento tecnológico traz consigo a idéia de um crescente controle frente a "natureza". O que mais nos deveria chamar a atenção nos grandes desastres ecológicos além de seus terríveis impactos ambientais é o perigo existente no equacionamento científico de mais tecnologia = maior controle. Daí que muitas das reivindicações atuais se voltarem para uma volta à "natureza". Mas não seria possível dizer que essa volta não é mais possível, visto que a "natureza intocada" não existe mais? As próprias estratégias em relação aos limites convencionais involucram em riscos e incertezas (riscos artificiais no sentido de Giddens) tanto para o homem como para o meio ambiente natural, o que faz da própria incerteza impregnada no conhecimento técnico, um obstáculo a ser resolvido por questões éticas e políticas.

## 2 - A INVENÇÃO DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO

O modo de ver os processos de mudança social numa perspectiva evolucionista se manteve pela intimidade e cumplicidade existente entre as idéias de progresso e desenvolvimento ao longo destes dois últimos séculos. A "crise do progresso" durante as décadas de 30 e 40 não implicou no repensar daquele pressuposto básico, mas sim na sua manutenção através das teorias do desenvolvimento. Tal como o termo progresso, "(...) a idéia de desenvolvimento supõe uma trajetória a se percorrer, uma mudança ordenada, predeterminada, universal, segundo um mesmo e único processo civilizatório, uma crença de que a humanidade move-se numa direção desejada e para melhor" (HERCULANO, 1992).

O surgimento da idéia de progresso não é uma peculiaridade do século XVIII, mas já existia entre os gregos que a viam como um progressivo aperfeiçoamento cultural, um avanço das artes, das ciências e da filosofia, de forma que a sua acepção se mantinha a um círculo restrito de pensadores. A sua surpreendente consolidação como valor intrínseco no imaginário coletivo moderno, em detrimento de idéias até mais antigas como felicidade, liberdade, justiça, igualdade, etc, está ligado à possibilidade de associar à essa nova idéia os fatos corriqueiros do cotidiano desencadeados pelas inovações da revolução industrial. O surgimento da burguesia e de um novo sistema industrial e tecnológico não implicou somente no surgimento de uma nova idéia, mas também na possibilidade desta nova idéia de "progresso" ser percebida por qualquer cidadão comum, rompendo com sua restrita localização ao círculo acadêmico de pensadores. As mudanças ocorridas na produção, na tecnologia e nos processos de acumulação propiciaram e reforçaram a nova significação do termo. A possibilidade de perceber o progresso como "evolução do processo econômico, da percepção da potencialidade acumulada em curto prazo na indústria" fez com que a idéia encontrasse sua "correspondência ao nível do real, obtendo legitimidade pública ao ser comprovado pelos olhos do povo, até atingir a totalidade da consciência social" (BUARQUE, 1990, p. 47-8).

A mudança de ênfase conceitual entre a concepção de progresso para desenvolvimento deve-se, em grande parte, ao reordenamento do sistema econômico mundial e de suas conseqüências econômicas e sócio-culturais. O colapso do sistema econômico internacional nos anos trinta implicou no desaparecimento de moedas nacionais (ex: russa, alemã) no espaço de um ano, devido, em grande parte, às mudanças em relação à fuga de capitais. Além disso, o colapso e reajustamento do sistema internacional foi acompanhado por duas grandes guerras e das ditaduras totalitárias modernas que desmentiram a crença de um progresso pré-determinado das sociedades humanas em direção a um sistema democrático representativo, se bem que

se argumentasse que tais eventos teriam sido apenas acidentes de percurso. Em resumo, a grande depressão após a primeira guerra mundial e o surgimento da segunda guerra mundial e a ascensão do fascismo e nazismo fez com que se tornasse público o tema da "crise do progresso".

Contudo, no pós-guerra de 45 surgiram dois grandes modelos alternativos de desenvolvimento, de um lado o socialismo de Estado e de outro o capitalismo liberal. A partir daí, Estado e mercado dominaram o pensamento e ação nas estratégias desenvolvimentistas, sendo que ambas ideologias invocavam uma evolução, um progresso, como tendência imanente. Para a perspectiva liberal a história conduziria inevitavelmente a uma democracia representativa sendo o livre mercado uma condição *sine qua non* desse processo; na outra perspectiva, a evolução de formas cada vez mais elevadas da sociedade se daria por um aumento das forças produtivas (CASTORIADIS, 1987, p.108). Embora que se mantivessem diametralmente opostas no quadro ideológico, estas duas perspectivas convergiam no que diz respeito às estratégias modernizadoras, tendo o industrialismo como eixo central para realizar as mudanças necessárias. Em relação a estes enfoques talvez sejam pertinentes as palavras de Sachs,

"O futuro historiador das ciências sociais terá o direito de surpreender-se com a frustrante simplicidade das teorias de desenvolvimento postas em circulação após a segunda guerra mundial. No fundo, dever-se-ia mais bem falar da teoria, pois a lógica subjacente era a mesma dos dois lados da barricada. Um estreito economicismo levava a pensar que, uma vez assegurado o crescimento rápido das forças de produção, provocaria um processo completo de desenvolvimento que se estenderia mais ou menos espontaneamente a todos os domínios da atividade humana" (1986, pg 30).

Ambos os modelos se tornaram variações de um mesmo projeto modernizador industrializante ocidental, mesmo quando esses dois tipos ideais - industrialismo capitalista-liberal e socialista-estatista - tenham se realizado de forma

muitas vezes mista (BRUSEKE, 1993, p.65). Portanto, é de se concordar com Friberg e Hettne quando argumentam que as alternativas

"(...) azul [de mercado, liberal, capitalista] e a roxa [de Estado, 'socialista', planificada] podem ser vistas como variantes de um paradigma dominante de desenvolvimento ocidental (...) As concepções dominantes a respeito do desenvolvimento podem ser analisadas ao longo de um contínuo que se estende entre dois antipólos ideológicos: o socialismo roxo versus o capitalismo azul. Grande parte do debate político no Ocidente tem girado ao redor do Estado versus o mercado e os méritos relativos destas instituições supostamente antagônicas no contexto de desenvolvimento econômico". (1984, pp. 69-70).

Embora se utilizassem de meios diferentes, o resultado foi em grande parte semelhante - uma defesa inconteste e sem limites do crescimento econômico via a industrialização. Esse parece ter se constituído em um dos principais eixos do paradigma modernizante, tanto de um lado como de outro. No caso do ocidente, desenvolver, modernizar, industrializar e civilizar se tornariam sinônimos e parte de sua missão demiúrgica. Cabe agora, no entanto, analisar em melhor detalhe essa influência do projeto modernizador na América Latina e em especial nas teorias do desenvolvimento que tentaram uma vez ou outra explicar o nosso "subdesenvolvimento".

### 3 - NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

#### E O ENDOGENISMO

As teorias do desenvolvimento que fizeram parte da história do pensamento econômico e político no país podem ser associadas a duas linhas teóricas básicas que de modo contrastante tentaram compreender as mudanças que têm transformado o que chamamos de "modernidade": a teoria da sociedade industrial e da sociedade capitalista. Ambas as teorias focalizam suas preocupações em questões diferenciadas

a respeito das mudanças e dos principais mecanismos que levam a sociedade a estágios mais avançados e poderão nos propiciar uma luz para entender as semelhanças e diferenças entre as distintas correntes do pensamento desenvolvimentista brasileiro.

Para os autores que se enquadram na perspectiva da teoria da sociedade industrial, que têm em Saint-Simon um de seus principais fundadores, grande parte das transformações contemporâneas têm sua origem no industrialismo. Deste ponto de vista, as mudanças tem haver com a transição das "sociedades tradicionais" para as "sociedades industriais", e a passagem de uma à outra significa um movimento de progressão na história.

O surgimento do Estado Liberal democrático, resultado desse movimento progressivo, faria com que os conflitos existentes se resolvessem no âmbito político institucional. Os conflitos de classe assim não são negados, mas o seu grau de importância é restringido a um período relativamente curto do século XX, aquele especificamente atinente ao período de transição da sociedade agrária à sociedade industrial. A sociedade industrial, cuja organização econômica é predominada pelo industrialismo, teria na sociedade capitalista apenas um subtipo que se caracterizaria principalmente pelo controle privado da produção (GIDDENS, 1984, p.28).

A teoria da modernização está intimamente ligada aos pressupostos da teoria da industrialização. Ela compartilha de ver no industrialismo uma força liberalizadora e progressista para os chamados países atrasados, cujos indicadores do desenvolvimento se restringirão quase que basicamente aos traços de uma ordem industrial afluente. O principal mecanismo de mudança para o desenvolvimento é o industrialismo. Isso fez com que muitas medidas "modernizadoras" fossem acompanhadas de um grande sentimento de otimismo, uma vez que o desenvolvimento mais amplo estaria garantido pela simples adaptação da população a estas reformas.

No caso do Brasil, o paradigma da modernização tem o seu ápice nas décadas de 50 e 60 com as idéias que surgiram na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), criada pela ONU em 1948, e que deram forma mais tarde ao nacional-desenvolvimentismo (MANTEIGA, 1995, p. 20), conseguindo a simpatia de diferentes agentes políticos e econômicos, desde o partido comunista brasileiro até a Escola Superior de Guerra. O principal objetivo da CEPAL era o de descobrir as razões para o atraso dos grandes centros na América Latina e encontrar formas que possibilitassem a superação destes problemas. O centro de suas análises rompiam com as verdades estabelecidas pelos liberais ortodoxos que tinham na "lei das vantagens comparativas" a explicação para o sucesso e desgracia dos países latinos. Para esta corrente de pensamento o mercado era o principal instrumento para reduzir as desigualdades econômicas entre as nações. Esta lei da teoria do comércio internacional estabelecia que as diferenças quanto aos custos de produção (mão de obra, capital, terra) implicariam em ganhos para os países envolvidos no comércio internacional, gerando "vantagens comparativas". Embora pudessem existir divergências quanto ao grau de equalização que o mercado poderia gerar, fazia-se crer que o subdesenvolvimento poderia ser superado mediante uma especialização da produção em escala mundial (CARDOSO, 1993). Logo, países como o Brasil deveriam manter o seu perfil agrário, e países industriais, deveriam se especializar ainda mais na produção de produtos manufaturados.

Em oposição à tese da teoria do comércio internacional, a visão da CEPAL era a de que as economias periféricas não se tornariam nações desenvolvidas, caso fossem deixadas ao sabor das livres forças do mercado. Para Raul Prebisch, um de seus principais economistas, a política organizativa dos operários e empresários e a defesa da taxa de lucro pelos oligopólios dos países industrializados eram a causa da deterioração do intercâmbio entre produtos manufaturados e primários, cujo prejuízo se dava em relação aos últimos. Prebisch havia percebido uma desproporcionalidade

entre as vantagens, o que significava que se precisava uma quantidade cada vez maior de produtos primários e agrícolas para se conseguir o mesmo volume de produtos industrializados no mercado internacional<sup>15</sup>.

As críticas da CEPAL aos pressupostos da teoria do comércio internacional foi marcante para a história do pensamento econômico do país a ponto de deslocar o eixo das análises, de intelectuais e organizações civis e governamentais, que se debruçavam sobre as razões do nosso "subdesenvolvimento". Descartada a possibilidade pela CEPAL de um desenvolvimento a partir das relações que o país mantinha com o comércio internacional, os limites ou obstáculos do desenvolvimento se encontravam em fatores basicamente internos. Fatores externos que pudessem impedir esse desenvolvimento, como a constante deterioração dos termos de troca nas relações internacionais ou a falta de capital, poderiam ser superados somente com uma transformação radical da estrutura econômica interna do país. Ela influenciou até as análises marxistas que se mantinham crenes até aquele momento na possibilidade da expansão do capitalismo nas economias periféricas e que tinham nas análises de Marx, Rosa Luxemburgo, Hilferding e em alguns textos de Lenin, alguns pontos de apoio. Por conseguinte, embora nem todos concordassem com a natureza do subdesenvolvimento brasileiro diagnosticado pela CEPAL, a maioria acabou concordando que uma política deliberada de industrialização seria o seu melhor remédio e o Estado e o empresariado industrial seu agente curador.

A afirmação de que Estados e mercados há muito dominam o pensamento sobre o desenvolvimento nos ajuda a esclarecer um pouco a unanimidade que as teses cepalinas alcançaram, principalmente em relação à industrialização e à intervenção estatal. O que estava subjacente nos diferentes modelos de análise do desenvolvimento era as possibilidades e limites tanto do Estado como do mercado,

---

<sup>15</sup>Para uma análise mais apurada das teses da CEPAL e das críticas que surgiram tanto da direita como da esquerda no Brasil ver Cardoso (1993) e Manteiga (1985).



externo e interno, para promover um capitalismo nacional, o que fez com que os estudos se concentrassem tanto no Estado como no empresariado industrial como atores potenciais para levar a cabo o novo projeto modernizador. Com excessão do liberalismo econômico tradicional que defendia a "lei das vantagens comparativas", grande parte das análises, cujos referenciais teóricos eram na maioria das vezes contraditórios, visualizaram a industrialização e o Estado como solução para os problemas que apresentavam. Os intelectuais estrangeiros divergiam em relação às razões do nosso atraso. Os liberais heterodoxos embora compartilhassem com os problemas atinentes ao que chamavam do "círculo vicioso da pobreza", viram na limitada magnitude do mercado interno o maior obstáculo ao desenvolvimento, pautados na chamada teoria do crescimento equilibrado. Neste caso, o aumento da produtividade via a industrialização se tornou a principal saída para países como o Brasil (ex: Nurkse). Os marxistas que também viam na estreiteza do mercado interno dos países da América Latina um problema a ser resolvido, no entanto associavam esta questão com a estrutura de classes. O rompimento das alianças com os senhores "feudais" e de outros setores conservadores do país era um pré-requisito para que se pudesse ampliar o desenvolvimento capitalista<sup>16</sup>.

No pensamento brasileiro também havia algumas discordâncias. Para o que Manteiga denominou de modelo de substituição de importações as origens estavam na economia cafeeira (Furtado) e no seu caráter oligopolista, tanto na esfera comercial como industrial (Rangel). Para o modelo democrático burguês (PCB) a economia estava dominada pelo imperialismo que se articulava com os latifundiários do país (Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães). Dessa última corrente também resultou uma vertente que via o subdesenvolvimento como produto da expansão capitalista mundial (André Gunter Frank) e que resultou nas primeiras formulações do enfoque da dependência que analisaremos mais adiante. O nacional-

---

<sup>16</sup> Para uma melhor apreciação destes diferentes pontos de vista, ver Cardoso (1993).

desenvolvimentismo acabou ganhando simpatia tanto de liberais heterodoxos como da esquerda marxista, e embora houvessem muitas divergências quanto ao modo pelo qual um novo desenvolvimento deveria se processar, "no cômputo geral convergia-se em prol da industrialização ou do desenvolvimento capitalista" (MANTEIGA, 1985, P. 75).

Estas divergências estratégicas se ligam mais de certa forma às divergências entre os pressupostos da teoria da sociedade industrial pelo qual o pensamento modernizador se associava, e nesse caso o pensamento cepalino não foge à regra, e da teoria da sociedade capitalista que se liga à tradição do pensamento marxista a qual a esquerda no Brasil se associava. Tanto as propostas da CEPAL se preocuparam com as questões ligadas às possibilidades de implementação e financiamento da infra-estrutura industrial pelo Estado, abordando de forma marginal a estrutura política do país,

"Deve-se ressaltar que o projeto de desenvolvimento restringiu-se a propor modificações na esfera das atividades econômicas, deixando praticamente intocadas as instituições políticas do país. Essa ausência de um novo projeto de dominação política indicava que as frações emergentes da burguesia industrial brasileira não pretendiam ou não reuniam condições para usurpar o poder político das mãos das outras classes ou frações das classes dominantes, mas almejavam apenas compartilhá-lo, mantidas as mesmas bases autoritárias vigentes na jovem república brasileira" (MANTEIGA, 1985, pg. 27).

Nesse caso, cabia às elites "esclarecidas e deliberantes" por em prática a ideologia do desenvolvimento, criando condições para que surgisse um Estado funcional com condições de programar e realizar políticas e projetos de desenvolvimento. Nesta ótica a forte intervenção do Estado na economia e a industrialização *per se* trariam o desenvolvimento social. Isso pode ser visto nas palavras de Kubitscheck que via na industrialização uma imperiosa necessidade como também uma condição de vida para os brasileiros,

"A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição de importações e a diversificação dos artigos de exportação (...) só a industrialização poderá absorver esse excedente [populacional], proporcionando-lhe trabalho e novas oportunidades para a melhoria de seu padrão de vida" (KUBITSCHKE apud IANNI, 1977, pg. 182).

A partir dos anos 60 o capital estrangeiro começou a ser visto como um aliado para concretizar o projeto modernizador no país, fazendo com que paulatinamente se desconsiderasse a discussão sobre os "obstáculos externos"<sup>17</sup>. O que contava era a possibilidade de acelerar o processo de acumulação do capital interno, nacional ou estrangeiro. A esquerda, por outro lado, enfatizou as questões políticas pertinentes às possibilidades de rompimento e de criação de novas alianças entre as classes para promover a industrialização. Esta última por si só não seria possível sem uma classe industrial progressista que lutasse com o proletariado contra o imperialismo norte americano e os latifundiários brasileiros:

"A burguesia nacional, política e economicamente débil, não é capaz de levantar a bandeira da democracia e da independência nacional. Sob a pressão crescente dos monopólios imperialistas em luta pelo lucro máximo e que exigem sempre a capitulação total da burguesia nacional, esta vacila, procura soluções de compromisso com o opressor estrangeiro. Nesse processo e visando reforçar sua posição em relação aos imperialistas, procura a burguesia nacional obter o apoio da pequena burguesia e, em parte, igualmente, da classe operária" (PRESTES apud IANNI, 1984, pg. 49).

O endogenismo que caracteriza essa fase se demonstra pela crença de que uma vez superados alguns limites, que eram em sua grande parte internos, o

---

<sup>17</sup> Isso se deveu em grande parte porque já no fim dos anos 50 e começo dos anos 60 o capital estrangeiro já se mostrava interessado na industrialização do país, o que acabou propiciando vários projetos de cooperação internacional para questões de salubridade, reforma agrária e de estrutura viária. As reuniões da OEA em 1961 em Punta del Este é um bom exemplo da aproximação dos interesses entre os EUA e a CEPAL. Ver Cardoso (1993, p. 60).

desenvolvimento se daria de forma espontânea no país. Apenas um capitalismo industrial e nacional difundiria o progresso social. Com as estratégias industrializantes tomadas o país caminharia em direção dos países desenvolvidos e quase nada poderia se fazer para impedir esse processo evolutivo:

"De sua parte, o Governo tem a consciência de que está realizando um grande esforço para estruturar as tendências mais legítimas do Brasil, que são aquelas que propiciam o autodomínio da nacionalidade. Trata-se de um verdadeiro processo, cuja marcha pode ser retardada temporariamente por obstáculos institucionais, mas nunca definitivamente contida" (VARGAS apud IANNI, 1977, pg. 136).

O "subdesenvolvimento" não era resultado do sistema industrial capitalista, mas resultado da sua ausência. Isso ocorria tanto na perspectiva marxista, que via no capitalismo industrial a possibilidade de acelerar as mudanças em direção à revolução socialista, e que necessitava romper com os "grilhões tradicionais" do país para alcançar uma nova etapa da evolução histórica. O repensar do "subdesenvolvimento" como consequência da própria expansão capitalista no marxismo só se fará mediante o enfoque da teoria da dependência como se pode ver a seguir.

#### 4 - O ENFOQUE DA DEPENDÊNCIA E O EXOGENISMO

Em contraposição à teoria da modernização, que tem íntima ligação com os pressupostos da teoria da sociedade industrial, a teoria da sociedade capitalista procura entender de forma diversa grande parte das transformações do mundo moderno. Muitos deles compartilham algumas das proposições centrais de Marx em relação à sociedade capitalista.

Para Marx as origens das mudanças contemporâneas residem em dois fatores básicos: o capital e o trabalho assalariado. Para este ponto de vista não é a

industrialização que provê a base para analisar as grandes mudanças, apesar dela estar ligada à crescente dominação da produção capitalista. Aqui, as origens do capitalismo enquanto tipo de empreendimento econômico e de sociedade são anteriores à industrialização e da própria Revolução Industrial (GIDDENS, 1984, p. 38). Deste modo não é a industrialização que serve como critério para verificar o atraso ou avanço da sociedade na história, mas as transformações na estrutura de classe desencadeadas por mudanças ocorridas nas forças produtivas. Essas considerações implicarão em um ponto de vista diferente daquele ligado à teoria da sociedade industrial a respeito da mudança social e o desenvolvimento;

"Segundo Dahrendorf, o capitalismo é apenas uma forma inicial de sociedade industrial, o tipo de sociedade que inevitavelmente dominará nossa época. O desaparecimento do capitalismo, ocorrerá através de um processo relativamente pacífico, de desenvolvimento social, regido fundamentalmente pelas mudanças econômicas decorrentes da difusão da industrialização. Em contraposição, para Marx a superação do capitalismo só pode ser alcançada por um processo de mudança revolucionária que produza um tipo muito diferente de sociedade: o socialismo. Ademais, Marx acreditava que a luta de classes desempenharia um papel fundamental nesse processo de transição. (GIDDENS, 1984, pg. 35).

No Brasil, a teoria marxista sempre foi uma corrente de pensamento que se preocupou com as questões atinentes às possibilidades e obstáculos do desenvolvimento, bem como com as possibilidades da superação do capitalismo no país. A possibilidade do socialismo que suplantasse o sistema capitalista seria uma etapa mais avançada da sociedade humana pela qual a história iria nos presentear. O capitalismo foi visto, por algumas décadas, como uma fase necessária para se alcançar aquela etapa mais avançada, e para isto seria necessário superar a estrutura econômica agrícola que o país apresentava no início do século XX. Por isso seria necessário uma revolução democrático-burguesa que libertaria o país dos seus "grilhões tradicionais", do "feudalismo" que se acreditava existir no país, esse foi em grande parte o

pensamento que persistiu no modelo de análise democrático-burguês da esquerda brasileira até meados dos anos 60 (MANTEIGA, 1985).

Contudo, surgiu uma corrente na própria corrente marxista que começou a criticar tal perspectiva e que foi conhecida como "Escola da Dependência" e que fazia desacreditar quanto à possibilidade de um capitalismo nacional autônomo e que deslocava algumas das questões atinentes ao nosso "subdesenvolvimento". Ao contrário da CEPAL que se debruçou sobre as impossibilidades do desenvolvimento pela forma que se davam as transações comerciais entre países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", os dependentistas analisavam o subdesenvolvimento como consequência da expansão do capital em escala internacional.

Apesar da noção de dependência poder se encontrada tanto em textos de Lenin como de Trotsky, ela se tornou amplamente conhecida no pensamento marxista latino-americano a partir da Escola da Dependência que teve em Andre Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Theotonio dos Santos, alguns dos seus principais expoentes. Tanto naqueles autores do início do século XX, como nestes últimos, a noção de dependência está vinculada com o fenômeno da expansão capitalista em escala mundial e da impossibilidade de concretização de um desenvolvimento nacional para as economias periféricas. Mas por que esse enfoque acabou ganhando um tom de originalidade se autores marxistas como Lênin e Trotsky já faziam menção ao caráter internacional do capital e das relações de exploração que isso implicava para as colônias? Segundo um dos próprios dependentistas, se a crítica dessa nova abordagem se pautasse naqueles autores mencionados, ela "seria incapaz de explicar como e porque o Estado e as empresas estatais cresceram e se fortaleceram na América Latina" (CARDOSO, 1993, p.88). Não seria justo considerar que este novo enfoque da dependência procurasse substituir o anterior, mas procuraria dar uma abordagem complementar à anterior, analisando não somente as relações entre centro e colônias, mas entre centros e economias "industrial-periféricas";

"A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistemas importações exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais" (CARDOSO, 1981, pg. 125).

Apesar de concordarem com aqueles pensadores marxistas do início do século XX quanto à essência internacionalizante do capital, por outro lado, observavam relações qualitativamente diferenciadas entre "centro" e "periferia" e das implicações em termos de dependência e exploração com as economias parcialmente industrializadas da nova ordem internacional. As teorias da dependência associavam assim a situação de subdesenvolvimento, tanto de economias agro-exportadoras e industrial-periféricas, com a dinâmica do desenvolvimento capitalista em escala mundial, e por este motivo "as deliberações e decisões da periferia" encontrariam "obstáculos *reais* na estrutura não só do *comércio mundial*, mas do *sistema produtivo internacional*" (CARDOSO, 1993, p.198). Logo, a possibilidade de um desenvolvimento nacional não seria possível através da remoção de "obstáculos internos" a partir da modernização e dos investimentos estrangeiros.

A ênfase da análise não era colocada em termos da possibilidade de um desenvolvimento autônomo em países como o Brasil, mas se centralizava nos determinantes da situação de seu subdesenvolvimento que estavam, de certa forma, fora do país (o capital monopolista). Ela pode ser considerada assim, uma teoria do subdesenvolvimento, onde a gênese deste último deveria ser buscada na própria expansão capitalista e das relações de exploração e dependência que criava para os países periféricos. No entanto, se desenvolvimento e subdesenvolvimento eram dois lados da mesma moeda, o que os países periféricos podiam fazer para mudar a sua situação? Essa preocupação que esteve presente em quase todo pensamento nacional-desenvolvimentista, no entanto, viveu na penumbra das preocupações dos dependentistas, que na maioria das vezes se preocuparam em constatar as

deformações que a relação de dependência acarretava para economias capitalistas periféricas. Por outro lado, pode-se ver este espaço em branco no pensamento dependentista ligado com problemas atinentes ao próprio marco teórico pelo qual estes autores se baseavam. A questão da mudança e dos próprios "agentes históricos" já estariam dados *a priori* pela própria teoria;

"Acaso não foi Marx quem nos ajudou a conviver com a idéia de que o pólo positivo - a acumulação de riqueza - encontra seu complemento no pólo oposto - a acumulação de miséria - e que a oposição entre ambos faz-se de tal maneira que, por linhas tortas, como Deus faria o Bem, chegar-se-á à superação dos dois pólos (...) Mas os componentes formais - o modelo - estão dados pela própria história do desenvolvimento capitalista. E os agentes históricos desta transformação - as massas exploradas e (...) o proletariado - também estão dados de antemão pela mesma teoria subjacente às explicações dependentistas" (CARDOSO, 1993, pg. 203).

Essas pressuposições da teoria da dependência fizeram com que esse pensamento fosse impregnado por um certo exogenismo. Uma das grandes causas do subdesenvolvimento estava fora do Estado Nação, na expansão capitalista internacional. O que fazia com que as deliberações e decisões desse território, e isso rompia com a idéia de desenvolvimento autônomo na forma como propôs a CEPAL, encontrassem limites no exterior. Daí as recomendações a respeito da inviabilidade de manter a expansão capitalista e de fazer subentender a possibilidade de um regime socialista nestes países. Rompidos esses limites, de que forma seria possível pensar no desenvolvimento dos países periféricos? Parece que aqui os dependentistas compartilhavam com alguns dos pressupostos que os nacional-desenvolvimentistas acreditavam, que uma vez superados os obstáculos que apontavam o processo de mudança se daria de forma automática e imanente, fazendo crer que a perspectiva de desenvolvimento implícita era o "crescimento endógeno e o paradigma da modernização" (FRIBERG & HETTNE, 1984, p. 82). Davam por certo a possibilidade de generalizar o padrão capitalista industrial fossilista questionando-se



somente pela possibilidade de sua realização através do desligamento do mercado internacional.

Do mesmo modo que os nacional-desenvolvimentistas, os dependentistas compartilham com alguns dos axiomas básicos que colocam a perspectiva evolucionista como como idéia central. No caso do pensamento da CEPAL o desenvolvimento social, como já vimos, se daria pela simples reformulação da estrutura econômica interna, sendo o industrialismo o eixo principal dessas mudanças. Quanto a etapa que se alcançaria com as mudanças implementadas, a esquerda, no entanto, discordava. Apesar de ver no empresariado industrial uma força progressista, este o era apenas na medida que impulsionasse o país a alcançar o perfil de um país capitalista industrial, mas essa era apenas uma etapa que antecederia ao socialismo. Para os dependentistas, pelo fato de terem diagnosticado o nosso subdesenvolvimento, por outro lado deram como legítima a forma de desenvolvimento dos países industrializados, não fizeram um requestionamento do seu padrão industrial-civilizatório que não pode ser generalizável ao resto dos países. Deste modo, como o próprio Cardoso (1993, pg. 208) escreve, que não "(...) se trataria apenas do sistema social de produção ser capitalista ou socialista; tratar-se-ia de que o *padrão civilizatório*, de base tecnológico-industrial, gera conseqüências de efeito discutível para o bem-estar dos povos" .

Para ambas as visões as mudanças impulsionadas com o industrialismo colocavam o país em direção ao progresso (direção), e que implicaria num processo que não poderia ser contido (prederterminação). Tanto para o pensamento cepalino como para a esquerda marxista do PCB, as mudanças modernizadoras implicavam na visão de um estágio mais "avançado". Assim, talvez de um lado estaria se chegando ao "fim da história" com o capitalismo e o sistema democrático tal qual como o encontramos hoje, por outro, teríamos dado um passo adiante na história para alcançar o socialismo. Deste ponto de vista, essas mudanças representam o

"progresso" no sentido normativo da palavra, são mudanças que nos levam para os melhores mundos possíveis. E como essas mudanças dizem respeito à sociedade, sua imanência está circunscrita ao Estado Nação. E assim o caráter direcional, de determinação, de progresso e imanência do padrão civilizatório ocidental ganha legitimidade em todos enfoques.

## 5 - AS CONSEQUÊNCIAS DO "MILAGRE BRASILEIRO"

A experiência mal sucedida destes enfoques a nível nacional, tanto do nacional desenvolvimentismo no Brasil como da teoria da dependência em países como o Chile, Jamaica e Tanzânia, mostrou como se tornou difícil manter a economia fora da ordem mundial atual, seja na versão socialista ou capitalista. No caso da experiência brasileira a internacionalização dos mercados e da produção já nos anos 50 e 60 tornava a possibilidade de um capitalismo nacional uma alternativa remota. Tanto é que as empresas estrangeiras ocupam hoje posição privilegiada nos setores que eram os mais dinâmicos da economia. E ao contrário de criar um empresariado nacional que criaria um capitalismo autônomo "criou um simulacro: um empresariado na sua maioria dependente do Estado, protegido pelo processo de substituição de importações e vivíssimo em matéria de 'novas combinações' de preferência quando não se trata de concorrência ou de criação tecnológica" (MARTINS, 1991, p 3).

Apesar de que os resultados possam ter sido parcialmente exitosos, com a criação de um sistema produtivo diversificado com taxas históricas de 7% ao ano, gerando um PIB entre os dez primeiros do mundo, os resultados sociais, políticos e ecológicos ao longo das décadas foram catastróficos. Surgiu um sistema perverso de concentração de renda, o que fez com que alguns chamassem de um "desenvolvimento maligno", um processo de urbanização descontrolado, um quadro grave de desassistência social e educativa, além do aumento da marginalidade e da pobreza

absoluta. O Brasil se tornou um exemplo típico de como alguns indicadores do desenvolvimento (PIB, PNB, etc) podem antes obscurecer e distorcer a própria realidade a qual se debruçam a analisar. Enquanto economistas se surpreendiam com o "milagre brasileiro", grandes parcelas da população caíam na miséria e no esquecimento. Veja o caso da favelização no Rio de Janeiro,

"Em 1960, a população favelada do Rio de Janeiro correspondia a 330 mil habitantes, ou seja, algo em torno de 3% da população total da cidade. Em 1970 já havia um milhão de pessoas vivendo em favelas - 24% da população carioca. Em 1980, o número de favelados pulou para 1,7 milhão de pessoas (33,4% do total da cidade). Estimativas recentes da Prefeitura do Rio de Janeiro apontam que praticamente a metade dos moradores da cidade vivem em favelas" (AGUIAR, 1994, p. 120).

Sem alternativas, grandes parcelas dessa população acabou erguendo suas habitações (barracos) em encostas instáveis, contribuindo para o desmatamento e para o agravamento de situações de risco para as famílias. Na dimensão política houve um processo contínuo de instabilidade, com a longa duração dos regimes militares autoritários e crescente prevalência de interesses corporativos, do clientilismo e da corrupção subjacente.

O "milagre brasileiro" também implicou numa total despreocupação com o meio ambiente. A tentativa de atrair capitais estrangeiros para o financiamento da infra-estrutura industrial implicou, muitas vezes, na entrada de indústrias altamente poluentes. Se argumentava assim que a "pior poluição é a miséria". O movimento ambientalista acabava assim, muitas vezes, sendo associado a um movimento "apatriótico", recebendo de generais o mesmo grau de ojeriza com que se nutriam em relação aos comunistas - eram os ambientalistas, segundo eles, contrários ao "progresso da nação" (GONÇALVES, 1995, p. 320).

O mesmo caráter concentrador e excludente no âmbito social acabou por se reproduzir no espaço geográfico com seus efeitos ambientais subsequentes. A

concentração das atividades industriais no eixo Rio - São Paulo - Belo Horizonte (região sudeste do país) acabou implicando em riscos de saúde para a população com a crescente poluição do ar e da água. É claro que, nestes casos, os maiores riscos recaíam sobre as famílias mais pobres que passam a residir nos lugares mais desvalorizados e mais poluídos. Esse modelo industrial também criou uma matriz energética caracterizada por megasusinas hidroelétricas (Urubupunga, Itaipu, Tucuruí, etc) que acabaram expulsando muitas populações camponesas e indígenas de seus locais de origem, comprometendo muitas vezes suas tradições e modos de vida<sup>18</sup>. Na agricultura, o uso intensivo de agrotóxicos (o Brasil é o quarto maior consumidor de agrotóxicos) contribuiu para o fenômeno da desertificação de solos e da poluição dos rios, e para o surgimento assustador de novas pragas. De 1948 a 1976 o número de pragas que causam danos às plantas cultivadas cresceu de 989 para 3.037. E o mais importante é o fato de que as "regiões Leste e Sul apresentam o maior número de referências e espécies de pragas de todo o Brasil, sendo exatamente as regiões onde o maior número de praguicidas é usado" (PASCHOAL, 1979, p. 80).

Os problemas são vários e muitas vezes interligados criando novos e intensificando os problemas já existentes. Isso coloca o atual padrão de desenvolvimento industrial fossilista insustentável a médio e longo prazo necessitando de medidas criativas a partir de uma remodelação tanto política como ética das estratégias de desenvolvimento. A contínua situação de crise social e ambiental em todo o mundo fez surgir a necessidade do que muitos vêm chamando de um "desenvolvimento sustentável". Os dilemas, incoerências e desafios que subjazem dentro dessa nova idéia procuraremos abordar no segundo capítulo, porém, antes, iremos nos deter às questões atinentes ao "modelo catarinense de desenvolvimento".

---

<sup>18</sup>Para ver sobre o impacto de algumas dessas experiências como da construção de parques naturais no país, ver. Diegues (1996).

## 6 - OS DILEMAS DO "MODELO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO"

Como veremos ao longo deste capítulo, as discussões que se travaram no país para tentar estabelecer quais os "limites do desenvolvimento" nas décadas de 50 e 60 se transportaram para as análises do desenvolvimento nas diferentes regiões do país. No entanto, no caso catarinense, esta transposição se fez com algumas modificações que podem ser vistas pelo perfil histórico das análises. No capítulo anterior vimos que grande parte das análises a respeito do desenvolvimento nacional, com excessão dos dependentistas, se circunscrevia aos obstáculos e possibilidades de superar o modelo agro-exportador brasileiro. De forma que essa superação só poderia ocorrer, segundo as análises tanto de esquerda como de direita, através de uma reordenação estrutural da economia, a industrialização passou a ser a grande vedete das discussões. A grande questão era como e de que forma iria se implementar essa mudança, daí que grande parte das análises recaíam na importância tanto do Estado, principal agente para implementar as mudanças, e de um empresariado industrial progressista que rompesse politicamente com os latifundiários agro-exportadores.

No caso das análises do desenvolvimento em Santa Catarina, a questão não está em como superar a economia agrícola da região para um economia caracteristicamente industrial, pois o crescimento da atividade industrial e sua preponderância sobre outros setores econômicos já se percebera a partir dos anos 40 e 50<sup>19</sup>. A questão assim está no tipo e na forma do processo de transição de uma economia à outra (agrícola e industrial) e na importância diferenciada de determinados fatores, internos ou externos, para determinar o processo de industrialização.

---

<sup>19</sup> Deve-se lembrar que a taxa de crescimento da atividade industrial em Santa Catarina entre 1947 à 1986 foi de 40,1%, enquanto que para a atividade agropecuária e para o setor de serviços essa mesma taxa foi durante o mesmo período de 4,3% e 20% respectivamente, ver Theis (1990). Isso mostra que no início e término dos trabalhos que iremos analisar posteriormente, a preponderância da atividade industrial na economia catarinense e de sua crescente participação na economia nacional já era algo notório.

A análise da economia regional manterá, desta forma, um perfil caracteristicamente histórico. Para o CEAG (1980) e Cano (1981) o desenvolvimento industrial catarinense teria surgido de forma periférica e dependente em relação aos centros metropolitanos do país. Para o CEAG especificamente haveria surgido um processo de "subsaturização" da região. A dicotomia centro-periferia utilizada para analisar as relações capitalistas entre nações se desloca para o interior da economia nacional para analisar as relações entre estados, só que agora utilizando-se as categorias "metrópole e satélite" ou de "centro e periferia interna". Isso significará que a economia catarinense teria sido em grande parte "determinada" pelos principais pólos econômicos do país (ex: São Paulo). Hering (1987) se contrapõe a esta perspectiva e vê o desenvolvimento determinado por fatores basicamente internos. Devido à precariedade de capital disponível, ausência de matéria-prima e energia abundante, segundo a autora se destacaria o tipo específico de recursos humanos na região - as "qualificações variadas da população". Parece deste modo que as duas classes de prejuízos que se refletiram nas teorias do desenvolvimento no Brasil (exogenismo e endogenismo) se deslocaram para as análises do desenvolvimento na região, dando forma ao que poderíamos chamar de modelo de análise endogenista e exogenista catarinense.

A questão que subjaz assim é de certa forma a mesma que perfilou nas análises a respeito do "desenvolvimento nacional", que analisamos na parte anterior : a forma que se processou a mudança de uma economia caracteristicamente agrária para uma economia industrial, e a importância diferenciada de fatores endógenos e exógenos que possibilitaram esse processo. Mas antes de analisar em melhor detalhe esses dois pontos de vista, farei, a seguir, uma caracterização e descrição da fase pré-industrial da história catarinense, que se tornará pertinente para a posterior análise, servindo de ponto de referência para as discussões que se travaram sobre o tema.

## 7 - A FASE PRÉ-INDUSTRIAL DO "MODELO"

### 7.1) *A colonização de Santa Catarina (1500-1850)*

A fase pré-industrial perfaz o período de descoberta do Brasil até os anos de 1850, aproximadamente. Esse período será caracterizado por uma economia basicamente agrícola e de subsistência com tentativas de colonização, em sua maioria, frustrantes. Ela pode ser dividida em duas etapas imigratórias, a colonização alemã e açoriana que ocorreu até os anos de 1850 e da colonização alemã e italiana a partir desta data. Apesar de todas essas levas imigratórias poderem ser vistas dentro de um processo único de colonização, as políticas de povoamento do século XIX irão representar uma imigração de tipo distinto, há nesse período uma política deliberada do governo português, e que se manterá no período republicano, de colonização do território brasileiro por brancos estrangeiros.

Até o final do século XVII a região de Santa Catarina apresentará apenas três núcleos de povoamento: São Francisco (1660), Desterro (1673) e Laguna (1714)<sup>20</sup>. Era uma população que se apresentava de forma rarefeita, sendo freqüentemente invadida por navios estrangeiros. A base econômica se pautava principalmente na exploração da mandioca, da cana-de-açúcar e do algodão.

A província catarinense sofrerá leves alterações em 1748 com a chegada de pescadores e agricultores açorianos vindos das ilhas de Madeira e Açores. Essa imigração terá como consequência o estímulo à exploração econômica na forma da pequena propriedade de produção agrícola. Até este momento, a produção se resumia quase que exclusivamente à farinha de mandioca, açúcar, aguardente, peixe seco, arroz, milho e café. A exploração na forma de pequena propriedade tinha motivos na

---

<sup>20</sup> Os pequenos povoados que estavam ligados a rota de gado que saía do Rio Grande do Sul para São Paulo e que estavam localizados em Lages (1771) serão incorporados à província de Santa Catarina somente em 9 de setembro de 1820. (PIAZZA, 1988, p. 87).

configuração geográfica da província, com áreas caracteristicamente montanhosas e impróprias para o cultivo extenso<sup>21</sup>. Até este momento, a colonização em Santa Catarina não resultará em grandes alterações de seu perfil, mantendo como principal característica a imigração açoriana e economia agrícola de subsistência sem relações internas e externas.

Será somente no século XIX que irão ocorrer as primeiras modificações no quadro cultural e econômico da região, que embora sem impacto em seu início, sinalizará para um novo ciclo imigratório. Deve-se considerar que até o século XIX a região de Santa Catarina despertava um interesse para a Coroa Portuguesa apenas como ponto estratégico de segurança, ocasionando um afluxo quase que espontâneo de imigrantes açorianos. A falta de interesse se refletia na própria instabilidade das colônias e da inexistência de qualquer apoio do governo português. Porém, no século XIX há um fato que marcará a política de povoamento no Brasil, que será a vinda da corte portuguesa ao país. Esse fato influenciará sobremaneira o perfil da imigração brasileira, e conseqüentemente a colonização em Santa Catarina que se caracterizará a partir daí, por uma imigração em sua maioria de estrangeiros brancos não açorianos (belgas, franceses, poloneses, alemães, italianos, russos, etc).

Pelo momento de graves dificuldades internacionais que Portugal passava naquele momento<sup>22</sup>, era mais conveniente para a Corte Portuguesa se transferir para o Brasil, mas no entanto, a heterogeneidade racial existente no país parecia ser imprópria para um "país que se tornara sede da monarquia européia" (PRADO, 1969, P. 245). Deste modo, o objetivo de reconstituir as forças armadas da Nação terá forte influência, na política de povoamento. Desse intento, de criar uma base segura para o trono português, surgiram três núcleos coloniais que se formaram no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina com imigrantes açorianos, alemães e suíços.

<sup>21</sup> Para melhores detalhes ver, Cunha (1982) e Hering, (1987).

<sup>22</sup> A guerra desencadeada na Europa pelo exército de Napoleão implicou na ocupação de parte do território metropolitano de Portugal e a interrupção de várias rotas marítimas vitais para o seu comércio.



No caso de Santa Catarina, o novo povoamento deveria ocupar os espaços vazios no planalto do território catarinense que se encontravam de certa forma abandonados. Surgiu assim, em 1829, a colônia de São Pedro de Alcântara no vale do rio Maruí, conhecida até então como Vila de São José. Porém, em 1830, é promulgada uma lei que abolia qualquer tipo de despesas com a colonização estrangeira, fazendo com que as colônias criadas nesse período fossem abandonadas a mercê da própria sorte. Esse fato implicará numa certa inoperância da política colonizadora até o final dos anos de 1830, que se refletirá nas poucas manifestações colonizadoras até essa data<sup>23</sup>. Mas por outro lado, durante esse período são criadas leis que surtirão efeitos nas posteriores décadas de 40 e 50 e que estimulariam a criação de colônias como de Vargem Grande, Santa Isabel, Piedade, Leopoldina, Teresópolis e Angelina.

Dos problemas em relação a colonização até 1850, grande parte de historiadores realçam os seguintes aspectos: o número limitado de imigrantes, o isolamento relativo das populações, o uso de áreas impróprias para os empreendimentos (seja pela qualidade do solo ou pela topografia), a falta de assistência governamental, falta de critérios para a escolha dos imigrantes e de organização das colônias, inadequação das práticas agrícolas dos colonos europeus com a tropicalidade acentuada do território catarinense e as permanentes incursões indígenas<sup>24</sup>.

## *7.2) Primeiros sinais da industrialização (1850-1880)*

Todo o período de colonização da região catarinense até a data de 1880 pode ser caracterizada pela economia basicamente agrícola de subsistência de um lado, e de

---

<sup>23</sup> De três manifestações de colonização de 1830 a 1840, duas delas refletirão migrações internas da própria província de Santa Catarina, o que também assinala a insatisfação desses imigrantes com as condições de vida encontradas nas colônias do território catarinense (PIAZZA, 1988, p. 93).

<sup>24</sup> Ver especialmente Piazza (1988) e Cunha (1982).

outro por servir de ponto estratégico para a coroa e de passagem para o gado entre o eixo RG-SP. No entanto, a partir de 1850 se verificará alguns sinais que darão novos rumos para a região, em especial a região do Vale do Itajaí. Nesta, em particular, se verificará o começo de uma comercialização mais dinâmica que implicará na ampliação de seu mercado interno, ligado a um processo mais intensivo de imigração estrangeira, e no âmbito nacional a existência de uma reordenação do quadro político-econômico que influenciará de forma ampla todas as regiões do país.

Quanto a este último aspecto, são importantes alguns fatos que tiveram grande repercussão na vida política e econômica nacional. O café neste período se tornará o principal produto exportado do país, dando o início ao que alguns historiadores e economistas chamaram do ciclo econômico do café. A produção de 1.000.000 sacas entre 1831-1840 alcançou a 3.600.000 sacas entre 1871-1880. Mas juntamente com essas mudanças na economia ocorriam outros fatos que estavam corroborando para essa nova fase. O reinício das operações do Banco do Brasil acabou se tornando num importantíssimo mecanismo financeiro possibilitando um processo mais dinâmico de investimento de capitais. O aprimoramento dos meios de transporte na época (implantação de ferrovias em todo o território nacional) possibilitariam a intensificação das trocas comerciais no mercado interno. Este último estaria sendo valorizado através da adoção de tarifas de importação mais elevadas já na metade do século XIX. E deve-se lembrar que a suspensão do tráfico de escravos teria efeitos mais amplos do que a simples "libertação" dos negros. Elas ocasionaram uma alteração significativa no sistema de produção brasileiro - do sistema de patrão/escravo se passaria para a relação patrão/assalariado. Isso criaria, em seu início, uma certa escassez de mão de obra, já que para consegui-la não se poderia utilizar os meios tradicionais. Isso acabaria resultando num estímulo para uma nova política de imigração de estrangeiros europeus para o país, já que na escolha entre estrangeiros brancos e negros, se dava privilégio ao primeiro.

No caso de Santa Catarina em particular, a época de 1850-1880 iria receber um de seus maiores afluxos de imigrantes desde a sua colonização. A população nesse período aumentou em 85%, o que significa que a população que era de 86.490 passaria para 159.802 habitantes no período 1850-1872. Esse incremento demográfico no Estado que atingiu a marca de 3,24% no período de 1872-1890, acabou por superar a taxa nacional que foi de 1,96% no mesmo espaço de tempo (CUNHA, 1982, p. 36). Por falta de atratividade das colônias já existentes e também por já estarem predeterminadas as áreas que seriam ocupadas na região, a imigração desse período se concentrou nos núcleos coloniais às margens dos rios Itajaí e Cachoeira, dando origem aos dois grandes centros econômicos da região: Blumenau e Joinville.

Esses imigrantes eram constituídos, em seu maior número, por alemães e italianos, estes últimos vindo em sua maioria apenas em 1875. Em termos qualitativos, ela irá diferir das levas colonizadoras anteriores, pois grande parte destes imigrantes provinham de regiões já industrializadas da Europa, principalmente em relação aos alemães. Isso possibilitou a rápida utilização de equipamentos e de novas máquinas na exploração econômica local que influenciaria no rápido surgimento de empreendimentos industriais, e que conseqüentemente propiciaria uma maior produtividade na economia local e a criação de maiores quantidades de excedentes. Apesar de que nesse período a colonização em seu início acabasse por mostrar as mesmas características das colonizações anteriores (desmatamento e agricultura de subsistência), ela será, gradativamente suplantada por um comércio mais dinâmico, especificamente no Vale do Itajaí. Há uma diversificação da produção agrícola que permite suprir algumas demandas que antes eram supridas somente com produtos do exterior (ex: banha, manteiga).

Embora esses fatos tenham contribuído para a ampliação do mercado interno da região no Vale do Itajaí, eles não tiveram resultados para a ampla economia nem

dessa região e nem do Estado como um todo. Eles somente assinalam para o incentivo que iria ocorrer para uma economia mais industrializada nos anos posteriores. A região sul, por exemplo, se mantinha na produção de feijão, milho, cana, trigo, uva e no desenvolvimento parcial da pecuária, e entre alguns italianos, surgia a exploração carbonífera. Na zona serrana a especialização foi desde o seu início a pecuária bovina não se alterando nesse período. No nordeste a economia se constituía na venda da erva-mate e da madeira, e, por final, na zona do litoral de Florianópolis se mantinha a produção de mandioca, milho, feijão e arroz, com o pequeno estímulo na área do comércio (import-export) e da construção naval<sup>25</sup>.

Creio que essa caracterização do período da fase pré-industrial (1500-1850) e de transição (1850-1880) no desenvolvimento econômico catarinense irá iluminar alguns dos pontos que serão trabalhados a seguir, a ser o tema sobre o "modelo catarinense de desenvolvimento". De modo que grande parte dos autores concordam com as características da economia catarinense até esse período, elas diferem no entanto, quanto ao tipo ("modelo") de desenvolvimento econômico que se processou ao final do século XIX e durante o século XX. Por isso nos deteremos na análise destes dois pontos de vistas, caracterizando-os como os modelos endogenista e exogenista catarinense do desenvolvimento. Procurarei mostrar que a visão que se estabeleceu sobre o desenvolvimento do país se reflete na discussão sobre o desenvolvimento regional, reproduzindo assim algumas de suas deficiências. Embora os dois pontos de vistas contenham aspectos que possam ser considerados relevantes para entender a história da região, elas, no entanto, nos levam ao engano ao considerar o perfil de afluência industrial do Estado como sinais de um desenvolvimento mais amplo, humana e ecologicamente falando.

---

<sup>25</sup>Ver Hering (1987) e CEAG (1980).

## 8 - EXOGENISMO NA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CATARINENSE

De modo que as análises do CEAG e de Cano possuem semelhanças com as análises dos dependentistas<sup>26</sup>, procurarei mostrar o vínculo existente entre um e outro, e suas implicações para o estudo do desenvolvimento econômico em Santa Catarina. No caso de Hering, a situação não é muito diferente, apesar da autora argumentar que o seu ponto de vista se contrapõe ao argumento do CEAG e também da visão cepalina, nós poderemos perceber que a autora mantém através do seu ponto de vista schumpeteriano, juntamente com o pensamento cepalino, uma cumplicidade com a teoria da sociedade industrial que comentamos nas páginas anteriores e que levam a ver no industrialismo o símbolo do desenvolvimento. Me limitarei a expressar o ponto de vista de cada perspectiva, tendo em vista que suas limitações e problemas já foram abordadas nas páginas anteriores, e do mesmo modo serão alguns deles retomados no próximo capítulo, quando abordarei o tema do "desenvolvimento sustentável".

Uma retrospectiva de algumas categorias básicas utilizadas pelo enfoque da dependência e ver como foram transpostas para análise das relações econômicas entre as diferentes regiões do país pelos estudos de CEAG e de Cano, ajudarão a perceber a semelhança entre uma perspectiva e outra. Para analisar as implicações da expansão capitalista, os dependentistas faziam uso das noções de centro e periferia. Os centros eram constituídos pelas economias capitalistas mais desenvolvidas que subordinavam a região periférica do globo (os países subdesenvolvidos). Essa hierarquização que ocorria em escala internacional se reproduzia também em escala nacional dando origem às relações entre "metrópoles" (ou "centros internos") e "periferia interna". Essa relação seria caracterizada pelo condicionamento dos grandes centros

---

<sup>26</sup> Veremos a seguir que o CEAG utiliza em seu estudo categorias de análise marcadamente do enfoque da dependência, e no caso de Cano seu trabalho teve a direção de Fernando H. Cardoso, uma das principais figuras da Escola da dependência.

econômicos sobre as demais regiões do país, implicando num processo de "subsaturização" daquelas regiões. Disso se concluía que o tipo de especialização econômica de cada região era determinada pelas conseqüências da divisão do trabalho em escala internacional, em termos econômicos, isso significava que o modelo agro-exportador do país por exemplo, tinha uma função de suprir os grandes centros capitalistas internacionais, e dentro desse esquema, a relação se reproduziria no país pela função das regiões periféricas (ex: Santa Catarina) em fornecer recursos (mão-de-obra, matéria prima, etc) para os centros econômicos onde girava a economia cafeeira. As seguintes passagens explicitam bem este ponto de vista;

"Essa dominação do 'centro' sobre a 'periferia' se dá de forma complexa e hierarquizada, introduzindo-se aí uma outra conceituação, a de 'metrópole' e 'satélite' (G. FRANK). As relações de dominação se verificam numa escala que vai das metrópoles a nível internacional até as metrópoles subalternas, nas áreas periféricas. Há, pois, dentro do país periférico, 'metrópoles' ou 'centros' internos 'subsaturizando' o que se poderia chamar de 'periferia interna'. Essa terminologia, cujo sentido aqui esclarecemos, será adotada no decorrer do trabalho.

À 'periferia' cabe fornecer ao 'centro' matéria-prima, mão-de-obra, bens de consumo e capitais. É ali que se dá a concentração capitalista, da qual a concentração industrial é um dos parâmetros básicos. No caso específico do Brasil, o eixo Rio-São Paulo formaria o 'centro' nacional, 'satelizando' as demais regiões, que formam a 'periferia interna'. Em alguns casos poderá se tornar conveniente a industrialização de algumas áreas periféricas, configurando-se uma 'descentralização' da industrialização. Mas mesmo aí se trata de uma complementação das necessidades do centro e é dele que, em última instância, partem as decisões. Veremos, adiante, casos concretos, sobretudo na industrialização de Blumenau e Joinville (CEAG, 1980, pg. 24-5).

Embora, tanto o CEAG e Cano, não cheguem a negar que o período de colonização que vai até 1880 na região catarinense tenha se caracterizado por uma economia de subsistência, argumentam no entanto que sua penetração no mercado nacional só iria ocorrer por sua função paralela enquanto economia subsidiária, que em seu início como foi salientado, serviu como passagem de gado e ponto estratégico militar para o império português. Isso acabaria por determinar o desenvolvimento

econômico da região, cuja industrialização seria determinada em grande parte por fatores externos. A especialização da economia nacional condicionaria a especialização da economia regional. Essa tendência de condicionar a economia interna foi analisada pelos autores a partir da penetração da economia catarinense no mercado nacional. Do ponto de vista do CEAG por exemplo, a monocultura cafeeira de São Paulo a partir de 1850 teria provocado a expulsão da agricultura de subsistência que faria com que os centros importassem gêneros alimentícios de outras regiões do país, incluindo-se aí Santa Catarina, que apareceria segundo CEAG como um "oásis" para os núcleos econômicos do país. Esse fato se evidenciaria com o aumento de 105% da exportação catarinense para o resto do império de 1856 a 1860 (CEAG, 1980, p. 60-1). Por outro lado, Cano que também verá o processo de industrialização em SC condicionado, no entanto, faz algumas objeções a estas considerações. Para ele, São Paulo apresentaria ainda nesse período, uma certa "autosuficiência" em produtos agro-industriais e que funcionaria como uma barreira à penetração dos produtos da região sul até a década de 1920:

"(...) sem pretender negar uma dinamicidade às exportações sulinas para o expansivo mercado paulista, tanto de alimentos como de matérias-primas (...) concluo que na realidade, a expansão sulina agro-industrial não se deu, direta e fundamentalmente, através da expansão do complexo cafeeiro paulista (...) Uma pesquisa mais aprofundada certamente poderia revelar que parte apreciável das exportações sulinas tiveram como destino os mercados 'em aberto' permitidos pela insuficiente agricultura nordestina e pela exiguidade da agricultura da Guanabara (...) Mesmo durante a grande expansão do café em São Paulo, na década de 1920 (...) não se verificou qualquer retração da produção agropecuária paulista: pelo contrário, ela se manteve crescente, para a maioria de seus produtos (...)" (CANO, 1977. pg. 111).

Seja pela importância do mercado de São Paulo para o CEAG ou pelos "mercados em aberto" segundo Cano, terá o comércio import-export para ambas as perspectivas o principal papel na constituição da industrialização no Estado de Santa Catarina. Será na ligação sistemática de um e outro (industrialização e comércio import-export) que estariam as razões da gênese desta industrialização. O estudo do

CEAG cita pelo menos três exemplos do vínculo existente entre a industrialização e o comércio de importação e exportação: o caso do empresário têxtil Renaux de Brusque, exemplo que por sinal servirá de estudo para o trabalho de Hering, que exercia também uma atividade comercial através de uma empresa de navegação, o caso de João Bauer que possuía uma cervejaria e um armazém de despachos, e o caso de Gottlieb Reif, que possuía uma fábrica de charutos e com atividades também no estaleiro (CEAG, 1980, p. 84-85).

Com a intensificação do comércio com outras regiões do país, se tornaria inevitável uma especialização via industrialização da produção, especificamente em relação aos produtos que conseguissem demanda no mercado nacional. A crescente industrialização no setor têxtil estaria vinculado a pouca possibilidade de competição da região com produtos que não fossem, por exemplo, desse ramo. O mesmo ocorreria com as demais regiões. Segundo Cano, a estrutura agrária catarinense e a competitividade com as regiões vizinhas (Rio Grande do Sul, Paraná) não possibilitaria engendrar um processo crescente de acumulação de capital, e o avanço da indústria paulista acabaria por atingir o artesanato catarinense obrigando à uma especialização da produção (CANO, 1981, p. 112). No caso do Vale do Itajaí, isso se mostraria pela crescente preponderância das exportações de têxteis no Estado. Obstaculizada a importação de produtos estrangeiros com a primeira guerra mundial, a importação de têxteis estrangeiros caíra progressivamente, enquanto a importação dos têxteis catarinenses aumentaria no período da guerra<sup>27</sup>. Deste modo, como assinala Cano, não haveria possibilidade de propiciar este desenvolvimento industrial a partir de fatores endógenos nas regiões periféricas;

---

<sup>27</sup> Durante a guerra a exportação de têxtil aumentou em 359% sobre o triênio de 1911-1913, chegando a 921% em 1919. Dos Estados que exportavam tecidos Santa Catarina passaria do 6º lugar entre 13 competidores em 1914 para 2º lugar entre 17 competidores em 1919 (CEAG, 1981, p. 108).



"(...) concludo que as indústrias das demais regiões, passariam, a partir da década de 1930, a ter uma expansão industrial bastante condicionada. Subsistiriam alguns compartimentos industriais específicos que ainda se beneficiavam de proteção 'natural' enquanto outros vegetariam, subordinados às condições dominantes da demanda externa. (...) A 'periferia' dessa forma, jamais conseguiria ativar suas forças endógenas - isto é, aquelas inerentes à sua própria dinâmica - para romper com esse quadro. Tal ruptura - se efetivamente tivesse condições de ocorrer - somente poderia se dar através de uma ação maior do Estado" (CANO, 1977, pg. 256).

Nesta perspectiva, Santa Catarina estaria desde o seu início por atender às exigências do "centro", no caso de CEAG o eixo Rio São Paulo e para Cano os mercados "em aberto", se configurando numa economia dependente que resultaria na compartimentação geo-econômica do Estado caracterizada por cidades de porte médio, especializadas em ramos econômicos diferentes.

## 9 - ENDOGENISMO NA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO CATARINENSE

Para Hering, o desenvolvimento econômico obedeceu a uma dinâmica interna própria, devido ao seu característico isolamento regional. Esse isolamento teria determinado a existência de um mercado regional fechado graças à imigração interna que teria fornecido os recursos necessários. Em decorrência disto a autora escreve que Santa Catarina:

"(...) não se desenvolveu como área periférica, nem em sua primeira fase, a fase colonial, que caracterizamos como de produção agrícola comercial (1850-1880), com excedente muito reduzido, nem quando se inicia a pequena indústria (1880-1914) (...) o mercado paulista surgirá como principal absorvedor dos produtos de Blumenau e Brusque a partir da década de 1950. É possível considerar, portanto, o Vale do Itajaí como de economia condicionada por fatores de ordem interna, obedecendo a dinâmica própria" (HERING, 1987, pg. 12).

A divergência entre uma perspectiva e outra parece assim ser clara, segundo Hering a economia industrial teria sido determinada por fatores endógenos. Pela falta de subsídios e favores tanto do governo como dos centros econômicos, pela precariedade de capital disponível para a exploração econômica local, a ausência de matéria-prima e de energia abundante, se destacaria segundo a autora os recursos humanos da região, em especial o imigrante na figura de um empreendedor industrial, que além de ter uma função econômica, seria reconhecido como uma "categoria histórico-social" (HERING, 1987, p. 14). Para argumentar a favor dessa "autonomia da região a autora coloca em relevo a falta de auxílio do governo e dos intermediários financeiros localizados nos grandes núcleos econômicos do país, e da absorção da produção pelo próprio mercado interno. Mas me parece que esse argumento da autora se contrapõe de melhor forma quando comparado com a perspectiva da CEPAL que via no Estado o principal agente industrializante, pois os estudos do CEAG e de Cano não analisavam o caráter da dependência da região pela ótica do auxílio do governo ou dos centros econômicos, mas pelas relações comerciais inter-estados, onde a economia cafeeira, para o CEAG, e a competitividade enfrentada pela região com os 'mercados em aberto', no caso de Cano, condicionaria o tipo de especialização da produção na região catarinense. A industrialização teria ocorrido naqueles ramos que tivessem conseguido a penetração nesse mercado externo. Assim, o estudo do CEAG tenta mostrar, por exemplo, que já na atividade dos "vendeiros" em Blumenau, sua ação não se restringia ao local de suas colônias<sup>28</sup>, o que mostraria a importância do mercado externo para impulsionar a industrialização.

Mas para não ficar na análise interminável sobre a importância do mercado e recursos internos, ou do mercado externo e de seus condicionamentos sobre a

---

<sup>28</sup> Os autores escrevem o seguinte a esse respeito: "Em Blumenau os comerciantes do sistema colônia-venda ultrapassavam a sua área de influência local, dirigindo casas de importação-exportação na 'stadplatz', mantendo filiais nas zonas rurais e estreitas ligações com o porto de Itajaí, ao qual, enviavam seus barcos pela via fluvial. Além disso, contribuíram para gênese da indústria 'o esforço de outros tipos de pessoas ligadas ao comércio: representantes comerciais, quadros de escritório ou mesmo pequenos comerciantes varejistas" (CEAG, pg. 84).

economia local, temos que considerar que o ponto de partida das análises são divergentes e se apresentam pouco predispostas a uma complementariedade. Por que essa divergência? É necessário voltar ao ponto de partida de cada um. O CEAG, por exemplo, se enquadra na visão dependentista que vê a especialização econômica da região impulsionada pela acumulação capitalista em escala internacional, o que implicaria na existência de relações assimétricas entre “centros” e “periferias” internas no país. Assim, para o CEAG, a própria compartimentação geo-econômica de Santa Catarina em micro-regiões com diferentes especializações econômicas seria o próprio resultado desse processo<sup>29</sup>. Para Hering, esse processo de especialização, que se reflete na industrialização da região, não ocorre em forma periférica, mas em termos do desenvolvimento econômico do país:

"A divisão do trabalho ou especialização para o mercado, conduzindo à lenta transformação da economia agrícola em industrial, decorreu, como se verá, das qualificações variadas da população dentro de circunstâncias específicas, representadas pela colonização alemã. O isolamento da economia do Vale do Itajaí ia-se rompendo na medida em que se aprofundava a divisão do trabalho entre colônia e a cidade, e a *expansão das fábricas passava a integrar a região no processo global da industrialização do país*. Essa integração não se fará, contudo, como dependência periférica, mas a partir de uma indústria têxtil formada na mesma época que sua congênere do centro, a indústria de São Paulo na década de 1880-1890". [grifo nosso] (HERING, 1987, pg. 12-3).

Vejamos que, para Hering, esse processo de industrialização, que se refletiu para os dependentistas na compartimentação geo-econômica da região, representa um processo de especialização do desenvolvimento econômico que ocorria em todo o país, realçando-se a similaridade de tempo entre o processo analisado na região e aquele observado em São Paulo. Esse aspecto poderia passar despercebido mas tem, no

---

<sup>29</sup>A esse respeito escrevem os autores o seguinte : "Dentro do escalonamento das satelizações internas (...) a economia catarinense ocupa posição periférica às metrópoles (...) Esta satelização provoca (...) trações econômicas sobre o nosso Estado, o que contribui para explicar em boa medida a manutenção de sua estrutura geo-econômica compartimentada (...) a qual não pode ser explicada como tem sido feito, apenas pelos aspectos geográficos e sócio-culturais que caracterizam o Estado" (CEAG, pg. 197).

entanto, uma importância considerável para algumas das questões ligadas que já abordamos sobre as teorias do desenvolvimento, e que pode ser esboçado na seguinte pergunta: sobre qual "sociedade" o desenvolvimento se processa? Apesar das divergências existentes na teoria da sociedade capitalista, se pode encontrar já em Marx a sensibilidade quanto a tendência internacionalizante do desenvolvimento do capitalismo. Porém, na maioria das análises do desenvolvimento, e o modelo schumpeteriano de Hering não foge à regra, a análise desse processo recai sobre os limites do Estado-Nação. Por isso que se fossemos considerar a sensibilidade teórica quanto ao caráter globalizante do sistema econômico moderno, a perspectiva marxista se mostraria, numa retrospectiva histórica, numa posição, de certa maneira, de vantagem. Essa questão resultará para a abordagem de Hering a conclusão de que a industrialização catarinense é parte não só do "modelo catarinense", mas do processo que é verificado em todo país. Ela é resultado de uma especialização que ocorre em todo o território nacional, onde o que conta são as potencialidades de cada região para fazer parte desse processo de desenvolvimento econômico nacional. Por esse fato, seria justo afirmar, consoante à afirmação da autora, que toda região "periférica" que conseguisse alcançar um sucesso na integração na nova economia industrial do país seria ela um "modelo de desenvolvimento", bastando para o cientista social explicitar as potencialidades regionais que viabilizaram essa integração<sup>30</sup>. Deste modo, podemos argumentar que a autora acaba vendo a integração da região na nova economia industrial do país como suficiente para caracterizá-la como "modelo".

No entanto, essa cumplicidade com o industrialismo se fará de forma diferenciada da CEPAL. A análise desta última colocava em relevo a importância do Estado como agente desencadeador da industrialização, mesmo porque, na perspectiva da CEPAL, o empresariado industrial brasileiro teria força insuficiente para mudar a

---

<sup>30</sup> Mesmo porque a idéia de que esse "modelo" também se caracterizaria pela estrutura fundiária introduzida pelos imigrantes e por uma economia baseada em pequenas e médias empresas é equivocada na medida que foi também uma característica de outras localidades do país, como São Paulo e Rio Grande do Sul. (Raud, 1996).

estrutura econômica do país. Para Hering, por outro lado, uma vez que essa ação do Estado inexistiu em prol da industrialização local, esse processo só poderia ser desencadeado pelo imigrante, na figura de um empresariado empreendedor. Mas, no entanto, ambas perspectivas reduzem a discussão do "desenvolvimento" à viabilização de uma ordem industrial, mudando a ênfase quanto ao seu agente (Estado e empresário). E essa cumplicidade se reforçava pela forma de ver o desenvolvimento como um processo que se circunscreve ao Estado-Nação. Hoje se torna cada vez mais evidente que grande parte dos problemas pelo qual a sociedade moderna se defronta só alcançarão resultados se forem pensados de modo global, e, por outro lado, local. As teorias que se debruçaram sobre o desenvolvimento, entendendo este como um processo que se circunscreve à sociedade (entendida como Estado-Nação), não possibilitam entender muitos dos fenômenos que já abordamos no início do capítulo e nem conseguem visualizar estratégias para enfrentá-los, e podem, ao contrário, nos levar à uma crise ainda maior. Até mesmo a divisão do trabalho, que fez parte do estudo de Hering, vem se dando de forma internacional. Isso significa que cidades e estados como Santa Catarina se encontram cada vez mais globalizados<sup>31</sup>.

Desta forma, podemos concordar com Raud<sup>32</sup> quanto aos aspectos endógenos da industrialização, quando diz que o papel do imigrante deveria ser entendido antes por suas características sócio-culturais e econômicas do que entendê-los como traços individuais intrínsecos. Disto, acrescentaríamos, juntamente com Piazza, a pertinência de uma análise que procurasse levar em conta o "espírito capitalista" da região aos moldes da análise weberiana, desde que, é claro, feitas as devidas ressalvas para este

<sup>31</sup> A própria incidência do aumento da taxa desemprego em Blumenau, por exemplo, parece se ligar com a necessidade da indústria local se adaptar nesse novo contexto internacional. Isso se expressará no discurso de algumas pessoas que foram entrevistadas na cidade.

<sup>32</sup> A análise desta autora contempla ambos os aspectos e por isso parece superar o diálogo de surdos que se estabeleceu entre Hering e o CEAG. Mas deve-se considerar que a sua análise não se limita em esboçar apenas esses aspectos, mas em demonstrar como ambos fatores estiveram envolvidos num processo dialético, onde se mostra a influência dos fatores exógenos como também da importância da reação dos fatores endógenos em relação aos primeiros, e também possibilita a autora considerar algumas das tendências perversas desse "desenvolvimento". Ver Raud (1996).

tipo de estudo hoje. No período de 1855 a 1870, houve uma predominância muito maior de protestantes do que católicos, não somente em Blumenau, como na colônia Dona Francisca. O estudo clássico de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* deu esboços de como estas características sócio-culturais dos protestantes possibilitaram, em parte, a emergência do capitalismo no ocidente. No caso de Blumenau, por exemplo, a porcentagem de protestantes em 1855 era de 98%, enquanto em 1870, esse percentual foi de 81,7% da população total da colônia<sup>33</sup>. Por estes motivos escreve Piazza (1975) "(...) Poder-se-ia, pois, a partir deste quadro, estabelecer uma série de ilações, como aquelas de Max Weber sobre a <ideologia capitalista>, e as relações com o protestantismo". Deste modo se poderia fazer uma análise complementar da gênese da industrialização, quanto aos aspectos culturais locais, desconsiderando os valores da "ética do trabalho" como categorias intrínsecas do imigrante empreendedor, mas antes de tudo como resultado de uma cosmovisão ético-religiosa<sup>34</sup>.

Deve-se considerar, seguindo o ponto de vista de Raud, que a interpretação schumpeteriana se torna insuficiente, pois a industrialização na base das PMEs (pequena e médias empresas) não se pode dar numa sociedade de base latifundiária, e por outro lado, a visão do imigrante empreendedor pode se tornar perigosa por dar margem à uma ideologia de superioridade étnica. Os questionamentos que faz Raud em relação a estes aspectos da análise de Hering faz com que sua interpretação do processo de transição econômica em Santa Catarina reúna, de melhor forma, os requisitos para entender esse processo. Primeiro porque negligencia a perspectiva

---

<sup>33</sup>Para esses dados ver o trabalho de Piazza (1975), onde o autor mostra de forma mais detalhada a maior proporção de protestantes entre os imigrantes alemães da região do Vale do Itajaí.

<sup>34</sup> Raud (1996) assinala que um dos sinais reveladores desta ética do trabalho entre os imigrantes poderia ser visto na frase, que se encontrava pendurada no quadro localizado na residência Hering (primeira fábrica têxtil criada em Blumenau): "A glória do cidadão é o labor, e o prêmio do esforço é a prosperidade" Esse fato, que é apenas um pequeno indício, revela em muito essa característica sócio-cultural dos imigrantes estrangeiros, que hipoteticamente eu diria, provinha sim dos imigrantes estrangeiros, mas antes de tudo, especificamente dos imigrantes germânicos protestantes.

unilateral das análises, tanto do CEAG como do ponto de vista schumpeteriano. Argumentando a respeito da necessidade de uma visão que reúna ambos os aspectos do processo, cita o seu ponto de vista a partir de Azevedo :

" (...) É na recusa aos dois extremos de análise que se fundamenta uma nova visão do desenvolvimento (...) assim é que de uma visão bipolar -, que definiria sempre os países em desenvolvimento em oposição aos países desenvolvidos, esvaziando-lhes desse modo, de sua especificidades e a atribuindo-lhes uma passividade crônica-, se resgata seu potencial interno de crescimento a determinar suas energias e sua capacidade de ação no cenário internacional" (AZEVEDO apud RAUD, 1996).

A análise de Raud se torna mais relevante também por desmistificar a visão desse desenvolvimento enquanto um "modelo" específico. Ao considerar ambos os aspectos, ela mostra como se torna restritiva a própria idéia de um "modelo catarinense", ao verificar que a importância da pequena produção mercantil é um fator fundamental para entender a gênese da industrialização não apenas do Vale do Itajaí, mas para outras localidades, como, por exemplo, de Novo Hamburgo (RS) ou de Americana (SP) (RAUD, 1996). Isso possibilita à autora se afastar da idéia a respeito de um "modelo catarinense", e em segundo, juntar à sua análise questões de ordem ecológica e social que não foram abordadas pelos enfoques anteriores.

Mas há também outras questões que se devem levar em conta, principalmente em relação ao ponto de partida de Hering. A sua aceitação pragmática das considerações de Bresser Pereira de que há uma "constatação de que o desenvolvimento econômico é um processo que se realiza por fases mais ou menos definidas, é hoje cada vez mais geral" e de que "a passagem da fase pré-industrial para a industrial, por exemplo, representa um modelo crucial na história de um país" parece ser equivocada. O que se percebe hoje é justamente o inverso. Como já vimos no início desse capítulo, devido aos custos ambientais e ecológicos, o padrão capitalista (fossilista) não pode ser generalizado para o resto dos países

"subdesenvolvidos", e, deste modo, não podemos nos equivocar, pois todas as teorias do desenvolvimento só se tornaram legítimas quando deram por certo a possibilidade de generalização do desenvolvimento para todos os países. Disso se despreende que todas aquelas fases definidas que se acreditava estarem por ocorrer em cada país é hoje ilusória, e também mostra o caráter ideológico dos discursos desenvolvimentistas que proporam a todos o que efetivamente só pode ser dado a poucos.

Disso que foi dito se desprende a questão das "categorias sócio-históricas" do desenvolvimento, e que colocam a perspectiva schumpeteriana lado a lado com o ponto de vista marxista. O enfoque schumpeteriano caiu no mesmo erro que a perspectiva marxista, ao procurar encontrar uma categoria sócio-histórica para entender todo o processo histórico da humanidade<sup>35</sup>. Ambas as perspectivas, creio eu, devem ser descartadas. Para uma análise que deseje se tornar menos pretensiosa para entender a história, seria mais condizente concordar com Giddens (1996) de que "não existe um único agente, grupo ou movimento que, como o proletariado de Marx, deveria fazer, possa conter as esperanças da humanidade (...)". O que ganha importância nas análises no contexto global e regional é cada vez mais a multidimensionalidade de grupos implicados com a questão que envolve desenvolvimento e meio-ambiente<sup>36</sup>, e com a possibilidade de abrir portas para "novos mundos possíveis". Nós poderíamos reafirmar as palavras de Morin (1995) de que o progresso não está assegurado por nenhuma lei da história, o que nos faz concluir de que nenhuma visão unidimensional dos processos de mudança da sociedade poderá confirmar a idéia de estarmos caminhando para um "mundo melhor"<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> A esse respeito é possível encontrar no trabalho da autora o seguinte : "O empreendedor industrial deixa assim de ser caracterizado meramente por sua função econômica de fator de produção responsável pela organização dentro da empresa, para revestir-se de conteúdo psicológico e, sendo representante de um período econômico, é reconhecido como categoria histórico-social" (HERING, 1987).

<sup>36</sup> Existem algumas análises a respeito do que podemos chamar de "salada ecológica". Ver os trabalhos de Viola e Leis (1995), Alphandéry (1992) e McCormick (1992).

<sup>37</sup> Essas colocações não devem ser vistas como um mero pessimismo. Pensar em termos globais por exemplo, na possibilidade do uso de bombas atômicas não é ser pessimista ao meu ver, mas realista de certo modo. Pensar que toda a degradação ambiental gerada pela própria dinâmica do desenvolvimento ameace a nossa própria



Com a análise que faremos a seguir, poderemos concluir que tanto a confluência dos fatores endógenos e exógenos que influenciaram o processo de industrialização não possibilitaram seguir em direção a um desenvolvimento mais responsável, tanto no que diz respeito ao meio ambiente e ao ser humano. Muitas das perversidades que ocorrem sejam nos países "desenvolvidos" ou no modelo brasileiro, são reproduzidas pelo "modelo catarinense", e será somente na crítica a esse tipo de desenvolvimento que poderemos entender muitos desses problemas, não como "externos" ou "naturais", mais intimamente influenciados pela própria dinâmica e políticas estratégicas do próprio desenvolvimento.

## 10 - O FRACASSO DO "MODELO CATARINENSE"

"A terra é uma totalidade complexa física/biológica/antropológica, na qual a vida é uma emergência da história da terra e o homem uma emergência da história da vida terrestre" (MORIN, 1995). A sensibilidade deste autor quanto à complexidade e interdependência das coisas no mundo pode assustar a visão daquele que associa especialização e compartimentação da ciência com a criação de conhecimento. A crescente especialização na ciência fez com que se abstraísse cada vez mais as ligações e interdependências existentes no contexto de análise de cada objeto de estudo. Porém, essa compartimentação só foi possível aos custos do esquecimento da totalidade da realidade. Logo, não é de surpreender que num mundo que tem nos mecanismos de mercado os principais mecanismos para a consecução do desenvolvimento, se tornem os especialistas econômicos as grandes vedetes e profetas do futuro. A redução da dinâmica das mudanças da sociedade a fatores de ordem

---

sobrevivência é colocar as coisas na forma de uma utopia negativa, existem evidências que não negam a possibilidade de ocorrência destes fenômenos no futuro. Por isso o pensamento evolucionista deve ser rechassado, nada nos permite afirmar que esses eventos não aconteçam, já que existem as condições necessárias para que eles ocorram efetivamente.

econômica, que se fez ao preço de uma arrogância em relação às ciências humanas, parece reduzir assim a discussão das necessidades do homem à necessidade do aumento incessante da produtividade; pois como assinala Baudrillard "(...) quanto mais se produz, mais se ressalta, no próprio seio da profusão, o afastamento irremediável do ponto final que seria a abundância (...) Já que aquilo que é satisfeito em uma sociedade de crescimento (...) são as próprias necessidades da ordem de produção, e não as 'necessidades do homem'." (apud ALPHANDÉRY, 1992, pg. 110).

Dada a complexidade e interdependência das coisas no mundo e a preponderância das instituições do mercado como orientadoras das mudanças nas sociedades modernas, não é necessário se ter muita sensibilidade para perceber que grande parte da crise social e ecológica (catarinense) esteja intimamente associada a esta "civilização dos negócios". Como veremos a seguir, Santa Catarina não foge à regra desse quadro. Aqui se reproduziu as mesmas injustiças que se reproduziram no Brasil, e que hoje parecem atingir cada vez mais todos os países. Porém, a especialização e compartimentação científica, muitas vezes, falam mais alto, existem aqueles que acreditam ser essa uma economia "dinâmica" e "exitosa". No entanto, essa defesa só poderá ser feita se colocando do lado oposto de Baudrillard, acreditando que nesta sociedade de crescimento são as necessidades da produção e não do homem que devem ser satisfeitas. O nosso ponto de vista assim é o de que os problemas de Santa Catarina são complexos e interdependentes e irão romper com a legitimidade de qualquer conhecimento que procure abordá-los de forma compartimentada. Deste modo é necessário ir além da realidade econômica e procurar abordar aspectos que se mantiveram esquecidos.

Se nos debruçarmos sobre os indicadores econômicos, Santa Catarina pode ser considerado um Estado privilegiado. Se olharmos a partir da metade do século XX, iremos perceber que o setor industrial se diversificou e a economia só tendeu a crescer no Estado. Vários pólos industriais ganharam expressividade dentro do

cenário brasileiro, e alguns grupos econômicos já podem ser denominados como multinacionais. Dentre aqueles que ganharam expressividade, está o pólo agroindustrial que se organiza em torno das cidades de Chapéco, Concórdia e Videira, e que viu o seu VTI (Valor de Transformação Industrial) mudar de 2,3% em 1949 para 5,16% em 1980. Os ramos de minerais não metálicos também ganharam expressividade na economia catarinense e viu o seu VTI se transformar de 5,2% em 1955 para 8% em 1980. O pólo metal-mecânico que se concentrou no Nordeste do Estado nas cidades de Joinville e Jaraguá do Sul, tem os maiores percentuais da transformação industrial: Joinville domina 62,2% do VTI no gênero da metalurgia, 57,9% da mecânica, 66,8% no material de transporte, e 12% no material elétrico e de comunicações, enquanto Jaraguá do Sul, neste último setor detém 55,8% do VTI Estadual. O pólo têxtil que presenciou um dos mais expressivos crescimentos do Estado se concentrou nas cidade de Blumenau e de Brusque. Em 1990 as exportações desse ramo em Blumenau chegou a representar 20% das exportações do Brasil. O pólo moveleiro se concentrou nas cidade de São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra e Jaraguá do Sul no Norte do Estado. Apenas São Bento do Sul é responsável por 49,8 % do VTI do mobiliário do Estado<sup>38</sup>. Como já mencionado, o setor industrial foi aquele que mais cresceu entre os setores da economia catarinense, o seu crescimento entre 1947 à 1986 foi de 40,1%, enquanto que para a atividade agropecuária e para o setor de serviços essa mesma taxa foi durante o mesmo período de 4,3% e 20% respectivamente.

Esses são os dados a respeito da "dinamicidade" da economia catarinense que escondem, por outro lado, os custos sociais e ecológicos gerados e que são interdependentes ao fenômeno econômico. De forma que o crescimento econômico ao longo deste século se tornou sinônimo de "desenvolvimento" é farta a quantidade de indicadores econômicos para aquele que se debruçar sobre a economia do Estado. Por

---

<sup>38</sup> Para uma análise mais ampla da expressividade desses pólos em Santa Catarina, ver Raud (1996).

outro lado, aquele que busque uma análise mais apurada da realidade social, política e ambiental será logo desmotivado. Para uma análise dessas dimensões terá que se restringir à uma coleta de dados muitas vezes dispersos e que se alteram de região para região, impedindo qualquer análise comparativa ao longo de um período de vários anos. Hoje, é de vital importância a construção de indicadores que procurem uma avaliação mais adequada desses aspectos.

Apesar disso, existem alguns dados e fatos que apontam para a perversidade do padrão de desenvolvimento catarinense e que merecem ser mencionados. No plano social, podemos considerar, num primeiro momento, a crescente desigualdade sócio-econômica. A tendência à concentração de renda em prol das classes mais ricas no Estado pode ser avaliada pelo comportamento do índice de GINI. Este índice é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 [a perfeita igualdade] até 1 [a desigualdade máxima] (CENSO, 1991). (Ver ANEXO 3).

Antes de levantarmos mais alguns dados e fatos, devemos esclarecer algumas questões atinentes à comparação de Santa Catarina com o resto do país. As análises que procuram comparar o território catarinense com as demais regiões do país podem nos levar à ilusão de ver em Santa Catarina um pedaço do "primeiro mundo" (situado no "terceiro mundo brasileiro"). Uma conclusão desse tipo poderia ser buscada nas análises feitas pelo PNUD em 1996 que coloca o Estado no quarto lugar no ranking nacional do índice IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)<sup>39</sup>. Segundo Sen (1993) esse enfoque possibilita driblar os enfoques de qualidade de vida presas ao que ele chama de "fetichismo da mercadoria", que pautam suas análises pelo mero consumo de

---

<sup>39</sup> O IDH é uma medida do desenvolvimento criada pelas Nações Unidas e que procura superar alguns dos indicadores tradicionais do desenvolvimento como o PNB, o que já parece ser um avanço. Desse modo, ela engloba três elementos básicos: a) a saúde: medida pela longevidade de vida das pessoas (esperança de vida ao nascer); b) educação: medida pela média existente entre a taxa de alfabetização dos adultos (peso 2) e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior (peso 1); c) Renda: medida pelo PIB *per capita*. No estudo do PNUD o Rio Grande Sul ficou em 1º lugar com IDH = 0,871, Santa Catarina ficou em 4º lugar com IDH = 0,842, e em último lugar ficou a Paraíba com IDH = 0,466. (RELATÓRIO, 1996, p. 12).

mercadorias pelas pessoas<sup>40</sup>. Embora essas análises apontem para aspectos relevantes, elas se tornam parciais e insuficientes. Abordagens como de Sen se tornarão insuficientes caso permaneçam no que ele chama de "efetivações" alcançadas pelos indivíduos, pois deve-se incluir aspectos estruturais que envolvem a relação da economia e de sustentabilidade ambiental. Assim por exemplo, qualquer análise da qualidade de vida permanecerá parcial se não englobar uma análise do metabolismo existente entre a taxa de emissão de dejetos e das taxas de regeneração dos ecossistemas<sup>41</sup>.

Levando em consideração esses dilemas, podemos no entanto fazer uma análise mais ampla do que aquelas que se centram unilateralmente em indicadores econômicos e das análises que se limitam ao território nacional. A partir da análise com um Índice de Desenvolvimento Social (IDS) que engloba além do coeficiente de GINI os indicadores de saúde (esperança de vida) e de educação (taxa de alfabetização) pode-se verificar como Santa Catarina fica atrás de muitos países até então considerados "subdesenvolvidos" (ver Anexo 4). Vê-se que o IDS de Santa Catarina revela-se inferior ao índice de países com reconhecidos problemas sociais como Panamá, El Salvador, Filipinas, Peru e Costa Rica. Para uma comparação entre uma das regiões mais industrializadas do Estado com outros países selecionados ver anexos 6 e 8.

Mas quanto ao aspecto social desprende-se outros problemas. Concomitante a esse processo de desigualdade social, a industrialização foi acompanhada por um processo de concentração espacial tanto das próprias indústrias quanto da população, que acabou por resultar num processo um tanto desordenado e caótico de urbanização.

---

<sup>40</sup> Alguns autores vem chamando essa proposta de SEN como uma "investigação moral aristotélica", ver Crocker (1993).

<sup>41</sup> Segundo Guimarães (1995), essa seria uma das operacionalizações necessárias a serem feitas com o conceito que fazem parte do desenvolvimento sustentável. Neste caso o autor se refere ao conceito de sustentabilidade ambiental. Mas essa operacionalização não parece ser tão fácil em algumas circunstâncias, pois como vimos no início do trabalho, em alguns casos essa operacionalização não pode se dar de forma precisa, dada a imprevisibilidade de alguns fenômenos de ordem global por exemplo.

Quanto às indústrias, estas se concentraram em grande parte na região nordeste e em outras grandes cidades do Estado. Porém, atualmente assiste-se à uma fuga de algumas dessas empresas para outros Estados brasileiros na busca da oferta de insumos e, em menor escala, pela concessão de estímulos fiscais, o que traz graves problemas atinentes à oferta de emprego (RAUD, 1996). Apesar de não atingir os gigantismos de outras cidades brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, a concentração populacional em alguns núcleos urbanos trouxe um grave decréscimo para a qualidade de vida da população. Esse processo de concentração já vinha sendo assinalado pelos censos demográficos realizados no Estado. Enquanto que a população urbana era de 48,95% em 1970, em 1980 ela passou para 59,38%, e em 1991 já era de 70,64%. Como assinala Matedi (1996) esse processo foi paralelo à mudança dos fluxos migratórios que passaram de ser rural-rural e urbano-urbano até a década de 60, para serem predominantemente rural-urbano (31,3%) e urbano-urbano (37%). Para uma comparação do densamento urbano entre Blumenau e outras regiões mais urbanizadas do mundo, ver Anexo 7, ao final.

Essas mudanças tiveram graves conseqüências para grande número da população catarinense como para o meio ambiente. Devido ao abandono das políticas públicas do Estado frente à área rural, a cidade representou a possibilidade de emprego e de bem-estar para grande parte daqueles que migravam. No entanto, as cidades se apresentaram despreparadas em termos de infra-estrutura e de emprego para receber tamanho acúmulo de pessoas. Isso acabou por ocasionar, tanto o aumento do subemprego como de uma crescente favelização e marginalização. Se a perspectiva de futuro dessas pessoas já se encontrava comprometida, ela se agrava com a tomada de medidas unilaterais de algumas prefeituras. O problema se tornou tão grave que na metade do ano de 1993 foi realizado o 3º Encontro de Secretários de Assistência e Bem-Estar Social, reunindo profissionais de 20 prefeituras do Estado. Num primeiro momento, pareceria ter surgido uma discussão mais ampla e

globalizante do problema, como foi a idéia de se exigir do Estado um programa de desenvolvimento para as regiões evadidas, se sugerindo para isso uma reforma agrária para aquelas áreas (RUDNICK, 1993, p. 5). Porém, na prática, vêm se realizando ações unilaterais pelas prefeituras que só tenderão a transferir estes "custos sociais" para outras regiões, dando margem para que o problema persista em outras localidades.

É o caso de medidas desenvolvidas em cidades como Itajaí, Canelinha, Blumenau, Chapecó e outras. Em 1993, o secretário geral do bem-estar de Itajaí alegava que "não se trata de uma guerra declarada contra eles, mas a partir de agora todos irão receber passagens e serão convidados a retornar para as cidades de origem". Ou também há uma preocupação quanto à "conscientização" como mostra a secretária de Canelinha : "Vamos fazer um trabalho de conscientização junto a estas pessoas, fazendo com que elas retornem para suas regiões" (RUDNIK, 1993, p. 5). Com o crescente esgotamento da oferta de trabalho pelos pólos industriais, esses imigrantes se tornam um recurso, uma mão-de-obra desqualificada como se poderia dizer no discurso economicista, e portanto, indesejáveis. Deste modo, para viabilizar aquelas ações "cordiais" de conscientização daquelas pessoas, são construídos muitas vezes portais de controle nos principais acessos rodoviários dos municípios, ou se exigindo um comprovante de residência para que possam aí se estabelecer (POGLIA, 1993, p. 5). Isso só pode ser feito, no entanto, a partir do esquecimento de um direito democrático básico, o da liberdade de ir e vir, isto é, de trafegar livremente pelo território nacional. Mas o que são os direitos humanos perto da "ordem" e do "progresso" catarinense ?

Na falta de uma infra-estrutura para alocar parte desses imigrantes, a favelização se tornou um fenômeno cada vez mais "natural". Em Blumenau, por exemplo, se estipula que 17% dos 223 mil habitantes vivem em bolsões de pobreza, sendo que alguns já se localizam próximos ao centro. Num estudo feito por alunos da

FURB (Fundação Universidade Regional de Blumenau) abordando 3.151 famílias, verificou-se que 50% dos lotes pesquisados estão em péssimas condições com um risco eminente de cair<sup>42</sup>, e que 27% daquelas famílias já residem em Blumenau há mais de 20 anos, o que atesta para o fato de que o problema já vem se intensificando a um bom tempo<sup>43</sup>.

Paralelamente a este quadro decadente, se verifica também um aumento generalizado da violência nas cidades mais urbanizadas e industrializadas. Seja no trânsito, contra a mulher, contra crianças e adolescentes, todos os indicadores parecem indicar para cidades cada vez mais violentas. Pegue-se o exemplo de Blumenau, que outrora foi utilizada como exemplo do "modelo catarinense de desenvolvimento"<sup>44</sup>. Apesar da cidade apresentar uma estrutura "moderna" de semáforos sincronizados e quase sempre eficientes, o trânsito se tornou cada vez mais caótico. Veja que o número de mortes do 1º semestre de 1993 já superava o total registrado durante o ano de 92, e durante o ano de 1995 já haviam sido registrados 6.030 acidentes com 40 mortes. Há estimativas da Guarda Municipal da cidade que mostram que cerca de 10% da frota total de veículos, que é de 70 mil unidades, se envolve anualmente em acidentes de trânsito (PETERSON, 1993, p.3) (ver também Anexo 9). Não obstante a estes fatos, há quem afirme que "a renda, o número de

---

<sup>42</sup> Há casos onde os moradores têm que reconstruir várias vezes a suas casas após as fortes enxurradas que atingem os morros. Ângelo de Souza, morador de 78 anos da Vila Iná, teve que reconstruir três vezes a sua casa desde que chegou em Blumenau, segundo ele "quem é pobre tem que viver onde Deus manda" (AZEVEDO, 1992a, p. 12).

<sup>43</sup> A interdependência existente entre um aspecto e outro, cria o que nós poderíamos chamar de sinergia dos problemas. No caso de Blumenau, por exemplo, parte dos migrantes que chegaram à cidade se concentraram nas áreas do Horto Florestal, área que por sinal era antes destinada à preservação florestal. A solução que foi encontrada foi a urbanização da área, o que dá sinais claros da fragilidade da política ambiental quando não acionada em conjunto com políticas no âmbito social por exemplo (FAVELA, 1993, p. 12).

<sup>44</sup> Faço questão de esclarecer de que esses problemas não se restringem à cidade de Blumenau. Como já dissemos, a preponderância aos indicadores econômicos tornou dispersa a fonte de dados com respeito aos aspectos sociais, políticos e ambientais em relação ao Estado. E pode-se argumentar também que os dados existentes não traduzem a gravidade destes problemas, merecendo ser rediscutidos. Assim, a ênfase ao caso de Blumenau se justifica, por um lado, pela minha proximidade aos dados e fatos existentes que eu encontrei com relação à cidade, e por outro, pela tentativa de desmistificar a áurea mitológica que se construiu ao seu redor como "cidade modelo".



carros, os celulares em uso, tudo confirma a situação ainda privilegiada de Blumenau e sua gente" (BENTO, 1996).

Essa tendência crescente de violência também se percebe com respeito à violência contra a mulher e crianças. Segundo a delegacia da mulher da cidade de Blumenau, essa violência tem triplicado nos últimos anos. Em relação às crianças e adolescentes se estipula que 40% das crianças e adolescentes já tenham sofrido algum tipo de violência. Em quase toda a rede de ensino de Blumenau podem ser encontradas, segundo o Jornal de Santa Catarina, casos de violência física, se observando um maior índice nas escolas municipais. Meninos de rua e o número de casos de crianças estupradas e vítimas de espancamentos cresce a cada dia<sup>45</sup>. Contudo, a mulher parece ser a maior vítima da violência. Dos casos registrados na delegacia da mulher e do adolescente, 90% dos casos registrados são contra a mulher. Esses casos têm aumentado de tal forma que a delegacia da cidade se encontra desparelhada para atender os números crescentes de casos de violência (AUMENTAM, 1995). (ver Anexo 5). Frente a este quadro, logo não se demora para que se responsabilize o migrante, gerando assim um preconceito de hostilidade frente ao estrangeiro desempregado. Como disse uma assistente social da prefeitura, "tudo o que não é bonito e não é bom, dizem que não é daqui" (BLUMENAUENSE, 1995, p. 3). No entanto, no que se refere à violência contra a mulher, crianças e adolescentes, são casos que geralmente ocorrem dentro do próprio lar, seja ele de famílias pobres, médias ou ricas. O fato de que existam mais casos registrados de pessoas provenientes de camadas sociais menos favorecidas, se deve antes, segundo uma delegada da região, pela maior iniciativa e disposição destas pessoas em registrar a queixa, em contraposição à resistência das famílias mais ricas. Estas, poderíamos acrescentar, talvez se preocupam mais em manter o seu status de "*happy family*", no qual é um requisito básico para aparecer nas colunas sociais. E quanto à violência no

---

<sup>45</sup> Ver Cardoso e Pontes (1995) e também Azevedo (1992b).

trânsito, é difícil supor que pessoas que não tenham condições financeiras para satisfazer de forma saudável suas necessidades de moradia, tenham condições para satisfazer suas necessidades de locomoção com um automóvel privado, o que faz com que tenham pouca relação com esse tipo de violência<sup>46</sup>.

As conseqüências da industrialização não se restringiram somente aos aspectos sociais, interligados a estes está a degradação sobre o meio ambiente natural. O impacto sobre os ecossistemas naturais só se tornaram mais evidentes depois da década de 70, quando já são visíveis a concentração industrial. Alguns fatos dão uma pequena amostra da inter-relação existente entre a industrialização e a poluição. Em 1983, trinta mil pessoas aproximadamente são prejudicadas com o desaparecimento do camarão nas lagoas de Mirim, Imaruí e Santo Antonio dos Anjos. No ano seguinte, surgem nas águas do rio Tubarão, cerca de 16 toneladas de peixes mortos. Ambas as tragédias teriam sido causadas pela intensa poluição industrial. As análises feitas em sedimentos das Lagoas revelaram que 70% da área se encontrava poluída devido à presença de metais pesados (chumbo, ferro, zinco e cádmio), e que superavam os "níveis aceitáveis" pela legislação. Através de amostras de bagre, síri azul, camarões e de outros peixes, também se diagnosticou quantidades de componentes químicos para além dos limites aceitos. No caso dos peixes do Rio Tubarão, as análises revelaram a presença de pesticidas de BHC (alfa e gama). Nesse período o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) constata que a cobertura florestal primitiva do Estado de Santa Catarina que era de 81,48%, havia sido reduzida na década de 80 para somente 14%. Esses foram alguns dos fatos que talvez mais chamaram a

---

<sup>46</sup> Aliás, a violência que impregna muitas vezes o homem urbano faz com que as crianças de rua sofram não só uma violência simbólica (como o preconceito) como também sofram uma violência física direta de pessoas mais abastadas da cidade. Veja o seguinte caso relatado por uma garota da cidade de Blumenau : "Vimos quando estacionou um Logus azul escuro com três rapazes e os meninos foram pedir esmolas para eles. Os rapazes estavam bêbados e começaram a bater nos garotos com socos e pontapés. O menor deles não conseguiu correr e apanhou mais, ficou lá esticado e chorando deitado na grama". (VIOLENCIA, 1995).

atenção nessa época, porém a degradação ambiental se deu de forma generalizada como podemos ver a seguir<sup>47</sup>:

(a) *Região Norte e Nordeste*: abrange as Bacias do Rio Itapocú, de Cubatão, de Cachoeira, da Babitonga e de Iguaçu. Com excessão desta última, todas elas apresentaram graves problemas com o despejo de metais pesados pelo efluentes industriais, como óleos, espumas, graxas, mercúrio, etc. Os problemas com os detritos sólidos domiciliares se concentraram mais na Bacia do Iguaçu, de Cachoeira e da Babitonga, sendo que por outro lado, os maiores problemas com o desmatamento e uso inadequado do solo com agrotóxicos se concentram nas bacias do Iguaçu e de Itapocú. As conseqüências dessa relação mantida com o meio ambiente da região serão várias: degradação dos sistemas hídricos, morte de rios (diminuição quase que zerada da quantidade de oxigênio), comprometimento da vida aquática em geral, etc.

(b) *Região Serrana, Oeste e Melo-Oeste*: compreende as bacias do Rio Canoas e do Rio Uruguai. Elas são caracterizadas pelo predomínio de indústrias do papel e celulose e de indústrias frigoríficas. Ambas as bacias apresentam problemas com os dejetos industriais. Além do fato de que 45% das indústrias são poluidoras na bacia do Rio Canoas esta região ainda apresenta graves problemas com detritos sólidos domésticos e com o uso indiscriminado de fertilizantes. As conseqüências serão a contaminação dos mananciais de água, morte da vida aquática, e comprometimento da qualidade do solo.

(c) *Região Sul*: abrange as bacias dos rios Tubarão, Urussanga e Araranguá. As atividades industriais variam da mineração do carvão, indústria carboquímica, indústria de cerâmica e dos complexos siderúrgico e termo-elétrico. Nestas bacias são lançados mais de 300.000 metros cúbicos diários de despejos ácidos. Com a acidificação extrema das águas, devido à drenagem das minas, gases sulfurosos,

---

<sup>47</sup> Grande parte dos dados a seguir podem ser encontrados em Montibeller (1996), Theis (1990), FATMA (1986), Milioli (1995) e Matedi (1996).

compostos de ferro e ácido sulfúrico, ácido de enxofre e outros, pela tamanha poluição gerada por estes componentes químicos este sistema hidrográfico se tornou o mais degradado da região, sendo enquadrado como área Crítica Nacional<sup>48</sup>.

(d) *Região da Grande Florianópolis*: abrange a bacia do Rio Tijucas. Os maiores impactos são aí gerados pela indústria do açúcar e álcool e pela densidade demográfica. O vinhoto produzido por estas indústrias é lançado aos rios comprometendo a fauna, a flora e a potabilidade das águas da Bacia. A concentração demográfica torna o problema do esgotamento sanitário particularmente mais grave nessa região.

(e) *Região do Vale do Itajaí* : a região compreende 40 municípios, tendo em Blumenau uma das principais cidades industriais. As principais indústrias poluentes são do ramo têxtil e alimentício. Dentre 2.500 unidades industriais que se localizam na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, a FATMA selecionou para um programa de controle da poluição ambiental 60 empresas que correspondem a, aproximadamente, 80% da carga de poluição da região. Dentre essas 60 empresas, 51 delas geram uma poluição de aproximadamente 1.034.000 habitantes. Torna-se difícil saber a poluição pelos detritos sólidos domésticos, já que há uma variedade dos sistemas de tratamento, que, em sua maioria, são individuais, mas que lançam seus poluentes em redes de esgoto, galerias pluviais e no próprio rio. As enchentes, fenômeno que atingiu grande parte do território catarinense em 1983, parecem se intensificar mais gravemente nessa região. Matedi (1996) verifica que o processo de urbanização influenciado pelo processo de desenvolvimento econômico acabou intensificando o fenômeno <sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Segundo a FATMA (Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente) os municípios de Imbituba, Tubarão, Criciúma e Urussanga apresentam os maiores números de poluição atmosférica. Os mais afetados no entanto são aqueles que habitam as imediações das minas e os próprios trabalhadores. De 70% das internações ocorridas e 27% dos óbitos ocorridos nos hospitais são atribuíveis à poluição do carvão (MILIOLI, 1995).

<sup>49</sup> O autor observa um fato que parece ser marcante para a história da cidade e para a intensificação do fenômeno. Surgiu em 1911, quando ocorreu uma das maiores inundações que se tem notícia na história da cidade, uma série de debates em torno de medidas que poderiam ser tomadas para solucionar o problema. O que

## CAPÍTULO 2

### O MEDO ECOLÓGICO : A DISCUSSÃO SOBRE OS PERIGOS AMBIENTAIS GLOBAIS

"A idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana, esta 'idéia' é o que eu chamo uma significação imaginária social. A ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta. Numa palavra: de agora em diante, o que conta é o que pode ser contado."

(Cornelius Castoriadis)

- Está desprestigiando os alarmistas.
- É mesmo !
- Há provas que a terra não vai sobreviver aos abusos do homem.
- É verdade !?
- A proliferação de bombas atômicas, a superpopulação, a poluição da terra, do mar e do ar. Portanto, o pessimista que pensa que o céu está caindo não seria mais sensato que o iludido que pensa que tudo vai bem ?

(Diálogo no filme *Os 12 Macacos*)

Este segundo capítulo se subdivide em duas partes principais. Na primeira parte, procura-se fazer uma retrospectiva histórica sobre a discussão iniciada pelo Clube de Roma sobre *Os Limites do Crescimento* até o surgimento do conceito de

---

surpreende é que uma terceira medida que cogitava a mudança de localização da cidade para um ponto mais alto e seguro da cidade tivesse sido inteiramente descartada. Ainda em 1930, escritores assinalavam para o fato de que a cidade se situava no lugar menos apropriado da colônia. G. Stutzer, escritor que se debruçou sobre a história da região, numa conversa com seu irmão assinalou que este lhe fez a observação de que "(...) foi impossível convencer o Dr. Blumenau localizá-la cinco quilômetros rio acima, em lugar seguro. Quando perguntei a razão ele me disse que ali era o centro dos interesses do Dr. Blumenau e onde ficavam suas propriedades" (STUTZER apud MATEDI, 1986, p. 53).

desenvolvimento sustentável. No resgate desta discussão procuro ressaltar os aspectos mais relevantes do tema e, ao seu final, fazer uma análise do caráter inovador da discussão em retrospectiva às teorias que analisamos no primeiro capítulo. Ao fazer isto procuro colocar e caracterizar os aspectos positivos da discussão sobre desenvolvimento sustentável e mostrar as dificuldades dos enfoques anteriores para pensar algumas questões atuais. Num segundo momento trabalha-se mais propriamente com a ruptura e reformulação da noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" na representação de alguns atores sociais do mercado, do Estado e da sociedade civil. Esse último aspecto intenta, assim, criar uma ponte entre o debate teórico e a popularização do tema no senso-comum. Desse modo, apesar de poder-se argumentar que o desenvolvimento sustentável permanece como um projeto até o momento "utópico", poder-se-á observar que ele acaba ganhando uma certa concretude em mudanças que já vêm sendo implementadas na região.

As primeiras tentativas de se avaliar as contradições entre desenvolvimento e meio ambiente em termos globais, foram dadas pela Conferência da Biosfera (1968) e pelo estudo realizado pelo Clube de Roma intitulado *Limites do Crescimento*. Tanto a conferência da Biosfera quanto o estudo realizado pelos Meadows deram os primeiros esboços das discussões que iriam se realizar nos anos seguintes. Porém, para um melhor esclarecimento, elas podem ser vistas de um modo distinto. A discussão que se travou nesses trabalhos foi pouco esclarecedora sobre as relações dos países economicamente mais ricos com os países mais pobres e conseqüentemente dos dilemas que isto colocava para a resolução dos próprios problemas que apontavam. A conferência da Biosfera por um lado, seria marcada ainda por um certo provincianismo e "cientificismo", as próprias avaliações e conclusões em relação à conferência iriam assinalar a necessidade de se ampliar a discussão para questões políticas e sociais não abordadas. Os estudos realizados pelo Clube de Roma, por outro lado, apesar de se preocuparem com uma visão global da dinâmica do sistema mundial, também

passaram marginalmente nas questões específicas atinentes às relações entre os países do Norte e do Sul. Deste modo, se esses acontecimentos foram importantes para o início de uma discussão ampla sobre o tema do desenvolvimento e meio ambiente, não obstante, passaram timidamente na discussão em relação às questões políticas e sociais envolvidas nas atuais relações internacionais e da interdependência dos problemas existentes entre os países.

A conferência da Biosfera foi, em parte, o resultado da coordenação de pesquisas ecológicas encorajadas pelo IBP (Programa Biológico Internacional). Esse programa foi o resultado das discussões que se travaram no final dos anos 50 e início dos anos 60 entre o ICSU (Conselho Internacional das Associações Científicas), da IUBS (União Internacional de Ciências Biológicas) e IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais). Como resultado e consequência das conclusões obtidas neste programa, foi realizada em setembro de 1968 em Paris, a Conferência da Biosfera. Além de analisar, como o próprio título já indica, o impacto humano sobre a biosfera, ela procurou abordar questões correlatas aos efeitos da poluição e da água e das consequências ambientais com o excesso de pastagens e desmatamentos. Das análises e conclusões desta conferência surgiram os seguintes temas que são aqui importantes mencionar : (1) algumas conclusões apontavam que as mudanças no meio ambiente pareciam ter atingido um patamar crítico; (2) nos países industrializados havia uma preocupação popular cada vez maior para a correção dos problemas ambientais; (3) ficou claro que os caminhos tradicionais do desenvolvimento deveriam ser rapidamente alterados; (4) as ciências naturais e a tecnologia não podiam resolver sozinhas os problemas, era necessária a contribuição das ciências sociais e (5) era necessário ampliar as pesquisas tanto nos países mais desenvolvidos quanto nos menos desenvolvidos<sup>50</sup>. Ficou evidente na Conferência que, apesar dela ter se centrado em aspectos científicos dos problemas ambientais, era

---

<sup>50</sup> Para uma melhor apreciação dos temas levantados na conferência, ver McCormick (1992, p. 98).

necessário que a discussão se direcionasse para as dimensões política, social e econômica que foram ignoradas.

Nesse mesmo período surgiria também, o Clube de Roma, com algumas análises relacionadas com a dinâmica do sistema mundial e mais especificamente o perigo relacionado com o crescimento exponencial da população e da produção. O debate sobre os limites do crescimento já foi alvo das preocupações de vários pensadores no passado, como já vimos, e retorna nas análises de alguns cientistas sociais contemporâneos. Deste modo, as análises realizadas pelo Clube de Roma, cujos trabalhos foram coordenados por Jay Forrester e Dennis L. Meadows que eram especialistas em dinâmica de sistemas do grupo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachussets), tiveram mais impacto pelos prognósticos "apocalípticos" que fizeram, do que pelo rigor e brilhantismo dos métodos utilizados para avaliar a situação mundial. O estudo do Clube de Roma reflete de modo exemplar o eterno retorno da discussão sobre os limites do crescimento que já foram objeto de preocupação no passado. O trabalho teve assim, um papel crucial de fazer com que cientistas, governos, instituições públicas e privadas e a opinião pública em geral acordassem de seu breve cochilo quanto às questões centrais e fundamentais, ora esquecidas<sup>51</sup>.

Já em 1970, havia sido publicado o primeiro informe do Clube de Roma que trazia alguns dos elementos da "problemática mundial" com a introdução de modelos computacionais nas análises. Para Forrester, os modelos computacionais tinham uma superioridade sobre os métodos de modelização mental, pois segundo ele, esses modelos computacionais careciam de ambigüidade e sua linguagem era clara e precisa. Na tentativa de aperfeiçoar os estudos já feitos, Forrester construiu o modelo World-2 em que analisava a dinâmica mundial a partir de 5 variáveis ou subsistemas

---

<sup>51</sup> A pergunta "para onde a sociedade humana caminha?" parece ter retornado para incomodar os velhos dogmas e valores do progresso.



(população, capacidade industrial, recursos naturais, poluição e produção de alimentos). Se realçava neste trabalho a necessidade de se alcançar um possível equilíbrio global, dada a possibilidade de um futuro colapso no planeta (TAMANES, 1977, p. 114).

O estudo de maior repercussão realizado pelo MIT seria o trabalho dirigido por Dennis L. Meadows. Este havia sido professor assistente de administração no MIT entre 1969 e 1972, e trabalhou em conjunto com sua esposa, que era pesquisadora no campo de nutrição e ciências alimentares do mesmo instituto. Ambos coordenaram uma análise mais aperfeiçoada dos trabalhos de Forrester e que seria então denominado de World-3. Desta análise seria publicado então em 1972 o informe de caráter geral *The Limits to Growth* (Meadows et al, 1972). O estudo se debruçava sobre as mesmas variáveis utilizadas no estudo de Forrester e retomava, com mais ênfase, a idéia do colapso pelo esgotamento de recursos no sistema mundial. Desta análise resultaria a recomendação de um crescimento zero que tornou o grupo alvo de várias críticas e, por consequência, a pouca aceitabilidade de seus prognósticos nos círculos acadêmicos e políticos.

Apesar do trabalho não negar um possível "equilíbrio natural" após a crise mundial que as análises previam, os autores argumentavam que mesmo incorporando tal alternativa, a sociedade humana passaria por uma longa fase de agonia onde a situação se tornaria mais dolorosa para o planeta e para a humanidade. A questão estava assim nas contradições que iriam se gerar no futuro entre o crescimento da população e da indústria e o esgotamento dos recursos. O argumento era o de que o crescimento do capital industrial seria concomitante ao requerimento de mais recursos, e na medida que estes fossem se esgotando, seus preços iriam aumentando. Com a necessidade de aplicar quantidades cada vez maiores de capital para a obtenção dos recursos, chegaria-se a um momento em que as aplicações não bastariam para atender nem mesmo as amortizações dos investimentos de capital, levando a um colapso do

sistema econômico. A situação se agravaria ainda mais com a persistência do crescimento populacional durante algum tempo. Este por sinal, só diminuiria com a crescente taxa de mortalidade causada pela falta de alimentos e serviços de infra estrutura para as populações do mundo. Desse modo, se concluía que se chegaria em algum momento do próximo século ao *doomsday* (dia da ruína) (TAMANES, 1977, p. 121). Das diferentes análises, o estudo chegou às seguintes conclusões :

1) Se as tendências existentes de população mundial, poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de recursos continuassem inalteradas, os limites do crescimento no planeta seriam atingidos dentro de cem anos. O resultado mais provável seria um declínio súbito e incontrolável, tanto na população quanto na capacidade industrial.

2) Era possível alterar essas tendências de crescimento e atingir um estado de estabilidade econômica e ecológica que fosse sustentável por muito tempo no futuro. O estado de equilíbrio global poderia ser planejado, de modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra fossem satisfeitas e cada pessoa tivesse uma oportunidade igual de concretizar seu potencial humano individual.

3) Se as pessoas do mundo decidissem se empenhar para chegar a esse segundo resultado e não ao primeiro, quanto mais cedo comesçassem a trabalhar para atingi-lo, maior seriam as chances de sucesso (MEADOWS et al, 1972, p. 20).

Foram inúmeras as críticas dirigidas ao informe dos Meadows, tanto no que tange aos seus procedimentos metodológicos quanto às conclusões que foram extraídas das análises. Quanto à parte metodológica, criticou-se a base de dados pela qual o estudo se concentrou, sendo que a simplicidade do método impedia que propiciasse diretrizes para as políticas. O estudo tinha um problema básico que residia na carência de dados, cujo o próprio grupo do MIT admitia e no desprezo dado à economia e às ciências sociais. Assim uma equipe de cientistas da universidade de Sussex argumentou que era "(...) essencial examinar a predisposição política e os

valores implícita ou explicitamente presentes em qualquer estudo de sistemas sociais. A aparente neutralidade distanciada de um modelo de computador tanto é ilusória quanto persuasiva" (COLE apud McCORMICK, 1992, pg. 92).

Outras críticas foram dirigidas para as relações que o estudo estabelecia entre crescimento e recursos naturais. Assim, alguns cientistas assinalavam que as análises sobre o possível esgotamento de recursos não incorporavam as mudanças que o potencial tecnológico poderia propiciar. Argumentava-se que as previsões do estudo eram equivocadas, pois o progresso tecnológico tornaria mais fácil a extração e a substituição de recursos naturais exploráveis. A conclusão era de que o estudo subestimava o potencial das descobertas científicas tecnológicas para reversão do processo. No entanto, esse argumento se pareceu injustificado e superficial, pois como lembra Tomanes, os próprios autores eram tecnólogos e cientistas e trabalhavam num instituto de tecnologia reconhecido mundialmente. E por outro lado, o próprio informe tinha um capítulo extenso no qual trabalhava o tema "A Tecnologia e os Limites do Crescimento". Os próprios autores procuraram deixar claro seu posicionamento: "(...)acreditamos seriamente (...) que muitos dos desenvolvimentos tecnológicos aqui mencionados - reciclagem, dispositivos para o controle de poluição, anticoncepcionais - serão absolutamente vitais para a futura sociedade humana, caso sempre sejam combinados a controles deliberados de crescimento"(MEADOWS, 1972c, pg. 152).

Ressaltava-se também, a demasiada ênfase aos aspectos dos limites físicos no estudo. Disso se despreendia que o trabalho não incorporava questões políticas e sociais e não abordava as especificidades dos problemas entre os países ricos e pobres. Com respeito a este ponto, os autores do relatório Global 2000<sup>52</sup> escreviam que o estudo omite fatores sociais, tal como distribuição de renda e ordem internacional, os quais "(...) podem colocar problemas de limitação muito antes que os limites físicos

---

<sup>52</sup>O seu verdadeiro título era *The Global 2000 Report to the President* e se resumia a um estudo amplo de problemas de ordem global, que teve início no governo Kennedy, e que recebeu apoio dos governos de Nixon e Carter, sendo paralizado no governo de Reagan. Ver McCormick (1992).

propriamente ditos sejam alcançados" (Council on Environmental Quality apud McCORMICK, 1992, pg. 94). No entanto, nós poderíamos dizer que estes temas foram abordados, mas apenas de forma marginal<sup>53</sup>. O problema parece ter residido assim quanto à tese de crescimento zero para o sistema mundial, enfurecendo alguns intelectuais dos países do Sul que logo argumentaram que as sociedades ocidentais, após um século de crescimento industrial acelerado, fecharam este caminho para os países pobres, legitimando tal prática com um discurso ecologista (BRUSEKE, 1995). Como veremos a seguir, muitas destas questões permaneceram em aberto nas reuniões, encontros e conferências que se seguiram a estes trabalhos e a discussão sobre os problemas específicos entre os países mais ricos e os países mais pobres receberam maior atenção e importância.

## 1 - O ITINERÁRIO DA IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada de 5 a 16 de julho de 1972 em Estocolmo na Suécia, é vista por muitos, como o marco inicial para o novo debate que se dá sobre o meio ambiente e desenvolvimento, e que se faz atualmente sob o slogan do desenvolvimento sustentável. Porém, muitos dos temas discutidos nesta conferência foram extensões das discussões que tinham ocorrido já na Conferência da Biosfera em Paris e tanto uma quanto a outra tinham um objetivo amplo de se analisar mais profundamente o impacto do homem sobre o meio ambiente global. Ambas significaram de um ponto de vista histórico, do mesmo modo que as conferências e estudos que se seguiram na ONU, uma tentativa de sanar ou,

---

<sup>53</sup>A grande preocupação do estudo foi com a possibilidade de um futuro colapso no planeta e de sua tese de crescimento zero. De acordo com Tamanes os estudos posteriores do Clube de Roma iriam abordar mais centralmente as questões atinentes aos países ricos e pobres. (TAMANES, 1977, p. 128).

pelo menos, diminuir a ignorância sobre o potencial destrutivo do homem sobre o planeta. Em todo caso, a conferência das Nações Unidas talvez mereça uma melhor apreciação, pois foi somente em Estocolmo que problemas ecológicos, econômicos e políticos seriam discutidos num fórum intergovernamental, tendo nele participado representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intergovernamentais e não-governamentais.

O objetivo de realizar um encontro de tal magnitude, tanto no que diz respeito ao número de participantes, como no amplo espectro de problemas que seriam abordados, só foi possível através de um trabalho árduo de preparação e do questionamento e inclusão de novas questões, anteriormente, parcialmente abordadas. Foi então, inevitável a discussão sobre o relacionamento dos países mais ricos com os economicamente mais pobres e de suas implicações para a degradação do meio ambiente no planeta e das consequências futuras destas práticas para o próprio desenvolvimento dos países. Isso se deveu à crítica de alguns cientistas em relação à centralidade que tinham as discussões em aspectos ambientais dos países mais industrializados, em detrimento dos aspectos econômicos, políticos e culturais dos países mais pobres, além da posição de cautela destes últimos com respeito às possíveis restrições de políticas ambientais que poderiam ocorrer para as suas próprias estratégias de crescimento econômico.

Foi nesse novo redirecionamento das discussões que iria surgir em 1971 o relatório intitulado *Only One Earth* organizado por Barbara Ward e Rene Dubos. Com o objetivo geral de propiciar os fundamentos conceituais que seriam abordados na Conferência em Estocolmo, o relatório também providenciou uma primeira tentativa de especificação dos problemas em relação aos países ricos e pobres. Para os primeiros ficavam a poluição, o desperdício, o mau uso do solo, o crescimento urbano, a própria sociedade de consumo e a pressão sobre os recursos como os principais problemas, e para os segundos se evidenciavam os problemas de pressão

populacional, problemas ligados com a revolução verde, a poluição industrial e o crescimento urbano descontrolado. Foi com a introdução de questões ligadas aos países do Sul que temas como o alto consumo dos países do Norte, que eram antes pouco abordados, começaram a ser discutidos com mais ênfase. Isso fez com que ocorresse na Conferência um impacto entre as diferentes percepções sobre o meio ambiente, defendidas entre países mais e menos desenvolvidos. Como escreve McCormick: "(...) Os países mais desenvolvidos foram pelo menos incentivados a começar a reinterpretar as prioridades do ambientalismo, a assumir uma visão mais ampla do caráter globalmente correlato de muitos problemas e a começar a entender quantas dessas questões estavam arraigadas em problemas políticos e sociais, particularmente nos países menos desenvolvidos" (1992, pg. 111). Outro fator bastante significativo e inovador foi a participação de mais de 400 ONG's oficialmente representadas no encontro, que possibilitou a criação de novos contatos e articulações entre elas. A própria discussão sobre uma possível "sociedade civil planetária" se deve em grande parte a estas novas relações que estão se criando entre ONG's de todos os países no mundo<sup>54</sup>.

Esses fatos não impediram que a Conferência fosse permeada por posições unilaterais e que refletiram, de um modo ou de outro, a conflituosidade de interesses existentes entre os países. Esse foi o caso, por exemplo, da China ao apoiar a posição de que cada país, especificamente os menos desenvolvidos, tivesse o direito de adotar os seus próprios padrões de desenvolvimento, e também o caso dos EUA que se opuseram a muitos princípios e emendas apoiadas pelos países mais pobres<sup>55</sup>. Após a ampla gama de questões que foram abordadas sobre desenvolvimento e meio

---

<sup>54</sup> Para uma análise destas novas redes de comunicação que estão emergindo, ver o artigo de Scherer-Warren (1995) e Fernandes (1995).

<sup>55</sup> Um exemplo foi a abstenção da delegação americana na votação de uma resolução que condenava os testes com armas nucleares. Ver McCormick (1992, p. 107).

ambiente, foi inevitável o surgimento de um novo conceito que procurasse contrapor as novas visões, proposições e ações que se estavam gerando.

Foi então em 1973, que Maurice Strong, um dos principais organizadores da Conferência de Estocolmo, utilizava pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento. Com o termo, Strong pretendia criar uma "idéia-força" que possibilitasse direcionar as ações de modernização econômica a uma posição de sensibilidade aos fenômenos da degradação ambiental e da justiça social, cultural e política. No entanto, seria um ano mais tarde, em 1974, que o termo receberia uma reformulação e conceitualização mais precisa de Ignacy Sachs, designando "(...) um 'estilo' de desenvolvimento aplicável a projetos localizados, não só em áreas rurais, mas também urbanas (...) orientado prioritariamente pela busca de satisfação de necessidades básicas e pela promoção de autonomia (self-reliance) das populações envolvidas no processo" (VIEIRA, 1995). Isso implicava para Sachs, incorporar questões como a solidariedade com as gerações futuras, a preservação dos recursos e do meio ambiente em geral. Estavam dadas aí as principais questões que seriam abordadas pela noção de desenvolvimento sustentável, alguns anos mais tarde.

No entanto, o conceito de ecodesenvolvimento não perdurou nas reuniões e estudos subseqüentes<sup>56</sup>. Isso se evidenciou já com a declaração de Cocoyok realizada no México, entre os dias 8 e 12 de outubro de 1974. Resultado de uma Conferência entre a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas em Comércio e Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), preferiu-se fazer alusões na conferência a outras denominações como "um outro desenvolvimento" ou "desenvolvimento endógeno". O mesmo ocorreu com o relatório apresentado pela Fundação Dag Hammarskjöld que se baseava nas análises da de Cocoyok<sup>57</sup>. Apesar

---

<sup>56</sup>Apesar de autores como Sachs utilizarem o termo ecodesenvolvimento, o conceito que acabou ganhando maior popularidade, principalmente após o surgimento do relatório Brutland, foi o de desenvolvimento sustentável.

<sup>57</sup>Isso talvez tenha ocorrido pela própria radicalidade das propostas contidas no conceito de ecodesenvolvimento de Sachs. Devido às tendências do atual mundo globalizado, há autores que chegam a aludir até mesmo o caráter "revolucionário" de propostas contidas nas idéias de ecodesenvolvimento (AMSTALDEN, 1996).

disso, essas últimas discussões compartilhavam muitos pontos levantados por Sachs, principalmente em relação ao padrão insustentável de desenvolvimento dos países do Norte. Numa declaração organizada por Bárbara Ward após a Founex II, realizada em Cocoyok, a autora escrevia que "A preensão por parte dos ricos de uma parcela desproporcional de recursos fundamentais entra em conflito direto com os interesses de mais longo prazo dos pobres ao prejudicar seu acesso final a recursos necessários a seu desenvolvimento e aumentar seu custo" (Ward apud McCormick, 1992, pg. 154). Procurava-se deixar claro, aí, que as relações econômicas desiguais entre países contribuíam diretamente para as pressões ambientais nos países mais pobres. Mantinham-se assim, a crítica voltada para a questão quanto à necessidade de restrição do consumo exagerado nos países do Norte.

Em 1987 surgiu a concepção de desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento que procura, segundo o relatório Nosso Futuro Comum, "atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas" (1988, pg. 09). Se, por um lado, o relatório procurou mostrar que as distinções entre questões locais, nacionais e internacionais haviam se diluído, tanto é que as três partes constitutivas do trabalho se referem às preocupações, desafios e esforços "comuns", por outro lado, retrocedeu, em comparação aos relatórios anteriores, à crítica aos países mais industrializados. O esforço de tentar traçar as necessidades básicas para o consumo mínimo nos países mais pobres teve como contraponto a omissão quanto à uma discussão do nível máximo de consumo e do uso de energia nos países mais ricos (BRUSEKE, 1995).

Em junho de 1992 se realizou no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco-92 como ficou conhecida, teve a participação de aproximadamente 35.000 pessoas com a presença de 106 chefes de governo. Apesar de ter criado um impacto na opinião pública e tendo contribuído para ampliar a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, os



resultados concretos da conferência se tornaram omissos quanto às questões dos limites a serem colocados ao sistema econômico atual. Isso se tornou evidente, tanto na recusa do governo Bush em assinar a Convenção da Biodiversidade e na falta de estabelecimento de metas e prazos definidos para limitar as emissões de gases responsáveis pelas mudanças climáticas no planeta, como pela posição dos países pobres em dificultar acordos globais em defesa de suas "soberanias nacionais" (LEIS, 1996).

As conclusões que surgiram destes e de outros encontros mostraram uma sensibilidade de certa forma realista com alguns dos problemas pelos quais se depara o planeta atualmente. O levantamento de questões como a proteção do meio ambiente, a erradicação da miséria nos países mais pobres, a diminuição do consumo dos países mais ricos e outras questões correlatas, surpreendem pela forma explícita e direta a qual esses temas são geralmente abordados, como também o posicionamento menos pretensioso, pelo menos em relação a alguns autores, com respeito ao desenvolvimento<sup>58</sup>.

## 2 - AS CONTROVÉRSIAS DE UMA IDÉIA SEM LIMITES

Como podemos observar no primeiro capítulo, a discussão sobre os limites do desenvolvimento não é nova e já vem intrigando a um bom tempo. Se procurássemos nos voltar as suas origens mais remotas, talvez teríamos que abordar o diálogo de Platão sobre "A República" ou numa retrospectiva menos pretensiosa, nos debruçarmos sobre os pensadores modernos que despenderam uma maior atenção à questão dos limites do crescimento exponencial como foi o caso de Smith, Malthus, Ricardo, Mill e Marx. Entre estes, J. S. Mill talvez mereceria uma maior atenção. Ao

---

<sup>58</sup> A argumentação de Sachs (1986) de que nunca existirá modelo *"pret-à-porter"* (pronto a vestir) de desenvolvimento, parece ser um bom exemplo deste posicionamento, ao contrário do conjunto de receitas neoliberais que se fazem sob o lema de "livre comércio".

contrário dos outros autores, que viam a possibilidade de superar as futuras crises ou colapsos do sistema econômico e alcançar o patamar de um "crescimento sem limites".

Segundo Mill, o crescimento econômico iria se deparar em algum momento específico com "limites insuperáveis", sendo inevitável a necessidade de se alcançar um estado econômico estacionário. Como o próprio Tameses escreve: "En ello radica precisamente la grandeza de la concepción y perspectiva de Mill : supo anticiparse. (...) << A qué punto último tiende la sociedad - es lo que él se pregunta - con su progreso industrial ? >> Mill (...) se fijó en el principio de que el crecimiento de la riqueza no puede carecer de límites. Para él, era completamente seguro que al final del estado progressivo se alcanzaría el estado estacionário" (1977, pg. 30)

Nas teorias do desenvolvimento que analisamos anteriormente, essa questão parece ter passado em branco e foi até mesmo inexistente. Tanto na visão cepalina como na visão dependentista, os limites eram encarados como problemas a serem superados para então se atingir um "crescimento sem limites", seja ao molde capitalista ou socialista. Isto pode até ser visto pela total despreocupação com respeito à finitude dos recursos e do próprio planeta em relação a um sistema econômico que sempre procura se expandir. Como atenta Leitão a respeito das observações de Celso Furtado com relação ao pensamento desenvolvimentista brasileiro:

"(...) A desimportância da preservação da natureza no ideário do nacional desenvolvimentismo é notória. Celso Furtado, principal ideólogo e teórico do desenvolvimento dessa fase, em recente palestra, ironizou da insustentabilidade das propostas e práticas desenvolvimentistas da época, na medida em que a natureza e seus recursos eram dados como fatores constantes, sem que se concebesse a sua escassez ou a elasticidade de sua oferta, implicando a ausência de maiores cuidados com sua exploração e, muito menos, com a sua preservação. A natureza, portanto, não ocupava lugar central nas preocupações desenvolvimentistas do período e, ainda segundo Furtado, continua sem ocupar qualquer centralidade" (1994, p. 154).

Como se pode ver, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável recoloca a questão dos *limites* para o *desenvolvimento*, tema que parecia estar abandonado pelos enfoques que vimos no primeiro capítulo. Como escreve Mioto, "O que diferencia o desenvolvimento do desenvolvimento sustentável ? Este trabalha com a noção de *limites*, isto é, o equilíbrio no uso dos recursos, embora a ciência e a tecnologia continuem avançando (...) O desenvolvimento sustentável, por sua vez, qualifica o conceito do desenvolvimento. Sua escala de análise é mundial, onde a natureza também faz parte, não só o econômico" (1996, p. 1988). Ou ainda como escreve outro autor:

"O desenvolvimento sustentável busca levar em conta a fragilidade da ecologia natural dentro do processo de desenvolvimento. Uma exploração da ecologia natural dentro do processo de desenvolvimento. Uma exploração selvagem demais dos recursos naturais, poluição e congestionamento demais no processo de urbanização, concentração demasiada de resíduos produzidos pelo desenvolvimento, e o processo como um todo se voltaria contra si mesmo, gerando consequências cujos custos poderiam ser maiores do que os benefícios produzidos pelo processo de desenvolvimento. A necessidade de se pensar sobre o desenvolvimento dentro dos termos dos limites impostos pelo meio ambiente natural se tornou uma evidência." [grifo meu] (WOLFE, 1992, pg. 30).

Uma das principais diferenças do conceito de desenvolvimento sustentável surge justamente pelo fato de tornar explícito o tema dos "limites", no que se refere a sua dimensão ambiental e global, para o sistema econômico atual. Mas o que então seria inovador se a própria discussão desses "limites" já fez parte da preocupação de autores tão díspares no passado. Neste caso nós teríamos que fazer uma diferenciação entre os "limites" possíveis. De um lado nós teríamos a discussão sobre os "limites do desenvolvimento", onde estes podem ou foram superados de alguma forma, este é o caso da CEPAL, do Nacional-desenvolvimentismo, de Hering. O crescimento econômico toma a forma de um "crescimento sem limites", onde não há estágios nem um fim pré-determinado e sim uma situação de eterna superação dos "limites" pelos

quais o crescimento se depara. Se aproxima à ideologia de progresso que faz Castoriadis:

"Uma vez que não há limites para a progressão de nosso conhecimento, tampouco os há para a progressão de nosso "poder"(e de nossa "riqueza") ou, dizendo de outro modo, os limites, onde quer que se apresentem, têm um valor negativo e devem ser ultrapassados. (...) não pode existir, portanto, nenhum ponto fixo de referência para nosso "desenvolvimento", um estado definido e definitivo a atingir; mas esse desenvolvimento é um movimento com uma *direção* fixa (...) Chegamos desse modo à situação presente. O desenvolvimento histórico e social consiste em abandonar *qualquer* estado definido, em atingir um estado que não é definido por nada, exceto pela capacidade de atingir novos estados. A norma é que não há norma. O desenvolvimento histórico e social é um desdobramento indefinido, sem fim (nos dois sentidos da palavra *fim*). E, a medida que a indefinição nos é insuportável, a definição é fornecida pelo crescimento das quantidades. (CASTORIADIS, 1987, 145-6)

Para esta visão não há limites que não possam ser superados. No nosso caso, em relação aos enfoques que analisamos, os "limites do desenvolvimento" se circunscrevem a obstáculos que podem ser superados por algum agente específico (Estado e mercado, a ciência, os técnicos por exemplo), para superar a estrutura econômica agrícola do país (economia agro-exportadora) ou da região de Santa Catarina (economia agrícola de subsistência). Mudança que seria desencadeada por um Estado forte e planejador (Nacional-desenvolvimentismo) ou por um empresário empreendedor (Hering). No caso do desenvolvimento sustentável nós temos uma discussão sobre "limites do desenvolvimento" onde os "limites" são insuperáveis com um crescimento econômico que se expande indefinidamente e eles se remetem aos limites da capacidade de sustentação global do planeta. Não é possível, logicamente, propiciar um crescimento tanto populacional como industrial indefinidamente, há limites físicos claros em termos de recursos. Por outro lado, essa discussão, apesar da sumária clareza e consenso que se expressa em torno dela, se tornou uma questão bastante ambígua e complexa. Basta observarmos algumas das divergências em

relação ao tema, onde permanece o dilema e das possibilidades de um "crescimento sem limites".

Autores como Sachs, um dos principais pensadores e criadores da noção de ecodesenvolvimento, mencionam a importância do crescimento econômico para o desenvolvimento sustentável. Mas no caso deste autor, este objetivo é colocado de forma mais central para os países economicamente mais pobres da África e da América Latina por exemplo, não esquecendo de fazer, por outro lado, a argumentação de "(...) que o crescimento quantitativo ilimitado da produção material não pode ser sustentado para sempre, dada a finitude da espaçonave Terra. Se desejarmos evitar o inevitável esgotamento do 'capital natural', tanto como a fonte de recursos, quanto como sumidouro de resíduos, o processamento de energia e de materiais deve ser contido" (SACHS, 1994, pg. 35). Porém, isso não faz com que Sachs compartilhe da tese da necessidade de um estado econômico estacionário defendido por outros autores<sup>59</sup>. A idéia de um estado estacionário é defendida por Lester Brown que escreveu *Building a Sustainable Society*, onde argumenta que a busca da felicidade pela contínua aquisição de novos bens materiais terá que dar lugar à idéia de um desenvolvimento pessoal de cada um, abrangendo o melhoramento das relações humanas e a consecução de um crescimento intelectual e espiritual (SEITZ, 1991). É claro que para outros autores e mesmo instituições como o Banco Mundial, o crescimento econômico é o principal objetivo das nossas sociedades contemporâneas sem exceção e terá que continuar pelo futuro afora. Esta é uma posição de Julian Simon por exemplo, professor de Comércio na Universidade de Maryland, que escreveu *The Ultimate Resource*. Essa posição pode se tornar extremamente perigosa, tanto pelo risco que pode implicar para o meio ambiente global como também por incindir em obstáculos na consecução de políticas de cooperação entre países do Norte

---

<sup>59</sup>Sachs argumenta, com um certo grau de razão, que o estado estacionário apenas teria sentido caso a sociedade fosse perfeitamente igualitária e fosse além disso, capaz de assegurar a todos os seus membros um conforto material razoável. Para este argumento do autor, ver Sachs (1986, p. 113).

e do Sul, já que crescimento econômico nos padrões atuais é antes de mais nada individualidade e competitividade econômica entre os países.

Como podemos ver, as questões que suscitam em torno do desenvolvimento sustentável, especificamente as possibilidades de um "crescimento sem limites" são amplas e complexas, tornando difícil abordar todas elas neste pequeno trabalho. Assim, o tema do crescimento econômico, tão caro ao ideário do desenvolvimento durante o século XX, mereceria um trabalho em paralelo, já que sua defesa, enquanto principal objetivo, até mesmo para países mais ricos, é defendida. Para estes, do mesmo modo que os países pobres necessitam do crescimento econômico para solucionar seus problemas de miséria e conseqüentemente de degradação ambiental, os países ricos precisam intensificar seu crescimento econômico para que essa ajuda internacional se torne possível. No entanto, esse posicionamento pressupõe que o crescimento econômico poderá ser operado *id finitum*. Há também fatos relacionados com a globalização econômica atual, que deveriam ser também melhor enfatizados em torno da própria proposta de desenvolvimento sustentável<sup>60</sup>. A discussão que se faz sob o signo do desenvolvimento sustentável e que procura questionar a própria "insustentabilidade" do padrão de desenvolvimento ocidental tido até o momento como universal, mostra como essa discussão trás algo de novo em comparação aos enfoques anteriores. Apesar de suas diferenças teóricas e metodológicas, muitos autores, entre eles Sachs, Habermas, Giddens, Castoriadis, Altvater e outros que estão inseridos diretamente com o tema do "desenvolvimento" e da "sustentabilidade" procuram desmitificar essa crença e fé moderna quanto à possibilidade de um crescimento econômico sem limites.

---

<sup>60</sup>Sachs em entrevista à revista ISTO É (21/08/96) expressou claramente a sua opinião de que a globalização do modo como ela vem ocorrendo, apenas aumentará as desigualdades dentro e entre os países, intensificando o fenômeno da pobreza no planeta. Haveria, segundo ele, um processo paralelo de terceiro-mundialização: "Tal como se processa a globalização nas formas atuais, muita gente está ficando de fora. Segundo estimativas de autores americanos, inclui um terço e deixa fora dois terços da população mundial. Metaforicamente, está havendo uma terceiro-mundialização do planeta".

O tema dos limites da sustentabilidade global coloca, assim, alguns problemas para os enfoques que analisamos no primeiro capítulo. Como já vimos, as discussões sobre o desenvolvimento no país foram marcadas pela idéia de um desenvolvimento nacional autônomo no caso da CEPAL, ou da manutenção do subdesenvolvimento pelas relações de dependência que se mantinham com os países centrais (enfoque da dependência), ou ainda da existência de um "modelo catarinense de desenvolvimento". Se nos debruçarmos sobre algumas das discussões que vêm se preocupando crescentemente com a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, iremos verificar um significativo salto, tanto quanto à consciência da falta de controle, quanto ao caráter transnacional dos problemas. A própria tendência em se perceber a relação entre países ricos e pobres enquanto marcados por uma relação de dependência mútua (interdependência) é reflexo da consciência de um mundo cada vez mais globalizado. A crescente visão de que a relação entre desenvolvimento e meio ambiente é, antes de mais nada, uma questão global, na qual as medidas tomadas no Norte têm influências no Sul e vice-versa, faz com que a briga existente entre endogenismo e exogenismo se torne irrelevante. Nesse caso, as questões não se restringem a um desenvolvimento autônomo e nacional e nem meramente, apesar deste aspecto fazer parte da discussão, do poder político e econômico dos países "centrais" sobre os "países periféricos"<sup>61</sup>.

Sendo que a discussão dos limites hoje se refere a uma sociedade que não é mais nacional e sim global, os enfoques que vimos no primeiro capítulo e que tiveram o Estado-Nação como referência básica de análise (mesmo no caso do "modelo

---

<sup>61</sup> Mesmo que a degradação ambiental mundial signifique um fato lastimável, ela por outro lado pode colocar regiões como a América Latina numa posição estratégica diferenciada frente aos países ricos, caso estes continuem em se manter no "dilema do prisioneiro" (sem propensão a cooperar). Segundo Guimarães "Considerando que a América Latina, com 9% da população mundial, concentra 23% da terra potencialmente arável, 31% da água disponível, 23% dos recursos florestais, 46% dos bosques tropicais, 40% das espécies vegetais e animais, 20% do potencial de geração de energia renovável como a hidroeletricidade, assim como também uma parte significativa das reservas de minerais, as soluções para a crise devem necessariamente fazer justiça ao porte estratégico da região para o desenvolvimento sustentado em escala mundial" (1995, p. 119).

Catarinense de desenvolvimento") se tornaram no mínimo, deslocados da realidade. No caso de Hering, a industrialização em Santa Catarina se constituiu como "modelo" somente na medida em que este processo ocorria simultaneamente em todo o país, uma especialização do trabalho que ocorria nacionalmente. E no caso do enfoque da dependência a situação regional de dependência se estabelecia por relações assimétricas que ocorriam entre centros e periferias, entre Nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. As relações que se estabeleciam entre nações, tinham assim, um poder de determinação das relações de dependência que se estabeleciam entre Estados dentro de um país.

Especificamente em relação ao pensamento marxista da dependência, que já assinalava o aspecto internacionalizante da economia capitalista, podemos levantar dois pontos fracos. A primeira questão se refere à tensão que se criou entre os fenômenos do capitalismo internacional, e por outro lado de um capitalismo nacional. Nesse caso, parece que o enfoque da dependência esteve preso à uma camisa-de-força pela qual as análises não conseguiram se desvencilhar. Se, por um lado, as análises dos dependentistas apontavam para um capitalismo que se internacionalizava, por outro, se mantiveram na análise dos obstáculos de um capitalismo "nacional" - o subdesenvolvimento capitalista brasileiro. Isso levou os dependentistas a fazerem uma discussão aparentemente diferente sobre os "limites" do capitalismo feitos por Marx. Se, neste último, a discussão sobre os limites do capitalismo se relacionava quanto às possibilidades do colapso do próprio sistema, a análise dependentista se restringiu em focalizar as causas da manutenção do subdesenvolvimento nos países periféricos. Se, por um lado, aludia-se para as razões do subdesenvolvimento nacional, por outro, se omitia quanto às questões atinentes à impossibilidade de se generalizar ecologicamente o padrão civilizatório dos países capitalistas mais "desenvolvidos"<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> Mesmo que possamos talvez encontrar passagens em textos de Marx sobre a destruição ambiental do capitalismo, temos que admitir que este não foi nem de perto o tema central do seu pensamento. Isso se deve em grande parte porque Marx acreditava que o colapso do próprio sistema capitalista estava relacionado com as



Nesse último caso, as análises dependentistas se preocupavam em apenas constatar as deformações que as relações de dependência acarretavam para as economias "periféricas", não propiciaram um esclarecimento sobre os perigos e riscos presentes na expansão do padrão capitalista dos países mais ricos e também dos riscos que podem ocorrer na tentativa de um crescimento a todo custo nos países mais pobres. Esse problema talvez nem mesmo existia, na medida em que a temática central das análises se centrava no "subdesenvolvimento nacional". O problema do "subdesenvolvimento" não estava num padrão de desenvolvimento que não pode ser generalizado ambientalmente para o resto dos países, mas no poder do capital monopolista dos países centrais. Apesar dessa questão ser pertinente à discussão atual, o dilema atual reside na possibilidade de criar uma alternativa sustentável para todas as regiões do planeta sem cair, no entanto, na sedução das aparências. Se isto representa a quadratura do círculo, só a história poderá nos mostrar.

De qualquer forma, todas as análises que vimos no primeiro capítulo tiveram o Estado-Nação como referência para seus estudos, o que traz severas implicações para pensarmos algumas das questões fundamentais atuais<sup>63</sup>. Em contraposição aos enfoques anteriores, o que se ressalta atualmente é a dimensão global das novas relações que se estabelecem no mundo, as categorias que se criaram para entender os processos de mudança de uma "sociedade" entendida como Estado-Nação não parece se encaixar para entendermos uma sociedade hoje que é global. Como escreve Ianni, a "sociedade global já é uma realidade, não só em termos econômicos, mas também

---

contradições sociais que surgiriam, e seu materialismo histórico se ligara intimamente com a visão da evolução da sociedade a partir do aumento incessante das "forças produtivas" desmerecendo os limites físicos para esse crescimento (Giddens, 1989, p. 197-8). Apesar das contradições sociais não serem menos importantes, as contradições ecológicas do capitalismo parecem criar um impacto de maior intensidade e abrangência e superam com clareza as diferenças ligadas à posição de classe.

<sup>63</sup> Souza Santos denomina estes problemas fundamentais como aqueles "(...) que estão na raiz das nossas instituições e das nossas práticas, modos arraigados de estruturação e de acção sociais considerados por alguns como fontes de contradições, antinomias, incoerências, injustiças que se repercutem nos mais diversos sectores da vida social (...) A profundidade e a amplitude deste tipo de problemas suscitam soluções também profundas e amplas e aí reside a dificuldade específica destes tipos de problemas" (1996, pg. 283).

políticos, sociais e culturais. A despeito das disparidades entre essas esferas, bem como entre regiões, nações e continentes, qualquer projeto nacional terá condições de realização a partir desse patamar, dos movimentos que governam a sociedade global" (1996, pg. 47). E devido em grande parte a este fenômeno,

"(...) noções de três mundos, centro, periferia, imperialismo, dependência, milagre econômico, sociedade nacional, Estado-nação, projeto nacional, caminho nacional de desenvolvimento capitalista, revolução e outras, parecem insuficientes, ou mesmo obsoletas. Dizem algo mas não dizem tudo. Parecem inadequadas para expressar o que está acontecendo em diferentes lugares, regiões, nações e continentes. Os conceitos envelheceram, ficaram descolados do real, já que o real continua a mover-se, transformar-se"(IANNI, 1996, pg. 35).

Em conclusão à essa análise, cabe a nós elaborarmos a seguinte pergunta : não estaria também a noção de "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" obsoleta?

### 3 - A INCÓGNITA DA SUSTENTABILIDADE: OS LIMITES GLOBAIS

Apesar da discussão do desenvolvimento sustentável sobre os limites da sustentabilidade global se apresentar como um tema já aparentemente antigo, temos que prestar mais atenção quanto ao seu caráter inovador, e que pode nos trazer uma luz sobre o tema do "desenvolvimento" hoje e romper com a visão dos enfoques anteriores. Para entender melhor este aspecto, temos que considerar que as teorizações do desenvolvimento de ontem e de hoje têm um ponto em comum, todas elas se preocupam com o desenvolvimento tendo como ponto de referência a "sociedade". Porém, é justamente pela permanência desse objetivo que os estudos de hoje começam a apontar aspectos que foram em parte negligenciados pelas teorias anteriores. Isso se deve em parte a um consenso, cada vez mais generalizado, de que a "sociedade" de hoje se tornou muito diferente das "sociedades" de ontem. São questões que se

relacionam intimamente com o fenômeno da globalização e do que vem se chamando de "sociedade global".

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável desloca a discussão dos "limites" ou da restrição do desenvolvimento por "fatores exógenos ou endógenos" para uma discussão mais ampla sobre os "limites" da sustentabilidade global, tema que por sinal não é nada simples. A discussão toma novos contornos na medida em que há consciência das capacidades reduzidas do Estado-Nação para resolução de muitos problemas que são agora transnacionais, trazendo severas implicações para as tentativas de estabelecimento dos limites do desenvolvimento nas fronteiras desse território. Isso porque as mais importantes discussões sobre esse tema estavam vinculadas ao entendimento das "sociedades" enquanto estados-nação e se acreditava que grande parte desses "obstáculos" podia ser resolvida dentro de suas fronteiras, pelo menos foi o que nós pudemos constatar com os enfoques anteriores, com a exceção da teoria da dependência. Contudo, o que se percebe hoje é que tanto mercados nacionais como o Estado-Nação possuem uma capacidade restrita para agir frente a problemas que são agora transnacionais. Os problemas hoje são vários, amplos e complexos e muitos, imprevisíveis em escala global. Não é somente uma questão da simples substituição de recursos fósseis esgotáveis por recursos renováveis<sup>64</sup>, mas do metabolismo existente entre a sociedade global e o meio ambiente. Mas crê-se que, se por um lado, o tema do desenvolvimento sustentável se diferencia dos enfoques anteriores pelo próprio tema dos "limites" ambientais globais que ele suscitou, por outro lado acredito que apenas se encontrarão respostas e

---

<sup>64</sup>Como o próprio SACHS salienta, o termo "renovável" leva por vezes a algumas confusões. A garantia de sua renovação está mais ligada na harmonização de tempos que são plurais do que no recurso em si (do ritmo da extração do recurso pelo homem e do tempo necessário de regeneração ou de reaproveitamento do recurso). Assim, o autor escreve que "(...) um recurso só é renovável quando são garantidas as condições de sua renovabilidade. Uma floresta abatida e que não é replantada torna-se uma mina de madeira. Em compensação, o alumínio que se recicla torna-se uma fonte 'renovável'" (SACHS, 1992, p. 117).

soluções viáveis, se houver uma tomada de posição que se coloque para além da própria discussão sobre os "limites globais".

A idéia de limites provém em grande medida da análise de sistemas e, portanto, de um enfoque caracteristicamente funcionalista. A idéia de limites permite assim averiguar até que ponto um determinado sistema, seja natural ou social, pode se manter estável ou em ordem. Os termos sistema, ordem e limites deste modo estão entrelaçados. Nas ciências humanas a idéia de limites do sistema se transformou na questão dos limites do desenvolvimento (na "sociedade"). Neste caso, se procura detectar quais os limites que possibilitam manter a sociedade integrada ou não. No rompimento de algumas variáveis do sistema social surge a desordem ou o que seria a própria desintegração do sistema societal. Um dos problemas neste caso, além da transposição da análise de sistemas naturais para a análise de sistemas sociais<sup>65</sup>, reside em entender as "sociedades" enquanto as sociedades que surgiram no período moderno, o Estado-Nação a saber. Como escreve Giddens:

"Mesmo onde não o dizem explicitamente, os autores que vêem a sociologia como o estudo das 'sociedades' têm em mente as sociedades associadas à modernidade. Ao conceituá-las, eles pensam em sistemas muito claramente delimitados, com suas próprias unidades internas. Ora, entendidas desta maneira, as 'sociedades' são simplesmente estados-nação (...) Ao explicar a natureza das sociedades modernas, temos que capturar as características específicas do estado-nação (...) Esta questão tem de ser conceitualmente distinguida daquela da 'limitação' dos sistemas sociais. As sociedades modernas (estados-nação), sob alguns aspectos, de qualquer maneira, têm uma limitação claramente definida. Mas todas estas sociedades são também entrelaçadas com conexões que perpassam o sistema sociopolítico do estado e a ordem cultural da 'nação'" (GIDDENS, 1991, pg. 21-2).

O que vemos na própria discussão do desenvolvimento sustentável é que o "desenvolvimento" (local, estadual, nacional) e seus limites não podem ser desvinculados de uma visão global, dos limites globais de sustentabilidade do desenvolvimento, isto é, os limites ambientais atuais não podem ser pensados

---

<sup>65</sup> Sobre os equívocos que perpassam neste objetivo, ver Giddens (1989).

estritamente em nível local, estadual ou nacional. Pois será que o "modelo catarinense de desenvolvimento" não contribui para a intensificação da destruição da camada de ozônio? Será que não há uma relação entre o "modelo catarinense de desenvolvimento" com os "custos" tanto sociais e ambientais da globalização econômica? Se concordamos que há uma interligação entre esses fatores nos encontramos numa encruzilhada, pois não podemos estabelecer os "limites" de um "modelo catarinense de desenvolvimento" sem vinculá-lo aos limites de sustentabilidade global.

No entanto, neste último caso não parece haver muitos esclarecimentos do que seria uma sustentabilidade global. Se a discussão sobre os "limites do desenvolvimento" não se torna pertinente para países e muito menos para regiões como Santa Catarina, ela não deixa de permanecer numa grande nebulosa quando relacionada ao "sistema mundial". O trabalho dos Meadows (1972) - *Os Limites do Crescimento* - é um bom exemplo de como qualquer estudo que procure estabelecer os limites precisos de sustentação do sistema mundial acabará por se tornar frágil às críticas que se podem fazer para um trabalho com tal pretensão<sup>66</sup>. Se por um lado, há um consenso cada vez maior de que o crescimento econômico e populacional não pode se dar indefinidamente há, por outro lado, controvérsias significativas quanto a até que ponto podemos ir. Se a colonização de outros planetas parece ser uma alternativa plausível para muitos, outros se perguntam se haveria tempo para fazermos tal escolha. A própria tentativa de se estabelecer com exatidão, a sustentabilidade global se encontra neste caso sem resposta. Como transcreve Alves sobre as

---

<sup>66</sup>Se por um lado pôde-se criticar a metodologia dos Meadows quanto à tentativa de se determinar os limites do sistema mundial, deveríamos nos perguntar por outro lado se essa crítica não deveria abranger a epistemologia científica de um modo geral. No livro *Epistemologia Política*, Funtowicz e Ravetz (1994) analisam como a legitimidade da epistemologia científica atual se encontra comprometida na medida em que ela se isenta dos efeitos ocasionados pela intransparência das incertezas que são inerentes ao conhecimento científico. Para eles há uma grave falha na "qualidade informacional" da ciência moderna. Para os autores, uma mudança epistemológica não se reduziria a uma mudança paradigmática no sentido Kuhniano de uma ciência "normal", mas teria que envolver para questões de ética e política do uso da informação científica, o que daria forma, segundo eles, a uma ciência "pós-normal".

conclusões de outros autores sobre este tema: "(...) Concluindo o artigo, Brown et al se perguntam: a sustentabilidade global (isto é, aquela que se aplica à terra como um todo) é meramente um ideal utópico, ou ela é de fato algo que pode ser alcançado? Além disso, como saberemos se a sustentabilidade global será atingida, e como saberemos se estamos seguindo um caminho sustentável" (ALVES, 1996, p. 108).

Por estes motivos a bipolarização entre endogenismo e exogenismo prevalecente nas teorias do desenvolvimento de ontem desaparecem. Esses fatores não são nem internos e nem externos à um país ou região específica, mas dizem respeito a uma sociedade globalizada. Ele diz respeito ao fato de os problemas que atingem os países ricos e pobres serem cada vez mais transnacionais e não nacionais, como resultado do próprio fenômeno da globalização. As ações que são desencadeadas em cada país, em cada Estado, em cada município se intercalam com o problema de sustentabilidade global. Este aspecto, por sinal, rompe com a tentativa de entender o desenvolvimento enquanto circunscrito ao Estado-nação ou por fatores endógenos e exógenos de uma determinada região. Muitos dos problemas como a degradação ambiental em escala mundial, a explosão demográfica, a globalização econômica que se expressam de forma dessemelhante em cada país, ilustram "(...) um fenômeno mais vasto, que consiste no fato de o âmbito transnacional de alguns problemas emergentes não eliminar e, pelo contrário, agravar a polarização entre Norte e Sul" (SOUZA SANTOS, 1996, p. 288).

Problemas que são hoje transnacionais impedem que tomemos uma abordagem nos termos dos enfoques que visualizamos no primeiro capítulo, fenômenos como a globalização da economia inviabilizam a tentativa de encontrar soluções a partir da tomada de ações unilaterais e individualistas por parte dos países ricos e pobres. Como escreve Ianni, "(...) qualquer projeto nacional somente pode ser proposto e realizado a partir do patamar estabelecido por uma economia política de âmbito mundial" (1996, pg. 47). O mesmo ocorre com os enfoques que tiveram a

região de Santa Catarina como foco de análise (CEAG e Hering). Tanto problemas transnacionais como problemas aparentemente específicos e locais, que vimos no final do primeiro capítulo, implodem a dicotomia existente entre fatores simplesmente "internos" ou "externos". Só poderíamos estabelecer os limites de sustentação ecológica de uma determinada região, por exemplo, na medida em que pudéssemos relacioná-la com os limites globais de sustentação<sup>67</sup>.

O que podemos concluir com muitos dos fenômenos que atingem o planeta terra, como a destruição da camada de ozônio, é que a ciência nestes casos não pode estabelecer os limites precisos que podemos atingir sem um grau relativamente alto de incerteza quanto à informação que ela fornece. Apesar de não poder estabelecer com precisão o momento e a forma pelos quais a crise pode se intensificar em todo o planeta, há um consenso entre alguns autores contemporâneos quanto à necessidade de se *colocar* freios a esta expansão. Apenas como exemplo, essa posição é tomada por dois autores proeminentes da teoria social contemporânea e que possuem seus trabalhos marcados pela crítica ao evolucionismo presente nas teorias sociais do desenvolvimento. No caso de Habermas:

"(...) com pressupostos otimistas, uma absoluta limitação do crescimento pode ser declarada (se não, para o tempo próximo, precisamente determinado): a saber, o limite da habilidade ambiental de absorver calor do consumo de energia (...) não é fácil determinar empiricamente o período crítico de tempo, desde que precisamos determinar o consumo de energia, em conexão com o crescimento econômico e a influência deste consumo no clima (...) contudo, estas reflexões mostram que um crescimento exponencial da população e da produção, isto é, a expansão do controle sobre a natureza externa, deve algum dia chocar-se contra os limites da capacidade biológica do ambiente (1980, pg. 59).

---

<sup>67</sup> Pensemos, por exemplo, na questão de se colocar "níveis aceitáveis" de poluição em uma região ou local qualquer. Esses níveis, quando não estão sintonizados com os "níveis aceitáveis" do planeta, podem manter e levar adiante um desenvolvimento insustentável e colocar em risco a capacidades de sustentação de vários ecossistemas globais, pois apesar de termos a possibilidade de analisar esse impacto localmente, não temos instrumentos adequados para avaliá-los em escala planetária e de seus efeitos cumulativos a longo prazo (como já vimos gases como o N<sub>2</sub>O chegam a perdurar na atmosfera por mais de 150 anos). Nesse caso, todo limite de poluição estabelecido em escala local e que não leve em consideração a capacidade de sustentação do planeta, teria que responder até que ponto este nível de poluição é realmente ou não "aceitável".

## Segundo Giddens:

"(...) Quaisquer que sejam os novos desenvolvimentos tecnológicos a ocorrerem (...) devem haver limites definidos para a acumulação capitalista mundial. (...) certos tipos de escassez crescente podem ser contornados, ao menos por um considerável período de tempo. Mas há limites intrínsecos aos recursos disponíveis para acumulação indefinida, e as 'exterioridades' que os mercados ou não tocam ou influenciam adversamente (...) podem revelar implicações socialmente explosivas" (1991, pg. 171).

Se, por um lado, podemos considerar que estas discussões tocam em problemas fundamentais e insolúveis para as teorias anteriores, deslocando da "realidade" muitas das categorias que daí surgiram (centro, periferia, capitalismo nacional, projeto nacional, etc) por outro lado, temos que também abordar os próprios dilemas que suscitam com a idéia de desenvolvimento sustentável. Apesar de que já se possa perceber quais sejam alguns desses dilemas (ex: crescimento econômico) abordaremos de forma ampla e resumida alguns deles em seguida, centralizando um dilema crucial e que passa despercebido quando incorporado na discussão.

### 4 - A CONFUSÃO ENTRE FINS E MEIOS:

#### A TRINDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Se a busca da sustentabilidade se tornou um objetivo consensual, por outro lado ela se transformou num termo tão popular quanto vago. Isso porque muito da discussão parece se reduzir a prognósticos em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável, o que, de certa forma, atesta para as palavras de Funtowicz & Ravetz que dizem que quando a ciência não pode proceder sobre a base de predições fáticas, apelará tão somente a prognósticos políticos (FUNTOWICZ & RAVETZ, 1994, p.19). São vários os dilemas que se acercam em torno do tema da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável em específico, sendo que alguns



deles já abordamos. Um primeiro aspecto diz respeito à própria confusão semântica na qual o conceito se insere. Muitas vezes a expressão "DS" (desenvolvimento sustentável) é usada intercambialmente com expressões como "um outro desenvolvimento", "desenvolvimento endógeno", "estilo de desenvolvimento ecológica e ambientalmente sustentável", "desenvolvimento sustentado", etc. Outros dilemas também surgem em relação à visão do desenvolvimento sustentável enquanto um processo de mudança direcionada, englobando determinados fins a serem alcançados. Há quem veja o DS como um processo de mudança que pode ser processado para sempre. Nesta visão fica implícita a idéia de que o consumo material pode ser levado indefinidamente, onde não existiriam limites a serem colocados para o crescimento (ver por exemplo a posição de Julian Simon que citamos anteriormente). Para outros, o DS é interpretado como simplesmente um processo de mudança sócio-econômica, onde não se especifica quais os objetivos e quem conduziria esse processo de mudança indefinidamente. Se argumenta de forma genérica que o principal objetivo é o aumento do bem-estar social. Como afirma Lélé, esta tese é no melhor, um argumento circular, e no pior, uma falácia. Primeiro porque, para argumentar que o DS seria um aumento contínuo de bem estar, ele teria que definir o que constitui o bem-estar social e de que maneira ele pode ser assegurado de forma crescente e contínua. E se torna uma falácia pelas complicações teóricas que apresenta, uma vez que seria muito difícil trabalhar com a idéia de utilidades específicas e funcionais para os indivíduos dentro e, especificamente, entre as gerações. A idéia de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem também as suas, se torna insolúvel, já que a "utilidade de consumo dos indivíduos" nos países mais ricos compromete, desde já, a possibilidade de generalização desse consumo entre os países mais pobres. Na prática isso traz severas

complicações na própria tentativa de criação de indicadores de desenvolvimento (LÉLÉ, 1991)<sup>68</sup>.

Para não ficar numa discussão por demais abrangente dos dilemas e ambigüidades que cercam o conceito de desenvolvimento sustentável, será esboçado em seguida um pequeno quadro que analisa sinteticamente os principais argumentos em relação aos temas da degradação ambiental, dos objetivos e dos procedimentos relacionados com a idéia de desenvolvimento sustentável<sup>69</sup>:

	ARGUMENTO	FRAQUEZAS
a)DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	<p>1) Afeta o bem estar humano em todo o globo;</p> <p>2) É geralmente causada pela pobreza que explora os recursos a curto prazo;</p> <p>3)Os problemas ambientais estão interligados e podem afetar a todos, e, às vezes, de modo desigual, diferentes países.</p>	<p>1) Estudos apontam que não há ligação direta entre pobreza e degradação ambiental, as causas da degradação ambiental são múltiplas e complexas.</p> <p>2) A ênfase no conhecimento técnico administrativo (ex: Banco Mundial) ignora os aspectos que envolvem mudanças sócio-políticas e de valores culturais (ex: reforma agrária e superconsumo dos países ricos).</p>
b)OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO	<p>1) Satisfazer as necessidades básicas das gerações presentes e futuras;</p> <p>2) Propiciar o crescimento econômico para os países pobres e manter o <i>standard</i> dos países ricos;</p> <p>3) Os métodos ambientais são mais rentáveis tanto a curto como a longo prazo;</p>	<p>Argumentos divergentes com respeito ao crescimento econômico :</p> <p>1) Visão defensiva - não há contradição entre crescimento econômico e meio ambiente, o que torna desnecessária a busca e definição de limites para o crescimento.</p> <p>1.1) Visão positiva - a pobreza é vista como principal causa da degradação ambiental. Neste caso o crescimento econômico se torna necessário para acabar com a pobreza e conseqüentemente com a degradação ambiental. O crescimento econômico é visto muitas vezes como suficiente.</p> <p>2) Visão negativa - o crescimento econômico entendido de forma genérica não é um objetivo do DS, na medida em que o crescimento econômico <i>per se</i> não leva à sustentabilidade ambiental e nem à remoção da pobreza. Deste modo ele não pode ser defendido como um "objetivo geral".</p>

<sup>68</sup> Para uma crítica também pertinente ao enfoque utilitarista do desenvolvimento, ver Sen (1993).

<sup>69</sup>Essa discussão pode ser encontrada em Lélé (1991) e Munslow (1995).

c) O PROCESSO	1) O processo de desenvolvimento deve ser participativo para ser bem sucedido (mesmo a curto prazo).	1) Termos como participação e descentralização são usados de forma equivalente dando a entender que podem substituir a eqüidade e a justiça social. 2) A maioria da literatura sobre DS não faz distinção entre formas de participação. Autores apontam pelo menos 4 tipos diferentes de participação. A participação em a) processo decisório, b) implementação de projetos, c) distribuição de benefícios, d) avaliação.
---------------	--	---

Este quadro nos leva a fazer uma última ressalva a respeito dos dilemas que cercam o conceito de desenvolvimento sustentável e que se relaciona com a parte final deste trabalho. Apesar de se esboçar o tópico "tornar o desenvolvimento mais participativo" como parte do processo de desenvolvimento sustentável, este tema da participação surge geralmente como apenas um objetivo adicional. A este aspecto é necessário fazer uma breve retrospectiva. Nos últimos anos, não surgira nenhuma mudança muito significativa para além dos objetivos adicionais que se colocavam ao redor do objetivo geral de sustentabilidade. Em 1980, por exemplo, a WCS (World Conservation Strategy) colocava como objetivo global de atingir o desenvolvimento sustentável a conservação de recursos vivos. Esta visão logo foi criticada por cientistas que argumentavam que a abordagem não mencionava a ordem internacional e política, tanto questões ligadas com a população e a urbanização. Anos mais tarde a UNEP (The United Nations Environment Program) adicionava mais alguns fins que deveriam ser alcançados: ajuda aos países mais pobres, a idéia de proporcionar um desenvolvimento auto-confiante e autônomo (self-reliant), um controle da saúde e de tecnologia apropriada, proporcionar autoconfiança na alimentação, água limpa e abrigo para todos, etc. Apesar da "boa fé" destas declarações, elas acabaram epitomizando como argumenta Lélé (1991), a confusão entre fins e meios do desenvolvimento sustentável, uma vez que não esclarecem se objetivos como autonomia, custo-efetivação, apropriação da tecnologia são objetivos apenas adicionais ou meios (objetivos operacionais) para realizar um projeto de

desenvolvimento sustentável. O mesmo ocorreu em parte com a declaração o Nosso Futuro Comum (1988), nele encontravam-se uma lista mais elaborada que repetia e adicionava outros objetivos. Nela estão como os principais objetivos do desenvolvimento sustentável:

- a) retomar o crescimento;
- b) alterar a qualidade do desenvolvimento;
- c) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- d) manter um nível populacional sustentável;
- e) conservar e melhorar a base de recursos;
- f) reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- g) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões;
- h) reorientar as relações econômicas internacionais;
- i) tornar o desenvolvimento mais participativo<sup>70</sup>.

Observa-se que o último item coloca como objetivo tornar o DS mais participativo. A discussão sobre os limites da participação na democracia das sociedades modernas é ampla e vasta na literatura das ciências sociais. Entre os vários estudos a respeito, o livro do filósofo e cientista social Norberto Bobbio (1986) intitulado *O futuro da Democracia* é um dos mais proeminentes. Neste livro, o autor enumera algumas das promessas não cumpridas do projeto democrático moderno. Entre elas, está o advento da sociedade pluralista onde não são os indivíduos, mas os grandes grupos e organizações, os protagonistas da vida política moderna, a existência de divergências de interesses entre esses mesmos grupos e das contradições que se geram entre interesses classistas e interesses gerais, a persistência de oligarquias e de elites que concorrem para o governo, o surgimento do especialista como um novo

---

<sup>70</sup> Esta relação pode ser encontrada tanto no relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1988) como no trabalho de Lélé (1991).

protagonista da vida pública, o que daria forma ao que o autor chama de governo de técnicos<sup>71</sup>. A despeito dessas e de outras promessas não cumpridas da democracia, o relatório Nosso Futuro Comum fala em "tornar o desenvolvimento mais participativo". Com excessão dos oito primeiros fins, este último objetivo que se coloca no relatório se sobressai, uma vez que, embora seja ampla a literatura sobre o tema nas ciências sociais, a questão se encontra subteorizada na literatura sobre o desenvolvimento sustentável<sup>72</sup>. Esse novo objetivo que aparece na discussão do desenvolvimento sustentável evidencia de certa forma o que Bobbio já havia constatado, de que a "(...) exigência, tão freqüente nos últimos anos, de maior democracia exprime-se como exigência de que a democracia representativa seja ladeada ou mesmo substituída pela democracia direta" (1986, pg. 41). Porém, o fato de se colocar como objetivo uma maior participação, não esclarece nem um pouco ao tipo de democracia (participativa) a que se está se referindo, pois se por um lado há um consenso frente à necessidade de "maior participação" há, por outro lado, divergências quanto ao "tipo de participação" que deve ocorrer. Os dilemas subjacentes entre democracia representativa e democracia participativa, discussão que por sinal perdura desde a Revolução Francesa, fica reduzida à questão de "tornar o desenvolvimento mais participativo".

A literatura do DS sobre o tema não é uma excessão à regra dos dilemas que fizeram parte da discussão sobre os limites da democracia participativa. Para Munslow(1995), por exemplo, haveria uma divisão fundamental entre uma participação social e participação política na literatura do DS. A participação social se enquadraria na interpretação dentre aqueles que a vêem enquanto uma contribuição voluntária das pessoas para trabalhar em projetos públicos de desenvolvimento. Neste

---

<sup>71</sup> Para Bobbio "(...) se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão qualquer. A democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo" (1986, pg. 34).

<sup>72</sup> Ele pode ser considerado como um objetivo novo para o conceito de desenvolvimento sustentável, porém, para o conceito de ecodesenvolvimento ele já era visivelmente abordado. Seu esquecimento talvez se devesse pela própria "radicalidade" pela qual implica esse tema, pois a primeira pergunta que surge é - "afinal, participação em que?".

caso, quem decide e avalia sobre os projetos de desenvolvimento são os especialistas e agentes do Estado e do mercado. Uma segunda visão seria composta por três interpretações que dão maior ênfase ao controle do poder político pela sociedade civil. Nesta visão entrariam as interpretações que vêem : a) a participação como incluindo o desenho de políticas e projetos, implementação, avaliação e repartição dos benefícios pelas pessoas; b) a participação envolvendo a organização das pessoas para aumentar o seu próprio controle sobre recursos, c) a participação como exercendo influência sob os formuladores de política para melhorar o bem-estar ou status dos próprios grupos (MUNSLOW, 1995, p. 167-8). De um lado se ressalta a participação das pessoas pelo trabalho voluntário sendo apenas beneficiários dos projetos e decisões elaboradas por especialistas e técnicos (participação social), e na última visão se ressalta a própria capacidade das organizações da sociedade civil em implementar, decidir e exercer influência sobre a formulação das políticas (participação política).

O que podemos verificar, de modo geral, com essas colocações é que o tema da sustentabilidade acaba gerando uma série de dilemas que se intercalam com as questões atinentes aos procedimentos democráticos (que envolvem a participação da sociedade civil) a serem utilizados para proporcionar a transição a uma sociedade sustentável, influenciando num entendimento difuso do que seria uma "maior participação". A aparente neutralidade de colocar a necessidade de um desenvolvimento "mais participativo" se inclui numa problemática mais profunda e se insere na discussão sobre o papel a ser desempenhado pela sociedade civil no projeto de desenvolvimento sustentável. Assim se estabelece, mais uma vez, a confusão entre meios e fins do DS, pois ao colocarmos uma "maior participação" lado a lado com outros objetivos, não sabemos se ela é antes um *fim* ou um *meio* para o desenvolvimento sustentável ou se é tanto um quanto o outro, se obscurecendo seu maior ou menor peso frente aos outros objetivos.

Na tentativa de esclarecer de melhor forma essa temática e as diferentes visões que se constroem a partir dela, torna-se pertinente fazer uma alusão ao que podemos denominar a trindade do desenvolvimento sustentável. Segundo Wolfe (1992) antes do comunismo era comum falar-se de três mundos, falava-se, diz ele, do primeiro mundo (do capitalismo avançado), do segundo mundo (socialismo de Estado), e do terceiro, o dos países "em desenvolvimento". Pelo próprio fracasso apresentado por estas experiências, o autor alerta para a emergência atual de uma nova trindade na discussão sobre o desenvolvimento "(...) agora, falamos do caminho do mercado, do caminho do Estado e de um caminho cujas dimensões são incertas, mas cuja importância é, potencialmente, enorme: o da sociedade civil" (WOLFE, 1992, pg.17). Deste modo, nós podemos visualizar três caminhos que são de certa forma propostos para o desenvolvimento sustentável e que procuram elucidar a incógnita da "transição" e que desembocam em diferentes concepções e visões com respeito à "participação". Após descrevê-los nós poderemos verificar as influências dessas concepções em relação a que tipo de "desenvolvimento mais participativo" que se propõe e de como essas questões podem ser deslocadas para a análise da Representação Social do desenvolvimento em Blumenau. Eles podem ser vistos sob um enfoque Estatista, de mercado e um enfoque comunitário (ou da Sociedade Civil) do desenvolvimento sustentável<sup>73</sup>:

a) O caminho Estatista : denominado por alguns como ambientalismo de Estado, é formado por aqueles grupos que colocam o meio ambiente como um bem público, privilegiando o Estado como lugar institucional central para permitir a transição a uma sociedade sustentável (tendo uma importância central os seus mecanismos normativos e reguladores e sua capacidade de planejamento tecnológico). Nesse enfoque, o que ganha relevância é o equilíbrio entre eficiência alocativa e

---

<sup>73</sup> Uma discussão sobre estas três vias do desenvolvimento atualmente pode ser encontrada em Wolfe (1992), e relacionada especificamente ao desenvolvimento sustentável nas obras de Viola (1992), Leis & Viola (1996) e Florit & Olivieri (1995).

equidade social. Entre estes existem aqueles que defendem uma aproximação aos instrumentos do mercado através de licenças de poluição comercializáveis, taxas de depleção de recursos naturais e tarifas. Essa visão está fortemente disseminada entre partidos políticos, agências e técnicos estatais, economistas ambientais e ONG's do primeiro mundo.

b) O caminho do Mercado : nesta visão o locus privilegiado para a transição em direção a uma sociedade sustentável é o mercado. Os principais meios estão nos seus mecanismos de controle (taxas/tarifas de poluição e depleção de recursos e permissão de poluição comercializáveis). Para este enfoque, um dos principais problemas reside justamente em considerar o meio ambiente um bem público e não um bem privado, a crise ambiental seria proveniente de uma crise de propriedade onde se torna necessária uma maior privatização do meio ambiente, o que possibilitaria que os futuros proprietários protegessem o meio ambiente na medida em que isso fosse demandado pelos consumidores. Parece assim que a figura do produto e do consumidor "verde" ganham um papel central no discurso. Os princípios que ganham importância são os de eficiência alocativa em detrimento da equidade social, por este motivo os mecanismos reguladores do Estado e a ação de ONG's (org. não-governamentais) acabam tendo uma posição subordinada na medida em que a sustentabilidade pode ser atingida pelo próprio mercado. Essa visão pode se encontrar disseminada em grande parte dentre empresários, organizações patronais e partidos políticos ligados aos interesses dos agentes do mercado.

c) O caminho da Sociedade Civil : denominado por outros autores como um ambientalismo comunitário, ele se torna um pouco mais difícil de precisar na medida em que ele se constituiu muitas vezes como negação, isto é, ele se coloca contra as perspectivas anteriores. Acredita que as medidas tomadas pelo Estado ou pelo mercado apenas possibilitarão uma transformação "cosmética" e por isso superficial. O aspecto diferencial diz respeito ao papel a ser desempenhado pela sociedade civil.



Aqui, grupos de base da sociedade (ONG's, grupos comunitários, etc) têm um papel central tão ou até mais importante que o próprio Estado e o mercado para determinar o modo pelo qual se deve dar a transição. O princípio de equidade social é muitas vezes priorizado em relação ao princípio de eficiência alocativa. Neste caso, as mudanças não se restringem a problemas técnicos que podem ser quantificados e manipulados seja pelo mercado ou Estado, os problemas colocados estão muitas vezes, além do alcance destas instituições e de uma resolução a partir de suas ações. Essa vertente se condensa muito bem nas seguintes palavras:

"As ONGs e os movimentos sociais acabaram constituindo, nos últimos anos, espaços públicos por fora da esfera do Estado - alguns deles de caráter transnacional - responsáveis pela instituição de novos valores, normas e padrões de comportamento que questionam profundamente o atual modelo de desenvolvimento. Exatamente por isso, talvez eles sejam hoje os atores potencialmente mais capazes de romper com a lógica individualista e predatória, de modo a enfrentar e resistir à ação deletéria do mercado internacional. (...) Trata-se, portanto, de dar densidade organizacional à sociedade civil planetária, para que ela possa estabelecer um efetivo controle social sobre a utilização dos recursos naturais e sobre os rumos do desenvolvimento" (FÓRUM, 1992).

## 5 - UMA IDÉIA EM MUTAÇÃO ?

Procurou-se realçar nas páginas anteriores o que de certa forma diferencia as discussões sobre o desenvolvimento sustentável com os enfoques que vimos no primeiro capítulo. O principal deles reside na própria recolocação do tema dos *limites*. Da Conferência da Biosfera à Rio-92 o que se evidenciou é que a própria sustentabilidade global não será efetivamente resolvida caso não se tomar providências em relação às dificuldades dos países mais pobres. Nestes termos, a diferença do desenvolvimento sustentável em relação aos enfoques anteriores se constitui na recolocação do tema sobre os limites da sustentabilidade global para o sistema econômico atual, como também pelo fato de ressaltar as capacidades reduzidas de um poder nacional para enfrentar problemas que são hoje transnacionais.

A discussão dos "limites do desenvolvimento" só ganha assim pertinência na medida em que é enfocada em termos globais. Cada região por menor que seja, tem influências para outras regiões do planeta e vice-versa, e cada uma delas está implicada numa problemática maior que são agora os limites da sustentabilidade global. Mesmo que esta última seja ainda uma incógnita, alguns autores que mencionamos parecem acreditar que mesmo não podendo precisar o tempo e lugar, os limites da capacidade de sustentação ambiental do planeta tenderão a chegar caso se mantiver a expansão capitalista nos padrões atuais. Outro aspecto que procurei abordar foi o tema da participação. A partir dele é possível visualizar os principais dilemas que permanecem no discurso sobre o desenvolvimento sustentável. Se por um lado há um consenso generalizado a favor da sustentabilidade para o planeta, por outro, há divergências do modo pelo qual deve-se dar a transição para o alcance daquele objetivo central. Como se intentou mostrar, é equivocado colocar o tema da participação apenas como "mais um objetivo", pois ele se liga antes com o próprio desafio político que se impõe com o desenvolvimento sustentável como um projeto político. Ela ganha maior ou menor relevância na medida em que se acredita que os mecanismos do mercado e do Estado tenham capacidade suficiente para nos tirar dos dilemas globais atuais. Isso pode ser observado nas visões de um caminho de mercado e estatista do desenvolvimento sustentável. Na medida em que se confia nos sistemas de conhecimento e de controle seja do Estado e do mercado, qual seria a relevância da participação direta da sociedade civil organizada? Vista deste modo, ela aparece apenas como um ator coadjuvante para as medidas implementadas pelas organizações do Estado e do mercado. No caminho da sociedade civil, ela ganha importância na medida em que associa os problemas atuais com a própria pretensão de controle dos sistemas do mercado e do Estado.

Frente às questões que fizemos em relação às deficiências das teorias de desenvolvimento, em especial à tese de um "modelo catarinense de desenvolvimento",

nós incorporamos a este trabalho a hipótese geral de Ribeiro, segundo a qual "(...) as diversas mudanças nas formas de reprodução da vida política , econômica , social e cultural, na contemporaneidade, têm levado a uma reformulação/reforma da noção de desenvolvimento" (1991, p. 61). A partir desta hipótese, o nosso intuito era ver como essas transformações colocavam em xeque os pressupostos em nível teórico, as teses sobre desenvolvimento que impregnaram tanto no Brasil como na região do Estado de Santa Catarina. No entanto, com o desandar da pesquisa tive a necessidade de fazer algumas alterações quanto ao foco de análise. O meu ponto de partida se relacionava com o objetivo de averiguar como algumas das teses e temas que estão se gerando sobre o slogan do desenvolvimento sustentável comprometiam, num primeiro momento, as pretensões teóricas que impregnaram tanto o nacional-desenvolvimentismo como as teorias da dependência. No entanto, se a discussão permanecesse somente tendo como foco esses enfoques, não se poderia aliar, na parte final deste trabalho, uma análise empírica da ruptura e das possibilidades de surgimento de uma nova representação social do desenvolvimento em determinados atores sociais na região do Estado, e especificamente em Blumenau.

Isto porque a imagem que se criou aqui no Estado de Santa Catarina não teve como fonte as teses do nacional-desenvolvimentismo, mas sim, as teses do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento". Qualquer um que se debruce sobre revistas e jornais da região não tardará em encontrar a afirmação de que "(...) os alemães trouxeram consigo o germe empreendedor que deu início à industrialização" (PRAYON, 1994, p. 04), ou que a concentração têxtil em Blumenau, por exemplo, seria "(...) uma herança de empreendedores imigrantes alemães" (GÖRGEN, 1990). Para outros, "uma das características mais acentuadas do modelo Catarinense de Desenvolvimento é a pulverizada distribuição espacial de seus habitantes e das suas empresas", sendo que "a mais perfeita síntese da forma de ocupação econômica de Santa Catarina pode ser localizada na história da cidade de Blumenau" (FABRIS,

1994a). Acrescente-se a tudo isso, uma forte dose de admiração, de fascínio, de alegria, de estupefação frente aos feudos industriais que aqui se construíram<sup>74</sup>. O que torna já suficiente para que se identifique o Estado como de ascendência alemã, como é colocado por um jornal da região: "(...)essa originalidade das colônias alemãs, o sucesso de sua economia, projetada principalmente pela indústria, teria levado a se identificar o estado de Santa Catarina como de ascendência alemã" (PROJEÇÃO, 1994, p. 4). Uma forma com certeza de manter uma identidade regional baseada no trabalho e na indústria, colocando à penumbra qualquer um que se oponha a tamanha maravilha. O equívoco está na pretensão de se achar num "germe empreendedor" a origem da industrialização, circunscrita, muitas vezes aos imigrantes alemães e o que parece pior, de tornar esta industrialização sinônimo de desenvolvimento e particularmente, de um modelo específico.

Se não nos colocarmos contra essa representação hegemônica das mudanças que ocorreram na região de Santa Catarina, teremos que viver permanentemente com a frustrante simplicidade da noção de desenvolvimento deixada para a nossa e futuras gerações. Como já vimos, é equivocado entender o processo de industrialização catarinense como um modelo, e segundo, é um reducionismo sem tamanho acreditar que "o segundo lugar no ranking das maiores concentrações têxteis do planeta" signifique um desenvolvimento mais humano e ecológico, isto porque essa exuberância industrial econômica é resultado de uma economia que se globaliza pelo planeta e não o resultado de um crescimento quase que biológico, sendo os imigrantes alemães os "germes" deste crescimento. Além do mais, esta economia globalizada, na qual o "modelo catarinense" está inserido, não parece ser, até o momento, nem um pouco sustentável, o que pode comprometer com certeza a satisfação das necessidades da atual e das futuras gerações do planeta. Houve mudanças dramáticas relacionadas à

---

<sup>74</sup> Hobsbawm, historiador inglês, em recente entrevista na Folha de São Paulo aludiu para um processo de "feudalização moderno". "Os grandes senhores feudais do mundo atual", diz ele, "são as corporações econômicas." (Mais!, 22/07/97, pg. 9)

industrialização na região, como também tiveram os imigrantes, não só Alemães, um papel crucial para esta mudança. Isto ninguém poderá negar. Mas poderá se opor ao julgamento que se faz dos resultados efetivos dessas transformações. A tecnologia pode trazer tanto benefícios como perversidades, ela não é boa *per se*, isto é, ela não é neutra. Seu uso sempre é guiado por um determinado grupo ou classe que segue a determinados interesses e que os coloca, muitas vezes, como de interesse geral. Pois bem, há mais de um século que vivemos numa época de tecnologia e de ciências "exatas" e a miséria continua a permanecer e a aumentar, como também parece estar em jogo a própria sobrevivência do planeta. Apenas um crente na providência tecnológica poderia acreditar que o arsenal atômico existe atualmente apenas como enfeite. O mesmo pode ser aplicado aos princípios de igualdade e liberdade da sociedade democrática. Daí que surge a necessidade de uma sociologia crítica da modernidade e da democracia, pois

"Não havia necessidade de sociologia em sociedades feudais ou durante a transição da formação feudal para a liberal-capitalista. O de que se necessitava era uma teoria política *normativa* (...) Por que não se necessitava de sociologia? Porque, para descobrir o contraste entre a equação normativa e a desigualdade real, não se precisava realizar uma pesquisa empírica, bastava olhar os códigos e estatutos legais que regulamentavam os privilégios e as hierarquias da sociedade feudal. (...) Bem diferente desse modelo de crítica é a maneira pela qual a crítica radical da sociedade burguesa procede. Seu *modus operandi* consiste em demonstrar que *apesar* da equação liberal ter sido institucionalizada, garantindo acesso livre e igual ao mercado, e mesmo livre e igual acesso ao processo político, a institucionalização da liberdade e da igualdade não conduziram, de fato, a nada que se aproxime de uma igualdade *real*. Ao contrário, produziu e continuamente reproduz a desigualdade *factual* na mais ampla escala" (OFFE, 1984).

É esse contraste que pudemos averiguar em relação às teorias do desenvolvimento no primeiro capítulo e de seus resultados efetivos tanto para grande parte da população como para o meio ambiente. Se vivêssemos numa sociedade feudal, onde estivesse institucionalizada a norma de que a riqueza criada por uma

sociedade teria que se concentrar nas mãos de um pequeno grupo, de que uma infinidade de pessoas não devem ter um lugar decente para morar, de que esta população tenha que permanecer sem meios para sobreviver, toda essa crítica seria inútil ou mesmo desnecessária. Mas nesse caso, não vivemos no feudalismo, e a saída e fuga desse sistema se deveu em muito, à crença de que as desigualdades que lá estavam institucionalizadas, poderiam ser dilaceradas por uma nova organização social. No entanto, esse contraste permanece, tão ou mais cruel. O aumento crescente da concentração de riqueza no Estado, a concentração urbana e de suas consequências sociais e ecológicas, a violência, atestam para a ambivalência do "modelo catarinense de desenvolvimento". Argumentar que isto é efetivamente um desenvolvimento ou um modelo, que "o "primeiro mundo é aqui mesmo", serve apenas para dissimular uma regra em nome de uma falsa excessão. Mesmo que se consiga buscar uma excessão a determinados aspectos, geralmente de ordem econômica ou de características paisagísticas e físicas, a regra da exclusão social e da degradação ambiental permanece como pudemos ver em relação ao "fracasso do modelo" no primeiro capítulo. Mais do que simplesmente saber como originou a industrialização precisamos saber no que ela acabou resultando para a maioria da população e dos seus possíveis efeitos para as futuras gerações, principalmente no que se refere à degradação ambiental.

Frente a estes fatos, podemos tornar a hipótese de Lins, acima, mais específica para os objetivos deste trabalho, considerando que as transformações da vida política, econômica, social e cultural, na contemporaneidade, que atingem a região de Santa Catarina, estariam por provocar uma ruptura e reformulação, não somente da noção de desenvolvimento, mas da noção de "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" em específico. Estaria ocorrendo, na visão de diferentes atores sociais do mercado, do Estado e da sociedade civil, uma ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" e que esta "ruptura/reformulação" sofreria o efeito das linhas de

demarcação de diferentes atores que se situam em universos de ação diferenciados, tal como o mercado, o Estado e a sociedade Civil. Averiguar se está ou não ocorrendo esta ruptura e verificar a forma pela qual ela vem ocorrendo é o que procuraremos analisar a seguir.

## 6 - UM "MODELO" INTOCÁVEL

Como vimos no primeiro capítulo, a mudança de uma economia agrícola para uma economia industrial na região de Santa Catarina teria ocorrido, segundo Hering, a partir de fatores basicamente "endógenos", o que acabaria, por consequência, caracterizando um modelo específico de desenvolvimento no Estado. Este processo teria sido desencadeado por recursos próprios e a região acabaria por se caracterizar por uma distribuição equilibrada, tanto demográfica quanto industrialmente, o que daria um perfil bastante distinto ao Estado, em relação a outros como São Paulo, por exemplo. Devido a estas análises, uma cidade com um perfil altamente industrial como Blumenau, que foi utilizada por Hering para defender a tese do "Modelo Catarinense de Desenvolvimento", se tornou a "capital do Vale do Itajaí", ou ainda, sendo na história desta cidade que se poderia encontrar para outros "(...) a mais perfeita síntese da forma de ocupação econômica de Santa Catarina". A imagem em relação à existência de um modelo catarinense é constantemente veiculado nos jornais da região como pode-se ver na seguinte citação:

"Qual a gênese do modelo catarinense ? Diz-se que o Brasil de Martim Afonso de Souza foi feito com base no latifúndio, no trabalho escravo e nas culturas de exportação. O Brasil de Santa Catarina floresceu a partir da segunda metade do século passado, com base no minifúndio, no trabalho remunerado e no mercado interno (...) Uma das características mais acentuadas do modelo catarinense de desenvolvimento é a pulverizada distribuição espacial dos seus habitantes e das suas empresas. Santa Catarina é, também, o Estado da pequena escala urbana, o que o faz isento de grandes obras -

Apesar dessa imagem ser veiculada com frequência, podemos ver a seguir uma certa divergência quanto às possibilidades de manutenção do "modelo catarinense", mas antes de adentrar nas minúcias destas visões que colocam em xeque esta noção, podemos perceber duas percepções diferentes em relação ao desenvolvimento de Santa Catarina, e de Blumenau em específico. Ambas tem em comum o fato de não comprometer diretamente a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento". A primeira nós podemos denominá-la de uma "percepção malthusiana" de alguns fenômenos, especificamente aqueles relacionados, em parte, com o desemprego, os bolsões de pobreza e a degradação ambiental (ver gráfico 3 em anexo). Podemos dizer que essa percepção participa dos atores entrevistados de forma geral e não se direciona a uma crítica direta à noção de "modelo catarinense". Ela não se reduz a um grupo em específico e atinge grande parte dos agentes e se caracteriza em ver o processo de crescimento populacional como diretamente ligado com o fenômeno da pobreza e da degradação ambiental na região, fazendo lembrar aquele velho dilema malthusiano,

"... Essas fábricas precisam de gente ... então vem aquele monte de gente ... houve o fluxo migratório na década de 70 e 80 ... 50% da população não veio daqui ... Essas empresas se desenvolveram, não houve em contrapartida um preparo da cidade pra receber as pessoas, não tinham terrenos disponíveis, não tinham casas disponíveis ... o que aconteceu ? ... Elas foram se instalar em áreas sem nenhuma infraestrutura ... então houve esse desequilíbrio na década de 70 e na década de 80, houve um fluxo migratório muito intenso ... então cresceu a indústria, cresceu a população e essa população cresceu não preservando a qualidade de vida existente ... com a ocupação do terreno de forma acelerada e um tanto desorganizada .. destruiu uma parte da natureza " (Entrevista com técnico do Estado).

"... embora aqui não se perceba ... mas nós temos aos redores da cidade muitas áreas favelizadas, áreas de risco ... sem nenhuma condição de segurança ... então esse problema social existe muito ... gerado principalmente pelo emprego ... mas grande parte das famílias que aqui estão são migrantes ... mas que migraram pra procurar emprego em Blumenau e não conseguiram ... não conseguiram e estão agora marginalizadas ..." (Entrevista com Presidente de Partido).



"... teve uma época em que o Kleimbung foi prefeito e ele deixou entrar gente de tudo quanto é lugar ... Blumenau parecia o Eldorado ... e aí o que aconteceu ? ... gerou o problema social, começou a ter problemas nos morros aí pelas redondezas ... e isso foi uma tragédia quando deu aquela enxurrada de 90 ... morreram 26 pessoas ... foi uma tragédia ... e hoje o sonho do pessoal é morar aqui ..." (Entrevista com Assoc. de Moradores)

Além desta visão que não faz uma menção direta ao "modelo catarinense", há outra que ao mesmo tempo em que a menciona procura resistir à idéia de um possível "esgotamento do modelo". Embora a idéia de um possível esgotamento pareça ganhar cada vez mais expressividade, como veremos adiante, tal pressuposto ganha resistência de qualquer forma por parte de outros. Para estes últimos as características do "modelo" permanecem e sua vitalidade se mantém intocável. Este ponto de vista argumenta tanto a permanência da "sobriedade" do empresário empreendedor quanto a possibilidade de intensificar o crescimento econômico a partir da expansão industrial através de espaços ainda não ocupados na geografia do Estado. A visão de defesa e da manutenção do "modelo catarinense de desenvolvimento" pode ser vista no argumento de Maria L. R. Hering:

"Com base nas pesquisas que realizei sobre a colonização e a indústria do Vale do Itajaí, especialmente sobre o setor têxtil, acredito que o modelo não se tenha esgotado. Tomando como exemplo o município de Brusque (...) verifico a reedição do modelo original de criação de empresas (...) Trata-se, enfim, da continuidade do processo inicial da industrialização do Vale. É assim que se mantém a mentalidade original de poupança do investimento em negócios próprios (...) Mas ainda; do ponto de vista do comportamento pessoal, a marca é a sobriedade. Para os empresários da região, dirigir um carro de luxo é agressão ao operário. Vejo aí o prolongamento do modelo original, diferentemente de outras partes do país, em que a hierarquia é extremamente acentuada" (HERING apud FABRIS, 1994b, pg. 06).

Essa visão também é compartilhada pelo Presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Blumenau, Ulrich Kuhn:

"Quanto ao modelo catarinense, não concordo que esteja esgotado. Ele trouxe fantásticas vantagens de especialização vocacional por região (...) acredito que existe um fantástico espaço para vasta gama de atividades, só para falar no ramo industrial. Temos ainda regiões carentes (as regiões do Planalto Serrano, em Lages, e do Planalto Norte, em São Bento do Sul, são dois exemplos). É patente a cultura empreendedora dos catarinenses, voltada

Na visão que acabamos de ter há uma defesa à idéia de que o "modelo" não tenha ainda encontrado o seu esgotamento, ou nos nossos termos, que o crescimento econômico de Santa Catarina (utilizado como sinônimo de desenvolvimento) não tenha encontrado os seus limites. O que se argumenta aí é a possibilidade de manter o crescimento econômico, utilizando ainda, os recursos próprios da região para possibilitar o crescimento industrial. Para este ponto de vista muitas das características do "modelo catarinense" se mantêm, como por exemplo, a criação de novas empresas em Brusque onde se poderia ver segundo Hering "(...) a mentalidade original da poupança, do investimento em negócios próprios", onde ainda se poderia ver a "sobriedade" do empresário catarinense. Tendo em vista a manutenção destas características, haveria a possibilidade de ocupar "espaços" ainda não ocupados, permitindo e intensificando uma expansão física da indústria. O que se conclui é que para esta visão há uma possibilidade de dar continuidade ao crescimento econômico, através de uma expansão industrial com o uso de recursos das características locais. O crescimento não haveria encontrado os seus limites e por isso o "modelo" não teria encontrado o seu esgotamento.

Para além daquela visão geral que lembra o velho dilema malthusiano e desta última que procura resistir frente à idéia de um "esgotamento do modelo catarinense" nós poderemos perceber duas visões que colocam em xeque a possibilidade de manutenção do "modelo". Esse rompimento ocorre de forma diferenciada tanto quanto aos temas que são levantados quanto a sua incidência nos grupos entrevistados. Em detrimento da visão de defesa do "modelo" esboçado acima estas duas vertentes, que englobam agentes do mercado, do Estado e da Sociedade Civil, parece confirmar a nossa hipótese em relação à ruptura/reformulação da noção de "modelo catarinense de desenvolvimento". Ela ocorre, como poderemos verificar, de duas maneiras. A

primeira atinge, em sua maioria, os atores do mercado e do Estado (Sindicatos e org. do empresariado, partidos políticos) e expressa uma continuidade com os pressupostos do "modelo catarinense" e que a denominaremos de visão neo-modernizadora. A segunda que denominaremos de visão democrático-participativa, que veremos mais adiante, atinge em sua maior parte a sociedade civil e em menor escala os agentes do Estado.

## 7 - A NEO-MODERNIZAÇÃO DO MODELO

Para a visão neo-modernizadora o modelo de desenvolvimento que se manteve na região passa por uma nova fase que indica o final de um ciclo, especificamente aquele relacionado com o "modelo catarinense de desenvolvimento". Isto nós poderemos ver a partir de suas percepções em relação aos problemas, aos fenômenos que atingem a região e à forma que estes comprometem a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento". Para esta visão, o tema de grande prioridade para a região passa a ser de ordem econômica. Essa preponderância se dá pela emergência da "crise" que é percebida em relação ao parque industrial da região tendo, quase que em regra, o desemprego como consequência. Será essa percepção que basicamente irá distingui-la da visão democrático-participativa, tendo em vista que aquela percepção malthusiana é amplamente aceita por grande parte dos agentes entrevistados.

Dentre os vários fenômenos atuais que estariam por provocar uma ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" estariam os problemas de ordem econômica. Para este enfoque há uma ênfase muito grande, ênfase que por sinal não se reduz a empresários e políticos da cidade de Blumenau, entre o problema que afeta a região (a crise industrial) e as causas que lhe são inferidas, que se relacionam em grande parte ao "paradigma da mundialização econômica" ou a globalização da economia (ver gráfico 2 e 4 em anexo):

"hoje é o problema econômico ... porque nós sabemos perfeitamente que com a globalização nós temos aí uma concorrência bastante forte na área têxtil ... e é essa retração que tá criando um desemprego ... então a cidade precisa buscar outros caminhos " (Entrevista com Presidente de Sindicato das Inds.)

" ... são de ordem econômica principalmente com essas dificuldades que se abatem sobre as empresas, isso tá muito em discussão, a sobrevivência desse modelo ... então não se põe em pauta hoje a questão de populações marginalizadas, a questão ecológica, se bem que sejam objeto de discussão, ou que bem sejam, problemas também considerados, mas não se apresentam como prioritários" (Entrevista com Diretor de Assoc. Empresarial).

"Nós atravessamos o que se se tornou uma vedete que é a chamada globalização, daí criou um problema grave, porque se você não tem uma mão de obra específica ou aperfeiçoada você não compete, e isso gera o desemprego ..." (Entrevista com Presidente de Partido).

"Hoje está a questão econômica em Blumenau, até porque as indústrias que nós temos em Blumenau são indústrias tradicionais, não são empresas do grupo dinâmico, .. fizeram um período de crescimento quase que simultâneo na década de setenta ... hoje elas estão ... com problemas de parque fabril obsoleto, a nossa mão de obra, em razão da política social brasileira, ela está se tomando cara ... o Brasil se tornou um país caro ... e a abertura leva a isso, essa abertura levou a que nós não tenhamos condição de competir ... " (Entrevista com Presidente de Partido)

A percepção quanto ao impacto da globalização não se reduzirá tão somente nas conseqüências sociais (desemprego) que são apontadas, mas também no questionamento do modelo econômico da região. Neste caso, algumas das características do chamado "modelo catarinense" passam a ser reavaliadas e rediscutidas no contexto da nova economia. Dentre essas características reavaliadas está a própria "capacidade empreendedora do indivíduo", a base do modelo que se definiu pela utilização de recursos privados locais, a própria expansão industrial que derivou do modelo<sup>75</sup>, e como veremos mais adiante, o caráter de "autosuficiência" e de "autonomia" da região. Características que antes se ligavam até mesmo à identidade da região acabam a significar por outro lado, o final de um ciclo. A expansão industrial que havia sido propiciada na visão de Hering, por recursos próprios acaba se tornando

---

<sup>75</sup>Características que, como vimos, havia constituído em grande parte os "fatores endógenos" da visão de Hering.

inviável, tanto pelos "limites ambientais" (espaço físico-geográfico) ao qual ele se defronta quanto aos requisitos que se colocam para inserção numa economia globalizada,

"Em uma Santa Catarina onde cada região especializou-se em um setor de produção industrial, as fronteiras parecem esgotadas. Há mais espaço para alguma indústria têxtil em Blumenau? Cabem novos frigoríficos no Oeste? Será que Criciúma comporta outra grande empresa cerâmica? (...) Mas, está claro que este final de século reserva aos catarinenses o esgotamento de um ciclo - não cabem no Vale do Itajaí outras indústrias têxteis. Criciúma não comporta novas indústrias cerâmicas. No Oeste não existe espaço adicional para mais frigoríficos de aves e suínos. Santa Catarina inicia agora, o ciclo do salto tecnológico, partindo para a automação e o aumento da produtividade" (FABRIS, 1994b, pg. 06)

"O modelo catarinense caracteriza-se pela formação de pólos industriais distintos, em diferentes regiões do Estado. Assim, temos ao sul o pólo cerâmico (...) No Oeste estão as agroindústrias (...) No planalto Norte, encontramos a indústria do mobiliário. Na região de Lages, o setor de papel e celulose. Na região do Vale do Itajaí, as indústrias têxteis. No Nordeste, o pólo metalmeccânico. Esse modelo, entretanto, está *esgotado*. Precisamos, a curto e médio prazo, buscar investimentos para a diversificação nessas regiões. A tendência dos segmentos industriais já instalados é progredir em tecnologia, eficiência e não em *crescimento físico* [grifo nosso] (Ex-prefeito de Blumenau apud FABRIS, 1994b, pg. 06).

Nós podemos perceber que os limites que existem para o crescimento econômico na região só aparecem desta forma na medida em que podem ser superados e ultrapassados, no entanto, como se pode ver, esta "superação" ou este "salto" não parecem ser possíveis a partir do "modelo catarinense". Existe dessa forma o "esgotamento" de um tipo específico de crescimento econômico, aquele especificamente caracterizado pelo "modelo catarinense", mas não há por outro lado o esgotamento do crescimento econômico mundial, que é por sinal, como vimos neste capítulo, o tema da discussão que se faz sobre o desenvolvimento sustentável. O "esgotamento" se coloca ao "modelo catarinense" mas não ao crescimento econômico entendido de forma genérica. A globalização neste caso, se, por um lado, provoca uma

"crise" da indústria local, por outro, irá possibilitar o salto de um crescimento "físico" para um "crescimento qualitativo". Se o crescimento regional encontra sinais de esgotamento, ele consegue, por outro lado, se redefinir pela negação do "modelo" e pela própria reafirmação de um crescimento indefinido. As desvantagens do modelo se tornam, desta forma, nas possibilidades do crescimento,

"Diante do novo paradigma, que é a nova economia mundial, temos de usar os mais modernos instrumentos de gestão, como a eletrônica, a informática, as telecomunicações. Acho que podemos transformar as nossas aparentes desvantagens da exaustão do modelo em possibilidades de crescimento (...)"  
(Presidente da FIESC apud FABRIS, 1994b, pg. 06).

Como escreveu Castoriadis, de modo que não há limites para a progressão de nossa riqueza não pode existir nenhum ponto fixo de referência para o nosso "desenvolvimento", seu significado passa a ser o abandono de qualquer estado definido, ou melhor, em atingir um estado que não é definido por nada, exceto pela capacidade de atingir novos estados (CASTORIADIS, 1987). Este aspecto é crucial para entendermos como ocorre a ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento", mas também como se mantém do mesmo modo uma continuidade com aquele pensamento. Os sinais de esgotamento não se referem à possibilidade do crescimento exponencial da produção de se chocar algum dia contra os limites da capacidade biológica do ambiente (Habermas), nem a uma discussão de que há limites intrínsecos aos recursos disponíveis para a acumulação indefinida (Giddens), ou ainda do mesmo modo, de que o crescimento quantitativo ilimitado da produção material não possa ser sustentado para sempre (Sachs). Por este motivo o quadro atual pode vir a significar o esgotamento do "modelo catarinense", mas não o seu fim, pois as possibilidades de crescimento se mantêm, não há um estado definido a ser atingido. Ocorre um questionamento das características que sustentam o crescimento econômico

do "modelo catarinense", mas isto só é feito reafirmando, ao mesmo tempo, a possibilidade de levar indefinidamente o próprio crescimento,

*"Quando falo em esgotamento, não digo que é o fim do modelo. Quero dizer é que, no Oeste, por exemplo, dadas as condições de alto custo dos transportes e das distâncias dos centros de produção dificilmente teremos novos investimentos em plantas industriais (...) Resumindo: não haverá investimento para a expansão dessas atividades, por aqui. Ou seja: a base do modelo, que é a do investimento com recursos privados locais, está esgotada." (Ex-prefeito de Blumenau apud FABRIS, 1994b, pg. 06).*

Ocorre assim um questionamento do crescimento econômico que sustentou o "modelo catarinense" e que se liga com a sua base de recursos (entendidos enquanto capital financeiro para novos empreendimentos) mas se dá credibilidade a um crescimento econômico global que passa isento de qualquer discussão. Isso faz com que, não apenas a "base do modelo" pareça estar esgotada, mas a imagem empreendedora parece ficar a partir deste momento comprometida, pois ela que havia sido o "sucesso" da região acaba se tornando "inimiga da solução";

*"O sucesso numa região é o inimigo da solução ... o sucesso na região é consequência do arrojo do indivíduo, da coragem da capacidade do indivíduo ... a solução passa pelo trabalho em conjunto, pela formação de uma rede de cooperação ... a nossa característica intrínseca é do trabalho do indivíduo, do trabalhador arrojado, é do cidadão que arregaçou as mangas e venceu, essa postura se contrapõe àquela outra que é necessária e que é a característica do mundo moderno e vencedor hoje, que é a característica da formação de redes entre empresas ... a primeira forma de trabalho criou um sistema econômico que a gente chamou de verticalizado, e a nova forma precisa ser horizontalizada ... Essa história de Blumenau ela é toda montada dessa forma ... todas as grandes empresas de Blumenau trabalharam assim ..."* (Entrevista com Diretor Assoc. Empresarial)

Essa percepção acaba por implicar numa visão de certa forma bastante peculiar em relação ao poder público e às políticas que podem ser gestadas na cidade. Para esta visão as políticas públicas "locais" acabam se tornando ineficientes mesmo porque os problemas que atingem a região fazem parte de uma crise "conjuntural";

*"... isso é uma conjuntura ... isso é uma mudança ... até do procedimento do empresariado nessa área ... se voltando a se atualizar pela globalização ... isso é uma conjuntura toda que você não pode crucificar A, B ou C ... se não*

se atualizar para fazer frente à globalização até o ano 2000, 2005 estará tudo fechado" (Presidente de Sindicato das Indústrias).

"... a abertura econômica expõe o Brasil à concorrência internacional ... consequentemente os padrões de desempenho da empresa nacional tem que rapidamente se ajustar ao padrão internacional ... pra empresa ... ela fica amarrada e não pode responder, rapidamente a essa necessidade da globalização ... o setor público está devendo as reformas fiscais, que seriam um dos elementos necessários pra que o poder público equilibrasse o seu orçamento e consequentemente não precionasse o poder privado no que se refere a tributos" (Diretor de Assoc. Empresarial).

Há desta forma três rupturas em relação aos preceitos do "modelo catarinense" e eles se referem basicamente à expansão industrial, à base de recursos privados locais que a viabilizaram e à imagem do indivíduo empreendedor. Para a expansão industrial não haveria mais espaços a serem ocupados, pois não caberiam no "Vale do Itajaí outras indústrias têxteis", bem como em Criciúma, no Oeste e em outras cidades do Estado, e dessa forma Santa Catarina deve buscar o "salto tecnológico", pois a "tendência dos segmentos industriais já instalados é progredir em tecnologia, eficiência e não em crescimento físico". Dessa forma, os recursos privados locais que tinham propiciado, tanto a origem quanto a expansão da indústria do "modelo catarinense" parecem se esgotar, pois dificilmente se terá "investimentos em plantas industriais" na região. E por último, se tudo isso havia se tornado possível devido à "capacidade empreendedora do indivíduo", ela se torna agora uma postura que se "contrapõe com aquela outra que é necessária e que é a característica do mundo moderno ...". No entanto, a imagem do empresário empreendedor não fica de total comprometida como veremos a seguir, mesmo porque ele pode ter um papel preponderante para uma segunda "onda modernizadora".

Como podemos ver, o "esgotamento" não se refere a um modelo econômico insustentável ou a "limites" que não possam ser superados ou mesmo intransponíveis. Deste modo, não é de se surpreender que termos como sustentável/sustentabilidade não façam parte, até o momento, dos argumentos colocados. Assim, conclui-se que a visão em relação ao "fim de um ciclo", a expansão industrial parece ser tão realista e



enganadora ao mesmo tempo, pois se, por um lado, vê os limites físico-geográficos para uma expansão industrial, por outro, reforça a "fé" em relação à possibilidade de manter um crescimento ilimitado da produção, não mais através de uma expansão industrial, mas sim por um "salto tecnológico".

### *1) O SALTO MODERNIZADOR E O EFEITO BUMERANGUE*

A globalização da economia atualmente não traz somente efeitos econômicos, junto a ela estão associados os efeitos ecológicos, sociais, políticos e culturais, que embora possam aparecer enquanto problemas, muitas vezes locais, podem ser um reflexo das tendências e fenômenos de uma sociedade com dimensões globais. Alguns fenômenos como a poluição ambiental da atmosfera, os problemas ligados com a imigração, o desemprego por exemplo, parecem ilustrar esse quadro. No caso de Santa Catarina, podemos muito bem ver a ameaça que a nova economia mundial representa para a imagem do "modelo catarinense de desenvolvimento", e de sua figura central, o empresário empreendedor catarinense. Isto se deve porque, se na tese do "modelo catarinense", o empreendedor foi um fator importante para desencadear a transformação de uma economia agrícola para economia industrial, sua preponderância e conseqüentemente os seus méritos podem vir a ficar comprometidos ou mesmo em segundo plano, em relação à possibilidade de superar o próprio modelo que ele criou e que agora não parece propiciar, caso mantenha as características do "modelo", a integração na nova economia globalizada. Como vimos, a resistência quanto ao "esgotamento do modelo" pode ser muito bem ilustrada pelos argumentos de Hering que vê ainda a existência da "sobriedade" do empresário catarinense, que, segundo ela, se nega a dirigir um carro de luxo para não agredir os seus operários<sup>76</sup>. No entanto,

---

<sup>76</sup>O que não os impede, por outro lado, de ficar indiferentes com a intensificação da concentração de renda no Estado como se pôde ver no primeiro capítulo.(ver anexo 2).

podemos ver que para a outra visão, a postura do indivíduo empreendedor pode também se "contrapor àquela outra que é necessária e que é a característica do mundo moderno e vencedor hoje, que é a característica da formação de redes entre empresas", ou ainda nas palavras de um jornal em relação ao presidente da FIESC, "consciente de que o modelo industrial atual do Estado não mais atende às necessidades para a efetiva competição mundial. Douat diz que é 'preciso revê-lo com urgência' (DOUAT, 1996).

Como se poder-se-á ver, a possibilidade de superar o "esgotamento do modelo catarinense" liga-se com a possibilidade de propiciar na região uma nova onda "modernizadora", daí a atribuição do prefixo "neo" para esta visão, e que não se torna possível simplesmente através de "fatores endógenos", mas sim por "fatores exógenos" como, por exemplo, o investimento estrangeiro. Mas antes de entrar no papel que pode ser desempenhado por este novo sujeito - o capital estrangeiro - temos que fazer uma diferenciação entre as diferentes tendências e objetivos que se colocam para um novo impulso de crescimento econômico.

Os novos objetivos que se visualizam para um "outro desenvolvimento" catarinense são basicamente de duas ordens: os objetivos que se ligam à necessidade de incrementar o processo de racionalização nos setores tradicionais já existentes (setor primário e secundário), e os objetivos que se ligam à necessidade de diversificar a economia a partir da intensificação do crescimento do setor de serviços, que inclui uma série de iniciativas que englobam desde o turismo, até o setor da informática. Há, assim, uma necessidade de um salto tecnológico nos setores já existentes, possibilitando o ressurgimento da importância do empresário empreendedor, mas há também, a necessidade de intensificar o crescimento do setor de serviços, podendo levar a uma descaracterização do "modelo", uma vez que, para este crescimento, o sujeito passa a ser o investimento estrangeiro e não os recursos privados locais. Quanto ao salto tecnológico nos setores tradicionais, ele aparece nas tendências de horizontalização e especialização das empresas,

"O futuro passa por uma definição de estratégia de desenvolvimento (...) Para que ele se processe com maior velocidade, ou se processe com maior sucesso, é preciso encontrar instrumentos de apoio adequados, principalmente redução dos custos de produção (...) é preciso observar que o *modelo catarinense muda a partir deste momento também* (...) se neste momento a indústria tradicional conseguir completar sua modernização, será um salto fantástico" [grifo nosso] (Presidente da FIESC apud MODELO, 1997, pg. 13.)

"Bom ... com a formação de redes e o novo sistema que se coloca ... a característica passa a ser diferente, horizontalizada e especializada, ultra-especializada ... qual é a minha tarefa ? É essa ... e eu vou fazer com que aquelas outras pessoas também busquem com cada um na sua tarefa o melhor possível e depois formamos uma grande rede de cooperação fazendo com que o produto da região seja consagrado no mundo inteiro" (Entrevista com Diretor de Assoc. Comercial).

"O setor têxtil tem que ser revigorado através de um maquinário mais moderno e através de uma qualificação maior dos empregados ... então você vai ter que ter qualificação mais aprimorada ... você vai ter que, através dos administradores, racionalizar mais o trabalho ... então você tendo isso ... técnica, racionalização e qualificação ... você com menos pessoas produzirá a mesma coisa e mais com melhor qualidade e menor custo ... e em consequência disso você vai poder concorrer melhor em nível interno e internacional ..." (Entrevista com presidente de partido político).

Se, por um lado, este processo de racionalização do trabalho que busca uma redução do custo de produção que inclui obviamente a mão de obra (salários), se torna um novo objetivo para a estratégia de desenvolvimento local, tanto para Blumenau como para as demais regiões, por outro lado, encontra um freio naquilo que era antes o orgulho da região dando forma a um efeito bumerangue,

"É curioso: no Brasil temos o custo Brasil, e em Blumenau, um custo adicional, o custo Blumenau. O salário aqui é muito alto, quer dizer, o que durante muitos anos para nós foi um grande orgulho, porque tínhamos um padrão de vida elevado, está agora se voltando contra a comunidade, como o efeito bumerangue (...) Nos contatos com diversos industriais e empresários do comércio, há a constatação de que o empregado está preocupado não com o seu salário, mas principalmente com o seu emprego" (Presidente da ACIB apud CUSTO, 1997, pg 70).

É importante notar que não é essencialmente este objetivo ligado com a racionalização do trabalho que irá descaracterizar o "modelo catarinense de desenvolvimento", mesmo porque, a industrialização na região na forma de um

"modelo catarinense" representou um processo de especialização e racionalização do trabalho e que tinha no empresário empreendedor, o principal protagonista do processo. Nesse caso, a visão de um salto modernizador da indústria na região pode muito bem se coadunar com aquela visão que resiste à idéia do "esgotamento do modelo" como se pode ver:

"Quanto ao modelo catarinense, não concordo que esteja esgotado ... e agora apresenta um desafio enorme: o salto qualitativo, a modernização, e a evolução tecnológica (...) É patente a cultura empreendedora dos Catarinenses, voltada aos negócios ... outra prova de que isso não está ocorrendo é que as grandes indústrias passam por um processo de verticalização. No mundo é assim - a indústria, que não pode ser mais vertical, vai transferindo suas atividades a terceiros" (Presidente do SINTEX apud FABRIS, 1994, pg. 5).

A capacidade empreendedora pode ainda ser ressaltada pela visão que defende a revisão do "modelo":

"Santa Catarina necessita rever o seu modelo industrial com urgência (...) A atitude dos empresários deve ser a do reconhecimento de suas fragilidades e a reação imediata no sentido de se reavaliar e buscar a atitude alternativa capaz de mudar rapidamente este quadro. Isto não somente é necessário como absolutamente possível no cenário empresarial catarinense, dada a qualidade empreendedora que compõe o perfil da maioria dos empresários do Estado" (Presidente da FIESC apud DOUAT, 1996, pg. 08)

Assim, podemos ver que um salto tecnológico para os setores "tradicionais" da economia catarinense pode muito bem estar de acordo com a visão que resiste e daquela que defende a idéia de seu esgotamento. Isso pode muito bem ocorrer, uma vez que a especialização do trabalho que se refletiu na industrialização do início do século foi desencadeada pela figura de um empresário empreendedor, desse modo por que não seria ele o sujeito de uma nova modernização ? Por que não poderia ele se tornar novamente numa categoria sócio-histórica do desenvolvimento ? No entanto, a possibilidade de intensificar o crescimento econômico catarinense pode fazer com que o "modelo" fique demasiado descaracterizado, uma vez que a segunda ordem de objetivos e tendências se liga à possibilidade do crescimento do setor de serviços, e

nesse caso os fatores que podem desencadear este processo não se reduzem aos recursos locais privados e ao empresário empreendedor ("fatores endógenos"), mas ao investimento estrangeiro ("fatores exógenos"). Deste modo, além do salto modernizador nos setores existentes, a região deve buscar o crescimento de outros setores vindo assim a alterar o modelo e dando início a um novo ciclo:

*".. acho que o modelo será alterado, seguindo as orientações culturais da ideologia do trabalho. Assim Santa Catarina deve apostar nos serviços, no turismo, no comércio, nas novas atividades para o Oeste" [grifo nosso] (Ex-prefeito de Blumenau apud FABRIS, 1994b, pg. 6)*

*"Santa Catarina inicia, agora, o ciclo do salto tecnológico, partindo para a automação e o aumento da produtividade. Há um amplo campo para as empresas prestadoras de serviços e para a indústria da inteligência, nela compreendendo a informática (FABRIS, 1994a, pg.4).*

*"... outra área geográfica que mostra o vigor expansionista da economia catarinense, é o litoral ... é uma região que cresceu significativamente, na linha dos produtos de comunicação e de informática ... estou certo que é uma nova vertente do desenvolvimento catarinense ... [grifo nosso] (Presidente da FIESC apud FABRIS, 1994b, pg. 06)*

*"Hoje nós temos uma grande vocação e um grande desafio que é incrementar o turismo em Blumenau" (Entrevista com presidente da ACIB apud CUSTO, 1997, pg. 71).*

Se muitas daquelas transformações que dizem respeito à racionalização dos setores já existentes podem se dar pela capacidade empreendedora do empresário, a possibilidade do crescimento dos setores de serviços pode, por outro lado, vir através da busca de um novo tipo de investimento,

*"A proposta, em última instância, é atrair um vasto número de pequenas empresas alemãs para que invistam em Santa Catarina. Isso vale para a Itália ou para qualquer outro país europeu, para alguns segmentos americanos (...) falta a Santa Catarina um banco com capilaridade nacional e internacional. Santa Catarina não tem um canal de circulação e atração de capitais volumosos, especialmente dos estrangeiros" (Presidente da FIESC apud FABRIS, 1994b, pg. 06).*

## ii) DOS PÓLOS AO TODO

Como vimos no primeiro capítulo, ao contrário do CEAG e de CANO que viam na compartimentalização econômica de Santa Catarina o reflexo da dependência da região, para Hering essa compartimentalização significava o perfil autônomo do desenvolvimento das cidades "pólos". Como escreveu um jornal da região, "a fragmentação criou cidades autônomas". No entanto, com os objetivos de um "novo ciclo de desenvolvimento" que procure dar maior preponderância ao setor de serviços, a fragmentação das regiões parece provocar novamente o efeito bumerangue, pois se antes esta fragmentação era o reflexo de uma "fantástica vantagem de especialização vocacional por região", agora ela pode se voltar contra as novas tendências da economia global. Nesse caso não se pode mais restringir as possibilidades de crescimento às cidades autônomas ou cidades pólos, o que vale não são os pólos, mas o todo, a integração,

"Existe um contexto que é a cidade de Blumenau, que está inserida no contexto regional. Nós não podemos dissociar um do outro. Nós não podemos pensar no futuro de Blumenau sem olhar para Gaspar, Indaial, Timbó, Jaraguá do Sul, até Florianópolis, ou outras capitais próximas, porque hoje tudo o que nós fizemos em nível de serviços, setor terciário, secundário passa, via de regra, por esses outros núcleos urbanos próximos. Não existe mais Blumenau com seus 500 quilômetros quadrados (...) o turista vem para Blumenau, via de regra, para uma coisa, comprar. Então, não tem como desvincular do comércio. Num segundo momento, você não consegue mantê-lo aqui sete dias. Se não tiver uma atração como Pomerode, se você não levá-lo para tomar vinho em Nova Trento. Essa integração é fundamental". (Presidente do CDL apud TURISMO, 1994, pg. 17).

"Tem que pensar em região metropolitana ... tudo que acontecer em Blumenau tem que acontecer em Timbó, Indaial, Pomerode ... o turismo é uma alternativa para Blumenau (...) é que Blumenau é sempre autosuficiente, eu acho que tem que perder o topete sabe ... e também ser dependente ... " [grifo nosso] (Entrevista com Diretor Sind. de Inds.).

Nós podemos perceber que a partir das novas possibilidades do crescimento do setor de serviços, a visão de "cidades autônomas", "cidades pólos", ou ainda "autosucientes" se tornam termos inadequados para o novo contexto econômico que

pode se criar. Nesse caso, o que ganha importância é o "todo", a "integração", ou como diz um agente do mercado "não existe Blumenau com seus 500 quilômetros quadrados". Hoje, por outro lado, deve-se pensar em "região metropolitana" ou o "vale do Itajaí como um todo". Essa nova visão integracionista acaba por implicar na inclusão de uma série de outros objetivos que se ligam com a possibilidade de se criar um novo ciclo de crescimento.

### 7.3) *QUALIDADE DE VIDA X CRESCIMENTO ECONÔMICO*

Além de observarmos quais os novos temas que surgem e que rompem com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" é importante notar também as formas que muitos destes objetivos são incorporados. Assim, nós poderíamos nos perguntar porque uma cidade como Blumenau, ora considerada como síntese da ocupação econômica do Estado e, deste modo, vista como a própria configuração do "modelo catarinense de desenvolvimento", tem como uma de suas principais preocupações a qualidade de vida? Enquanto um modelo de desenvolvimento, seja ele catarinense ou de qualquer outra região, não deveria ser este também um modelo de qualidade de vida de sua população? Mas parece que não. Se há vários fenômenos que atestam para uma "qualidade de vida" bastante ambígua para a população do Estado, ela parece ser insuficiente, até mesmo, para as "necessidades da produção". Para uma região que procura se expandir, deve ter como foco agora não o cidadão, mas o turista consumidor ou o investidor estrangeiro,

*"A busca de qualidade de vida deveria ser o norte para que nós pudéssemos direccionar todo o tipo de trabalho e atividade (...) O importante é que nós possamos a partir da infra-estrutura da qualidade de vida, sustentar aqui as matrizes desses empreendimentos (...) Turismo vem dentro de tudo isso, qualidade de vida (...) Ou seja, qualidade de vida. Se a cidade é boa para você morar, o pessoal vem visitar e quer conhecer. Nós não temos um Corcovado, uma ilha com 42 praias. Ele vem conhecer o*

nosso jeito de viver e esse tem que ser preservado .... [grifo nosso] (Presidente do CDL apud TURISMO, 1994, pg. 17).

"A Embraco está investindo US\$ 50 milhões para substituir os equipamentos ali colocados há quatro anos. Isso é possível graças à disponibilidade de "inteligência ao seu lado (...) com boa qualidade de vida, lazer (...) *Esse é o maior fator de atração de investimento.* Imaginemos que isso possa ocorrer com outras indústrias, voltadas a qualquer ramo de atividade. A partir de novos investimentos, irá reciclar seu produto, expandir sua atividade (...) é aí que não pode faltar a infra-estrutura, a boa qualidade de energia, de saneamento básico, de proteção ambiental, de formação e informação tecnológica" [grifo nosso] (Presidente da FIESC apud FABRIS, 1994b, pg. 06)

Será que o crescimento econômico é uma prioridade para a qualidade de vida, ou será a qualidade de vida uma prioridade para o crescimento econômico ? Alguns podem acreditar que isto seja apenas uma redundância e com certeza ela o seria na medida em que a prosperidade econômica fosse a medida de todas as coisas. Se o crescimento econômico satisfizesse todas as nossas necessidades, até espirituais, psíquicas e outras, bastaria satisfazermos as necessidades da produção para que tudo mais se realizasse. Há com certeza aqueles que acreditam nisso. No entanto, se de fato percebemos que um crescimento econômico exitoso não é por si só o reflexo de uma qualidade de vida, então caímos no velho dilema dos fins e meios do desenvolvimento, pois afinal quanto de crescimento econômico é necessário ? Podemos afinal estabelecer limites para este crescimento ? E qual a importância de se discutir as possibilidades de crescimento econômico, se este por si só, não leva à justiça social, à proteção do meio ambiente, à satisfação de necessidades básicas de uma imensa população. Como escreve Sen:

"O problema não está, é claro, no fato de a busca da prosperidade econômica ser tipicamente considerada um objetivo central do planejamento e do processo de formulação de políticas. (...) O problema refere-se ao nível no qual esse objetivo deve ser fixado. Trata-se de um objetivo intermediário, cuja importância subordina-se ao que favorece, em última instância, a vida humana ? Ou se trata do objetivo último daquele exercício ? (...) O problema talvez carecesse de interesse prático se a prosperidade econômica se relacionasse estreitamente (...) ao enriquecimento da vida das pessoas. Se tal fosse o caso, a busca da prosperidade econômica como um fim em si (...) seria inseparável da busca de prosperidade como meio para o enriquecimento



da vida das pessoas. Mas aquela correspondência estreita não se verifica. Países com altos PIB's per capita podem apresentar índices espantosamente baixos de qualidade de vida" (SEN, p. 314).

O mesmo podemos observar em relação ao "milagre brasileiro", e em relação aos resultados efetivos do "modelo catarinense de desenvolvimento". Em ambos os casos o êxito econômico viveu, e vive ainda, amigavelmente com fenômenos como a concentração de renda, aumento da degradação ambiental, aumento da pobreza, etc. É difícil não associar todos estes problemas à um crescimento econômico que segue sem freios, a não ser aqueles que ele próprio determina, e que mantém e reproduz a lógica da acumulação indefinida. A inclusão de temas utilizando-se apenas o critério da "eficiência econômica" (do "lucro"), apesar de que, possam levantar e suscitar algumas alternativas econômicas para região, reduzem o tema do desenvolvimento novamente ao viés econômico, das possibilidades atuais de intensificar o crescimento econômico da região. Assim, acreditar que poderemos dar um "salto fantástico" através de uma simples remodelação econômica do "modelo catarinense", intensificando apenas o seu crescimento, é insuficiente e enganadora. Pois, em relação à justiça social, como prever uma melhor distribuição de renda se o próprio padrão de vida do blumenauense desencadeou, segundo um empresário local, o efeito bumerangue? Isto é, o custo da mão de obra local se tornou um impecilho para que as empresas, no caso, têxteis, se adaptem à nova economia global<sup>77</sup>. E ainda poderíamos nos perguntar, será que o crescimento do setor de serviços será suficiente para absorver a crescente massa de desempregados que tenderão a surgir, uma vez que o objetivo dos "setores tradicionais" tende a ser o aumento da "racionalização"? As altas taxas de desemprego no mundo "pós-industrial" talvez já nos dêem uma primeira resposta a

---

<sup>77</sup>Se há uma saída para a nova economia, por outro lado não parece haver uma solução para a manutenção do padrão de vida dos blumenauenses. Como argumenta aquele empresário: "Esta é a grande preocupação hoje: como, sem diminuir o padrão de vida, superar essa dificuldade ... Já discutimos muito esse assunto na associação comercial, como solucioná-lo sem perdermos esse padrão de vida invejável, e ainda não encontramos uma saída". (Presidente da ACIB apud CUSTO, 1997, pg. 70).

esta indagação<sup>78</sup>. Deste modo, além de pensar na criação de novos postos de trabalho em setores de serviços, por que não pensar, também, na possibilidade de uma redução da jornada de trabalho? Além de ver a forma pela qual é feita a ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" é importante notar o que mais propriamente não entra no discurso. Assim, temos que prestar mais atenção para temas e problemas que não são enfatizados por esta visão e que surgem de forma bastante evidente na visão de outros atores sociais como poderemos ver a seguir.

## 8 - A RUPTURA DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA

Como veremos, o discurso da visão democrático-participativo tem como ponto de ruptura com a noção de modelo catarinense de desenvolvimento não os fenômenos caracteristicamente econômicos, mas as questões de ordem basicamente política. Por este motivo, temos que considerar que a visão democrático-participativa que veremos a seguir, toca num aspecto que, apesar de não estar associado diretamente à noção de "modelo catarinense", é um ponto tão ou mais caro quanto a idéia presume, o de que a democracia representativa é tão necessária quanto suficiente para o desenvolvimento. Desse modo, a visão democrático-participativa por mais inofensiva que seu discurso possa parecer, principalmente no que diz respeito ao afã por maior participação na gestão das políticas públicas locais, expõe e compromete um pressuposto básico da noção de "modelo catarinense de desenvolvimento", de que o desenvolvimento democrático se restringe à institucionalização de um sistema democrático representativo.

A ruptura da visão democrático-participativa se liga ao caráter geral da noção de "modelo catarinense" enquanto a visão "neo-modernizadora" rompe com o seu caráter específico. Para a visão neo-modernizadora o que está em jogo são aquelas

---

<sup>78</sup> Para uma crítica de grande impacto em relação ao discurso do emprego nos países mais ricos, ver o livro de Forrester (1997).

características "específicas" que deram forma ao "modelo catarinense", enquanto na visão democrático-participativa o que é criticado é o consenso que se gerou de que para que o "modelo de catarinense de desenvolvimento" seja suficiente, haja um "modelo democrático representativo". Mais adiante veremos como isso ocorre.

De modo que a ruptura nesta visão não se concentra naqueles caracteres específicos do "modelo", temos que esclarecer o viés pelo qual esse discurso será analisado. Esse discurso não se reduz a uma simples exclamação do tipo "a população tem que participar", o que, por sinal, não o distinguiria de forma clara da própria visão neo-modernizadora, uma vez que esta também aborda, de forma superficial, o tema da participação. A simples menção à "participação da sociedade" é por demais evasiva como enganadora. Ela não especifica nem a qual tipo de participação está se mencionando, e acaba por entender a sociedade como se esta fosse um sujeito de maior tamanho que decidisse, por livre arbítrio, a sua participação ou não. No entanto, sabemos como a própria teoria democrática admite, que a sociedade não é um todo coeso, nela estão uma imensa gama de grupos e de classes com interesses divergentes. Deste modo, a visão democrático-participativa tem como aspecto principal não o simples requerimento da participação popular, mas o reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto um novo ator social do desenvolvimento. Será basicamente por este reconhecimento que este discurso irá se caracterizar e diferenciar daquela visão neo-modernizadora. Assim, a crítica ao sistema democrático representativo entra de forma indireta, uma vez que o que está em jogo não é apenas o requerimento de uma "maior participação", mas a criação de novos procedimentos democráticos que viabilizem e dêem maior força à atuação das organizações da sociedade civil.

## 8.1) CONTRADIÇÕES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Como observamos, com a visão neo-modernizadora, havia uma estreita relação com os problemas que atingem a região (globalização econômica) e as novas tendências que se apontavam para o desenvolvimento regional. O mesmo ocorre com a visão democrático-participativa, há nesta visão uma relação que se estabelece entre os problemas que são apontados e as possibilidades das org. da sociedade civil virem a se tornar em um novo ator social do desenvolvimento, cujas características que são apontadas veremos mais adiante. Os problemas que atingem a região e que comprometem o desenvolvimento local podem ser vistos em parte, como de natureza econômica. Mas, ao contrário da visão neo-modernizadora, o que é apontado não é a sua fragilidade, mas a sua preponderância no desenho das políticas públicas locais. A visão em relação à interferência do poder econômico pode ser vista nos seguintes depoimentos (ver também gráfico 5):

"Do meu ponto de vista ... deveria ter uma conciliação desses três interesses ... o econômico, o ecológico e o social .... mas lamentavelmente a coisa tem caminhado em sentido contrário, o econômico tá prevalecendo ... por exemplo, na construção do Shopping, foi alterado o Plano Diretor ... cortaram a bainha do parque porque precisava crescer ... então como é que a gente pode chegar e falar, vocês não derrubem 250 árvores aqui, se eles vão fazer mais quatro cinemas, mais 450 vagas para o estacionamento, se vão ampliar não sei quantos mil metros, entendesse ? ... dois milhões de dólares suplanta qualquer outra boa intenção social e ecológica ..." (Presid. de ONG)

... o empresário do ponto de vista individual vai buscar o lucro ... e vai procurar reduzir custo e aumentar a produtividade ... é a regra pra ele sobreviver no mercado ... eu não vejo solução por essa lógica ... eu vejo que uma das soluções estaria na org. social ... em Blumenau existem mais de 600 entidades sem fins lucrativos e as associações de moradores são mais de 100 ... (Presidente de Associação de Bairro)

... eles vão adiar a votação do plano diretor né ... as edificações é um problema grave ... hoje o bairro Vila Nova é considerado ZR5 ... isto quer dizer que podem ser construídos prédios de até 15 andares ... eles constroem uma rua de 5m de largura, se constrói 2 ou 3 prédios e aí se tem os problemas de rodovias, congestionamento (...) porque as vezes pro empresário, os incorporadores ... pra eles financeiramente é ótimo ... porque eles constroem 800m2, 15 andares ... é um absurdo ... então pra eles

financeiramente é bom ... mas eu tenho certeza que daqui algum tempo eles vão botar a mão na consciência e vão dizer: não, nós fizemos tudo errado ..."  
(Presidente de Assoc. de bairro).

A partir disso, o desenvolvimento acaba ganhando um sentido pejorativo, pois aquelas obras que comumente são utilizadas como o símbolo do "crescimento" da cidade, acabam a significar, por outro lado, o abuso do poder econômico local e no desdobramento e intensificação de problemas posteriores. O termo desenvolvimento se torna desse modo um termo ambíguo, pois, se de um lado, traz benefícios, por outro lado, cria e intensifica outros problemas já existentes. Por isso, o próprio desenvolvimento ou o modelo econômico da região é relativizado,

"... é esse desenvolvimento que atropela o social, a qualidade de vida ... acaba criando dificuldade na vida das pessoas ... então o econômico prevalece ... e o discurso do emprego apesar de que lá dentro não vão trabalhar mais que vinte pessoas" ... (Presidente de ONG)

"O desenvolvimento só existe com democracia ... sem democracia, ele sai desorganizado, é o que tá acontecendo hoje ... cadê a democracia hoje!? ... hoje não existe porque eles fazem as coisas entre quatro paredes ...  
(Presidente de Assoc. de Bairro)

"O modelo econômico pra nós está esgotado ... o nosso modelo econômico ... a economia de mercado não prevêem a questão social .. se você analisar do ponto de vista de uma empresa ... então eu diria que há toda uma organização social voltada para o capital que nós temos hoje " (Presidente de Assoc. de Bairro).

Se para a visão neo-modernizadora as possibilidades de um novo desenvolvimento se constroem a partir de uma negação daquelas características que eram intrínsecas à idéia do "modelo catarinense", a visão democrático-participativa surge a partir da afirmação e do reconhecimento de um novo ator social que era inexistente na visão do "modelo". Para Touraine o "ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou

as orientações culturais". E as relações sociais nas quais esse ator está inserido, podem se circunscrever tanto a uma empresa, uma administração ou um hospital, ou ainda pode-se tratar da organização social de uma coletividade política, Estado, região ou cidade (TOURAINÉ, 1994).

Para que determinada pessoa ou grupo seja enquadrado enquanto um ator social, é necessário que lhe sejam inferidas determinadas características, para, então, reconhecê-lo ou não, enquanto um ator social. Isto implica em reconhecer neste ator, seja individual ou coletivo, uma capacidade e um potencial para mudar, ou mesmo manter, o ambiente material e social em que ele está inserido. É neste reconhecimento que a visão democrático-participativa se distingue da visão neo-modernizadora e que podemos ver a seguir.

Se as organizações da Sociedade Civil podem se constituir em um novo ator social, quais são os recursos e trunfos que ela apresenta para o desenvolvimento da cidade? Para a visão democrático-participativa essas organizações apresentam alguns recursos que merecem e devem ser levados em consideração para que as próprias políticas de desenvolvimento possam ser bem sucedidas e muitos daqueles "efeitos contraditórios" criados pelo interesse privado possam ser burlados. Nesse caso, ganha ênfase o poder de mobilização popular e de seus efeitos para a resolução de problemas locais e até a capacidade e poder de negociação frente a interesses privados, e que podem ir contra os princípios e objetivos da organização,

"... nós da comunidade estamos ligados diretamente com o povo, eu por exemplo como presidente da associação de moradores, eu sei basicamente o que o meu bairro precisa, eu .. e outros presidentes de associação ... se juntar cada associação vai se fazer um todo pelo município (...) por que não consultar a associação do bairro, que elas estão envolvidas diretamente!? ... eles fazem lá e depois sobra pra nós ... eu sou o primeiro a ser cobrado e não sou o primeiro a ser consultado ..." (Presidente de Assoc. de Bairro).

"... as pessoas se organizam num bairro para resolver o problema de calçamento da rua, para resolver pequenos problemas ... mas sem essa organização não dá nem pra resolver isso hoje ... a prefeitura não faz mais calçamento se não tiver uma organização ... até para esses pequenos

problemas tem que ter uma organização e as pessoas estão sentindo isso ..."  
(Presidente de Assoc. de Bairro).

"Ele fez o projeto e a prefeitura aprovou, e a prefeitura autorizou ele derrubar, fazer o loteamento e nós fomos lá, né, se pautamos pelo decreto No 350 ... e agora o cara tá lá com o loteamento parado e agora ele quer negociar com a gente, então nós temos um poder de negociação, estamos negociando para não entrar em conflito, que a gente também entende que ele comprou, gastou dinheiro ... " (Presidente de ONG).

Esta visão acaba explicitando diferentes recursos que podem ser aproveitados e que poderiam vir a contribuir para as políticas locais. Entre esses recursos está o conhecimento que as associações de bairro possuem em relação às prioridades do bairro, a mobilização popular que pode surgir destas organizações e de suas efetivas respostas para o enfrentamento de problemas locais e o potencial de negociar com interesses individuais e privados que esbarram aos interesses públicos da organização. Além disso, esses recursos são apontados somente na medida em que eles representam um resultado para a qualidade de vida local. Desse modo, o que surge concomitantemente ao reconhecimento dos recursos existentes nas organizações da sociedade civil, é o reconhecimento de sua pertinência para mudar a qualidade de vida local;

".. [as associações] elas tem um papel importante, a exemplo da nossa associação que já tomou a iniciativa de fazer reciclagem de lixo ... então começou-se a discutir uma alternativa que era a reciclagem do lixo ... que é uma iniciativa simples mas tem o início de uma discussão maior (...) por exemplo, as pessoas hoje lá no nosso bairro estão discutindo a construção de uma nova escola, estão discutindo a construção de um novo espaço de lazer ... e tão conquistando isso ... eu acho que é a melhoria da qualidade de vida ..." (Presidente de Assoc. de Moradores).

"Nós fizemos uma proposta (...) nós retiramos a ação e vocês derrubem só a metade do terreno, e a outra metade você grava como área permanente ... então há um ganho ecológico, um ganho econômico e um ganho social, porque as pessoas vão lá e vão ter uma área verde para eles (...) deveria ser trabalhado junto .. então, por exemplo, a construção da minimerceria ... o econômico prevaleceu, ... o poder público não ficou preocupado com bem-estar das pessoas, com a humanização, que tivesse espaço para as crianças irem lá brincar ... então vai diminuir a qualidade de vida do blumenauense, então não há uma harmonia entre o econômico, o social e o ecológico, se houvesse, seguramente aquilo não ia tá lá, porque vai interferir no trânsito, e a pessoa vai passar de carro, vai ficar nervosa, vai buzinar, vai ficar chateada

... mas sempre tem o discurso do emprego .. precisa gerar emprego .. atrair turistas .. como se tivesse hordas de turistas pra tomar chopp na praça ... " (Presidente de ONG)

"hoje aqui é tudo centralizado aqui na prefeitura ... numa secretaria da educação ... isso tudo deveria ter um modelo diferente, a escola de um determinado bairro que fosse administrada por uma associação de pais e professores ... porque, sem dúvida nenhuma, a comunidade iria fiscalizar muito melhor do que esse poder público centralizado ... (Presidente de Partido político).

O mais importante dos problemas específicos que são apontados, e sem querer entrar nos méritos que esses problemas suscitam, é reter o reconhecimento que se dá para a capacidade de atuação de organizações que não são nem de origem governamental e nem de mercado. Procura-se reconhecer o potencial que as organizações da sociedade civil podem vir a ter na cooperação para estratégias de desenvolvimento, tendo aí um papel ativo na elaboração e decisão de projetos. Dentre elas está o conhecimento que detém em relação às prioridades do bairro, a capacidade de negociação que pode vir a ter frente às iniciativas que incorram em dilemas políticos (como o desmatamento de uma área de preservação na cidade, por exemplo). Essas características acabam por implicar num impacto na mudança da qualidade de vida da cidade ou, nas palavras do presidente de uma ONG, pode haver um "ganho social, ecológico e econômico". No entanto, se estas características esboçam as possibilidades de cooperação destas organizações, por outro, a visão democrático-participativa também visualiza os entraves que emperram uma atuação mais ativa destas organizações, e aí entram os objetos e outros atores que estão em relação de conflito com as organizações da sociedade civil.

## 8.2) DILEMAS DE UM "PLANEJAMENTO"

Os objetivos e as tendências que se apontam para um outro desenvolvimento são bastante diferentes daqueles apontados pela visão neo-modernizadora. Para a



visão democrático-participativa um dos principais objetivos esta na mudança dos procedimentos de planejamento da cidade. Estas mudanças permitiriam para esta visão, fazer com que grande parte das medidas e decisões estabelecidas no plano diretor da cidade levassem em consideração o interesse das comunidades atingidas. As alternativas que se apontam são a incorporação de um número maior de representantes das comunidades em órgãos de decisão e planejamento ou a criação de audiências públicas que aproximem os diferentes interesses envolvidos,

"...não é que eu seja contra se construir prédios, não é isso, é que se faça dentro de uma adequação de um planejamento ... e infelizmente não é feito ... bem isso você pode ver ... o Maison, um baita de um prédio na subida de um morro .. isso é um absurdo .. mas o plano diretor que está querendo ser votado não muda nada disso ... por isso a gente tá querendo barrar a votação dele (...) o conselho do IPUB é formado a maior parte por representantes dos incorporadores e onde é que está a democracia? ... o interesse é deles, no meu ver, esse conselho do IPUB deveria ser formado 60% de membros da comunidade, envolvidos diretamente nas determinações das situações ..." (Presidente de uma Assoc. de Bairro)

"... então seria a falta de planejamento, seria o primeiro problema ... a própria prefeitura aprova uma lei e a própria prefeitura vai lá e descumpre... fizeram o próprio hospital Santa Catarina e não fizeram um estudo de impacto ambiental ... ou o RIMA .. é o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente ... pra ele se tornar possível, viável, completo, tem que fazer uma audiência pública, tem que chamar a sociedade pra discutir ... então na ampliação do Shopping ... na ampliação do Shopping fizeram o RIMA, contrataram pessoas ... uma equipe, uma empresa aí, professores da FURB foram lá, geólogos, biólogos, sociólogos e outros profissionais foram lá e fizeram um documento de não sei quantas e quantas páginas, e não foi feita audiência pública com a comunidade pra discutir se realmente aquilo deveria ser feito ou não .. então há uma falha em todo o processo ..." (Presidente de ONG)

De modo que esta visão tem como principal objeto de disputa os procedimentos de planejamento da cidade ela acaba vendo como "opositores" aqueles a quem o próprio sistema democrático representativo delega poderes para decidir sobre projetos de desenvolvimento local. Na medida em que esta visão acaba contestando os limites de participação impostos pela política tradicional, os atores em conflitos são aqueles que detêm o poder de "decisão" e "fiscalização". Justamente

aqueles recursos e trunfos que podem ser encontrados nas organizações da sociedade civil. Assim, os vereadores, o ministério e poder público local e seus órgãos de decisão são responsabilizados em parte pela falta de planejamento e pelo crescimento desordenado da cidade;

"Então parece que o ministério público deve fazer uma ponte entre o povo e poder público, mas parece que esta ponte não está acontecendo, essa ponte está quebrada em algum lugar, nós não conseguimos chegar no poder público" (Presidente de ONG).

"[responsabilidade] ... eu acho que é do órgão público .. porque é o único fiscalizador disso ... é ele que tem os poderes para fiscalizar isso ... é o órgão público que aprova as plantas, tudo passa por eles ... eu acredito que eles não deveriam ficar lá dentro, posicionados, sentados tá ... eles deveriam aonde está feito pra ver a situação, pra eles lá eles olham no mapa ..." (Presidente de Assoc. de Bairro).

"... os vereadores são um problema ... se gasta um monte pra quê!? ... essa história de legislar, de vir com lei, o Brasil é o país que mais tem lei nesse planeta e onde as coisas menos funcionam ... se tivesse 5 ou 6 seria ótimo, pra responder pra um determinado número de associações e houvesse prioridades de como distribuir a arrecadação pública ... tem essa linha em Porto Alegre .. dessa gestão participativa deles ..." (Presidente de Assoc. de Bairro).

Como podemos ver, ao contrário da visão neo-modernizadora, não há um repensar daquelas características básicas que faziam parte de um modelo econômico distinto, especificamente aquelas relacionadas aos seus "fatores endógenos", mas o reconhecimento da sociedade civil como um novo ator social. Desse modo, se poderia argumentar que na medida em que essa visão não lida diretamente com aquelas características "endógenas" do "modelo catarinense", tão pouco ela a coloca em xeque ou mesmo provoca um repensar daquela noção. No entanto, creio que seria equivocado vê-la por esse prisma, pois ela faz um questionamento direto do "modelo democrático" que a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" de Hering supõe. Para perspectivas como de Hering, a democracia representativa e o livre comércio são condições *sine qua non* do progresso. A partir disso, podemos entender porque a autora não precisou discorrer sobre o tema da democracia direta para fazer sua defesa do "modelo catarinense de desenvolvimento". Isso ocorreu por um motivo

básico: se a região de Santa Catarina havia se tornado distinta, segundo a autora, de outras regiões do país pelo modo que se deu sua transição econômica (agrícola/industrial), por outro lado, o "modelo catarinense" apresentava um modelo de participação política generalizado e aceito amplamente, a democracia liberal a saber, que tem como característica as eleições regulares, o sufrágio universal, liberdade de consciência, o direito de candidatar-se a um cargo político e de formar associações políticas, etc. A partir dessa visão, o sistema democrático representativo estaria entre as melhores opções para as sociedades capitalistas industriais modernas, estando aí incluída a região de Santa Catarina, não por ser normativamente o melhor sistema democrático, mas por ser este modelo, dada a complexidade das sociedades modernas, o único possível. Mas será que hoje, as características da democracia representativa são suficientes para que se caracterize e se aceite como suficiente a democracia representativa que pressupõe o "modelo catarinense"?

Quanto a este ponto, podemos ser no mínimo céticos quanto à possibilidade da democracia representativa vir a dar respostas significativas para vários dilemas atuais. Hoje, a discussão sobre democracia parece ter saído do campo das possibilidades para cair no campo das necessidades, pois frente a muitos problemas aos quais se defrontam grandes cidades industrializadas, a democracia representativa pode se mostrar tão ou mais perversiva que os perigos apresentados pela democracia direta. Esta última, por outro lado, parece ser cada vez mais necessária, uma vez que as cidades se apresentam cada vez mais complexas e caóticas para serem governadas. Ou nas palavras de Giddens: "a democracia liberal, baseada em um sistema partidário eleitoral, que opera no nível do Estado-nação, não está bem equipada para atender às demandas de uma cidadania reflexiva em um mundo globalizador, e a combinação de capitalismo e democracia liberal fornece poucos meios de geração de solidariedade social" (GIDDENS, 1996).

Se aceitarmos essa análise, podemos argumentar que a visão democrático-participativa significa uma ruptura, mesmo que essa não se expresse de forma explícita e consciente pelos seus atores, em relação à noção de "modelo" de Hering. Isso porque, tal noção presumia a democracia representativa como um pré-requisito para fundamentar a sua tese de "modelo catarinense de desenvolvimento". Para esta noção a democracia representativa se apresenta como suficiente para que possamos caracterizar o desenvolvimento local enquanto um "Modelo Catarinense de Desenvolvimento". Mas hoje, do mesmo modo que ocorre um questionamento sobre a democracia representativa, para dar respostas até mesmo àqueles problemas que são apontados pela visão democrático-participativa, há por consequência um questionamento dos pressupostos político-democráticos do "modelo". Bem como mostra a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, mesmo com a ambigüidade na qual o tema se insere, hoje, de qualquer forma, parece ser necessário fazer o "desenvolvimento mais participativo".

## 9) A REPRESENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O que acabamos de ver mostra a existência de duas visões básicas que acabam criando uma certa ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento", cujas características deram forma ao que denominou-se uma visão neo-modernizadora e uma visão democrático-participativa. Ambas rompem com aspectos diferenciados do "modelo" e acabam dando uma ênfase a mudanças distintas. Porém, essa ruptura suscita alguns questionamentos. Se hoje vem ocorrendo, por um lado, a ruptura com a noção de "modelo catarinense", qual é, por outro lado, a receptividade que esses atores vêm tendo do conceito de desenvolvimento sustentável? Em outras palavras, de que forma esta idéia vem sendo incorporada na percepção dos atores sociais do mercado, do Estado e da sociedade civil? São estas questões que

iremos procurar analisar mais ao final deste trabalho. O que nós poderemos observar a seguir é que da mesma forma que ocorreu com aquelas visões de ruptura com o "modelo catarinense" há na representação do DS um processo de ancoragem e, mais especificamente, de objetivação que ocorre de forma distinta, conforme os atores entrevistados.

Por representação social nós podemos adotar a concepção de Moscovici, que a vê enquanto "um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no quotidiano, no decurso de comunicações inter-individuais. Elas são equivalentes em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença nas sociedades tradicionais, elas podem até mesmo ser vistas como uma versão contemporânea do senso-comum" (MOSCOVICI, 1985). A representação torna-se, deste modo, no reflexo de um esforço "comum" para tentar compreender as coisas ou idéias que os circundam de forma a tornar o estranho em familiar. Como escreve Moscovici;

"As representações sociais que moldamos (sobre uma teoria científica, uma nação ou um artefato) sempre refletem um esforço incessante de tornar algo não-familiar ou algo que sentimos como não-familiar em algo ordinário e imediatamente presente. Como um resultado de pequenas alterações sucessivas, o que uma vez foi remoto, agora parece próximo de nós e o que foi uma vez experimentado como abstrato, é agora concreto e quase que algo cotidiano" (MOSCOVICI, 1985, p. 12).

Para que possamos perceber uma representação, é necessário entendermos as dimensões e os respectivos aspectos que podem nos indicar a existência ou não de uma representação social. Toda representação social se gera a partir de dois processos básicos que ocorrem de forma interdependente. A estes processos Moscovici denomina processos de ancoragem e objetivação e poderemos ver a seguir.

Primeiro nos debruçemos quanto ao aspecto de ancoragem. Este processo apresenta duas dimensões: a classificação e a nomeação. Para que possamos trazer ou incorporar um objeto em nossa rede de categorias é necessário que possamos classificá-lo e para isto temos que nomeá-lo, pois como escreve Moscovici "tudo que

resta sem classificação e sem nomeação parece estranho, inexistente e até ameaçador" (MOSCOVICI, 1985, p. 15). A classificação ocorre a partir de um processo de categorização, onde ao objeto estranho ao qual nos deparamos é fornecido um protótipo que possibilita estabelecermos uma relação positiva ou negativa com o objeto em foco, ou nas palavras deste último autor, "categorizar alguém ou algo é correspondente a escolher um protótipo entre todos aqueles inseridos em nossa memória e a estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele (...)" (1985, pg. 17).

Porém, e aqui entramos em outro aspecto da ancoragem, é impossível categorizar ou classificar algo sem que possamos atribuir-lhe um nome. Nomear possibilita dar ao objeto estranho e até anônimo uma afiliação ou, em outras palavras, uma identidade. Deste modo, surgem três efeitos que são produzidos pelo processo de nomeação: a) uma vez que um nome tenha sido imputado, o objeto ou pessoa pode ser descrito e certas qualidades, intenções, etc., podem ser imputadas a ele; b) pode ser distinguido de outros objetos ou pessoas pelas suas qualidades ou imputações; c) se torna sujeito a uma convenção entre aqueles que o utilizam e dividem a mesma convenção (MOSCOVICI, 1985, p. 20). O que poderemos observar a seguir é justamente um processo diferenciado de ancoragem do DS, onde ele passa a ser nomeado de diferentes formas, ora como uma "nova idéia", ora como uma "nova concepção de modernidade", ou como um processo "harmonioso", "cíclico" e "equilibrado" de mudança.

Um primeiro aspecto a chamar a atenção em relação aos grupos entrevistados é o desnível de conhecimento sobre o tema, que ocorre entre os representantes das organizações do Estado e do mercado de um lado, e por outro, os representantes das organizações da sociedade civil. Enquanto nos primeiros a porcentagem dos que já ouviram falar no tema foi de 100% e 85% respectivamente, nas organizações da sociedade civil esse total cai para 50%, isto é, apenas a metade dos entrevistados já

ouviram falar na expressão "desenvolvimento sustentável". Isso nos mostra que, não obstante a discussão sobre o tema já perdure há um bom tempo, o termo parece sofrer de um maior desconhecimento nas organizações ligadas aos setores populares locais. No entanto, é importante notar que, embora ocorra um desnível de conhecimento com respeito ao DS, isto não irá implicar, por outro lado, na existência de uma definição consensual e homogênea do conceito entre aqueles cujo termo já é familiar. Se analisarmos os diferentes discursos iremos constatar exatamente o contrário, as definições que surgem são variadas e não parecem seguir uma linha definida que esteja relacionada com o pertencimento do entrevistado às diferentes organizações. Deste modo é possível encontrar diferentes definições que perpassam todos os atores sociais de forma aleatória. Entre essas diferentes definições que são expressas, está uma que associa ao desenvolvimento sustentável termos como cíclico, harmônico, equilibrado. O que essa percepção deixa implícita é uma desarmonia que o desenvolvimento cria em relação ao meio ambiente ou à natureza;

"... todo o processo auto-sustentável é um processo que ele é cíclico ... no sentido de preservar a base da vida ... porque a base biológica da vida é a natureza ... seria uma forma de desenvolver a economia e a sociedade, de tal forma, que a base material da vida se renovasse constantemente ... (Presidente de Partido Político).

"... é o desenvolvimento econômico e social de forma harmônica com o meio ambiente ..." (Presidente de Partido Político).

"O desenvolvimento sustentável é você conseguir ter uma sociedade que esteja em sintonia com a própria natureza ..." (Presidente de Sindicato das Indústrias).

".. seria você crescer sob todos os aspectos ... num crescimento harmonioso ..." (Sindicato de Trabalhadores).

"... é uma coisa cíclica, que tem um ciclo, que aproveita tudo ..." (Presidente de ONG).

"... quando o desenvolvimento é sustentável ele tem que acompanhar tudo .. tem que ser um capitalismo equilibrado ..." (Presidente de ONG).

"... o próprio processo de desenvolvimento realimenta a continuidade do desenvolvimento ..." (Presidente de Associação Empresarial).

"... é uma forma de promover o desenvolvimento em harmonia com a natureza, sem destruir, sem prejudicar a qualidade de vida ... inclusive, não só evitando destruir, mas procurando recuperar o que já foi destruído ..." (Presidente de Partido).

Os atributos que se buscam para expressar o caráter distinto do desenvolvimento sustentável são expressados pelas dicotomias harmonia/desarmonia, equilíbrio/desequilíbrio, cíclico/linear. O desenvolvimento sustentável seria aquele que, ao contrário do atual padrão de desenvolvimento desorganizado e desequilibrado, se mostraria harmonioso, equilibrado e cíclico. Há também outra definição que associa ao desenvolvimento sustentável o caráter de uma nova "consciência", ou especificamente de uma "consciência ecológica";

"... o desenvolvimento sustentável determina uma consciência do cidadão, eu acho que o desenvolvimento sustentável é a mesma coisa que preservação cultural" (Partido Político).

"o desenvolvimento sustentável decorre de uma percepção mais ampla do homem ..." (Partido Político).

"Para esse desenvolvimento sustentável acontecer deveria surgir da consciência da pessoa e querer fazer bem feito, não agredindo a fauna, a atmosfera onde todos possam viver ... então depende da consciência de cada um ... dos órgãos governamentais, dos trabalhadores e de toda a população ..." (Presidente de Sindicato).

"... porque para você ter um desenvolvimento sustentável ... você precisa ter uma consciência ecológica em toda a sociedade, em todas as pessoas ... e pra ter essa consciência é necessário ter uma participação e uma percepção do problema ..." (Assoc. de bairro).

Nessa definição o DS passa a significar uma nova percepção, que inclui desde uma visão mais ampla do homem até uma preocupação com a preservação cultural. Este aspecto é, com certeza, um ponto importante, pois, sabendo-se que o consumo dos países mais ricos do planeta não poderá efetivamente ser generalizável, com certeza, o desenvolvimento sustentável acabará por implicar numa nova "ética do consumo", isto é, numa nova concepção de felicidade e de realização pessoal. É claro que isto, até o momento, parece ser algo impensável, principalmente quando verificamos que na sociedade atual o que permanece é o "ethos consumista", onde a aquisição material indefinida se tornou o símbolo de liberdade e de poder. Mas o termo "consciência" ou "consciência ecológica" pode também implicar numa visão por demais romântica, acreditando-se na possibilidade de atingir uma mesma percepção do



que seria o "ecologicamente correto". Vimos nesse capítulo, de modo breve, pelo menos três formas diferentes que procuram dar respostas, mesmo que sejam estas, até o momento, parciais, para a incógnita da transição e que, por consequência, poderiam vir a significar três formas de uma "consciência ecológica".

Há outra definição que vê o DS como um "projeto", um "conceito", ou ainda uma nova "concepção de modernidade". Ele é, nesse caso, algo ainda não concretizado, é algo a ser apreendido, a ser pensado regionalmente:

"... é uma expressão complexa ... é uma expressão complexa e sofisticada pra dizer que, de repente, o homem descobriu que mora num planeta ... uma que não é um conceito novo ... é novo para esses moderninhos, que entenderam que essas coisas são assim ... mas a natureza é assim ... a natureza é sustentável ... ela é que tem esse conceito de desenvolvimento sustentável ... [países ricos] primeiro eles destruíram, através do crescimento, o seu habitat ... e daí surgiu essa concepção de modernidade, essa tal expressão de modernidade, que tá na boca de meia dúzia, inclusive da nossa ..." (Partido Político).

"... auto-sustentável seria um projeto em que digamos em que o poder público municipal seja parceiro ..." (Partido Político)

"... é um desenvolvimento que nós vamos ter que aprender como fazer ... eu vejo uma grande diferença ..." (Assoc. Empresarial).

"... são idéias novas, se é que está sendo implantado, é porque vai ser implantado ..." (Assoc. de Bairro).

"... pra Blumenau fica difícil de colocar ... de como te colocar em palavras .. de como seria isso na realidade ... é que é uma coisa nova ... o desenvolvimento sustentável teria um rumo ... seria um ponto de partida ... (Sindicato de Trabalhadores).

Nessa definição, como podemos ver, o desenvolvimento sustentável aparece como um "conceito", "projeto" ou até como uma "nova concepção de modernidade". Às vezes, visto com ressalva e com uma certa cautela, se argumentando que "... não é um conceito novo ... é novo para esses moderninhos que entenderam que essas coisas são assim". Ou, por vezes, visto num tom de certa perplexidade, pois se torna difícil ver como "... seria isso na realidade". Para além destas definições que se mantêm num campo bastante abstrato, onde categorias como harmonia, equilíbrio, consciência e projeto não parecem encontrar uma contrapartida na realidade fatural, existem as

definições que procuram definir o termo de forma prática e por vezes ligadas à aspectos nomeadamente económicos da realidade local;

"... nós temos hoje na área rural o desenvolvimento sustentável ... o cidadão ... ele passa a conviver com aquele ecossistema ... sem destruí-lo ou alterá-lo ... na questão da cidade .. o desenvolvimento passa a ser a adoção de medidas em toda linha de produção, sem com que isto agrida o meio ambiente ..." (Partido Político).

"... seria a solução para uma economia local e regionalizada ... porque hoje você depende em tudo de centros maiores ... nós teremos aqui uma atividade auto-sustentada ... seria a prestação de atividades que elas não teriam um cunho de comércio além das fronteiras do município ..." (Partido Político).

"... esse tipo de desenvolvimento requer capitais suficientes para que o conjunto da sociedade esteja em condições de se auto-sustentar ... então no meu entender ... é que ele em grande parte é feito com o capital necessário para se manter ..." (Partido Político).

"... na agricultura é hoje o agricultor que consegue se manter lá, com os seus próprios recursos, diversificando as suas atividades ..." (Sindicato dos Trabalhadores).

".. é você ter uma agroindústria, você tem uma indústria que interage com a própria natureza ..." (Sindicato Empresarial)

"... é que toda iniciativa que se gera, que tudo o que vá ser implantado, seja feita de tal forma que não fique dependendo, né" (Assoc. de Bairro).

"... que você efetivamente ter uma política de desenvolvimento económico que respeite o meio ambiente ... tipo um reflorestamento" (Assoc. de Bairro).

Essas últimas definições são particularmente distintas das definições anteriores. Nelas podemos verificar que o DS encontra uma contrapartida na realidade, em fatos e ações. Nesse caso, aquela nova "idéia", "conceito" sai do campo abstrato e consegue encontrar uma contrapartida concreta. Não é apenas algo a ser apreendido, já aparece em alguns casos como se estivesse sendo realizado. Esse aspecto se aproxima em muito e nos dá sinais de dois processos de objetivação que poderemos ver a seguir.

### 9.1) AS IMAGENS DE UMA "NOVA IDÉIA"

De forma sucinta, objetivar segundo Moscovici, significa fazer equivaler o conceito com uma imagem, isto significa dar uma imagem concreta àquilo que antes era apenas uma abstração. Assim por exemplo, às idéias de "cíclico" ou do DS enquanto uma "nova consciência" são associadas e encontradas imagens que

possibilitam preencher e dar concretude àquilo que antes era somente uma palavra, ou uma abstração. Se aquelas categorias associadas ao DS eram apenas algo que se mantinha num nível abstrato, agora a elas é dada uma imagem, eliminado-se aí, a diferença entre abstrato e concreto. Nesse processo, segundo Moscovici, "atinge-se um ponto onde a diferença entre a imagem e a realidade é eliminada. A reprodução do conceito perde seu valor enquanto símbolo".

Se o processo de ancoragem ocorreu de certa forma aleatória, onde grande parte dos atores viu o DS como uma "nova consciência", como um processo "cíclico", "harmonioso", "equilibrado", por outro lado não ocorre um mesmo processo de objetivação, isto é, nós podemos dizer que a diferença entre a imagem e a realidade não é eliminada de forma semelhante entre os atores entrevistados. Nós temos assim uma visão onde o desenvolvimento sustentável parece estar próximo da realidade local e uma outra que o vê de forma mais distante e difícil de ser visualizado na região.

Na primeira visão, as características do "modelo catarinense" parecem se coadunar com o desenvolvimento sustentável, nesse caso ele já estaria ocorrendo ou a caminho;

"[DS em Blumenau] ... tá em curso sim, tá em curso ... hoje em Blumenau nós temos uma série de medidas sendo formadas no sentido de que se diminua o impacto do desenvolvimento ... já há uma visão clara pra isso ... as empresas instaladas estão em fase de se adequarem ao sistema com medidas de preservação e de desenvolvimento sustentável ..." (Presidente de Partido).

"... na região do Vale do Itajaí ... eu acredito que é uma região que está caminhando pra um tipo de sustentação..." (Presidente de Assoc. Empresarial).

"... Blumenau e o Vale do Itajaí sempre trabalharam nessa perspectiva do desenvolvimento auto-sustentável ... no sentido de manter a base natural em desenvolvimento, sem desgastes, sem grandes alterações ..." (Técnico do Governo).

"... eu acredito na pujança do empresário blumenauense .. ele está preocupado com isto ... está tomando as decisões só que, às vezes, são alternativas caras ... mas já está acontecendo muita coisa ..." (Sindicato das Inds. ).

"... os empresários vão caminhar porque se ganha dinheiro cuidando da ecologia ... eles são pragmáticos ... eles querem ganhar dinheiro ... é que dá pra ganhar dinheiro mesmo ... e têm centenas de exemplos e não só na nossa região, mas em outros lugares em SC, que a gente pode demonstrar isso ...

não tenha dúvida de que a tecnologia e ciência e a ambição de ganhar dinheiro da classe empresarial vão solucionar os problemas ecológicos que nós temos visto por aí .. tecnologia e dinheiro". (Assoc. Empresarial)

O fato de se ver na região que foi a síntese do "modelo catarinense de desenvolvimento" como sendo agora um exemplo da realização do DS só ocorre porque é possível, nesta visão, encontrar aí fatos e imagens que se compatibilizam com as definições que foram dadas ao desenvolvimento sustentável. Deste modo, a definição do DS enquanto uma "nova consciência", encontra-se numa "consciência regional" ou mesmo numa "consciência empresarial" ou, na visão do DS enquanto um desenvolvimento "equilibrado", encontra-se para tal definição, a imagem no tamanho das "cidades pólos". Uma amostra daquela consciência estaria sendo visualizada pelas iniciativas de empresários na adoção de novos equipamentos ou no trabalho de arborização e de jardins de algumas empresas. Isso irá fazer de certa forma, com que a percepção em relação ao conflito entre crescimento econômico e meio ambiente ocorra de forma muito mais amena. De modo que a região apresente cidades relativamente pequenas e uma "consciência ecológica" a "tendência de Blumenau é de se equilibrar muito rapidamente" ou estando Santa Catarina como o "melhor estado na linha do desenvolvimento sustentável". Isso pode ser visto quando os atores entrevistados são indagados a respeito da existência ou não de um conflito entre crescimento econômico e meio ambiente na região:

"... Santa Catarina é um ... eu diria que é o melhor Estado do país ... em termos dessa linha de desenvolvimento sustentável ... porque veja bem nós não temos grandes cidades .. temos áreas por pólos ... pólo têxtil ... pólo metal-mecânico ... e é tudo com cidades pequenas ... se você não tem cidades com um milhão de habitantes .. isso é uma beleza ..." (Sindicato das Ind.).

"[problemas ambientais] ... nossos problemas hoje são bem menores e existe em Blumenau uma consciência ambiental muito grande ... a tendência de Blumenau é de se equilibrar muito rapidamente ao meio ambiente ... nós não temos só uma consciência ecológica ... não só de poluição de rios e de matas ... e desmatamentos ... mas nós temos uma consciência da nossa expansão demográfica, dos nossos limites ..." (Assoc. micro-empresários).

"... eu conheço os empresários daqui e eles têm essa visão ... de não destruir, de investir seu capital na própria empresa, ter o seu espaço verde ... por

exemplo a Hering, cada empresa deles procura ajustar a arborização, os jardins" (Sindicato das Inds.).

"[conflito entre crescimento e meio ambiente] ... não concordo ... porque hoje temos um crescimento cada vez mais acelerado e uma preocupação cada vez maior com a manutenção e das condições ambientais" (Sind. de Inds.).

"[empresas] ... hoje já estão mais compatíveis, elas já foram mais agressivas, elas já foram mais contraditórias ... até porque os equipamentos que tu consegues hoje, no mercado, eles já são mais elaborados no sentido de preservação ..." (Presidente de Partido).

Se o conflito existente entre crescimento econômico e meio ambiente pode ser atenuado tendo em vista a "consciência ecológica regional", por outro lado ele é provocado pelo próprio meio ambiente. Não é o crescimento econômico que agride o meio ambiente local, mas a geografia da região que se apresenta "morfologicamente inadequada";

"... é claro que há ... porque a cidade de Blumenau está assentada numa região morfologicamente inadequada, logo o cidadão fica em dúvida se ele corta o morro para botar a fábrica dele, ou se ele coloca a fábrica dentro da água ..." (Presidente de partido).

"[conflito cres. econ. e meio amb.] .. existe ... em consequência da própria geografia ... ela tem dificuldade de grandes áreas que sejam propícias para o aproveitamento das indústrias ... isso evidentemente poderia ser um fator negativo para o aspecto econômico ..." (Presidente de Partido)

Se muitas dessas mudanças ocorridas na região são vistas como o reflexo de uma consciência ecológica, para outros, elas são vistas com uma certa ressalva. Deste modo, elas são vistas não como o reflexo de uma "consciência" mas de uma "necessidade" ou mesmo de uma "imposição" pelo mercado internacional e, nesse caso, elas apenas esboçam uma alternativa superficial dos problemas, não ocorrendo conforme um depoimento "... uma discussão com a preocupação que o tema exige". Nesse caso o DS não parece estar próximo e nem mesmo sendo pensado na região;

"... esta idéia ainda não está sendo pensada aqui ... o que os empresários têm feito no meu modo de ver é se limitarem a um selo de controle de qualidade que é uma imposição dos importadores europeus ... não tem sido feita essa discussão com a preocupação que o tema exige ... porque esse modelo atual, ele não prevê a exploração dos recursos ... e os recursos naturais são esgotáveis ... eles têm um fim ... então eu só vejo a possibilidade de construir o DS a partir do envolvimento do poder público e da sociedade civil .. exigindo mudanças na produção". (Assoc. de Bairro).

"... agora jamais ele vai fazer um desenvolvimento sustentável .. o empresariado sequer faz aquele tratamento de afluentes industrial que corre no nariz dele ..." (Presid. de Partido Político).

"[em relação ao empresariado] ... esse acatamento se deu porque eles ficaram acuados, eles se sentiram forçados a aceitar, não foi uma coisa de boa vontade, foi uma coisa imposta ... até tem esses lances de selo, de Mercosul que eles têm que se enquadrar, até por força do mercado ... às vezes, é uma pressão internacional, que muitas vezes é válida ..." (Presidente de Partido Político).

"... é uma coisa que está muito no meio acadêmico e que não está sendo divulgada ... porque não tem havido uma discussão ... se você tem um projeto você tem que discutir ele ..." (Sind. de Trab.)

Pode-se ver por estes argumentos, que o DS enquanto uma "nova consciência" não parece encontrar um respaldo na realidade local. As mudanças que para a visão anterior, eram o reflexo de uma "consciência empresarial", são aqui vistas enquanto o resultado de uma "imposição dos importadores" ou pela "força do mercado". Em vista disto, os fatos e imagens que se procuram associar ao DS não parecem se encontrar na região, mas em iniciativas dispersas de outras regiões,

"... no caso do manejo sustentável sabe-se que no Mato Grosso isso tá acontecendo, aqui já é inviável, até porque não tem uma grande área de floresta para fazer este tipo de coisa, mas lá acontece (...) talvez na Europa exista, com cidades mais desenvolvidas, mas aqui no Brasil não tem condições ... pelo menos na Europa ... o governo vai e determina quais as árvores que vão ser derrubadas (...) então é uma idéia de sustentação de perenidade destas florestas" (Presidente de ONG).

"... olha eu sei de uma experiência que tem lá na Finlândia ... isso é lá na Finlândia ... parece que em São Paulo tem outra experiência .. uma comunidade isolada ..." (Presidente de Partido).

"Tem em Rancho Queimado aquela ... agricultura orgânica .... mas evidentemente no Brasil deve existir alguma sociedade ... têm algumas cidades no interior de São Paulo, acredito que alguns bons exemplos". (Presidente de ONG).

É possível verificar aqui como a imagem do DS se liga em grande parte à processos que estariam vinculados diretamente com o meio ambiente, daí sendo lembradas práticas de reflorestamento na Europa ou no Mato Grosso ou práticas de agricultura orgânica, pois, como argumentou um ator entrevistado, "industrialmente falando de manejo sustentável .. não sei dizer".

Por estes motivos as aproximações desta visão com a visão democrático-participativa parecem ficar evidentes e lembra também, o que denominamos como vertente comunitária do DS. A ênfase está na possibilidade da sociedade civil vir a se tornar um ator social reconhecidamente legítimo para a consecução do desenvolvimento local. Na vertente comunitária do DS, o que se realça é o papel preponderante a ser desempenhado pelas organizações da sociedade civil, tão ou mais importante que o do Estado e o do mercado, na consecução e decisão de projetos de desenvolvimento e na aquisição de uma capacidade política de forma a negociar com o poder de elites econômicas. Do mesmo modo, para esta representação do DS, a atuação da sociedade civil, decidindo e até mesmo planejando, nos projetos relacionados com o meio ambiente e a cidade parece ser um requisito básico para o desenvolvimento sustentável,

"não há respeito ao meio ambiente ... não se discute com a sociedade civil ... as atitudes que se vai tomar com relação aos problemas pertinentes ao meio ambiente ... então não há um desenvolvimento sustentável (...) esse grupo técnico tem que tá entrosado com a comunidade, aliás, a comunidade pode indicar determinados técnicos né, para fazer determinadas coisas, e tudo tem que ser discutido com a comunidade ... dessa maneira a gente caminha para isso [se referindo ao DS] ... não que vai conseguir isso ... mas a gente vai caminhar pra isso" (Presidente de ONG).

"... existem algumas cidades que têm usado uma prática mais democrática e fortalecendo a sociedade civil ... e isso é o início ... e isso faz parte ... porque, para você ter um desenvolvimento sustentável, você precisa ter uma consciência ecológica em todas as pessoas ... e para ter essa consciência é necessário ter participação e uma percepção do problema" (Assoc. de Bairro).

"... essa nova visão de administrar que pode levar para o autodesenvolvimento ... não pode ser esse tipo de administração que tinha aí ... aquele modelo que tinha aí, uma ação entre amigos ... as associações vão ter um papel muito importante porque ... além dela representar o contentamento ou descontentamento da comunidade, ela passa a ser um caminho onde o poder público passa a analisar as ações que estão executando ... é por isso que tem que mudar a visão política da coisa" (Assoc. de Bairro).

Se por um lado nós podemos encontrar essa versão democrático-participativa do desenvolvimento sustentável e que faz lembrar a vertente comunitária que vimos neste capítulo sobre o tema, também podemos encontrar sua versão neo-

modernizadora, onde o que ganha importância são as mudanças de ordem econômica, incluindo-se aí uma diversificação econômica na região, mudanças nas linhas de produção, adoção de equipamentos e possibilidade de surgimento de um "produto ecológico" e o "consumidor ecológico",

"... e aí nós vamos entrar naquela ISO-9000-14 que estabelece o produto ecologicamente qualificado ... produtos biodegradáveis ... em determinadas áreas têxteis não se usa mais corantes, não se usa mais os produtos de química pesada, né, metais pesados ... toda essa questão de tratamento de efluentes ... os administradores passam a gerar seu produto também visando o desenvolvimento sustentado, que o produto que está sendo produzido não tem mais aquele padrão de dez a quinze anos atrás" (Presidente de Partido Político).

"... esse seria o entendimento do desenvolvimento sustentável .. na área do tratamento de efluentes líquidos das indústrias têxteis ... " (Assoc. Empresarial).

"... hoje existe uma consciência maior ... muito maior ... o pessoal se toca de que não vai consumir tal produto ... porque é um produto que não tem o selo verde ... não é um produto ecologicamente correto ... quando você criar essa massa crítica de consumidores que vão exigir isso ... quando houver essa consciência ... eu acho que é por aí ... " (Sindicato das Inds.)

"... as indústrias têm um grande aparato de tratamento de efluentes, existe uma consciência do tratamento da poluição de um modo geral ... " (Assoc. micro-empresarial).

Há mudanças que são enfatizadas e que dizem respeito a uma diversificação econômica da região, onde as possibilidades de uma região metropolitana e de turismo se tornam compatíveis com o DS. Assim parece que as possibilidades de uma agricultura na região, o que não significa que se reduza a ela, e, embora não se especifique a que tipo de agricultura está se mencionando, se aproxima em muito aos requerimentos do DS para a região,

"... DS é que você desenvolvesse um determinado tipo de produção na área urbana, ela pode estar na área rural ... pra você ter os insumos de reprodução da força de trabalho no lugar ... essa produção ortigrangeira ... poderia ser desenvolvida aqui ... você poderia ter uma produção rural aqui, que abasteça toda a cidade ... você não precisa importar de São Paulo, importar de Curitiba ... dá pra você fazer a agricultura ... " (Técnico Governamental).

"... os recursos que a gente pudesse desenvolver na própria cidade não é ... [Blumenau] ... tá mais vocacionado para o turismo ... " (Partido Político).

"... o que nós chamamos de região metropolitana ... ou interesses comuns no Vale do Itajaí, de Rio do Sul a Itapema, é uma visão muito ampla ... seria



modernizadora, onde o que ganha importância são as mudanças de ordem econômica, incluindo-se aí uma diversificação econômica na região, mudanças nas linhas de produção, adoção de equipamentos e possibilidade de surgimento de um "produto ecológico" e o "consumidor ecológico",

"... e aí nós vamos entrar naquela ISO-9000-14 que estabelece o produto ecologicamente qualificado ... produtos biodegradáveis ... em determinadas áreas têxteis não se usa mais corantes, não se usa mais os produtos de química pesada, né, metais pesados ... toda essa questão de tratamento de efluentes ... os administradores passam a gerar seu produto também visando o desenvolvimento sustentado, que o produto que está sendo produzido não tem mais aquele padrão de dez a quinze anos atrás" (Presidente de Partido Político).

"... esse seria o entendimento do desenvolvimento sustentável .. na área do tratamento de efluentes líquidos das indústrias têxteis ... " (Assoc. Empresarial).

"... hoje existe uma consciência maior ... muito maior ... o pessoal se toca de que não vai consumir tal produto ... porque é um produto que não tem o selo verde ... não é um produto ecologicamente correto ... quando você criar essa massa crítica de consumidores que vão exigir isso ... quando houver essa consciência ... eu acho que é por aí ... " (Sindicato das Inds.)

"... as indústrias têm um grande aparato de tratamento de efluentes, existe uma consciência do tratamento da poluição de um modo geral ... " (Assoc. micro- empresarial).

Há mudanças que são enfatizadas e que dizem respeito a uma diversificação econômica da região, onde as possibilidades de uma região metropolitana e de turismo se tornam compatíveis com o DS. Assim parece que as possibilidades de uma agricultura na região, o que não significa que se reduza a ela, e, embora não se especifique a que tipo de agricultura está se mencionando, se aproxima em muito aos requerimentos do DS para a região,

"... DS é que você desenvolvesse um determinado tipo de produção na área urbana, ela pode estar na área rural ... pra você ter os insumos de reprodução da força de trabalho no lugar ... essa produção ortigrangeira ... poderia ser desenvolvida aqui ... você poderia ter uma produção rural aqui, que abasteça toda a cidade ... você não precisa importar de São Paulo, importar de Curitiba ... dá pra você fazer a agricultura ... " (Técnico Governamental).

"... os recursos que a gente pudesse desenvolver na própria cidade não é ... [Blumenau] ... tá mais vocacionado para o turismo ... " (Partido Político).

"... o que nós chamamos de região metropolitana ... ou interesses comuns no Vale do Itajaí, de Rio do Sul a Itapema, é uma visão muito ampla ... seria

buscar recursos fora ... porque não tem recursos pra alguém regional investir ...você vai buscar fora ... seria a solução para uma economia local e regionalizada" (Presidente de Partido).

"... Blumenau tem todas as condições pra começar com essas mudanças, inclusive por exemplo, desprezando o segmento têxtil e apelando para o segmento do turismo" (Presidente de ONG).

A partir destas visões, podemos ver como a ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" não leva imediatamente a uma representação homogênea do desenvolvimento sustentável. Muito pelo contrário, a diferença de ruptura que ocorre com aquela noção acaba por se refletir numa representação distinta e que parece incidir de forma diferenciada entre os atores do mercado, do Estado e da sociedade civil. Desta forma, se para uma representação o DS acaba sendo definido de forma aleatória como uma "nova consciência", como um processo "cíclico", "equilibrado", "harmonioso", por outro lado, as imagens que se associam a estas categorias se afastam ou se aproximam da realidade local conforme os entrevistados. Haveria uma perspectiva caracteristicamente otimista. Segundo essa representação, muitas das transformações locais já seriam o sinal de um DS a caminho, ele já estaria em curso, pois já se poderia visualizar os requisitos necessários como o tamanho das cidades (sinal de equilíbrio), a consciência das empresas e empresários locais (consciência ecológica) e o tratamento de efluentes (harmonioso). Para a outra representação que parece incidir mais nos atores da sociedade civil (ONG's, assoc. de bairro) e do Estado (partidos políticos), o DS parece ser algo estranho para a cidade e aquelas mudanças que para a primeira visão eram o reflexo de uma "consciência ecológica", são para esta o sinal de uma imposição das leis do mercado. Nesse caso, os exemplos que são apontados não parecem estar na região, mas alhures. São aqueles locais onde são encontradas práticas como o reflorestamento ou uma agricultura orgânica e que tornam possível assim, ancorar as definições do DS enquanto um processo "cíclico", por exemplo.

A partir daí é possível ver o vínculo que estas representações criam tanto com a visão neo-modernizadora e a visão democrático-participativa. No que diz respeito a esta última, a relação se estabelece na medida em que, para o desenvolvimento sustentável, a participação da sociedade civil que se expressa na possibilidade destas organizações virem a decidir sobre os recursos públicos locais, parece ser uma condição para que o DS possa se tornar pelo menos um ponto de partida. Para a primeira, as mudanças que são enfatizadas são justamente aquelas que se reduzem, de um lado, à "modernização ecológica" das indústrias já estabelecidas, e de outro, a procura de uma alternativa econômica, frente ao perfil industrial local. As semelhanças com os objetivos de "racionalização" das indústrias já instaladas e das possibilidades de um novo crescimento econômico para a região da visão neo-modernizadora são evidentes.

Essas representações mostram a ambigüidade que pode surgir em relação a um mesmo objeto em foco. No nosso caso, o desenvolvimento sustentável. Se para alguns, este é ainda, até o momento, uma "utopia", um "projeto", para outros, ele já vem se tornando uma realidade. A análise da representação social do DS mostra justamente o caráter multidimensional que compõe o conceito, as diferentes imagens que se criam ao seu redor. É difícil estabelecer quais destas visões irão se estabelecer ou a qual delas o DS sustentável irá representar. Será o DS apenas mais um conceito, ou será ele uma nova concepção de modernidade? Será que as mudanças já implementadas são suficientes para que possamos afirmar que uma região como Blumenau esteja se tornando sustentável? Não se pretende tirar destas questões respostas rápidas, apenas procurar-se-á contrapor-las com algumas das análises que foram feitas ao longo deste capítulo. E sabemos que uma resposta imediata a estas questões seria no mínimo perigosa, pois, mesmo porque, num mundo globalizado, as respostas locais sempre serão, de certa forma, parciais.

## CONCLUSÕES

Ao término deste trabalho algo parece ficar evidente, as questões e interpretações que surgem em torno do tema do "desenvolvimento" são hoje amplas e complexas e tornam precipitada qualquer tentativa de simplificação da questão. O que se intentou fazer foi trazer alguns esclarecimentos a respeito, sem que isto implique na resposta a todas as perguntas que o tema suscita. De forma mais circunscrita, se procurou demonstrar a forma pela qual vêm ocorrendo a ruptura e reformulação daquela noção tão cara à época moderna.

Deste ponto de partida e dos objetivos que lhe foram traçados podemos tirar as seguintes conclusões. A primeira delas se refere à ruptura que o tema dos limites da sustentabilidade global implicam para os enfoques que antecederam à discussão. Antes dela tivemos a possibilidade de verificar que as visões que se gestaram sobre o "desenvolvimento nacional" e, mais especificamente, em relação ao "desenvolvimento catarinense", tomaram a forma de um movimento pendular. Nas análises que tiveram como foco o país diretamente, o endogenismo/exogenismo deram forma à discussão sobre as possibilidades do "desenvolvimento nacional" e das razões do "subdesenvolvimento nacional". De forma a fornecer um breve resumo destas visões ver quadro 1 a seguir:

*Quadro 1 : Diferentes visões em relação ao Desenvolvimento no Brasil*

	<i>Obstáculos para o "Desenvolvimento"</i>	<i>Mudança Privilegiada</i>	<i>Agentes</i>
<i>Nacional-Desenvolvimentismo</i>	<p>a) Limites endógenos ao Estado-Nação</p> <p>b) Limites de crescimento econômico colocados pela estrutura econômica (modelo agro-exportador).</p>	a) Criação de uma economia industrial	<p>a) Estado empreendedor</p> <p>b) Agentes secundários (empresário Industrial e classe trabalhadora)</p>
<i>Escola da dependência</i>	<p>a) Limites exógenos ao Estado-Nação</p> <p>b) Limites de crescimento colocados pela estrutura de relações capitalistas (relações de dependência e exploração entre centros e periferia)</p>	a) Desligamento das relações entre nações capitalistas	a) Dados, <i>a priori</i> , pela teoria (classe operária)

No endogenismo que caracterizou o Nacional-desenvolvimentismo, no qual englobava grupos dos mais heterogêneos, desde o PCB até a Escola Superior de Guerra, os "limites do desenvolvimento" nacional eram, em sua grande parte, internos (economia agro-exportadora). Deste modo, acreditava-se que, uma vez superados estes limites internos, o desenvolvimento se daria de forma espontânea. Enquanto que para a direita talvez nos aproximávamos ao "fim da história", para a esquerda teríamos saltado mais uma etapa no processo evolutivo humano. De qualquer forma, se acreditava que com um capitalismo industrial e nacional, o país tomaria o mesmo rumo dos "países desenvolvidos" e o "subdesenvolvimento" se colocava mais como resultado da ausência de uma economia industrial capitalista no país.

No caso do exogenismo que caracterizou o pensamento da Escola da Dependência, o "subdesenvolvimento nacional" não se dava pela ausência de um capitalismo nacional, mas justamente por razões de sua presença, só que agora, na forma de um capitalismo internacional. A ênfase da análise não estava nas possibilidades de um "capitalismo nacional", mesmo porque, em princípio, para a teoria dependetista o capitalismo era inerentemente internacional. Desta forma, a análise se centralizava nos determinantes da situação de "subdesenvolvimento", o que fez com que alguns a chamassem de uma abordagem do "subdesenvolvimento". Os "limites do desenvolvimento" não se encontravam dentro dos "países periféricos" ou "semi-periféricos", mas no poder do capital monopolista externo, e, mais especificamente, nas relações de exploração e dependência que surgiam entre "centro" e "periferias", acarretando o que os autores Friberg e Hettne denominaram de exogenismo do enfoque da dependência - as grandes razões do nosso subdesenvolvimento estavam fora do país.

Como se pode ver, esse movimento pendular entre endogenismo e exogenismo se reproduziu com pequenas diferenças para os enfoques que tiveram a região de Santa Catarina como campo de análise, adquirindo estas visões um perfil mais caracteristicamente histórico. Isso porque, a industrialização já era um fato notório quando se deu a realização dos trabalhos tanto do CEAG/SC como de Hering. Enquanto que, ao final da primeira metade deste século, a industrialização se apresentava como um desafio, pois até aquele momento a economia brasileira era caracteristicamente agrícola, para as análises que se debruçaram sobre o desenvolvimento catarinense, a industrialização no Estado já havia se concretizado, bastava-se saber o modo pelo qual esta havia se realizado. Para uma percepção sucinta destas visões, ver o quadro 2 a seguir:

*Quadro 2 : As diferentes visões em relação ao "desenvolvimento catarinense"*

	<i>As diferentes visões do "Desenvolvimento Catarinense"</i>	<i>Mudança ocorrida</i>	<i>Agentes</i>
<i>CEAG/SC</i>	a) Desenvolvimento periférico e dependente	a) Limites ao crescimento regional, devido à estrutura de relações entre "centros e periferias internas"  b) Industrialização condicionada pelos grandes centros econômicos	a) Dados <i>a priori</i> pela teoria (teoria da dependência)
<i>"MODELO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO" (HERING)</i>	a) Desenvolvimento endógeno e independente	a) Superação dos limites colocados pela produção agrícola de subsistência (idéia implícita de um crescimento "sem limites").  b) Industrialização desencadeada por fatores internos.	a) Empresário empreendedor

A discussão sobre os "limites" do desenvolvimento catarinense se fez de forma mais sutil e sinuosa, contrapondo-se entre um "desenvolvimento endógeno" e um "desenvolvimento dependente". Para o CEAG/SC o desenvolvimento regional encontrava seus limites nos processos de "subsaturização" criada pela expansão capitalista, dando forma a um desenvolvimento dependente e periférico da indústria regional. Para Hering, ocorria exatamente o contrário, se esboçava na região um "Modelo Catarinense de Desenvolvimento" que havia surgido a partir de seus "fatores endógenos". O desenvolvimento apresentava um perfil independente e seus "limites"

já haviam sido superados pela nova economia industrial, desencadeada pelo "espírito empreendedor" do imigrante, principalmente alemão. A superação da economia agrícola de subsistência significava assim a superação dos "limites" que a estrutura econômica agrícola colocava para a região e surgindo com a industrialização a possibilidade de um crescimento, que agora se tornara "sem limites".

Apesar que o tema dos "limites" se apresente aparentemente como um tema antigo, a sua discussão sob o slogan do Desenvolvimento Sustentável, na forma dos limites da sustentabilidade global explicita sérias deficiências dos enfoques analisados no primeiro capítulo, indo desde o Nacional-Desenvolvimentismo até o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Impõe sérios obstáculos para qualquer visão que circunscreveu o "desenvolvimento" a determinadas partes do globo, sejam estas Estados-Nação ou regiões como Santa Catarina. Independente de quanto o tema dos "limites" se apresente como novidade, o que para muitos não o é, ele nos lembra, de qualquer forma, frente ao esquecimento das visões anteriores, do quanto pode ser perigosa a idéia de um "crescimento sem limites". Na análise que faz Castoriadis do termo desenvolvimento, ele nos lembra que o significado do termo na era moderna sempre aludiu ao abandono de qualquer estado definido, fazendo conseqüentemente que os limites significassem e tomassem a forma de um valor negativo, devendo ser ultrapassados a todo custo. Na discussão sobre o DS, pelo menos na posição de alguns autores como Giddens, Sachs e outros, o crescimento da produção material não pode carecer de "limites", sendo que teremos que, de uma forma ou de outra, estabelecê-los. Para alguns a resposta a este dilema estaria no surgimento de uma economia estacionária, cuja J. E. Mill já havia mencionado ao se perguntar sobre até que ponto pode ir o progresso industrial da sociedade. No entanto, e sem querer entrar nos méritos da conclusão de Mill, foi possível verificar às divergências quanto as possibilidades de um "crescimento sem limites" na própria discussão sobre o



Desenvolvimento Sustentável e que coloca o conceito dentro de um panorama de diferentes posições.

O tema dos limites da sustentabilidade global demonstra, de qualquer forma, que não é possível reduzir o tema dos "limites do desenvolvimento" a uma região específica, seja ela qual for. Como vimos, o tema dos limites não pode ser desvinculado de uma visão global, dos limites globais de sustentabilidade. Um fenômeno como a destruição da camada de ozônio pode trazer efeitos perversos a todos, mesmo que todas as regiões do planeta podem estar contribuindo de forma diferencial para o problema. A questão de se saber o quanto cada país pode poluir e quanto seria o valor dos direitos de poluição diferenciais parece ainda estar longe de sabermos. Permanecemos assim, sem saber o quanto somos "sustentáveis", ou pior, o quanto somos "insustentáveis", pois, a sustentabilidade global permanece até hoje ainda como uma incógnita. De qualquer maneira, fica explícita a necessidade hoje de reformularmos a nossa percepção do que vemos denominando como "desenvolvimento". Por este motivo, aliamos a esse debate teórico sobre o tema, uma análise da representação social do desenvolvimento, atualmente em alguns atores do mercado, do Estado e da Sociedade Civil. Assim, procuramos verificar a possível ruptura e reformulação que poderia estar ocorrendo com relação à noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" que, como vimos, se apresenta enquanto uma visão equivocada do desenvolvimento.

Foi possível observar dois diferentes discursos que se constroem e que rompem com a noção de "modelo catarinense", cujos pontos principais podem ser vistos no quadro 3 a seguir:

**Quadro 3 : A ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento"**

	<i>Visão neo-modernizadora</i>	<i>Visão Democrático-participativa</i>
<i>Argumento</i>	a)Esgotamento do "modelo catarinense" (limites de recursos internos da região).	a)Ruptura com o "modelo catarinense" (limites de participação).
<i>RUPTURA</i>	a) Insuficiência da base de recursos locais; b)Impossibilidade de intensificar um crescimento físico a longo prazo (expansão industrial); c) Insuficiência da capacidade do empresário catarinense regional para implementar a mudança (relevância do capital estrangeiro).	a)Participação democrática restritiva; (democracia representativa) b) Influência das elites econômicas na gestão das políticas locais.
<i>REFORMULAÇÃO</i>	a) "Racionalização" dos setores tradicionais; b) Término de um "crescimento físico". Intensificação do crescimento do setor de serviços; c) Integração das cidade pólos e melhoramento da qualidade de vida para propiciar um novo crescimento.	a)Participação democrática direta; b)Participação em órgão de decisão e planejamento do governo;
<i>AGENTES</i>	a) Empresário empreendedor; b)Capital estrangeiro.	a) Associações da sociedade civil participando na decisão e planejamento do desenvolvimetno local.
<i>DS NA REGIÃO</i>	Visão positiva: a) SC e Blumenau como reflexos do DS ("estão a caminho"); b)Existência de uma "consciência ecológica" (mudanças tecnológicas nas empresas); c) Equilíbrio populacional das cidades pólos.	Visão negativa: a)DS como estranho para a região (idéia não pensada na região) b)alterações tecnológicas como resultado de imposição do mercado; c)Despreocupação com o tema; d)Sem participação das associações com respeito às mudanças no meio ambiente local.

A ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento" se faz de forma diferenciada, seguindo a demarcação dos atores, sendo que a visão que caracterizamos como visão neo-modernizadora predomina em grande parte na visão das organizações do mercado e do Estado (empresários, partidos políticos,

organizações empresariais) e a visão democrático-participativa em organizações da sociedade civil, e, em menor escala, partidos políticos. Ambas fazem uma ruptura e reformulação diferenciada da noção de "modelo catarinense de desenvolvimento". A visão neo-modernizadora se constrói sob o tema do "esgotamento do modelo" e faz a partir daí uma série de requestionamentos de algumas categorias-chaves daquela noção, onde entram a questão dos recursos locais de investimento que propiciaram a "base do modelo", o caráter "empreendedor" do empresário catarinense, o perfil de "auto-suficiência" das cidades pólos. Para esta visão Santa Catarina teria chegado ao fim de um ciclo, especificamente aquele relacionado com o "modelo catarinense de desenvolvimento". Não seria possível manter ou continuar o crescimento econômico "físico" proporcionado pelo "modelo", isto é, não haveria mais espaços geográficos para possibilitar essa expansão. Deste modo, seria possível superar o atual "esgotamento do modelo" com aquilo que constitui a sua desvantagem, que se liga à modernização da indústria local e das possibilidades de intensificar o crescimento do setor de serviços. Por isso, as desvantagens do "modelo" se tornam as vantagens do crescimento. De qualquer forma, como no passado, as possibilidades de um "novo desenvolvimento" se dá pelas possibilidades de um novo "salto modernizador". No passado isso ocorreu pela especialização do trabalho, desencadeada pela industrialização, agora, essa possibilidade pode se dar pela informática e tecnologia.

A ruptura da visão democrático-participativa ocorre de forma diferenciada e de modo mais sinuoso. Nela não há um repensar da noção de "modelo catarinense" pelas características básicas que constituíam o seus "fatores endógenos", mas um reconhecimento das organizações da sociedade civil como um novo ator social. Isto ocorre a partir da tentativa de demonstrar a pertinência dos recursos existentes nestas organizações para mudar a qualidade de vida da cidade e influenciar conseqüentemente o seu desenvolvimento. A possibilidade destas organizações na decisão e planejamento de projetos locais parece ser um ponto fundamental para as

tendências que se apontam para um "novo desenvolvimento". Com isso, essa visão acaba rompendo e questionando de forma indireta o tipo de democracia que o "modelo catarinense de desenvolvimento" de Hering presumia, tal seja, a democracia representativa. Assim, a visão democrático-participativa ao questionar a legitimidade daquelas instituições e órgãos responsáveis pela decisão e fiscalização dos projetos locais, e até mesmo do sistema de representação local, criticando-se o papel e atuação dos vereadores da cidade, esta visão compromete ou rompe com uma "democracia" a qual Hering deu legitimidade para comprovar a sua tese de "modelo catarinense de desenvolvimento". Como a própria discussão sobre o DS demonstrou, e o que Bobbio já havia alertado em seu livro *O futuro da democracia*, hoje há uma exigência de maior democracia que se expressa no pressuposto de que a democracia representativa seja ladeada ou mesmo substituída pela democracia direta, e que, no discurso do desenvolvimento sustentável, apareça sob a forma de um "desenvolvimento mais participativo". De qualquer maneira, a democracia representativa vem sendo amplamente questionada, tendo em vista a crise de legitimidade que ocorre com as suas principais instituições, nas quais a descrença nos partidos políticos, hoje, é apenas um exemplo. Se a democracia representativa vem sendo amplamente questionada, até mesmo para a consecução de alguns objetivos que envolvem a sustentabilidade ambiental, por que os pressupostos político-democráticos da noção de "modelo catarinense" se apresentariam como uma excessão?

Com relação à representação do Desenvolvimento Sustentável há diferentes aspectos a serem ressaltados. Quanto à definição, como vimos, são várias aquelas que lhe são dadas. Uma delas o vê enquanto um processo de mudança "cíclico", "harmonioso" e "equilibrado", onde a desarmonia é criada entre desenvolvimento e meio ambiente. Uma segunda definição o vê como que determinando uma "nova consciência", e, às vezes, mais especificamente, uma "consciência ecológica". Ele se apresentaria na forma de uma nova conduta e de um certo voluntarismo para a

proteção do meio ambiente. Dentro dessas definições que colocam o conceito de maneira bastante abstrata, o DS seria um "conceito", ou ainda, uma "nova concepção de modernidade". O que se verifica nessas definições é o perfil de abstração que é compartilhado. A idéia não encontra aí um contraponto na realidade, seja da cidade ou qualquer outro lugar. No entanto, existem aquelas definições onde o conceito ganha maior concretude, onde ele passa a ser o símbolo das mudanças realizadas na linha de produção de empresas, de uma economia regionalizada ou de uma produção agro-industrial. Estas primeiras definições já nos dão os primeiros sinais quanto às diferentes imagens que se criam do DS e de sua aproximação em relação ao "desenvolvimento" da cidade. Se grande parte dos atores associaram ao conceito termos como "cíclico", "harmonioso" ou, ainda, como ele sendo o representante de uma "nova consciência", nem todos encontraram na região algo que, pelo menos, se familiarizasse a estas categorias. Assim sendo, enquanto que empresários e partidos políticos encontram a definição do DS como uma "nova consciência", uma "consciência regional", tendo como indicador as mudanças implementadas pelos empresários e empresas da região, dando ao conceito uma realidade local, para outros ele se torna uma realidade distante e até mesmo estranha, pois aquela "consciência regional" que é apontada, é, na visão de alguns entrevistados das org. da sociedade civil, o simples resultado de uma pressão do mercado internacional é não o resultado de um voluntarismo ou da preocupação direta com o meio ambiente local, ou por outro lado, tal idéia não estaria nem mesmo sendo pensada na região. Assim o Desenvolvimento Sustentável aparece como algo ainda muito distante.

Estas representações podem ser vistas enquanto um contínuo das visões que surgiram da ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento". Foi possível ver tanto uma versão neo-modernizadora do DS quanto uma versão democrático-participativa. Na primeira, a região e, especificamente, Blumenau, já se apresentaria dentro dos requisitos da sustentabilidade, mesmo porque, algumas das

proteção do meio ambiente. Dentro dessas definições que colocam o conceito de maneira bastante abstrata, o DS seria um "conceito", ou ainda, uma "nova concepção de modernidade". O que se verifica nessas definições é o perfil de abstração que é compartilhado. A idéia não encontra aí um contraponto na realidade, seja da cidade ou qualquer outro lugar. No entanto, existem aquelas definições onde o conceito ganha maior concretude, onde ele passa a ser o símbolo das mudanças realizadas na linha de produção de empresas, de uma economia regionalizada ou de uma produção agro-industrial. Estas primeiras definições já nos dão os primeiros sinais quanto às diferentes imagens que se criam do DS e de sua aproximação em relação ao "desenvolvimento" da cidade. Se grande parte dos atores associaram ao conceito termos como "cíclico", "harmonioso" ou, ainda, como ele sendo o representante de uma "nova consciência", nem todos encontraram na região algo que, pelo menos, se familiarizasse a estas categorias. Assim sendo, enquanto que empresários e partidos políticos encontram a definição do DS como uma "nova consciência", uma "consciência regional", tendo como indicador as mudanças implementadas pelos empresários e empresas da região, dando ao conceito uma realidade local, para outros ele se torna uma realidade distante e até mesmo estranha, pois aquela "consciência regional" que é apontada, é, na visão de alguns entrevistados das org. da sociedade civil, o simples resultado de uma pressão do mercado internacional é não o resultado de um voluntarismo ou da preocupação direta com o meio ambiente local, ou por outro lado, tal idéia não estaria nem mesmo sendo pensada na região. Assim o Desenvolvimento Sustentável aparece como algo ainda muito distante.

Estas representações podem ser vistas enquanto um contínuo das visões que surgiram da ruptura com a noção de "modelo catarinense de desenvolvimento". Foi possível ver tanto uma versão neo-modernizadora do DS quanto uma versão democrático-participativa. Na primeira, a região e, especificamente, Blumenau, já se apresentaria dentro dos requisitos da sustentabilidade, mesmo porque, algumas das

características que faziam parte do "modelo" parecem se aproximar dos requisitos do Desenvolvimento Sustentável. Para a versão democrático-participativa, de modo que o DS parece ter-se tornado uma realidade distante, ele passa a se tornar possível na região somente na medida em que há uma participação efetiva das organizações da sociedade civil em decisões no que diz respeito ao meio-ambiente da cidade. Isto mostra que o reconhecimento da pertinência dos recursos das org. da sociedade civil, ao qual a visão democrático-participativa aludia, retorna agora na representação do DS.

Por último, gostaria de fazer algumas considerações com respeito à ruptura implicada pelo tema da sustentabilidade global que subjaz na discussão do DS e das visões que se constroem hoje do desenvolvimento na região de Santa Catarina, tirando daí algumas conclusões. As representações que se esboçam com respeito ao desenvolvimento na região de Santa Catarina apresentam alguns pontos positivos que podemos ressaltar e que podem apontar para caminhos mais sustentáveis para a região. A visão neo-modernizadora, por exemplo, ao ver atualmente o "final de um ciclo" industrial para a região de Santa Catarina, suscita alternativas econômicas que podem significar um menor impacto para o meio ambiente regional. Mesmo que de forma ainda imprecisa e incerta, o fato de ver a impossibilidade de manter um crescimento físico pode significar o esboço de um consenso quanto os limites do crescimento industrial. No entanto, a estabilização de um crescimento industrial não significa numa nova "ética do crescimento" que implique no estabelecimento criterioso de limites para a produção material. Um aspecto positivo também se apresenta na visão democrático-participativa, no seu requerimento de tornar o "desenvolvimento mais participativo". Sabe-se que para enfrentar problemas como corrupção e clientilismo subjacentes na política social brasileira, acreditar tão somente na "boa índole" do político é uma solução tão enganadora quanto insuficiente. A melhor resposta está no que essa visão aponta, na abertura de novos canais que estabeleçam

uma relação entre poder público e sociedade civil organizada, de modo que esta última possa decidir e fiscalizar sobre os recursos públicos que são muitas vezes usados enquanto recursos privados.

No entanto é necessário tomarmos certas precauções. Embora a constatação da visão neo-modernizadora quanto à inviabilidade de manter um "crescimento físico" e do seu reconhecimento do "esgotamento do modelo", esta visão se mostra de certa forma enganosa. A colocação das possibilidades de um salto fantástico sobre os limites colocados pelo "esgotamento do modelo" reforça e mantém, de qualquer maneira, a "fé" num "crescimento sem limites". Uma produção que aumenta e se expande, sejam elas proporcionada por um "salto industrial" ou um "salto tecnológico", se depara de qualquer maneira com uma capacidade de absorção decrescente dos ecossistemas. Assim, medidas de cunho tecnológico e de base energética podem reverter o padrão insustentável do atual modelo de desenvolvimento, mas apenas surtirão efeitos caso seja estabelecido limites definidos para o crescimento que se quer indefinido.



## **BIBLIOGRAFIA**

- AGUIAR, Ronaldo C. Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.115-127.
- ALPHANDÉRY, Pierre et tal. *O equívoco ecológico: riscos políticos da inconsequência*. São Paulo : Brasiliense, 1992.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- ALVES, Humberto P. Desenvolvimento Sustentável e Capacidade de Suporte: uma análise de diferentes perspectivas desses "conceitos" tendo em vista a questão hídrica da Bacia do Piracicaba. *Textos Didáticos*, São Paulo, nº 23, p.91-120, maio/1996.
- AMSTALDEN, Luís F. Desenvolvimento Sustentável e Pós-Modernidade. *Textos Didáticos*, São Paulo, nº 23, p.49-72, maio/1996.
- AUMENTAM os casos de violência contra mulher. *Jornal de Santa Catarina*. Caderno B, 12.07.95, p. col. 2-4
- AZEVEDO, Simone de. Cresce número de favelas em Blumenau. *Jornal de Santa Catarina*, 10.08.92a, p. 12, col. 1.
- AZEVEDO, Simone de. Violência contra crianças é cada vez mais freqüente. *Jornal de Santa Catarina*, 23 e 24.08.92b, p. 17, col. 1-6.
- BECKER, Fernando et tal. *Apresentação de trabalhos escolares*. Porto Alegre : Multi Livro, 1994.

- BENTO, Liliani. Indicadores apontam para uma cidade de qualidade. *Jornal de Santa Catarina*. Caderno de Economia, p. 1, 06/out, 1996.
- BLUMENAUENSE tenta sempre culpar os novos moradores. *Jornal de Santa Catarina*. Caderno A, 15.07.95, p.3.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- BRUSEKE, Franz. *Industrialismo e Racionalização Parcial*, Cadernos do NAEA, Nº 11, Novembro, 1993.
- BRUSEKE, Franz. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza : estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BUARQUE, Critóvam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 2 ed., São Paulo, T. A. Queiróz, 1981.
- CARDOSO, Fernando H. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1993.
- CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro ; Zahar, 1981.
- CARDOSO, Luis e PONTES, Marcia. Violência dentro de casa provoca a marginalização. *Jornal de Santa Catarina*, Caderno A, 31.03.95, p. 3 col 1-6
- CMMAD - Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum*. Editora da FGV - Rio de Janeiro, 1987.
- CASTORIADIS, Cornélios. - *Encruzilhadas do Labirinto II - Domínios do homem*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina : *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)* Florianópolis, CEAG/SC, 1980.
- CENSO Demográfico. *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, Rio de Janeiro : IBGE, 1991.

- CROCKER, David. Qualidade de Vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. *Lua Nova*. n. 31, 1993.
- CUNHA, Idaulo J. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- CUSTO Blumenau, *Expressão*, Ano 7, No. 73, p.70-1, 1997.
- DIEGUES, Antonio C. S. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DOUAT defende a revisão do modelo industrial catarinense. *A Notícia*, Caderno Especial, p. 08, 25/05/96.
- FABRIS, Valério. O primeiro Mundo é aqui mesmo. *Gazeta Mercantil*, p.05, 29/08/1994a.
- FABRIS, Valério. Porque o modelo está longe de se esgotar. *Gazeta Mercantil*, p. 05-12, 29/08/1994b.
- FAVELA é "fundada" em área de preservação. *Jornal de Santa Catarina*. p. 12, 11.01.93.
- FERNANDES, Rubem C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, Rubem C. Elos de uma Cidadania Planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 28, ano 10, p. 15-34, jun, 1995.
- FLORIT, Luciano e OLIVIERI, Alejandro. Ambientaismos Latinoamericanos. In: *Ecologia Política - Cuadernos de debate Internacional*, Barcelona : SN, 1995.
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*, São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FÓRUM de ONG's Brasileiras. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Rio de Janeiro: Fórum de ONGs brasileiras, 1992.
- FRIBERG, Mats e HETTNE, Björn. El giro del mundo hacia el verde. Hacia un modelo no determinista de los procesos globales. In: Nudler, Oscar. *?Adonde vamos? Cuatro Visiones de la Crises Mundial*. Argentina: Patagonia, 1984.

- FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. *Epistemologia Política*. Buenos Aires : Centro Editor de América Latina, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia: uma breve, porém crítica, introdução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *Para Além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GONÇALVES, Carlos W. P. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: CRISTOFOLETTI, Antônio et tal. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- GÖRGEN, Jorge. O Vale dos Tecelões. *Expressão*, pg. 30-4, Ano 1, No. 4, jun/jul, 1990.
- GUIMARÃES, Roberto. O desafio político do desenvolvimento sustentável. In: *Lua Nova*, n. 35, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. *Crise de Legitimação no capitalismo Tardio*. 2a. ed., Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1994.
- HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: *Ecologia, Ciência e Política*. (coord.) Miriam Goldemberg. Rio de Janeiro : Revan, 1992.
- HERING, Maria L. R. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - O Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Blumenau : Editora da FURB, 1987.
- HIRST, Paul Q. *Evolução Social e Categorias Sociológicas*. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo : Brasiliense, 1992.
- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

- KENNEDY, P. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro : Campus, 1993.
- LEIS, Hector R. & VIOLA, Eduardo J. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: LEIS, Hector R. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo : Gaia, 1996.
- LEIS, Hector R. Ambientalismo: Um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VVAA, *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania : desafios para as ciências sociais*. São Paulo : Cortez, 1995.
- LEIS, Hector R. RIO-92: O Ambientalismo nas Relações Internacionais. In: Mesmo autor, *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo : Gaia, 1996.
- LEITÃO, Pedro. *Ambiental desenvolvimentismo*. In: BURSZTYN, Marcel (org.) *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 145-161.
- LÉLÉ, Sharachchandra M. Sustainable development: A critical Review. In: *World Development*, v. 19, n. 6, 1991.
- LEVANTAMENTO de dados 1991 - Plano Diretor ASSPLAN. Blumenau : Prefeitura Municipal, 1991.
- MANTEIGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*, 3 ed., RJ : Polis, 1985.
- MARTINE, George. A demografia na questão ecológica: falácias e dilemas reais. In: *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1993, p.9-19.
- MARTINS, Luciano. A crise do nacional-desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo*, Caderno 1, São Paulo, p.03, 29/12/91.
- MATTEDI, Marcos A. Quando a enchente torna-se rotina: um estudo sobre as ações governamentais frente às situações de emergência no Estado de Santa Catarina. In: *Relatório de Atividades - FAPESP*, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- MATTEDI, Marcos A. *Enchentes em Blumenau : um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1994*. Dissertação de mestrado, Centro de pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 1994.

- McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1992.
- MEADOWS et al. Donella. *Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da Sociedade*. São Paulo: Perspectiva, c1972.
- MILIOLI, Geraldo. *Mineração de Carvão e Desenvolvimento Sustentado no Sul de Santa Catarina: Estudo Exploratório de Percepção, Valores e Atitudes do Meio Ambiente num Bairro do Município de Criciúma*. Criciúma : Luana, 1995.
- MIOTO, Luciana B. A construção da nova realidade - do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. *Textos Didáticos*, São Paulo : Unicamp, nº 23, maio/1996, p. 73-88.
- MODELO mudou, O. *Expressão*, ano 7, No. 74, p.12-4, 1997.
- MONTIBELLER, G. *Industrialização e ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica*. Tese de mestrado em Geografia, Florianópolis : UFSC, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. *Sobre as Representações Sociais*. Tradução de Clélia M. Nascimento-Schulze. Departamento de Psicologia : UFSC.
- MUNSLOW, Barry e EKOKO, François E. Is Democracy necessary for Sustainable Development?, In: *Democratization*, vol. 2, No 2, 1995, p. 158-178.
- OFFE, Claus e WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e Forma Organizacional. In: OFFE, Claus, *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.
- PASCHOAL, Adilson D. *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- PETERSON, Hale. Acidentes envolvem 10 por cento de todos veículos da unidade. *Jornal de Santa Catarina*, 24.08.93, p3. col. 1-4.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*, 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, c1988, pg. 87.
- PIAZZA, Walter. *A modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã*. Blumenau : Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.
- PNUD. *Informe sobre o desenvolvimento Humano 1993*. Madri : Toledo, 1993.

- POGLIA, Tarcísio e MOURA, Luiz del *et tal.* Migrações aumentam miséria nas cidades pólos, *Diário Catarinense*, 07/11/93, p.34-35.
- PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PRAYON, Hans. Dinamismo e Heroísmo na imigração. *Jornal de Santa Catarina*, Domingo, 24/07/94, p.04.
- PROJEÇÃO Alemã deu uma identificação ao Estado. *Jornal de Santa Catarina*, 24/07/94, p.4.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa : Gradiva, 1992.
- RAUD, Cecile. *Indústria e territórios no Brasil: uma análise a partir do caso de Santa Catarina*. Tradução da autora, [Tese de doutorado pela Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, 1996] (mimeo).
- RELATÓRIO sobre o desenvolvimento humano no Brasil, Rio de Janeiro: IPEA, DF: PNUD, 1996.
- RIBEIRO, Gustavo L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*. São Paulo : USP, n. 34, 1991, pp. 59-101.
- RUDNIK, Marli. Migração divide as opiniões no Vale. *A Notícia*, p.5, 14/06/93.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir*. São Paulo : Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. Qual desenvolvimento para o século XXI? In: *Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*, São Paulo : Nobel, 1992.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *ONG's na América Latina: trajetória e perfil*. Florianópolis : UFSC, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Organizações voluntárias de Florianópolis : cadastro e perfil do associativismo civil*. Florianópolis : Insular, 1996;
- SEITZ, John L. *A política do desenvolvimento: uma introdução a problemas globais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão das capacidades. In: *Lua Nova*. n. 28/29, 1993.

- SOROKIN, P. A. *Las Filosofías Sociales de Nuestra Época de Crisis*. Madrid : Aguilar, 1960.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice - O Social e o Político na pós-modernidade*. São Paulo : Cortez, 1996.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. Um discurso sobre as ciências. 8ª ed. Porto : Edições Afrontamento, 1996.
- TAMANES, Ramon. *Ecología y Desarrollo. La polémica sobre los límites al crecimiento*. 5 ed. Alianza Editorial: Madrid, 1985.
- THEIS, Ivo M. Crescimento econômico, demanda de energia e degradação ambiental em Santa Catarina, *Revista de Divulgação Cultural*, Blumenau : FURB, ano 13, No. 42, p. 49-67, mar/abr., 1990.
- THEIS, Ivo M. Sinais de exatão do "modelo" catarinense de desenvolvimento, *Revista de Divulgação Cultural*, Blumenau : FURB, ano 14, No. 47, p. 52-56, agosto/outubro, 1991.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6 ed. São Paulo : Cortez, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. *A crítica da modernidade*. RJ : Vozes, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. *Pela Sociologia*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1982.
- TURISMO garante empregos e qualidade de vida, *A Notícia*, p.17, 04/09/94.
- VIEIRA, Paulo F. *Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento*, São Paulo : Cortez, 1995.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor R. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VVAA, *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania : desafios para as ciências sociais*. São Paulo : Cortez, 1995.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): Da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, RJ : Rio Fundo, 1992, p. 259-284.



**VIOÊNCIA faz parte desta comunidade, A. *Jornal de Santa Catarina*, Caderno A, 29/03/95, p. 3, col. 1-6).**

**WOLFE, Alan. Três caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil. In: VVAA, *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONG's*, Rio de Janeiro, IBASE-PNUD, 1992.**

**ZIBETTI, Danieli S. A mulher na sociedade brasileira: entre a cidadania e a violência uma experiência do serviço social na Delegacia de Proteção a Mulher e ao Menor de Blumenau/SC, Monografia, Centro de Serviço Social, FURB, 1996.**

## ANEXO I

SETORES	ORGANIZAÇÕES
MERCADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ACIMPEV - Assoc. Coml. Indl. Micro Peq. Empresa do Vale do Itajaí - (Presidente)</li> <li>- SIMMMEB - Sindicato Ind. Met. Mec. Mat. Eletr. Blumenau - (Presidente)</li> <li>- STIVB - Sindicato Trab. Ind. Vestuário de Blumenau - (Presidente)</li> <li>- Sindicato Trab. Ind. Fiação e Tecelagem - (Presidente)</li> <li>- Sind. Trab. Ind. Met. Mat. Elétrico. - (Presidente)</li> <li>- SINTEX - Sindicato das Ind. de Fiação e Tec. de Blumenau - (Diretor)</li> <li>- ACIB - Assoc. Comercial e Indl. de Blumenau - (Diretor)</li> </ul>
ESTADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PMN - (Presidente)</li> <li>- PT - (Presidente)</li> <li>- PPS - (Presidente)</li> <li>- PC do B - (Presidente)</li> <li>- PMDB - (Presidente)</li> <li>- PL - (Presidente)</li> <li>- PFL - (Presidente)</li> <li>- PDT - (Presidente)</li> <li>- IPUB - (Secretário Geral)</li> </ul>
SOCIEDADE CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ACAPRENA - (presidente - ONG*)</li> <li>- CONSERVALE - (presidente - ONG)</li> <li>- Posto de Atendimento do CVV - (secretária geral - GMA)</li> <li>- Associação Assistencial Lar Bethânia - (Presidente - GMA)</li> <li>- Ação Social Paroquial Nossa Senhora da Glória - (Presidente - AB)</li> <li>- Associação Vila Nova - (Presidente - AB)</li> <li>- Associação de Moradores da Rua Emílio Talmann - (presidente - AB)</li> <li>- Associação do Bairro Fortaleza - (Presidente - AB)</li> </ul>

\* Usaremos as seguintes siglas para as outras organizações: AB - Associação de Bairro, GMA - Grupo de mútua ajuda.

## ANEXO 2

- Emissões de CO<sub>2</sub> no ano de 1988.

País ton. de carbono	Milhões de ton. global	Porcentagem da emissão mundial	porcentagem da população
EUA	1.433	22,9	4,8
Japão	272	4,3	2,4
França	103	1,6	1,1
Alemanha Ocidental	198	3,2	1,2
Itália	108	2,7	1,1
África	273	4,3	11,4
América Latina	334	5,3	8,4
Europa Oriental	452	7,2	2,7
URSS	1.025	16,4	5,5
China	670	10,7	21,3
Índia	539	2,7	16,0
Mundo	6.256	100,0	100,0

Fonte: OCDE apud ALTVATER (1995)

### ANEXO 3

- Grau de concentração de renda na população economicamente ativa em Santa Catarina e Brasil.

Unidade Geopolítica	COEFICIENTE DE GINI			
	1960	1970	1980	1986
Santa Catarina	0,37	0,46	0,48	0,57
Brasil	0,48	0,52	0,57	0,60

Fonte: SEPLAN/SC apud MONTIBELLER (1996)

## ANEXO 4

- Indicador de desenvolvimento social (IDS) e renda per capita entre Santa Catarina e países selecionados

Estado e países	IDS	Renda <i>per capita</i>
<b>Santa Catarina</b>	<b>0,65</b>	<b>3.035</b>
Tunisia	0,63	1.180
Panamá	0,66	2.240
Malásia	0,67	1.810
El Salvador	0,68	860
Filipinas	0,69	590
México	0,70	1.830
Colômbia	0,70	1.240
Tailândia	0,71	850
Indonésia	0,71	450
<b>Sri Lanka</b>	<b>0,76</b>	<b>400</b>
Chile	0,80	1.310
Peru	0,81	1.470
Costa Rica	0,84	1.610
Coréia do Sul	0,86	2.690

Fonte: SEPLAN/SC apud MONTIBELLER (1996).

## ANEXO 5

- Registro de ocorrências registradas na Delegacia de Proteção à Mulher e ao Menor de Blumenau/SC

ANO	OCORRÊNCIAS
1989 (2º sem.)	618
1990	1.710
1991	2.008
1992	2.391
1993	2.280
1994	2.626
1995	2.697
TOTAL	14.330

Fonte: DPMM apud ZIBETTI (1996)

## ANEXO 6

### - DIFERENCIAL DE MORTALIDADE INFANTIL EM MENORES DE 5 ANOS ENTRE BLUMENAU E PAÍSES SELECIONADOS

PAÍSES	Mortalidad e de menores de 5 anos (mil) 1990
Hong Kong	1
Uruguay	1
Trinidad e Tobago	1
Kurwait	1
Maurício	1
Emirados Arabes Unidos	1
Jamaica	1
Fiji	1
Panamá	2
Costa Rica	2
Cuba	3
Chile	8
Malásia	16
Coréia, República da	20
Argentina	24
Venezuela	25
Blumenau*	29,3
Rep. Árabe Síria	33
Tailândia	39
Colômbia	44
México	122
Turquia	134

Plano diretor de Blumenau/91 e PNUD/93.

---

\* Dados de 1991.

## ANEXO 7

### - COMPARAÇÃO DO DENSAMENTO URBANO ENTRE BLUMENAU E PAÍSES SELECIONADOS

PAÍSES	População urbana (% do total)	
	1960	1991
Antigua y Barbuda	..	31
Argentina	74	86
Bahrein	83	83
Barbados	35	45
Blumenau	71,5	87,8
Brasil	45	75
Chile	68	86
Chipre	36	53
Colômbia	48	70
Coreia, República da	28	72
Costa Rica	37	47
Cuba	55	75
Dominica	..	41
Emirados Arabes Unidos	40	78
Fiji	30	39
Hong Kong	89	94
Jamaica	34	52
Kuwait	72	96
Malásia	25	43
Maurício	33	41
México	51	73
Panamá	41	53
Qatar	73	89
Rep. Árabe Síria	37	50
Saint Kitts Nevis	..	41
San Vicente	..	27
Singapura	100	100
Suriname	47	47
Tailândia	13	23
Trinidade e Tobago	23	69
Turquia	30	61
Uruguay	80	86
Venezuela	67	91

Fonte : Plano Diretor de Blumenau/91 E PNUD/93



## ANEXO 8

### - DIFERENCIAL DE MORTALIDADE MATERNA ENTRE BLUMENAU E PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

PAÍSES	Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos) 1988
Albânia	100
Alemanha	8
Austrália	5
Austria	11
Bélgica	4
Blumenau (1991)	115,2
Blumenau (1992)	24,7
Blumenau (1993)	23,8
Bulgária	40
Canadá	7
Checoslováquia	14
Dinamarca	4
Espanha	7
Estados Unidos	13
Finlândia	15
França	13
Grécia	7
Hungria	21
Irlanda	3
Islândia	2
Israel	6
Itália	6
Japão	16
Luxemburgo	2
Malta	5
Noruega	4
Nova Zelândia	18
Países Baixos	14
Polónia	15
Portugal	14
Reino Unido	11
Suécia	7
Suíça	6

Fonte: PNUD/1993 e Plano Diretor de Blumenau/91.

## ANEXO 9

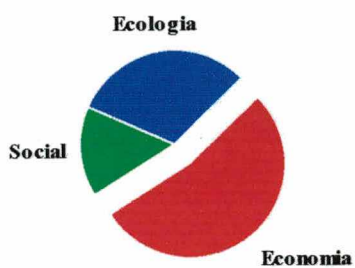
### - DIFERENÇA DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS ENTRE BLUMENAU E PAÍSES SELECIONADOS

PAÍSES	Mortes por acidentes rodoviários (por 100 mil habitantes) 1987-1990
Japão	8
Blumenau	29,7
Canadá	16
Noruega	9
Suíça	14
Suécia	8
Estados Unidos	19
Austrália	17
França	19
Países Baixos	9
Reino Unido	9
Islândia	11
Dinamarca	14
Finlândia	13
Austria	19
Bélgica	20
Nova Zelândia	23
Luxemburgo	23
Irlanda	13
Itália	12
Espanha	16
Grécia	18
Checoslováquia	9
Hungria	15
Bulgária	13
Portugal	23
Polónia	13

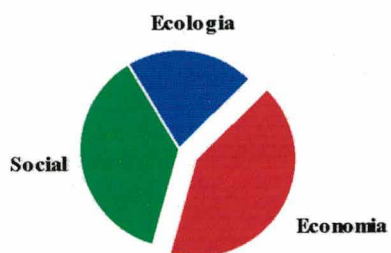
Fonte: PNUD/93 e Plano Diretor de Blumenau/91.

## GRÁFICO 1- RELAÇÃO DE TEMAS DE MAIOR PRIORIDADE

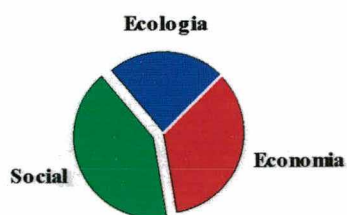
### MERCADO



### ESTADO

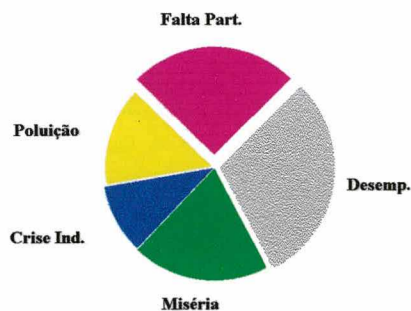


### SOCIEDADE CIVIL



## GRÁFICOS 2 - FENÔMENOS E PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO

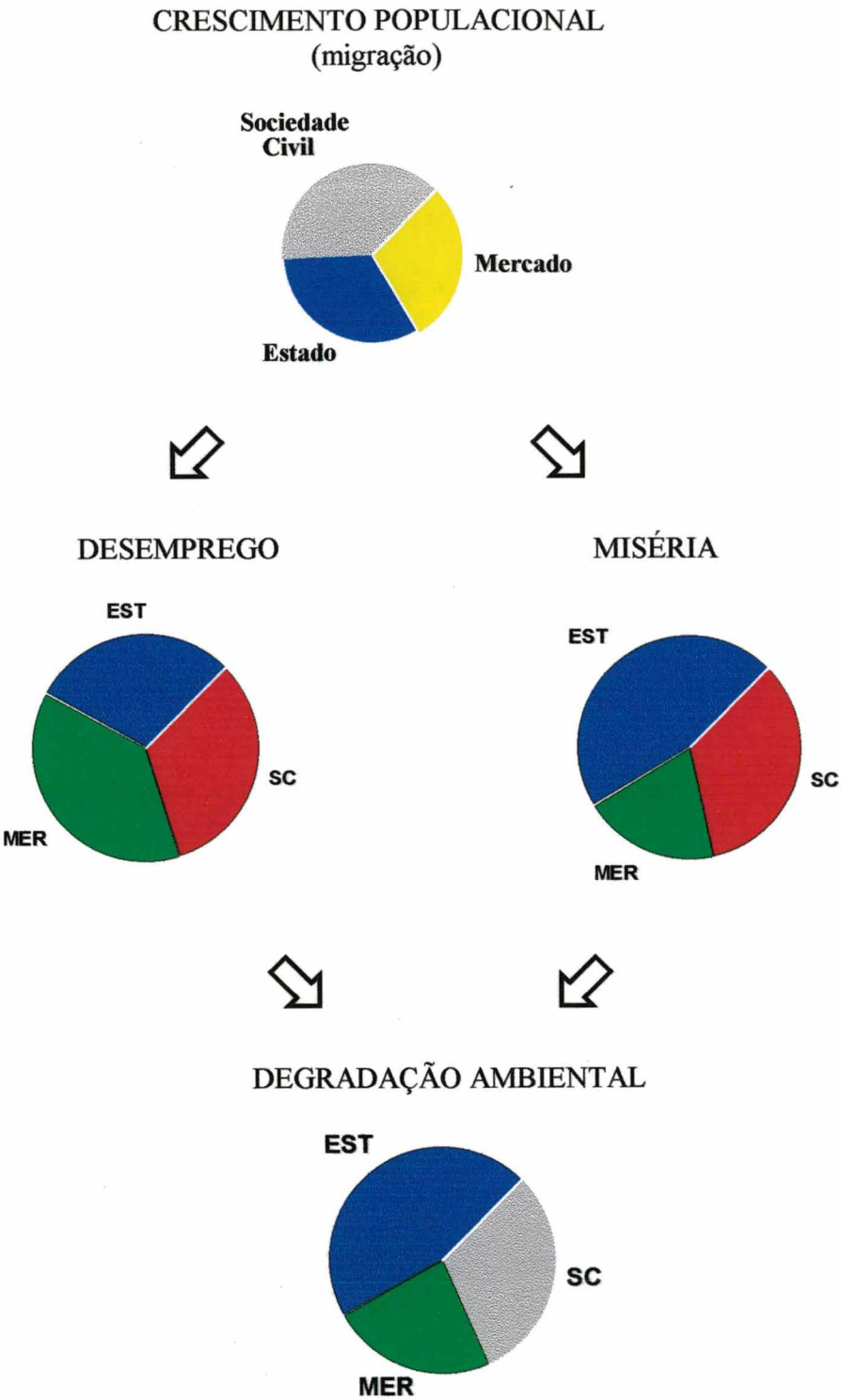
### FENÔMENOS QUE MAIS CHAMAM A ATENÇÃO\*



---

\* Foram considerados somente os temas que receberam 50% ou mais de incidência no total das entrevistas.

GRAFICO 3 - FENÔMENOS E CAUSAS COMPARTILHADAS

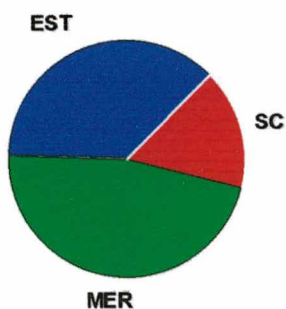


# GRÁFICO 4 - FENÔMENOS E CAUSAS ESPECÍFICAS (VISÃO NEO-MODERNIZADORA)

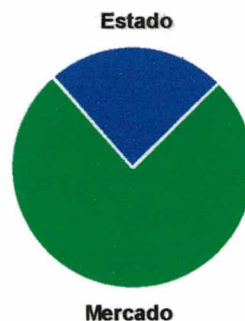
FENÔMENOS QUE CHAMAM ATENÇÃO



**CRISE DA INDÚSTRIA**  
(Investimentos e ofertas fiscais)



**FALTA DE RECURSOS**  
(Investimentos e ofertas fiscais)



**Modelo de Desenvolvimento  
(ruptura)**

